

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

*O funcionamento textual-discursivo dos rótulos  
em artigos de opinião*

**Maria Angélica Freire de Carvalho**

CAMPINAS,  
DEZEMBRO – 2005.

Ficha catalográfica elaborada pela  
Biblioteca do IEL - Unicamp

C253f Carvalho, Maria Angélica Freire de.  
O Funcionamento textual-discursivo dos rótulos em artigos de  
opinião / Maria Angélica Freire de Carvalho. – Campinas, SP: [s.n.], 2005.

Orientador: Ingedore Grunfeld Villaça Koch.  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto  
de Estudos da Linguagem.

1. Referência (Linguística). 2. Rótulos. 3. Opinião (Jornal). I. Koch,  
Ingedore Grunfeld Villaça. II. Universidade Estadual de Campinas. Insti-  
tuto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Título em inglês: The functioning of labels in opinative texts.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Reference (Linguistics); Labelling;  
Opinative texts.

Área de concentração: Linguística Textual.

Titulação: Doutorado.

Banca examinadora: Profa. Dra. Ingedore Grunfeld Villaça Koch, Profa.  
Dra. Edwiges Maria Morato, Profa. Dra. Anna Christina Bentes da Silva,  
Profa. Dra. Maria Teresa Tedesco Vilar do Abreu, Profa. Dra. Graziela  
Zamponi, Profa. Dra. Monica Magalhães Cavalcante (suplente), Profa.  
Dra. Rosana Novaes Pinto (suplente) e Profa. Dra. Vanda Maria da Silva  
Elias (suplente).

Data da defesa: 15/12/2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

*O funcionamento textual-discursivo dos rótulos  
em artigos de opinião*

**Maria Angélica Freire de Carvalho**

Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) como exigência parcial para obtenção do grau de Doutor em Lingüística.

Área de concentração: Lingüística Textual.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Ingedore Grunfeld Villaça Koch

CAMPINAS,  
DEZEMBRO – 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

*O funcionamento textual-discursivo dos rótulos  
em artigos de opinião*

**Maria Angélica Freire de Carvalho**

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ingedore Grunfeld Villaça Koch (UNICAMP), presidente.

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Edwiges Maria Morato (UNICAMP)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Anna Christina Bentes da Silva (UNICAMP)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Teresa Tedesco Vilar do Abreu (UERJ – RJ)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Graziela Zamponi (FAENQUIL – FATEA, Lorena – SP).

CAMPINAS,  
DEZEMBRO – 2005.

**AGRADECIMENTO:**

**Aos meus PAIS** que me ajudam na construção de um saber ser e, silenciosamente, inscrevem-se na realização deste trabalho.

**Aos familiares** e amigos

**Aos Mestres** que me desafiaram com suas idéias e me indicaram caminhos.

**À querida Inge** por me permitir desvendar alguns segredos da arte de tecer e de enlaçar palavras, e por ter sido o farol a me guiar na constituição/construção desta tese.

“Meu caro amigo, estou lhe enviando um pequeno trabalho do qual se poderia dizer, sem injustiça, que não é cabeça nem rabo, já que tudo nele é, ao contrário, uma cabeça e um rabo, alternada e reciprocamente. Suplico-lhe que leve em consideração a conveniência admirável que tal combinação oferece a todos nós – a você, a mim e ao leitor. Podemos abreviar – eu, meus devaneios; você o texto; o leitor, sua leitura (...) Na expectativa de que alguma dessas fatias possa agradá-lo e diverti-lo, ousou dedicar-lhe a cobra inteira”. (Charles Baudelaire<sup>1</sup>)

“Eu sei de muito pouco. Mas tenho a meu favor tudo o que não sei e — por ser um campo virgem — está livre de preconceitos. Tudo o que não sei é a minha parte maior e melhor: é a minha largueza. É com ela que eu compreenderia tudo. Tudo o que não sei é que constitui a minha verdade”. (Clarice Lispector<sup>2</sup>)

---

<sup>1</sup> Preâmbulo de “*Le spleen de Paris*”, texto de Baudelaire.

<sup>2</sup> LISPECTOR, C. Diálogo do desconhecido. In: —, *Aprendendo a viver*, Rio de Janeiro, Rocco, 2004, p. 74.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	13
<b>RÉSUMÉ</b> .....	14
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO I: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: CARACTERIZAÇÃO DO CORPUS</b> .....	19
<b>CAPÍTULO II: A ABORDAGEM SOCIOCOGNITIVA E O FENÔMENO DA REFERENCIAÇÃO</b> .....	25
2.1. CONHECER E DAR A CONHECER POR MEIO DA LINGUAGEM .....	26
2.2. O COGNITIVO E O LINGÜÍSTICO: ALGUMAS NOTAS .....	27
2.3. UMA RELEITURA DA RELAÇÃO ENTRE O COGNITIVO E O LINGÜÍSTICO: O FOCO NOS PROCESSOS TEXTUAIS-INTERATIVOS .....	29
2.4. O OLHAR SOCIOCOGNITIVO PARA OS FATOS DE LINGUAGEM .....	30
2.5. OS PROCESSOS REFERENCIAIS NA DISCURSIVIZAÇÃO DO MUNDO .....	33
2.6. REFERÊNCIA E REFERENCIAÇÃO .....	34
2.7. AS ATIVIDADES LINGÜÍSTICAS COMO ATIVIDADES DE CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS .....	38
2.8. A CONSTRUÇÃO DOS REFERENTES NA INTERAÇÃO .....	39
2.9. A REFERÊNCIA COMO ATIVIDADE DISCURSIVA .....	44
<b>CAPÍTULO III: O CONCEITO DE TEXTO</b> .....	49
3.1. A ORGANIZAÇÃO DE CONTEÚDOS NO TEXTO .....	51
3.2. ESTRATÉGIAS TEXTUAIS .....	52
3.3. CRITÉRIOS PELOS QUAIS OS FALANTES JULGAM A COMPREENSÃO DOS SEUS OUVINTES .....	53
3.4. O TRABALHO DE CO-AUTORIA NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS .....	55
<b>CAPÍTULO IV: O FUNCIONAMENTO DOS RÓTULOS NA CONSTRUÇÃO DO TEXTO</b> .....	59
4.1. APRESENTAÇÃO E DEFINIÇÃO .....	59
4.2. A ESTRUTURA DAS FORMAS NOMINAIS ROTULADORAS .....	61
4.3. ROTULAÇÃO E ENCAPSULAMENTO .....	62
4.4. A FUNÇÃO E A POSIÇÃO DOS RÓTULOS NOS TEXTOS .....	63
4.4.1. <i>Rótulos prospectivos e retrospectivos</i> .....	63
4.4.2. <i>Encapsulamento e nominalização</i> .....	64
4.4.3. <i>Rótulos Metadiscursivos</i> .....	66
4.5. OS RÓTULOS SOB UMA PERSPECTIVA SOCIOCOGNITIVA .....	70
<b>CAPÍTULO V: O PAPEL MULTIFUNCIONAL DAS EXPRESSÕES ROTULADORAS</b> .....	75
5.1. APRESENTAÇÃO .....	75
5.2. POSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS RÓTULOS NA DINÂMICA DISCURSIVA .....	75
5.4. OS DETERMINANTES NAS EXPRESSÕES ROTULADORAS .....	89
5.5. O FUNCIONAMENTO ORGANIZACIONAL-DISCURSIVO DOS RÓTULOS .....	90
5.6. O FUNCIONAMENTO ARGUMENTATIVO POR MEIO DAS ROTULAÇÕES .....	93
5.7. ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NA DINÂMICA DA SIGNIFICAÇÃO .....	98
<b>CAPÍTULO VI: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA</b> .....	109
6.1. MAPEAMENTO DOS RÓTULOS .....	109
6.2. O ESTABELECIMENTO DE CRITÉRIOS PARA A ORGANIZAÇÃO DOS RÓTULOS .....	110
6.2.1. <i>Quanto às posições do rótulo no texto</i> .....	110
6.2.2. <i>Quanto à organização textual-discursiva dos rótulos</i> .....	110

6.3. ALGUMAS ANOTAÇÕES QUANTO AO FUNCIONAMENTO DOS RÓTULOS .....	117
6.3.1 Posição Inicial .....	117
6.3.2. Posição Medial .....	117
6.3.3. Posição final .....	118
6.4 A FREQUÊNCIA DOS RÓTULOS NO CORPUS .....	119
<b>CONCLUSÃO</b> .....	125
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	129
<b>ANEXOS</b> .....	135
ANEXO A: TEXTOS .....	135
ANEXO B: TABELA DE CONFIGURAÇÃO DAS EXPRESSÕES NOMINAIS; .....	241
ANEXO C: TABELA DE CATEGORIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS RÓTULOS; TABELA DA POSIÇÃO DOS RÓTULOS NOS TEXTOS .....	247
ANEXO D: TABELAS E GRÁFICOS .....	285



## RESUMO

Esta tese toma como tema o fenômeno da rotulação discursiva em textos opinativos.

À luz de uma perspectiva sociocognitiva e textual-interativa, procede-se à observação dos rótulos em seu funcionamento discursivo, como recurso sumarizador (encapsulador) e organizador de conteúdos precedentes ou subseqüentes, apto a dotar o texto de uma orientação argumentativa.

A pesquisa realizada demonstra que se trata de importante estratégia não só de referência, como também de encadeamento, na medida em que evidencia o funcionamento dos rótulos como:

- a) operadores de argumentação e de organização textual;
- b) recursos de ordem textual-discursiva orientadores do leitor na construção do sentido;
- c) operadores de explicitude de sentidos (caráter meta).

Constituem corpus da pesquisa matérias opinativas da revista Caros Amigos, selecionadas em números publicados entre os anos de 1998 e 2005.

Após o levantamento dos rótulos presentes em cada texto, verifica-se sua maior ou menor frequência no corpus em análise e procede-se à sua classificação, de acordo com critérios previamente estabelecidos, passando-se, então, à discussão dos resultados obtidos.

Conclui-se pela relevância do fenômeno estudado para a organização do texto e para o encaminhamento do sentido a ser construído pelo leitor.

## RÉSUMÉ

Cette thèse a pour sujet le phénomène d'étiquetage discursive dans des textes d'opinion.

Sous une perspective socio-cognitive et textuelle-interactive, on procède à l'observation des étiquettes dans son fonctionnement discursif, comme ressources d'agencement et d'organisation de contenus précédents ou subséquents, propres à doter le texte d'une orientation argumentative.

La recherche démontre qu'il s'agit d'une importante stratégie pas seulement de référentiation mais aussi d'enchaînement, dans la mesure où elle met en évidence le fonctionnement des étiquettes comme: opérateurs d'argumentation et d'organisation textuelle; ressources d'ordre textuelle-discursive pour orienter le lecteur dans le procès de construction d'un sens; opérateurs qui rendent explicite les sens (caractère méta).

Le corpus de la recherche est constitué de matières d'opinion publiées dans le magazine « Caros Amigos » (Chers Amis), et sélectionnées dans les numéros publiés entre 1998 et 2005.

Après le détachement des étiquettes présentes en chaque texte, on vérifie leur nombre d'occurrences, si plus ou moins fréquentes, dans le corpus en analyse, et on fait sa classification suivant des critères préétablis, pour procéder, ensuite à la discussion des résultats obtenus.

Pour conclure, on constate l'importance du phénomène étudié pour l'organisation du texte et pour l'acheminement du sens à être construit par le lecteur.

## INTRODUÇÃO

A práxis opera em nosso sistema perceptual, ensinando-nos a “ver” o mundo com os “óculos sociais” ou estereótipos e gerando conteúdos visuais, tácteis, olfativos, gustativos, na dimensão cinésica e proxêmica (gestos, movimentos, espaços, distâncias, tempo etc.), independentemente da ação e do recorte da linguagem linear. (BLIKSTEIN, Isidoro, Kaspar Hauser ou A fabricação da realidade, São Paulo, Ed. da USP, 1985, p. 65-66).

Esta tese tem por objetivo estudar o fenômeno da referenciação por meio de grupos nominais rotuladores (rótulos), em textos opinativos.

Defende-se a tese de que a rotulação, por constituir importante recurso de sumarização de conteúdos precedentes ou subseqüentes no texto, contribui não só para a organização tópica do discurso, operando a coesão micro e macroestrutural, como também para a explicitação de pontos de vista do produtor do texto. Postula-se que essas qualidades justificam a elevada frequência dos rótulos em textos opinativos, como é o caso das matérias do corpus selecionado para a pesquisa, embora, cabe ressaltar, seu uso não esteja restrito a este gênero particular.

Todo ato interpretativo impõe a necessidade de seleção de pontos de vista ou enfoques específicos para a problematização do objeto de estudo, levando, portanto, a uma produção discursiva desse objeto. Desta forma, opta-se nesta tese pela perspectiva sociocognitiva e textual-interativa para a abordagem do fenômeno em tela.

Procura-se, assim, evidenciar as várias propriedades dos rótulos, como recursos multifuncionais que são, ou seja, sua aptidão para:

- a) sumarizar e organizar porções maiores ou menores de discurso;
- b) encadear tópicos e subtópicos
- c) promover a coesão lexical;
- d) funcionar como operadores de explicitude de sentido (caráter *meta*);
- e) dotar o texto de determinada orientação argumentativa.

Tratar-se-á, também, de questões irmanadas e complementares, como gênero discursivo, autoria e estilo, embora estas não venham a constituir o escopo principal da pesquisa.

Vários autores têm-se debruçado sobre o fenômeno das referenciação feita por meio de grupos nominais rotuladores, alguns sob uma perspectiva sistêmico-funcional (Francis, 1994), outros sob uma perspectiva textual (Conte, 1996), outros, ainda, sob uma perspectiva discursivo-argumentativa (Moirand, 1975).

Esta tese, embora não esgote as problematizações que se podem integrar às reflexões por elas apresentadas, propõe-se lançar um novo olhar sobre a questão, ou seja, examiná-la à luz de uma perspectiva enunciativa do discurso. Todavia, considerando a importância e o pioneirismo dos trabalhos mencionados, eles integrarão o embasamento teórico desta pesquisa, a par de vários outros autores, como Mondada (1994, 1995, 1997), Apothéoz & Reichler-Béguelin (1995), Marcuschi (1998, 2001-2004), Koch (1999 - 2005), Zamponi (2003), Cavalcante<sup>3</sup> (2001-2004), os quais adotando uma perspectiva sociocognitiva, postulam um funcionamento textual-discursivo dos rótulos.

Opera-se, pois, em relação a Francis e Conte, um distanciamento teórico-metodológico considerável, em especial pelo fato de que seus trabalhos têm o foco centrado no lingüístico apenas, deixando de considerar as questões de ordem enunciativa.

Nos estudos enunciativos, a subjetividade na linguagem constitui aspecto central, o que leva, inclusive, a destacar o componente “*meta*”, que vai além do lingüístico e mesmo do discursivo, na medida em que evidencia uma reflexão do sujeito sobre o seu discurso. Isto é, promove-se uma reflexão teórica que lança mão não só da superfície lingüística do texto, mas também do que está além dela, tomando-a numa perspectiva metaenunciativa, ou seja, numa perspectiva que leva em conta uma exterioridade constitutiva do discurso e a possibilidade de o enunciador distanciar-se de si mesmo e do seu dizer, realizando um trabalho sobre a linguagem a partir da situação e do posicionamento enunciativo.

Assim, articulam-se língua, enunciação e discurso ressaltando-se a reflexividade na linguagem. Por essas razões e por entender que o sujeito, ao utilizar a língua, constrói sobre o mundo uma representação, agindo sobre o outro, com quem interage, e sobre o mundo, constituindo-se sujeito do discurso, os textos são tomados como uma configuração textual desta interação e são mediadores na busca e na interpretação do funcionamento dos rótulos em tais gêneros.

Tal configuração textual diz respeito aos aspectos constitutivos do texto, que se referem à escolha temático-conteudística e às estruturas formais projetadas por um sujeito que se constitui autor de um discurso. Este discurso é produzido a partir de lugares sociais e momentos históricos específicos, como também é impulsionado por propósitos comunicativos gerais ou particulares que visam a produzir sentidos e dos quais se infere um dado tipo de utilização e de circulação do texto.

Deste modo, a análise integrada desses aspectos permite o reconhecimento do texto como uma construção do sujeito a partir do que ele observa no mundo e do que objetiva expressar. Ação de linguagem que, essencialmente, se sujeita a atualizações a cada nova leitura, ainda que seja o mesmo leitor. Esta atualização amplia a visão da configuração textual à medida que tal concepção se incorpora à idéia dos gêneros discursivos e à perspectiva do enlace autoria e estilo na constituição e construção dos discursos nos textos, em particular nos textos aqui analisados.

Esta tese é composta de seis capítulos, além da introdução e da conclusão. No primeiro capítulo, apresentam-se os procedimentos metodológicos e a caracterização do corpus analisado. O capítulo II

<sup>3</sup> Incluem-se, ainda, os trabalhos resultantes de pesquisas realizadas pelo grupo PROTEXTO, do qual Monica M. Cavalcante é coordenadora. Este grupo é composto por pesquisadores, estudantes e professores, Universidade Federal do Ceará que realizam estudos sobre gêneros textuais e referência.

defende a idéia da linguagem como construção colaborativa entre os sujeitos, acrescida da noção de que os processos referenciais são atividades cognitivo-discursivas sujeitas a variações, pois englobam atores sociais, suas percepções e os contextos sociointerativos. Este capítulo, portanto, traz argumentos teóricos que enfatizam os aspectos sociocognitivos da linguagem.

No capítulo III, apresenta-se um conceito de texto à luz de uma perspectiva sociocognitiva e textual-interativa, ressaltando-o como processo resultante da atuação dos sujeitos com e sobre o mundo na construção de sentidos.

O capítulo IV trata do fenômeno da rotulação discursiva, destacando-o dentre as estratégias lingüísticas utilizadas pelos produtores na elaboração de textos escritos, como um importante mecanismo capaz de guiar o leitor na construção de sentidos. Apresentam-se, ainda, as características dos rótulos e propõe-se uma abordagem à luz de princípios sociocognitivistas, sugerindo uma classificação para este recurso sob seu funcionamento textual-discursivo.

Prossegue-se, no capítulo V, à exposição sobre os rótulos ressaltando a sua multifuncionalidade, como recursos de condução de tópicos e subtópicos, de progressão referencial e, ainda, como forma de explicitação de pontos de vista. E, por fim, no capítulo VI tem-se a discussão dos resultados da pesquisa, em que se destacam as características principais deste fenômeno, observadas nas matérias que compõem o corpus selecionado.

## Capítulo I:

### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: CARACTERIZAÇÃO DO CORPUS

Toda revista é suporte de textos verbais escritos, resultantes de um trabalho discursivo de determinados sujeitos que os produzem sob contextos históricos e culturais, ou seja, em condições específicas de produção, conforme os propósitos comunicativos delineados tanto pela linha editorial da revista, quanto por seus colaboradores.

A motivação para a escolha da Revista Caros Amigos é o seu destaque no cenário da mídia impressa, desde a sua aparição em abril de 1997, em razão de sua proposta de um jornalismo alternativo<sup>4</sup>. Conforme editorial do primeiro número:

Caros Amigos é uma reunião de inteligências e talentos que andam espalhados por diversos meios de comunicação, alguns; e outros que estão marginalizados por todos os meios. Têm, esses talentos e inteligências, diferentes modos de pensar e interpretar a realidade, mas se identificam, todos, num ponto crucial: a ética, preocupação primeira desta revista mensal que vai para as bancas do país inteiro com a intenção de discutir o Brasil e o mundo de hoje de um ponto de vista original, pelo menos no que se refere ao atual mercado de publicações. Outros muitos talentos e inteligências, brasileiros e estrangeiros, irão desfilar nas páginas futuras de Caros Amigos – a lista é enorme e cada um, como nós, tem absoluta certeza da existência de um largo contingente de leitores, mulheres e homens, jovens e maduros, ávidos por uma publicação que lide com idéias, que seja crítica, que leve à reflexão. E que traga tudo isso sem ser aborrecida, mas com bom humor; sem academicismo, mas com linguagem cotidiana; sem partidarismo, sem vanguardismo, sem voluntarismo; na verdade, sem nenhum ismo.<sup>5</sup>

Trata-se de uma publicação independente, com uma visão que rompe com a unicidade de discursos e de idéias e, ainda, com o círculo do poder. O tipo de texto veiculado por esta revista apresenta uma intensidade avaliativa, o que realça, conforme se pôde comprovar, um trabalho do produtor com a linguagem, pois se trata de formas de enunciado em que sobrelevam a intenção persuasiva e o caráter argumentativo. Deste modo, recursos lingüísticos, como a rotulação apresentam-se freqüentemente como uma manobra do produtor para enfatizar, realçar os seus argumentos, a partir de conteúdos presentes no texto. A forma de abordagem nos textos é um destaque também feito por Pereira Filho (2004:150):

<sup>4</sup> Sobre esta proposta destaca-se o livro do Professor José Bicudo Pereira Filho “Caros amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil”. O livro é o resultado de uma pesquisa desenvolvida pelo autor no mestrado realizado na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, em que José Bicudo critica a pasteurização e homogeneização do jornalismo impresso e ressalta a Revista Caros Amigos como uma alternativa para este cenário, destacando que a revista “dá conta de temas já pautados e tratados pelos grandes veículos de comunicação, e tem como princípio fazê-lo de maneira diferente”. Não há um jornalismo, sob o seu ponto de vista, pasteurizado ou monossilábico, a revista convida a “um banquete plural, um encontro com textos e estilos”. (PEREIRA FILHO, Francisco José Bicudo, Caros amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil, São Paulo, Annablume, 2004).

<sup>5</sup> “A que viemos”, *Caros Amigos*, ano I, número 1, abril de 1997, p. 3

(...) *Caros Amigos* não exclui a linearidade, na medida em que, enquanto processo comunicacional e jornalístico, se propõe a transmitir informações e a responder, em algum momento, às seis perguntas clássicas (o que, quem, quando, onde, por que, como). Mas ela não acredita que essas respostas devam aparecer da mesma maneira, na mesma seqüência, sem coesão ou articulação textual (...) [a revista] supera por perceber [que] apenas a linearidade já não basta e nem é suficiente para captar, compreender e narrar a universalidade e a intensidade dos sentimentos e emoções humanas.

*Caros Amigos* inova não só na formatação tablóide de revistas, em razão do seu tamanho maior que o convencional, mas também na proposta de ser um espaço de publicação para expandir idéias que marcam um jornalismo com responsabilidade social, isto é, com a preocupação de promover a crítica e a reflexão, sem o receio do conflito de idéias e do confronto com as instâncias de poder. Assim, a presença de autores jornalistas, ativistas políticos, militantes de esquerda, intelectuais é uma condição para dar voz a tais propósitos:

A revista *Caros Amigos*, dirigida pelo jornalista Sérgio de Souza, é a resposta editorial aos anseios e necessidades de informação de um público leitor permanentemente preocupado com os rumos de nossa sociedade, da nossa cultura e disposto a influir de alguma forma nesses rumos. [...] A linha editorial da *Caros Amigos* sempre trata, em suas matérias e colunas, sobre os mais variados temas, abordados com total liberdade pelos articulistas, além de longas e esclarecedoras entrevistas [...] A revista conta com profundas reportagens, ensaios sobre questões brasileiras e internacionais, uma página central com instigantes ensaios fotográficos e seções sobre artes, política, comportamento e humor.<sup>6</sup>

Os textos jornalísticos selecionados para análise na tese foram publicados nos anos de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2004 e 2005. Desde o período em que a revista surgiu até agora, o contexto nacional e internacional é marcado por significativas mudanças nos planos culturais e econômicos. É neste ambiente sócio-político que se inserem os textos da *Caros Amigos*.

A revista apresenta autores colaboradores que se mantém fiéis nas inúmeras edições ao longo desses anos de publicação. Assim, os autores se repetem e se mostram em diferentes momentos da história, posicionam-se sobre os mais variados assuntos, com um olhar especializado. A seleção das revistas se deu de modo aleatório: não se trata da observação de todas as edições correspondentes aos anos listados, e sim de alguns textos que compõem a revista, selecionados de acordo com a ocorrência do fenômeno lingüístico a ser pesquisado, ou seja, as rotulações discursivas.

O recorte na análise é feito, portanto, sobre as expressões nominais<sup>7</sup> rotuladoras, reconhecidas como uma das estratégias de referenciação com forte teor argumentativo, por meio das quais se opera uma seleção entre as propriedades dos referentes de modo a viabilizar o projeto de sentido do produtor do texto.

Cada suporte influencia o gênero que nele se insere; assim, um texto opinativo encontrado na Revista *Caros Amigos* apresenta diferenças em relação ao mesmo gênero encontrado no suporte jornal, por

<sup>6</sup> Extraído do texto de apresentação no site *Caros Amigos*, [www.carosamigos.com.br](http://www.carosamigos.com.br).

<sup>7</sup> Esse fenômeno lingüístico tem sido designado de modo diverso, embora se mantenha uma afinidade conceitual: grupos nominais (Francis, 1994); sintagmas nominais (Conte, 1996); frases nominais (Apothéloz e Reichler-Béguelin, 1995); nominalizações (Moirand, 1975; Apothéloz e Chanet, 1997); e descrições nominais (Berrendoner, 1995).

exemplo, seja de pequena ou de grande circulação, fato que se percebe até em razão do espaço que é destinado à apresentação do texto, do grau de formalidade ou informalidade da linguagem e do perfil leitor.

Os textos da Revista Caros Amigos (Anexo A) caracterizam-se como opinativos pelo seu funcionamento como um instrumento de comentários e de avaliações sobre a esfera social, envolvendo a conjuntura política, econômica, histórica, educacional; enfim, os aspectos que dizem respeito ao homem, à sua relação com o mundo e a comunidade em que está inserido. Eles se apresentam, aqui, numerados de acordo com o ano de publicação e a edição da revista:

<b>Mês ano _Revista</b> <b>CAROS AMIGOS</b>	<b>Textos</b>
JANEIRO 1998	(1) A revolução (gen)ética (2) Gauguin, quem diria, já sabia do Brasil (3) Mexendo com a imaginação
NOVEMBRO 1999	(4) A ditadura militar no cárcere (5) Cabritos ou carneiros? (6) Inflação, privatizações, genocídio
FEVEREIRO 2000	(7) Reflexões
MARÇO 2000	(8) O general escapou. E agora? (9) (Má) notícia de jornal.
JULHO 2000	(10) Droga (11) Efeitos do pensamento único (12) Fim do neoliberalismo, a virada (13) Liberalizar sem deixar vestígios (14) O avesso do Pelô (15) Quantos diamantes valem os mortos do Congo (16) Quinhentos anos de iniquidades
JANEIRO 2001	(17) O rei está nu. E agora? (18) A escolha
FEVEREIRO 2001	(19) A Privatização da Ciência (20) Israelianos promovem limpeza étnica (21) Requebros endiabrados (22) Um projeto à frente, dois passos atrás
JUNHO 2001	(23) Krepúzculo dos ydiotas (24) Malvadeza caiu; e o PT?
SETEMBRO 2001	(25) Democracia defunta (26) Eu e o mundo (27) O profeta da Fome
FEVEREIRO 2002	(28) Poliana Amedrontada

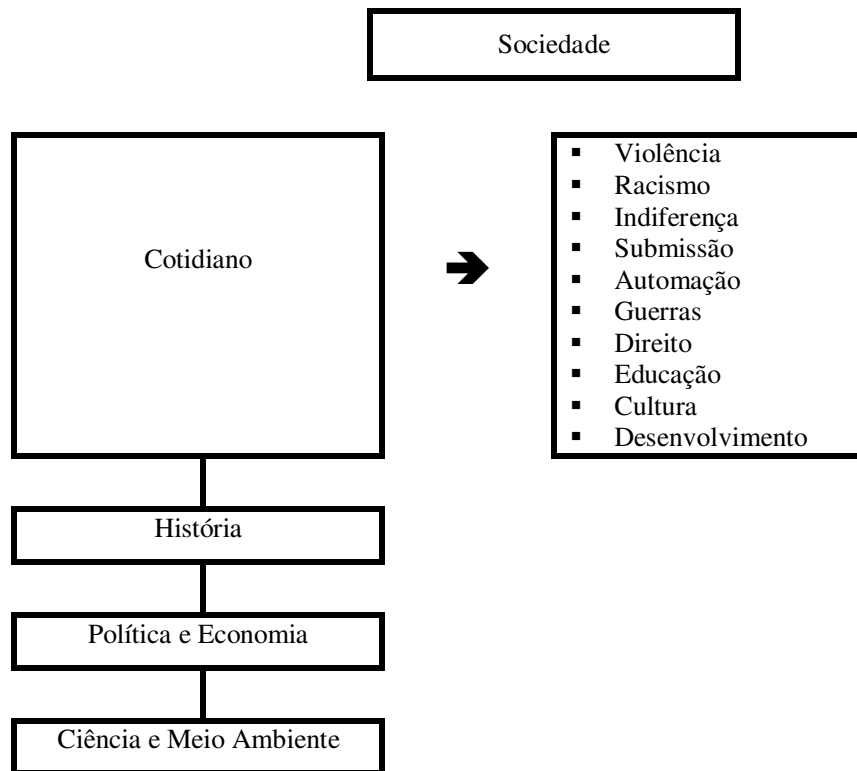


<b>Mês ano _Revista</b> <b>CAROS AMIGOS</b>	<b>Textos</b>
MAIO 2004	(1) Legalizar as drogas (2) O BNDES e a mídia (3) O dia do professor (4) Pelo começo (5) Vôo cego
FEVEREIRO 2005	(6) A Sociologia do Petucanismo ou a gênese da criminalidade acadêmica; (7) “Cardiume” de tragédias; (8) Dilemas da política econômica; (9) Emancipação versus des emancipação; (10) O fantasma da liberdade; (11) O grande blefe; (12) Tirem as patas do meu torresmo

Os textos selecionados apresentam um olhar sobre fatos e ações sociais, ora na expressão de uma voz jornalística, que atende aos propósitos gerais da Revista, ora na difusão de uma expressão pessoal. Este posicionamento do sujeito autor marca uma determinada instância enunciativa, a qual implica determinado estilo. Do mesmo modo, tal escolha vai interferir na utilização ou não de rótulos como estratégias para encaminhar um dizer no texto. É este o caso, por exemplo, dos rótulos dotados da função prospectiva, ou seja, sempre que o conteúdo sumarizado pelo rótulo vem após a sua lexicalização, que têm uma frequência significativa em alguns dos textos analisados. Tal constatação será mais bem apresentada ao longo da tese, mas permite, aqui, tecer a consideração de que não se deve ignorar a relação entre gênero, autoria e estilo na escolha das estratégias lingüísticas de um modo geral e, em particular, a escolha dos rótulos e seu funcionamento discursivo, atrelada ao projeto de dizer do autor.

A temática dos textos analisados mostra ou sugere um posicionamento dos cidadãos frente aos acontecimentos do país e do mundo e, ainda, faz uma avaliação crítica do papel e do desempenho das autoridades políticas, evidenciando os reflexos econômicos, políticos e culturais decorrentes da atuação ou indiferença desses representantes políticos na sociedade. É o que verifica na temática dos textos examinados, conforme Anexo B e, em síntese, nos quadros 1 e 2 a seguir:

**Quadro 1: Temática apresentada nas matérias do corpus selecionado**



**Quadro 2: Distribuição dos temas nas matérias do corpus selecionado**

		Assuntos			
		Cotidiano	História	Política/Economia	Ciência e Meio Ambiente
Textos analisados: 40		18	2	17	3
		45%	5%	42,5%	7,5%
			País		Mundo
		22		18	
		55%		45%	

(vide gráfico – Anexo D)

A partir desta linha editorial, infere-se um perfil de leitor e, por extensão, um perfil do tipo de trabalho com o discurso que neste espaço de voz é operado. Pode-se afirmar que se trata de textos bem elaborados, tanto na sua forma lingüística quanto na apresentação discursiva dos fatos e opiniões. É esta a razão da escolha dos textos da Revista Caros Amigos, como meio de exploração do fenômeno da rotulação discursiva em textos de teor argumentativo.

## Capítulo II:

### A ABORDAGEM SOCIOCOGNITIVA E O FENÔMENO DA REFERENCIAÇÃO

É sobre olhar algo sob determinado ponto que o texto Palomar<sup>8</sup> de Ítalo Calvino discorre. O personagem Palomar, homonímia do título do livro, se vê diante do mar, contexto de busca, e da onda, objeto de observação, com alguns dilemas por que passa todo observador: “não são ‘as ondas’ que ele pretende observar, mas uma simples onda e pronto”. Como observá-la sem trazer, nesta observação, a onda que lhe segue de imediato, como separá-la de outras ondas? É necessário ao Senhor Palomar limitar o seu ponto de observação, por mais que isto lhe pareça difícil, lembrando que “não se pode observar uma onda sem levar em conta os aspectos complexos a que essa dá ensejo”.

Este mesmo dilema é comum àqueles que tomam como objeto de investigação a linguagem; mais precisamente, a relação linguagem e mundo. Como observar a linguagem extraindo desta observação o sujeito de linguagem que a constitui, se é que assim o consideram? Como colher todos os componentes da linguagem sem deixar de captar as particularidades que envolvem cada um deles? Trata-se de questões que movem olhares e renovam pontos de observação.

Neste contexto, insere-se esta seção da tese, com o objetivo de percorrer caminhos que buscam elucidar a referência construída no mundo e para o mundo pelos sujeitos de linguagem. Deste modo, a tarefa que se propõe é a de refletir sobre a relação linguagem e mundo, apresentando alguns percursos teóricos que se propuseram a abarcá-la. Feitas as considerações teóricas pertinentes em seu bojo, este texto se constitui sob a perspectiva de estudo identificada como sociocognitiva<sup>9</sup>. E, neste enfoque, avalia como tal abordagem sustenta a tese segundo a qual a referência é um fenômeno discursivo.

A partir disto, a noção de referenciação é apresentada sob uma base epistemológica, em que se procura traçar uma trajetória de estudo da Referência para a Referenciação, bem como do deslocamento da questão do Cognitivismo para o Sociocognitivismo.

<sup>8</sup> CALVINO, Ítalo. Palomar na praia: leitura de uma onda. Apud: —, Palomar, trad. Ivo Barroso, São Paulo, Companhia das Letras, 1994, 7-11.

<sup>9</sup> É importante salientar que o termo Sociocognitivismo assinala uma grande variedade de abordagens, nas quais a separação entre individual/social ou interno/externo é questionada. Destacam-se, por exemplo, estudos desenvolvidos por Fauconnier (1994), Bronckart (1999), Mondada, além de autores como Hutchins (1995). Do mesmo modo, os trabalhos de Clark (1996); Tomasello (1992, 2003); Salomão (1997, 1999) entre outros citados no corpo do trabalho, que são arrimos para os argumentos trazidos na tese. Estudos mais recentes postulam os processos cognitivos como fenômenos situados, dinâmicos que surgem e se organizam em interação: é nesta perspectiva que se situa esta tese, apoiada numa abordagem sociocognitiva de algumas correntes da Linguística Textual, particularmente nas teorias sobre Referenciação.

## 2.1. CONHECER E DAR A CONHECER POR MEIO DA LINGUAGEM

O sono do menino é raiado de claridade e calor, o sono vibra no ar. Até que em pesadelo súbito, uma das palavras que ele aprendeu lhe ocorre (...). O que ele pensa estoura em choro... enquanto chora, vai se reconhecendo, transformando-se naquele que a mãe reconhecerá. Quase desfalece em soluços, com urgência ele tem que se transformar numa coisa que pode ser vista e ouvida senão ele ficará só, tem que se transformar em compreensível senão ninguém o compreenderá... (Clarice Lispector<sup>10</sup>).

“Como é que o homem se relaciona com o mundo por meio da linguagem?” Responder a esta questão não é tarefa simples, nem mesmo uma indagação de agora. Já faz parte da história das reflexões sobre a linguagem e é, há muito tempo, o que move os estudos desta natureza, os quais vêm proporcionando, entre outras possibilidades, pensar a linguagem por meio dela mesma.

Assim, a relação entre as palavras e aquilo que elas designam se constitui em tema de estudo, desde a Antigüidade, para a Filosofia, mais recentemente, para a Lingüística. Cada uma dessas áreas busca responder, a seu modo e com princípios teóricos próprios, como se dá tal relação. Nos avanços dos questionamentos, a indagação inicial se desdobra e vai sendo acrescida de outras indagações, mais complexas: “O que é cognição? Como se dá a relação linguagem e cognição?”. Esses novos questionamentos, por sua vez, geram respostas diferentes, ao se levar em conta de onde partem, quem se propõe a respondê-los e sob quais perspectivas. Apesar de diferentes, a maioria destas respostas se fundou em pressupostos comuns e foram se ancorando umas nas outras, “aqui e acolá”, conforme os pontos de observação.

O que se pode considerar, num primeiro momento, como fundamento comum, é o fato de que cognição se refere ao conhecimento, suas formas de produção e de processamento, as operações mentais que se realizam no ato de conhecer ou de dar a conhecer. Assim, independentemente da linha teórica aqui adotada, o viés da discussão se enlaça nesta troca de conhecer o mundo e de torná-lo significativo por meio da linguagem.

E é esta questão que ressurge na contemporaneidade dos estudos lingüísticos, numa revisão sobre os fundamentos epistemológicos do fazer científico, em que se busca um ponto de apoio entre o formal e o funcional. No que tange ao lingüístico, retoma-se a questão da natureza da linguagem, conforme Marcuschi (2003:15):

(...) a Lingüística do século XXI deverá dar mais atenção aos processos cognitivos na perspectiva sociocognitiva, construindo no seu entrono toda a explicação tanto da gênese como do funcionamento e emprego da linguagem num procedimento não-instrumental, mas constitutivo do tipicamente humano.

Optar por tal abordagem significa pensar a relação linguagem e cognição harmonizando o cognitivo, o lingüístico, o social e o histórico, numa perspectiva do funcionamento do sistema na sua relação com o contexto situacional, social.

<sup>10</sup> LISPECTOR, Clarice. Felicidade Clandestina. Rio de Janeiro, Rocco, 1998. p. 136-139.

Os rumos teóricos que se estabeleceram no intuito de investigar a relação entre uma representação simbólica e o seu objeto de representação ou, em outras palavras, a construção da realidade por meio da linguagem foram (e são) muitos, partindo de diferentes áreas do saber<sup>11</sup>. Por esta razão, é importante ressaltar que as discussões trazidas neste texto se constituem num rastreamento tímido de algumas concepções, o que significa assumir que não é feito aqui um tratamento exaustivo das questões sobre o ato de referenciar. Entretanto, para uma melhor condução da abordagem com a qual o texto se identifica – a saber, uma visão sociocognitiva da referência – expõem-se, a seguir, alguns delineamentos teóricos importantes, a partir dos quais uma discussão do cognitivo e do lingüístico se sustentou e ainda aponta vestígios em (re)formulações atuais.

## 2.2. O COGNITIVO E O LINGÜÍSTICO: ALGUMAS NOTAS

O discurso das ciências experimentais ou naturais postulava uma condição referencial da linguagem, fundada numa ligação direta entre as palavras e as coisas. Nessa abordagem, o signo deve se referir sempre a algo que lhe é exterior: o ato mental era abstraído da relação, a fim de se conceber uma transparência entre as palavras e as coisas. A questão da referência e da verdade<sup>12</sup> era reduzida à relação de correspondência entre representações simbólicas e mundo ou universo discursivo.

Esta visão pressupôs, portanto, a existência de um mundo autônomo, independente da existência de um sujeito que a ele se refira; assim, as representações lingüísticas eram vistas como “entidades” que se acomodavam a este mundo objetivo e preexistente ao discurso. Desta maneira, há uma estabilidade dessas entidades tanto no mundo quanto na língua. Um estudo que tenha como base tais postulados enfatiza a segmentação do discurso em nomes e a organização do mundo em entidades objetivas, observando como se dá a correspondência entre uma e outra relação. Mas esta idéia, mesmo entre seus propagadores, era motivo de controvérsia, pois eles se indagavam: “como conceber o objeto da linguagem (pensamento) fora da linguagem (pensamento)?”.

Os argumentos que defendem uma correlação entre linguagem e mundo, mediada pelo simbólico, não esclareciam o modo como a correspondência se realizava. Por esta razão, outros caminhos foram seguidos, objetivando sanar esta e outras falhas<sup>13</sup> teórico-metodológicas, dentre eles, os que postulavam a hipótese internalista sobre a significação.

A abordagem das ciências cognitivas clássicas surgiu, marcadamente a partir da década de 1950, para se sobrepor à visão dominante de estudo, que se propunha considerar o ser humano a partir de um enfoque comportamentalista, behaviorista. As explicações sobre a relação linguagem e cognição se davam sob o ponto de vista externo, não se recorriam a explicações de ordem subjetiva, isto é, não se faziam referências aos estados mentais, às intenções, enfim, não se observava o ser humano sob um ponto de vista interno ou subjetivo.

<sup>11</sup> Por exemplo, nas ciências sociais deve ser considerado o trabalho de autores como BERGER, P./LUCKMAN, T. *A construção social da realidade*, Petrópolis, Vozes, 1978.

<sup>12</sup> O termo “verdade” empregado neste trecho se fundamenta nos princípios teóricos vericondicionais que postulam uma relação rígida e biunívoca correspondente entre linguagem e mundo e sob os quais a noção de verdade implica a de correspondência.

<sup>13</sup> Considerar a existência de falhas numa abordagem teórica por não enfatizar determinados aspectos que se considerem, à luz de alguns outros princípios teóricos, relevantes é algo que deve ser relativizado; pois, na verdade, trata-se de uma questão de escolha no direcionamento dos argumentos teóricos, isto é, o que pode ser considerado relevante para uma perspectiva não o é, muitas vezes, em outras.

O advento das ciências cognitivas influenciou as demais ciências em diferentes aspectos. Apesar disso, nem sempre um diálogo entre essa “nova” ciência e as ciências sociais, por exemplo, ocorria. Embora as capacidades cognitivas que interessavam aos cognitivistas clássicos tivessem uma dimensão social, na maioria das vezes os aspectos sociais e cognitivos da linguagem foram colocados em lados opostos, gerando pontos de vista diferentes.

Isto não significa que os aspectos sociais da linguagem e da cognição fossem ignorados, pois se reconhecia o caráter social da linguagem, mas isto não interferia na explicação dos fenômenos de linguagem. Apesar de ser incontestável que a vida social exista para os cognitivistas clássicos, eles desenvolveram seus argumentos sem considerá-la relevante para suas fundamentações teóricas.

Para os cognitivistas clássicos, as reflexões se conduziam a partir de indagações do tipo: como a memória se organiza? Como o conhecimento está organizado na mente? etc. Ao elegerem tais focos de estudo, eles se distanciaram das abordagens anteriores, não só pelos questionamentos, mas, principalmente, no que se refere ao método de investigação. Houve uma ampliação do enfoque: não era examinada apenas a linguagem dentre as capacidades cognitivas, outras capacidades eram observadas: o fato de o homem ser apto para locomover-se nos diferentes espaços, tal como passar num local sem esbarrar nos móveis que ali se encontram, de estabelecer cálculos na identificação, por exemplo, da variação do conteúdo de um recipiente ao segurá-lo, etc.

Esta posição teórica definiu a mente como separada do corpo e a cognição, portanto, como uma atividade autônoma da mente. O cognitivismo se fundamentava em modelos de informação que se podiam representar por símbolos passíveis de manipulação e a mente se assemelhava a um computador.

Para esses cognitivistas, as coisas do mundo eram representadas internamente por símbolos e as atividades mentais resultariam em operações sobre esses símbolos. Com este pressuposto, eles procuraram explicar as regras pelas quais os símbolos se combinavam, apagavam-se e se transformavam, por meio de um mecanismo inato que permitia ao homem desenvolver a linguagem. Concebia-se o conteúdo da mente, portanto, como uma representação simbólica. O objetivo maior era o de explicar como os conhecimentos se estruturam na mente e como eles são requeridos para solucionar o que o entorno apresenta como problema.

O entorno engloba, segundo tal perspectiva, a cultura e a vida social, o que exigiria da mente uma representação de conhecimentos especificamente culturais. Assim, se procurava saber que conhecimentos o indivíduo deve ter para agir de modo satisfatório na sua vida cultural. Os conhecimentos apreendidos, armazenados, seriam tomados como “cultura”. Logo, a cultura se comporia do conjunto de conhecimentos alocados nas mentes e seria algo passivo, sobre o qual a mente humana agiria.

Críticas se fazem a este conceito de cultura: uma delas reside no fato de que os fenômenos culturais são processos que emergem da práxis social e da linguagem em permanente interação. Por esta razão, são instáveis e estão sempre se constituindo, fato que não combina com a idéia de coleção de informações ou conjunto de conhecimentos estáticos, defendida pelos cognitivistas clássicos. Outra crítica se baseia no fato de que não se tem uma separação radical entre externo/interno em se tratando do “dentro” e do “fora” das mentes, o que há é uma inter-relação complexa. Voltar-se só para o “dentro” ou só para o “fora” da mente gera equívocos para uma noção de cognição.

Numa fase inicial da ciência cognitiva, portanto, considerava-se que a mente se achava presa ao corpo por contingência da matéria. O que se encontrava no mundo exterior era representado por meio de imagens, miniaturas dos objetos que se instalavam no cérebro e a partir das quais identificaríamos as coisas do mundo; tinha-se, portanto, o dualismo corpo/mente.

A idéia de que mente e corpo são entidades estanques preteriu questionamentos sobre os meios pelos quais os estímulos dos sentidos são traduzidos em símbolos. Entretanto, numa tentativa de respostas mais satisfatórias à apreensão do mundo, começou-se a postular que as experiências eram o centro de aquisição do conhecimento; logo, a cognição é um processamento de informações vindas pelos sentidos e a mente é um construto das interações físicas, corpóreas com o meio ambiente no qual vivem os sujeitos.

Sob este ponto de vista, os significados seriam derivados de esquemas sensório-motores que se adquirem a partir das ações dos sujeitos no mundo. Por esta razão, o significado se encontraria no corpo vivo do locutor/interlocutor que está em várias relações com o meio, e não na correspondência entre palavras e coisas.

### **2.3. UMA RELEITURA DA RELAÇÃO ENTRE O COGNITIVO E O LINGÜÍSTICO: O FOCO NOS PROCESSOS TEXTUAIS-INTERATIVOS**

Desde o final da década de 1980, um diálogo entre essas perspectivas tem se tornado possível, pois têm surgido espaços de compreensão do fenômeno cognitivo, em geral, e da linguagem, em particular, como atividades situadas. Isto se deveu ao fato de haver uma insatisfação com o conceito de mente até então adotado.

O sujeito não é visto apenas como possuidor de uma inteligência, de estruturas cognitivas, especialmente memoriais, que o fazem representar o mundo que lhe é exterior. Não é somente o sujeito biológico, mas, também, o sujeito social que, em conjunto, constrói os referentes, dando uma estabilidade a seu mundo, produzida a partir de processos simbólicos complexos, os quais criam um efeito de objetividade.

Em síntese, existem os cognitivistas clássicos que se preocupam com os aspectos internos, individuais, inatos e universais do processamento lingüístico; e existem os cognitivistas sociointeracionistas que estão preocupados com a quebra da dualidade interno/externo nos estudos da linguagem.

Assim como muitos pesquisadores oriundos do Cognitivism clássico re-avaliaram seus posicionamentos, outros estudiosos, com a formação predominantemente nas ciências sociais, oportunizaram novos olhares, ou melhor, permitiram-se um olhar subjetivo, passando a se preocupar com a dimensão sociocognitiva nas suas construções teóricas, levando em conta, também, o processamento lingüístico, a situacionalidade e a sua suscetibilidade ao contexto sócio-histórico.

Essa visão mesclada permitia compreender a linguagem como forma de ação no mundo, uma ação conjunta, produto de uma série de outras ações mais simples, também em conjunto, e que se organizam hierarquicamente, formando etapas de uma ação central. Os falantes se organizam para atuarem conjuntamente, utilizando-se, para tal, tanto de recursos lingüísticos quanto de recursos extralingüísticos/sociais, e, ainda, individuais, subjetivos, cognitivos. Assim, a linguagem tem tanto uma dimensão individual, subjetiva, quanto uma dimensão pública e historicizada.

Atualmente, apesar dos enfoques heterogêneos, pode-se identificar, no campo do Cognitivismo, a posição de que não é possível estudar a mente de forma separada do organismo em que se situa (corpo), nem do meio onde os processos comunicativos acontecem. Por isto, não se podem avaliar os fenômenos cognitivos somente sob uma perspectiva interna, já que muitos desses fenômenos acontecem socialmente.

Reflexões teóricas atuais sobre a relação entre linguagem e cognição, principalmente as que se fundam num viés pragmático-discursivo, isto é, que consideram os processos interacionais na atividade lingüística, permitem afirmar que um estudo sobre as línguas e o funcionamento da linguagem não pode ser levado adiante sem apoio das reflexões cognitivas, que têm como foco o estudo da cognição humana. E que, por outro lado, um estudo sobre o cognitivo implica uma reflexão sobre a linguagem e o lingüístico. Assim, avizinham-se os caminhos entre as Ciências Cognitivas e a Lingüística para explicar a produção do sentido e a sua representação, oferecendo respostas, ainda que vagas e incompletas, aos questionamentos sobre conhecimento e linguagem.

Apesar dessas aproximações entre os teóricos, existem dicotomias que individualizam as abordagens. Por exemplo, as distinções que se fazem entre o que é interno e o que é externo em termos de linguagem; entre o que é inato e o que é aprendido; entre o que é biológico e o que é social. A forma como essas dicotomias são vistas contrapõe as visões sobre conhecimento e linguagem, tanto no interior das ciências cognitivas, quanto em algumas áreas da Lingüística.

Em relação aos domínios da Lingüística, em que a abordagem social é relevante, há a necessidade de se compreenderem os aspectos cognitivos dos processos de interação por meio da linguagem, conforme afirma Morato (2003), ao abordar os estudos de Vygotsky (1984) sobre linguagem e cognição: “a unidade da relação linguagem – cognição se estabelece enunciativamente, isto é, nas situações dialógicas, em que aquele autor identifica um “continuum entre interioridade e exterioridade”. A autora complementa afirmando, neste mesmo texto, que “a linguagem é tida como o principal mediador da interação nas referências do mundo social e cognitivo, de modo a estreitá-los de forma constitutiva”.

Nos percursos teóricos citados, podem-se, pois, sinalizar duas facetas importantes: cognitiva e discursiva, que ora se encontram, ora se distanciam, em seus fundamentos. Entretanto, ambas se fortificam marcando, essencialmente, num primeiro momento, uma separação entre o lingüístico e o não lingüístico e, em outro, uma oposição entre comunicação e significação. E, atualmente, num re-agendamento<sup>14</sup> dos estudos cognitivos, em vez de separações e oposições, mesclam-se dicotomias e entremeiam-se sujeito, linguagem, sociedade, história e interação.

#### **2.4. O OLHAR SOCIOCOGNITIVO PARA OS FATOS DE LINGUAGEM**

Estas observações apontam o que se pode designar como uma postura sociocognitivista na observação dos fatos de linguagem, a qual considera aspectos sociais e culturais no processamento cognitivo, pois existem muitos processos cognitivos que acontecem em sociedade e não são exclusivos da mente, o que implica entender a cognição como fenômeno, também, enunciativo.

---

<sup>14</sup> MARCUSCHI (2003) considera o “desafio cognitivo” como a maior perplexidade da lingüística contemporânea, tendo em vista que se trata de uma determinação tanto interna como externa da língua e que não pode mais ser dicotômica, nem formal ou funcional simplesmente.



Para ilustrar esta afirmativa, cita-se um exemplo comentado por Koch & Cunha -Lima (2004:280):

(...) uma criança que trabalha vendendo balas na rua consegue, com muita velocidade, realizar cálculos matemáticos relativamente complexos e não consegue realizar os mesmos cálculos na escola (ou, mesmo, outros mais simples). Ora, se estivesse em jogo apenas o raciocínio matemático abstrato, como explicar a flagrante diferença de desempenho?

Entendimentos como este oferecem novos campos de discussão e alargam visões já estabelecidas no tocante aos estudos sobre o conhecimento. Por esta razão, é possível rotular como estudos sociocognitivistas linhas teóricas das mais diversas áreas do saber, que levem em consideração a construção de mão dupla entre cognição e sociedade. Mesmo que não haja uma delimitação precisa, os estudos fincam pé na busca de um modelo de cognição que se constitua no social e, ainda, na busca de meios que investiguem como a sociedade dá forma à cognição.

A trajetória percorrida nas reflexões sobre “como se dá a relação linguagem e cognição?” até chegar à enunciação, considerando-a como importante para o processo de significação, foi longa e, mesmo assim, os impasses, anteriormente identificados, não se resolveram, conforme observa Salomão (2003:77):

(...) Enquanto os estudos discursivos mais se guiam pelos aspectos sociais da gênese do sentido (a microfísica da interação, os gêneros textuais, as ordens ideológicas subjacentes), os estudos cognitivos têm preferido focalizar os processos mentais de categorização e esquematização, as projeções entre domínios epistêmicos, as transferências figurativas da estrutura conceptual, o gerenciamento do fluxo discursivo.

Como se pôde verificar, as abordagens se destacam pela inquestionável contribuição em relação às reflexões anteriores, como, por exemplo, a rejeição ao caráter representacional da linguagem. Entretanto, aspectos sociais e processos mentais não se apresentam de modo entrelaçado. Por esta razão, o fato de os estudos cognitivos e discursivos reconhecerem a cena comunicativa como importante no processamento dos sentidos não impediu o embaraço teórico de reduzir o estabelecimento do sentido ou da verdade ao simples acordo coletivo. Sob este ponto, destacam-se as afirmações de Marcuschi (2001) de que o conhecimento partilhado da língua utilizada não é condição suficiente para a compreensão e, ainda, de que o conhecimento partilhado, na verdade, é uma presunção de partilha, visto que há uma série de pré-requisitos para que se possa considerá-lo de uso comum, dada a sua instabilidade.

Assim, seria menos arriscado afirmar que os conhecimentos comuns partilhados, nas palavras do autor citado, “são construídos em comum e que essa condição de ser comum seria o resultado de um movimento interativo que leva ao partilhamento, mas não é um a priori lingüístico embutido nas mentes humanas e conduzido pelos itens lexicais, (Marcuschi, 2001:44). E isto permite asseverar que, na produção de significações, são as condições comuns e partilhadas de conhecimentos que permitem a referenciação, entendida como atividade colaborativa.

Na área de estudos da linguagem, por exemplo, destacam-se, aqui, posicionamentos da Lingüística Textual, a qual tem como objeto de estudo o texto<sup>15</sup>, ato de comunicação unificado num complexo univer-

<sup>15</sup> O conceito de texto, aqui tomado, vale ressaltar, se refere a uma construção sociointerativa em que confluem aspectos de natureza cognitiva, social e lingüística e que se constitui como processo e não como produto de linguagem.

so de ações humanas, na construção do(s) sentido(s) pelos atores sociais no processo comunicativo. Os textos são também uma fonte de conhecimentos, que são mobilizados e ativados, construídos e reconstruídos na produção<sup>16</sup> ao longo das interações. Logo, os textos são matéria para a construção das representações mentais e para as categorizações sociais e, do mesmo modo, para a circulação e construção de conhecimentos socialmente partilhados. Por fim, são formas de cognição social e organizadores dos conhecimentos de uma dada cultura. Conforme esclarece Koch (2002:157):

Os textos como forma de cognição social permitem ao homem organizar cognitivamente o mundo. É em razão desta capacidade que são excelentes meios de intercomunicação, bem como de produção, preservação e transmissão do saber. Determinados aspectos da nossa realidade social só são criados por meio da representação dessa realidade e só assim adquirem validade e relevância social, de tal modo que os textos não só tornam o conhecimento visível, mas, na realidade, sociocognitivamente existente.

Em razão disto, os estudos de texto têm um papel importante nas discussões sobre a relação entre cognição e vida social, uma vez que há uma estreita relação entre a Linguística Textual e as Ciências cognitivas. Para a Linguística do texto, o processo de compreensão textual se dá no enlace das informações que se encontram sugeridas na sua cotextualidade, com os conhecimentos sociais que, a partir de pistas, sugestões, são acionados pelos indivíduos. Compreender textos depende, portanto, de uma grande parcela de conhecimentos partilhados. Conforme Koch & Cunha-Lima (2004: 291):

A natureza, a estrutura, o armazenamento e o processamento desses conhecimentos são questões fundamentais para a Linguística Textual desde, pelo menos, a década de 1980. Isso fez com que a Linguística Textual passasse a ter a necessidade de refletir sobre fenômenos como memória, atenção, representação mental e processamento cognitivo em geral, precisando postular ou adotar um modelo de cognição que desse conta dos fenômenos encontrados na análise de texto.

Um retrospecto às informações dos tópicos anteriores se faz necessário, a fim de identificar dois rumos que – conforme se mencionou nos parágrafos iniciais sobre a formulação de respostas para a questão da relação linguagem e mundo – ficaram marcados, bem como direcionar as reflexões teóricas deste texto. Podem-se sistematizar duas abordagens principais de estudo<sup>17</sup> para a questão da construção do(s) sentido(s). Uma delas baseada numa perspectiva fundada na semântica lógica<sup>18</sup>, sob a qual a linguagem é uma estrutura lógico-semântica que independe das circunstâncias discursivas; logo, referir é espelhar o real. E a outra, que se funda numa concepção enunciativa<sup>19</sup>, em que a referência é concebida como

<sup>16</sup> Esta produção, no caso do texto escrito, por exemplo, se estende às ações de escritura e de intelecção; pois, conforme MARCUSHI e outros autores, produz sentido(s) quem escreve e quem lê.

<sup>17</sup> O objetivo deste estudo não é o de traçar um percurso histórico das reflexões sobre a referência, embora se mencionem informações desta natureza, a fim de tornar mais coerente o posicionamento adotado. Recomenda-se, para tal, a leitura do trabalho de CARDOSO (2003) em que a autora faz um estudo da questão da referência citando autores e obras fundamentais para o assunto; mas não se deixa, é claro, de ressaltar a necessidade de uma leitura crítica diante de posicionamentos que se particularizam em determinadas abordagens e linhas de pesquisa, principalmente, no que diz respeito às contribuições atuais advindas da Linguística do texto.

<sup>18</sup> Conforme os estudos de Frege, para quem os signos são entidades abstratas não mentais (FREGE, J. G. *Lógica e filosofia da linguagem*, São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1978), e Russell (RUSSELL, Bertrand. *Ensaio escolhidos*, Coleção *Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural, 1978), ambos consideravam que, para buscar a referência das palavras, se deve fazer abstração de sua enunciação.

<sup>19</sup> Sobre a qual se podem adquirir aprofundamentos nos trabalhos do lingüista francês Émile Benveniste: —, *Problemas de Lingüística geral I e II*, Campinas, Pontes Editores (1966/1995) – (1974/1989), respectivamente.

parte integrante da enunciação, assegurando que o signo lingüístico não só apresenta uma realidade, mas também a cria – pois nem tudo o que dizemos está inscrito no mundo –, realçando o caráter reflexivo do referente, isto é, que o referente não é a realidade, mas o que ele institui como tal. Então, a linguagem se volta para ela mesma, num processo meta, o que confirma o posicionamento de que não se pode considerar o signo fora da sua enunciação.

## 2.5. OS PROCESSOS REFERENCIAIS NA DISCURSIVIZAÇÃO DO MUNDO

Esta seção se propõe discutir uma abordagem enunciativa, de forma a contribuir com alguns avanços teóricos. Visão que atende à Lingüística do Texto nas reflexões acerca dos processos referenciais na discursivização do mundo (Mondada & Dubois (1995), Koch (1998 –2005), Marcuschi (1998-2001), o que se discutirá a seguir, partilhando, com outras teorias, a idéia de que a mente humana não é só um processador de informação, mas acrescentando a noção de que ela é um outro participante da ação, situada e corporificada,<sup>20</sup> e que o processamento das informações se dá por meio de estratégias de ordem sociocognitiva, as quais levam em conta os conjuntos de conhecimentos socioculturalmente determinados e adquiridos em (con)vivência, passíveis de complementação e/ou de reformulação.

Uma das preocupações dos teóricos do quadro sociocognitivista, nos estudos de texto, é em relação à questão de como o sentido se constrói interativamente e como a linguagem pode falar do mundo. Com isto, os processos de referenciação são o alvo desta abordagem, tratados de modo dinâmico, como uma atividade. E a construção do(s) sentido (s) é entendida como um processo que se dá dentro e fora das mentes, requerendo constante negociação, o que ressalta o caráter instável dos signos lingüísticos que, nesta perspectiva teórica, funcionam como pistas deflagradoras de sentidos, as quais, acrescidas de outros indícios, confluem para a construção de um sentido situado, emergente do contexto, da prática discursiva.

O contexto,<sup>21</sup> visto deste modo, é mais do que o entorno físico, social ou cultural. É, acima de tudo, uma noção cognitivamente construída. O conjunto dessas representações se encontra interiorizado nos interlocutores e é mobilizado, sempre que necessário, no ato da enunciação. Ele engloba, portanto, não só o lugar e o momento da enunciação, mas também os participantes, os meios de interação de que se utilizam, os recursos extralingüísticos – gestos, olhares, etc. –, o texto em realização, os conhecimentos de mundo compartilhados entre os usuários e o entorno sociocultural, que ultrapassa a enunciação. Enfim, a noção de contexto se amplia e abarca os aspectos cognitivos em funcionamento na interação.

<sup>20</sup> Segundo VARELLA, THOMPSON & ROSCH (1992), autores citados por KOCH (2002), p. 37, para esta autora, a mente humana é corporificada (“embodied”).

<sup>21</sup> Não se tem uma concepção única para “contexto”, mas se pode afirmar que há um consenso relativo no sentido de que para uma análise das unidades lingüísticas é preciso levar em conta o exterior. Contudo, este “levar em conta o exterior” também se relativiza, pois alguns teóricos o fazem num movimento de (des)contextualização privilegiando o aspecto formal e outros fazem o inverso, ou seja, fazem uma (re)contextualização, considerando que não há discurso fora de contexto. E no meio termo dessa disparidade estão as posições de que o contexto não é o “todo-poderoso”, ele é invocado, quando necessário, para desfazer, por exemplo, ambigüidades, explicitar efeitos de sentido, etc. A noção de contexto, portanto, tem realce para os estudos contemporâneos sobre o indivíduo e a linguagem, a história e a cultura e os seus entrelaces na inteligência e produção de textos.

## 2.6. REFERÊNCIA E REFERENCIAÇÃO

O estudo da referenciação textual se configurou em tema de pesquisa para autores como Apothélos, Berrendonner, Chanêt, Charolles, D. Dubois, Kleiber, Mondada e Reichler-Beguélin<sup>22</sup>, os quais defendem o enfoque discursivo no processo de referenciação, pois este é visto como uma atividade de construção de “objetos-de-discurso”, objetos que não se confundem com a realidade extralingüística, mas (re)constroem-na no processo de interação. Assim, para estes autores, referir é, sobretudo, elaborar uma discursivização ou textualização do mundo, a qual se funda em escolhas do sujeito em função de um querer-dizer. Partilham da mesma concepção os autores Koch e Marcuschi<sup>23</sup> considerados neste trabalho.

O enfoque de observação no funcionamento da linguagem, principalmente com os estudos pragmáticos<sup>24</sup>, permite compreender que os sujeitos realizam processos complexos na passagem de representações (mentais) para expressões lingüísticas. Apesar de não ser ainda possível elucidar o modo como esse processo interno se dá, é possível afirmar que conhecer é relacionar fenômenos e não simplesmente representar mentalmente um mundo externo por meio da linguagem.

Em outras palavras, não se utiliza a linguagem para falar sobre o mundo, mas para construir um mundo nas interlocuções; logo, a linguagem é dialogia, é “argumentação”. A linguagem, portanto, não é um meio pelo qual se pretende alcançar uma verdade a respeito do mundo que está fora dela, pois é nesse mundo que ela é construída e, por esta razão, é relativizada pelo homem. Em outras palavras, a linguagem é uma atividade social e cognitiva e, ainda constitutiva por ser colaborativa.

Uma explicação para a produção do(s) sentido(s) envolve, assim, um tripé: linguagem, cognição e atividade discursiva. Esse tripé pode ser analisado sob uma ótica da exterioridade (inspiração interacional ou discursiva) e sob uma ótica da interioridade (inatista). As duas perspectivas, individualmente, não dão conta da complexidade no enlace daqueles elementos, pois muitos são os pormenores que lhes escapam diante de fenômenos a serem analisados, tais como: memória, processamento sociocognitivo, inferências, implicaturas, etc., no estabelecimento do sentido.

Por esta razão, a construção do(s) sentido(s) não é uma atividade que acontece exclusivamente na mente do sujeito, mas uma atividade que se faz conjuntamente na interação e implica negociação dos atores envolvidos no processo comunicativo<sup>25</sup>. Por isto, usar a linguagem é realizar uma ação que se verte em contextos sociais e que se desenvolve com base nos propósitos comunicativos e nos papéis sociais dos sujeitos nela envolvidos. Por isto se enfatiza que a linguagem não é só uma ação conjunta, mas também socialmente coordenada. Conforme Koch & Cunha- Lima, (2004: 285 –86)

<sup>22</sup> Pesquisadores franco-suíços, membros do Projeto Cognisciences, pertencentes a várias universidades, por exemplo, Universidade de Paris, Neuchatel (Suíça) e outras.

<sup>23</sup> Idéias afins podem ser verificadas nos seguintes textos: KOCH, Ingedore G.V. Referenciação: Construção discursiva. Ensaio apresentado por ocasião do concurso para Professor Titular em Análise do Discurso do IEL/UNICAMP, dez. 1999, e, ainda — & L. A. MARCUSCHI. Processos de referenciação na produção discursiva. D.E.L.T.A. v. 14: 169-190 (número especial), 1998.

<sup>24</sup> Esses estudos trouxeram à cena a questão dos usos de linguagem deixados de lado pelas correntes anteriores dos estudos lingüísticos; por esta razão, usos e funcionamentos da língua em situações concretas são abordados por esta perspectiva de estudo.

<sup>25</sup> Conforme VARELA, F.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. (1992) – há um processo de enação, ou seja, o conhecimento emerge das ações dos sujeitos e de suas capacidades sensório-motoras que lhes permitem desenvolver conceitos nas atividades interativas nas quais atribuem sentidos(s) ao mundo que os rodeia.

Ver a linguagem como ação conjunta não é, então, suficiente: é preciso passar a abordá-la como uma ação social. Relações sociais complexas (cultural e historicamente situadas) autorizam ou desautorizam os falantes a produzirem certos sentidos. Relações sociais distribuem desigualmente o poder para estabelecer qual a interpretação do dito entre as instâncias ou pessoas que participam de uma dada interação.

No enlace do cognitivo e do discursivo, com as ressalvas pertinentes, é possível abordar a questão sobre o modo como a língua se refere ao mundo, a partir não só de uma visão discricional deste, em que se destacam os processos cognitivos que permitem sua estabilização discursiva, mas também da atividade sociointerativa dos sujeitos falantes, por meio da qual se fabrica publicamente (um)a realidade. Deste modo, o enfoque se dá na constituição das entidades lingüísticas, considerando, essencialmente, uma instabilidade constitutiva das categorias cognitivas e lingüísticas, em que o interesse está em saber como as atividades humanas, cognitivas e lingüísticas constroem e dão um sentido ao mundo. Conforme Koch & Marcuschi (1998: 169-90), “a discursivização ou textualização do mundo por meio da linguagem não consiste em um simples processo de elaboração de informações, mas num processo de (re) construção do próprio real”.

Assim, pensar como o homem produz um conhecimento sobre o mundo, a partir da, com e sobre a linguagem, requer que se leve em conta não só o processo cognitivo, mas também o lingüístico e o social, processos esses que concorrem para a construção do conhecimento. Logo, este sujeito social opera com o mundo, sobre o mundo, constrói e reconstrói esse mundo discursivamente. Por esta razão, a produção de conhecimento implica ação, não é algo passivo. Muito pelo contrário, é algo dinâmico e interativo. Em outras palavras, é um jogo lingüístico-discursivo.

Pode-se afirmar que sem a língua não saberíamos produzir nem distribuir o conhecimento do mundo. Conforme Koch (2002: 44): “(...) a língua não existe fora dos sujeitos sociais que a falam e fora dos eventos discursivos nos quais eles intervêm e nos quais mobilizam seus saberes quer de ordem lingüística, quer de ordem sociocognitiva, ou seja, seus modelos de mundo”. Assim, o papel da língua é mais do que intermediar o conhecimento é, ratificando o que chama atenção Franchi (1992), o de constituir o nosso conhecimento.

A constituição se dá pelo fato de que os objetos não são dados de acordo com o que está no mundo, mas pelo fato de eles se construírem através da atividade sociocognitiva em constante dinamização de sentido(s), nas práticas interativas com a linguagem, fazendo com que se dê a construção colaborativa dos objetos de discurso, conforme Mondada & Dubois (1995/2003) “objetos cuja existência é estabelecida discursivamente, emergindo de práticas simbólicas e intersubjetivas.

Essas práticas emergem de uma construção cognitiva e social, dependente do sujeito e de sua história. Por isto, o ato de nomear não diz respeito somente ao modo como o ser humano vê o mundo e como ele designa as coisas que se encontram nesse mundo. É uma ação construída por um sujeito capaz não só de nomear, mas de criar e recriar em interação com outros sujeitos de linguagem, que se encontram num dado contexto social e discursivo, em práticas que consideram a sua subjetividade. Por esta razão, os objetos do mundo são, na verdade, objetos criados no discurso, são efeitos das práticas discursivas dos sujeitos de linguagem.

Nesta perspectiva, substitui-se a noção de referência pela noção de referenciação, tal como postulam Mondada & Dubois (1995/2003): A visão de representação do mundo é questionada e se defende a idéia de discursivização deste mundo, em que há a construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações lingüísticas, passíveis de transformação, modificação e re-avaliações nas concepções individuais e públicas do mundo.

Para Mondada (2003: 20), os objetos do mundo aos quais o discurso faz referência são “objetos constitutivamente discursivos”, são gerados na enunciação; isto é, eles se elaboram numa dinâmica discursiva, não fazem uma simples remissão lingüística. Devido a este fato, não se usa a noção de referência, e sim de referenciação, pois não se trata de um ato de designação do mundo, mas de uma construção dinâmica desse mundo por meio do discurso. Nas palavras da autora:

(...) passando da referência à referenciação, vamos questionar os processos de discretização e de estabilização. Esta abordagem implica uma visão dinâmica que leva em conta não somente o sujeito “encarnado”, mas ainda um sujeito sociocognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo. Este sujeito constrói o mundo ao curso do cumprimento de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias – notadamente às categorias manifestadas no discurso.

Isto não significa dizer que se constrói o mundo apenas discursivamente, pois para tal são utilizadas estratégias de processamento interno que, em boa medida, são realizadas na co-textualidade, e também estratégias que se realizam a partir de enquadres de fatores externos, preexistentes. Conforme a autora<sup>26</sup>

(...) o discurso caracteriza-se pelo fato de construir progressivamente uma configuração ao se enriquecer com novos aspectos e propriedades, suprimir antigas ou ignorar outras possíveis, que ele pode associar com outros objetos integrando-se em novas configurações, ou se articulando em partes suscetíveis de se autonomizarem em novos objetos. O objeto se completa discursivamente.

Ainda:

(...) os objetos sociais não são um desvio do modo “normal” de referir, mas que, de modo simétrico, trata-se de considerar a referência aos objetos do mundo psíquico e natural, no âmbito de uma concepção geral do processo de categorização discursiva e cognitiva tal como eles são observáveis nas práticas situadas dos sujeitos.

Neste dinamismo, a realidade é, nas palavras de Koch (2004), “mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele. Nós interpretamos e construímos nossos mundos na interação com o entorno físico, social e cultural<sup>27</sup>”. O sujeito de linguagem, portanto, é um sujeito imerso nas práticas lingüísticas, sociais e culturalmente situadas, as quais tornam públicas versões do mundo por meio da língua.

<sup>26</sup> MONDADA, Lorenza. (1994) Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir. Approche linguistique de la construction des objets de discours. Lausanne – Université de Lausanne, Faculté de Lettres. Thèse pour obtenir le grade de docteus en lettres. (671pp.)

<sup>27</sup> KOCH, I.G.V. (2004) Argumentação e remissão textual. Texto mimeografado. Campinas, UNICAMP.

É o que permite afirmar, tal como Marcuschi (2002: 43-62), que a língua se manifesta como um conjunto de práticas sociointerativas: “a maneira como nós dizemos as coisas aos outros é decorrente de nossa atuação lingüística sobre o mundo com a língua, de nossa inserção cognitiva no mundo e de componentes culturais e conhecimentos diversos”. A língua, portanto, é mais do que uma simples mediadora, é uma atividade cognitiva e discursiva, considerando-se que o processo cognitivo tem a ver, também, com a atividade sócio-histórica dos indivíduos, já que não retrata apenas um estado perceptivo sensorial.

O processo de referenciação, nestes termos, está levando em conta uma atuação cotextual e contextual do homem ao nomear, designar ou atribuir simbolicamente uma representação ao que se vê no mundo, até porque não há uma relação direta entre linguagem e mundo, pois nem tudo o que se nomeia está presente ou tem uma existência própria. Portanto, tal relação é um processo complexo, que possui ângulos diferenciados de observação e não se pode, sob o risco de cometer uma impropriedade, deixar de atentar para o entorno social, ou melhor, para os aspectos sociais e cognitivos que são inerentes às práticas de linguagem.

O exemplo transcrito a seguir, colhido de Sette (1980)<sup>28</sup> e citado por Marcuschi (2001), com comentários sagazes, ilustra os argumentos supracitados. Trata-se de um diálogo entre uma moça de 27 anos (N) que chega ao posto de gasolina com o seu carro e um frentista (F) de 29 anos:

- (I)  
 N: quer verificar água da bateria por favor  
 F: um momentinho moça (...) está baixa (...) vai pegar uma meia garrafa  
 N: quanto é a garrafa?  
 F: é vinte e cinco (...) o resto você guarda que serve para outra vez  
 N: o senhor quer verificar o óleo também? (...)  
 F: o óleo tá bom (...) tá um bocado sujo mas ainda agüenta uns dias  
 N: se tiver muito sujo, melhor mudar logo  
 F: olhe aqui (...) está preto já mas ele ainda tem visgo  
 N: visgo como?  
 F: ainda tá grosso assim(...) quando ele tá ralo não presta mais<sup>29</sup>  
 N: então deixa (...) na semana que vem eu troco (...) dá uma limpadinha no vidro por favor

A moça desconhecia o que era ‘visgo’; embora reconhecesse a estrutura lingüística – “ainda tem visgo” – este saber não lhe bastou para a construção do sentido. Neste caso, a ação interativa solucionou o impasse, sendo a base para o processo de referenciação (Marcuschi, 2001: 43):

A construção do sentido se deu a partir das orientações, ou melhor, da explicação dada pelo frentista, o que possibilitou a N integrar ao seu universo discursivo mais um elemento, o que confirma a hipótese de que a referência se constrói na ação interativa. Essa constatação permite a Marcuschi afirmar que o uso da língua se dá de modo público, coletivo, coordenado e colaborativo. É, em suma, conforme foi dito, uma ação conjunta, na qual estão envolvidos processos individuais e sociais, que possibilitam construir discursivamente os referentes lingüísticos.

<sup>28</sup> Sette, Neide Durães. Formas de Tratamento no Português Coloquial. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística. Recife, UFPE, 1980. mimeo. p.153. Apud: Marcuschi, (2001) Atos de referenciação na interação face a face. Caderno de estudos lingüísticos 41, Campinas, jul. /dez, p.38-39.

<sup>29</sup> Grifos do autor.

Este processo de construção se sujeita a instabilidades que não se justificam somente nas variações individuais de adequação do(s) referente(s) à enunciação, mas também no processo de colaboração interativa na construção dos referentes nas práticas simbólicas e intersubjetivas de linguagem. Segundo Mondada (1994/2003), “os objetos de discurso podem ser enriquecidos, alimentados, construídos coletivamente por diferentes locutores – este processo de colaboração interacional pode modificar radicalmente os objetos referidos”<sup>30</sup>. Isso permite afirmar que as descrições do mundo são incompletas, pois há flexibilização nas categorizações. E, ainda, que referenciar o mundo é um trabalho de interpretação em que os sujeitos ajustam os referentes ao contexto e, neste ajuste, surge a idéia de completude.

O sujeito constrói o mundo sociocognitivamente no curso das interações e o torna estável a partir das categorias discursivas. Nesta segmentação do mundo em categorias, “os objetos não são dados segundo as propriedades intrínsecas do mundo”, mas construídos através dos processos cognitivos dos sujeitos aplicados ao mundo concebido como um fluxo contínuo de estímulos<sup>31</sup>. Por esta razão, os sujeitos são atores sociais que constituem a língua e o mundo, atribuindo-lhes sentido(s), e a noção de linguagem passa a ser vista com uma forma de ação no mundo, uma ação integrada e, mais adiante, como uma forma de ação social integrada com capacidades cognitivas.

## 2.7. AS ATIVIDADES LINGÜÍSTICAS COMO ATIVIDADES DE CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS

A forma pela qual se constrói uma realidade para o mundo não traz em si um sistema de significação, uma correspondência semântica. Esta construção se caracteriza como um sistema do qual os interlocutores se utilizam para dizer criativamente o mundo. Por esta razão, por “este dizer criativamente o mundo”, pode-se afirmar que a linguagem é também uma forma de cognição.

Ao se considerarem as atividades lingüísticas como atividades de construção, entende-se que, quando são observadas tais atividades, é possível perceber propriedades da cognição. Na verdade, começa-se a observar o dinamismo de processos que dão origem às estruturas conceituais como, por exemplo: metáforas, metonímias, polissemias, indeterminação referencial, anáforas, etc. É importante considerar que tais processos se realizam em contextos que, conforme Marcuschi (2002)<sup>32</sup>, se constituem das representações que os interlocutores constroem a partir do que se concebe como o conjunto de dados da natureza não só social, mas também cognitiva.

Dentre as atividades lingüísticas, ao se observar a produção de textos, falados ou escritos, além de considerar o fato de que a categorização, isto é, as representações construídas pelos atores sociais, é uma decisão tomada por cada sujeito em sua ação comunicativa, importa também observar o papel que o conhecimento partilhado desempenha. Mondada & Dubois (2003) consideram que as variações no discurso podem ser interpretadas como dependendo muito mais da pragmática da enunciação que da semântica dos objetos.

<sup>30</sup> DUBOIS, Danièle e MONDADA, Lorenza. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: Referenciação / organizadoras Mônica Magalhães Cavalcante, Bernadete Biasi Rodrigues, Alena Ciulla – São Paulo, Contexto, 2003 (coleção clássicos da Lingüística), p.35.

<sup>31</sup> Idem.

<sup>32</sup> Reflexão compartilhada com a autora Catherine Kerbrat-Orecchioni (1996), conforme o autor descreve em nota de rodapé no seu texto: “Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa”. (2002).



Pode-se verificar no item a seguir como a construção dos referentes se dá de modo partilhado pelo produtor e pelo leitor, conforme se ilustra com o texto 36, “Dilemas da política econômica”, integrante do corpus deste estudo, no qual o autor tece considerações a respeito da economia neoliberal e a sua influência na vida dos cidadãos acentuando as desigualdades sociais já existentes.

## 2.8. A CONSTRUÇÃO DOS REFERENTES NA INTERAÇÃO

Ao apresentar, aqui, o texto “Dilemas da política econômica” tem-se o propósito geral de aplicar os fundamentos teóricos sobre a referenciação lingüística e encaminhar uma discussão sobre a construção do(s) sentido(s) na interação pela linguagem. O que facilitará, posteriormente, a compreensão sobre as estratégias lingüísticas na construção do texto, particularizando as rotulações discursivas, objeto de estudo na tese.

### Texto 36: Dilemas da política econômica

Frei Betto

5	Barco à deriva ameaçado pelas ondas tsunamis da inflação, o Brasil atracou em 1999, no porto seguro do FMI, confiando-lhe o comando de nossa política econômica. Faz seis anos. Desde então, somos parecidos às antigas colônias do Império Romano, governadas por cónsules que as visitam de quando em vez. Volta e meia, a mídia noticia que nova missão do FMI desembarcou neste país colonial abençoado por Deus.
10	Desde 1999, após a intervenção cirúrgica efeemista, quando o remédio quase matou o paciente, elevando a taxa de juros para o índice estratosférico de 45 por cento ao ano, o Brasil, entregou parte de sua soberania aos cardeais protetores do mercado (entenda-se: mais remessas de lucros às nações metropolitanas) que lhe impuseram <b>o cinto de “gastidade”</b> : o controle rígido das metas de inflação. Fizeram até aprovar a lei da responsabilidade fiscal (ignorando a responsabilidade social). O médico passou a exibir os ótimos resultados dos exames, embora o paciente agonizasse...
15	
20	Imaginem a alegria de um investidor estrangeiro diante de um país-cassino que lhe assegura 45 por cento de rendimento anual! A posologia exagerada punha em risco a vida do doente, mas restava o consolo de lhe salvar a alma – as contas públicas.
25	Assim é a lógica da economia neoliberal. As finanças do país figuram impecáveis no belo caderno de dever de casa, embora o aluno tenha fome, malgrado seu aspecto rechonchudo... de vermes! Obeso como pastel de feira.
30	Os rigores nas áreas fiscal e montaria, e o câmbio mais liberado que baile funk, fazem o Brasil ficar muito bem na foto emoldurada pelo mercado, apesar de a nação padecer brutal desigualdade e a miséria irromper, precoce e circense, em cada esquina de nossas médias e grandes cidades.
35	

40 Aliás, liberada não é só a política cambial. São também os preços. Se a redução dos juros provoca a sem-vergonhice do aumento dos preços (vide o aço), como a Lei Seca nos EUA enriqueceu a máfia, por que o Ministério da Fazenda não coíbe os que ataçam o dragão? Governo é para defender os interesses da maioria da população, e não fazer vista grossa diante de uma minoria que lucra quando os juros estão altos, nadando de braçada, como Tio Patinhas, nos índices da especulação financeira, e lucra também quando os juros estão baixos, desatando as correias do dragão pelo aumento abusivo dos preços.

45 Espelho meu, há em algum lugar no mundo superávit primário tão generoso quanto o do Brasil? Como investir em combate à fome, infraestrutura, se tantos recursos são canalizados para amenizar a dívida e(x)terna? E por que o capital estrangeiro, que monta o cavalo bravo da especulação, não passa pela alfândega ao entrar e sair do país? Por que o dinheiro merece uma liberdade de trânsito negada aos viajantes nacionais e estrangeiros?

55 Um país que pensa seriamente em se desenvolver (não um simples vôo de galinha ou tucano) não pode admitir juros de mercado de 49 por cento para pessoas físicas e jurídicas. O governo Lula tem acertado no aumento de nossas exportações. Mas precisa equacionar juros e desenvolvimento: sem a queda do primeiro fica difícil haver crescimento do segundo.

60 O próprio governo deu de esporas na inflação em 2004 ao promover o aumento abusivo das tarifas públicas: água, luz, gás, etc. Ora, se nem ele se segura, quem haverá de segurar essa gente que põe fogo no rabo do dragão?

65 É estamos literalmente naquela de se ficar o bicho come, se correr o bicho pega. De um lado, o despertar do dragão sem que haja quem se disponha a domá-lo. De outro, o leão, que faz dos tributos a pedra de Sísifo que trazemos às costas. Assim fica difícil fazer do Brasil um país de todos.

Para uma leitura adequada do texto, ou seja, mais próxima do projeto comunicativo do autor, segundo suas pistas textuais, há de se considerar o conhecimento do leitor sobre uma série de acontecimentos que este produtor tem como compartilhados. Esses acontecimentos são trazidos sob uma escala temporal que obriga o leitor a buscar referências anteriores ao momento de realização e circulação do texto; mas, também, exige-se que ele esteja de posse de algumas informações atuais do contexto sócio-político e econômico. É o que se percebe, por exemplo, quando se compara a missão do FMI à missão dos navegadores portugueses quando atracaram em Porto Seguro (Bahia), configurando o “Descobrimento” do Brasil; mas, neste caso, o FMI é o “porto seguro” em que o Brasil se encontra atracado.

O produtor reconstrói a cena do “Descobrimento” à luz da atual política econômica; compara o país às antigas colônias do Império Romano e esclarece o porquê, identificável na seqüência do escrito, afirmando que, tal como elas, este país é governado por representantes estrangeiros que o visitam de quando em vez. A utilização do termo “seguro” permite, num primeiro momento, relacioná-lo, por meio de

inferências, produzidas em razão de um conhecimento enciclopédico do leitor, ao nome do espaço geográfico em que, primeiramente, chegaram as naus portuguesas, quando do “descobrimento” do Brasil, e, num segundo momento, entendê-lo sob sua acepção comum de segurança que, no propósito do texto, será questionada, pois se discutirá a idéia de confiar ao FMI o comando de nossa política econômica.

Ainda no contexto de navegações, o país é referido como porto em que o FMI desembarca, vez e outra, com novas missões que, adiante no texto, o autor esclarece como intervenções. O leitor, por ocasião do processamento sociocognitivo, reconstrói o seu entendimento por FMI, Fundo Monetário Internacional, e o admite como uma personificação, isto é, as siglas representam metonimicamente as pessoas que trazem a missão em nome deste Fundo, os cardeais protetores do mercado.

Nesta interação com o texto, efeitos de sentidos são estabelecidos, mas o leitor sabe que eles se prendem ao contexto em que estão inseridos. Por isto, confirma-se que o sentido não é estável e nem é algo fixo à palavra, ele se constitui em contextos diferenciados e se mantém segundo um acordo entre produtor e leitor, a partir das pistas sinalizadoras de sentido(s). O produtor, aqui, constrói o seu discurso num jogo de ironias costurado em metáforas.

O Brasil é, nesta situação de submissão, o barco à deriva na política econômica e ameaçado pelas “ondas tsunamis da inflação”. Como se afirmou, as escolhas feitas objetivam uma condução de leitura; então, a comparação que se faz das ondas tsunamis<sup>33</sup> à ação inflacionária se justifica no conhecimento de que, no Brasil, a inflação foi alta e se estendeu por um longo período, conforme o autor cita no texto, pois este fenômeno se caracteriza por ser uma onda de proporções gigantescas e que se alonga. É desta forma que o produtor do texto apresenta o Brasil, mesmo informando a seguir a existência de um “porto seguro”, o país está sem rumo e se sujeita às ondas tsunamis. Aqui, espera-se do leitor um saber sobre tais ondas e o seu poder avassalador, ilustrado na atualidade da produção do texto, pois tal fenômeno ocorreu recentemente em regiões<sup>34</sup> da Ásia e da África. Percebe-se que a alusão ao acontecimento atual intensifica a expectativa de que o leitor consiga inferir o tamanho da tragédia inflacionária a que se sujeita o Brasil, exposta por “essa gente que põe fogo no rabo do dragão”, figura lendária que, em geral, no contexto econômico é associada à inflação.

Num ambiente de salvação, seja pelo religioso seja pelo medicinal, o Brasil, também, é apresentado como o paciente que, apesar de intervenções cirúrgicas, agoniza. Elementos lingüísticos como “paciente” e “intervenção cirúrgica” caracterizam o contexto médico e se mostram conservando a sua associação semântica, mas se ajustando à temática sócio-econômica. É interessante notar esta flexibilização das palavras nos diferentes contextos, o que se justifica não porque as palavras são vazias de sentido em sua essência, mas porque os sentidos se completam e se fundam nas interações. Por esta razão, não causa estranheza dizer, por exemplo, que “o remédio quase matou o paciente”, ao se referir ao Brasil, porque as sinalizações textuais permitem esta referência e o leitor saberá, por meio de tais sinalizações, construir os sentidos e adequá-los à realidade do texto.

<sup>33</sup> O termo tsunami provém do japonês “tsunami” [de “tsu”, «porto, ancoradouro» + “nami”, «onda, mar»]: «Vaga oceânica provocada por um tremor de terra marinho, por uma erupção vulcânica ou por um tufão; maremoto»1. 1In Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Editora Objetiva, Rio de Janeiro. Grande Dicionário da Língua Portuguesa, da Porto Editora. Trata-se de ondas de grande energia geradas por abalos sísmicos e têm sua origem em maremotos, erupções vulcânicas e nos diversos tipos de movimentos das placas do fundo submarino.

<sup>34</sup> Em 2004, países asiáticos e africanos (Índia, Indonésia, Sri Lanka, Maldivas, Malásia, Tailândia, Bangladesh e Mianma, na Ásia; e Somália, Tanzânia, Seichelas e Quênia, na costa leste da África - aproximadamente 150 mil mortos) sofreram com os desastres provocados pela tsunami.

É também o que ocorre quando se faz alusão ao “cinto de castidade”, instrumento utilizado na Idade Média como garantia da imaculação. Tal objeto-de-discurso é construído no mesmo campo semântico de religiosidade, mas recategorizado e sendo empregado como um instrumento utilizado pelos “cardeais protetores do mercado” como “cinto de gastidade”, em que se almeja o controle rígido das metas de inflação. A troca de castidade por gastidade<sup>35</sup> chama atenção para o controle referente aos gastos.

Na seqüência de informações sobre a ausência de rumo do Brasil, ressalta-se que este país é apresentado como um cassino no qual um investidor estrangeiro tem a sua renda anual aumentada devido à política cambial liberada. Ao mesmo tempo em que mostra esta visão “obesa” para o Brasil, expõe o que é a aparência, pois se apresenta a realidade imposta por uma economia neoliberal: embora as finanças do país “figurem impecáveis”, o país passa fome e está rechonchudo de vermes. O leitor sabe que os itens “pastel”, “verme” têm os seus sentidos reconstruídos para atender ao propósito do produtor e, conforme se espera, criar uma ironia pretendida.

O Brasil é, segundo o texto, o aluno que procura seguir o dever de casa, mas a sua realidade é bem distante da que se figura na foto emoldurada pelo mercado. Tem-se uma liberalidade cambial que é exagerada; daí, a comparação com o baile funk. Conhecer o que é um baile funk, saber que neste evento há uma liberação em que a censura não tem vez nem espaço, fará diferença na percepção do porquê da comparação utilizada pelo locutor. Neste caso, é o conhecimento de mundo que permitirá ao leitor construir uma referência para este segmento e fazer uma associação às informações já apresentadas no texto.

O mesmo acontece com a referência que se faz ao Tio Patinhas, personagem de W. Disney, que é ávido por dinheiro, “quanto mais, melhor”. Faz-se uso de estratégias intertextuais e pressupõe-se que o leitor saberá quem é o Tio Patinhas. É mais uma situação em que o produtor tem de contar com o conhecimento prévio, boa parte do seu texto se fundamenta nisto. Não é possível realizar um ato de linguagem esmiuçando as palavras de modo a tornar os sentidos esgotáveis, numa tentativa de antemão fracassada. Além de tornar a comunicação enfadonha, por demasiada descrição, trata-se de uma tarefa impossível, pois a linguagem não é explícita, sempre haverá algo por dizer que depende de inferências.

Este texto evidencia, também, um jogo de faz-de-conta em que o capital estrangeiro monta o cavalo bravo da especulação e tem liberdade de ir e vir, sem que nada o impeça ou ninguém que o interrogue. Aqui, o cavalo branco é emprestado do conto de fadas e sugerido como um elemento deflagrador do contexto fantasioso, que é complementado com a referência à pergunta “Espelho meu, há em algum lugar no mundo superávit primário tão generoso quanto o do Brasil?” Ou, ainda, pela figura emblemática do dragão que cospe fogo ou do Leão que confisca o pouco que o brasileiro tem, sobrecarregando o fardo de se viver num país em que a política econômica fica à mercê daqueles que põem fogo no rabo do dragão. Situação descrita pelo locutor como “a pedra de Sísifo<sup>36</sup>”, o fardo que trazemos às costas, o que é inevi-

<sup>35</sup> A troca dos grafemas /g/, /c/ em (g/c)astidade evidencia uma estratégia do produtor em ressaltar a idéia de controle e de preservação (casto) e, também, de desejo e consumo (gasto), no contexto apresentado. Nesta troca pode-se sugerir um conflito entre os desejos do mercado e a economia real. Não se estenderá a observação sobre a construção desses referentes, mas destaca-se que essa é uma temática abordada por diversos autores como, por exemplo, Jung Mo Sung, Doutor em Ciências da Religião, no texto: SUNG, Jung Mo. *Desejo, mercado e religião*, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1997, no qual expõe, dentre outros assuntos, o conflito existente nas sociedades capitalistas entre necessidade e desejo.

<sup>36</sup> Sísifo, personagem mítico grego, um humano que foi condenado pelos deuses a rolar uma pedra até o alto de uma montanha. E, uma vez levada ao topo, a pedra rolava montanha abaixo tornando inútil todo o esforço de Sísifo. O condenado não tinha escolha: a não ser a de rolar a pedra até o topo da montanha, mesmo sabendo que isto seria em vão, pois a pedra rolaria montanha abaixo, inevitavelmente, pela eternidade.

tável, outro mote intertextual que requer do leitor uma ampliação do que se informou no texto, entrelaçando com o seu conhecimento de mundo.

“Cavalo branco”, “dragão”, “Espelho, espelho meu...” são elementos lingüísticos que remetem a situações comunicativas que podem fazer, ou não, parte da memória discursiva do leitor, mas o produtor parte do princípio de que fazem parte.

Como se constata, a partir destas reflexões sobre o texto, as palavras, as formas de enunciados possuem uma instabilidade e não se prendem a contextos específicos. Ainda que, no caso do texto citado, permaneça o sentido fantasioso tanto do dragão, do cavalo branco como da pergunta estereotipada, “Espelho, espelho meu...?”, outros sentidos são acrescidos a partir do contexto em que tal dizer é mencionado. É, exatamente, a sensibilidade em saber entrelaçar o dito, com o já dito e o sugerido que é requerida do leitor, a fim de promover uma leitura significativa, condizente e aproximada com o que se depreende ser o projeto de dizer do autor da mensagem.

Há um momento, no texto, em que o léxico da medicina e da religião se misturam para validar a utilização de termos lexicais como os listados anteriormente: “A posologia exagerada punha em risco a vida do doente, mas restava o consolo de lhe salvar a alma — as contas públicas”, a fim de justificar a lógica da economia liberal, alvo de críticas no texto. Todas essas construções lingüísticas têm efeitos de sentido(s) provocados pelo material de que dispõe o leitor e pela sua habilidade em estabelecer ilações e processar as informações que adquire com as que já possui em mente. O que está em jogo é o tipo de informação semântica que se irá mobilizar bem como os processos que estão envolvidos para o seu uso concreto.

Como se verifica, há uma dinâmica textual intensa, num entrelace de cotexto e contexto, pois o leitor utiliza uma série de estratégias não excludentes, mas complementares, formando uma rede em permanente construção e com possibilidades de novos entrelaces, a partir do levantamento de hipóteses; daí, esta construção se realizar de modo *on line*. Por este motivo, o texto não é algo pronto, não é um produto, é processo resultante de interações. O arranjo textual conta, portanto, com uma flexibilização e negociação de sentidos que se barganham em interação. Embora os itens lexicais apresentem tal flexibilidade nos diferentes contextos comunicativos — neste caso, ampliando-se a idéia de contexto, que integra o contexto sociocognitivo — é nestes contextos, e na sua particularização, que os elementos lingüísticos têm a capacidade de exprimir com exatidão diferenças muito tênues de sentido<sup>37</sup>. Acresce-se a isto o fato de a produção ser sempre a produção para um outro, sendo este outro a medida do que se vai dizer.

Em relação à importância dos contextos, destaca-se, também, a questão dos gêneros discursivos, pois eles situam as práticas comunicativas, e oferecem uma razoável estabilidade nos efeitos de sentido(s) dos enunciados e, ainda, os tornam aceitos como válidos ou não, para aquela situação discursiva.

Isto significa afirmar que o texto é uma proposta de sentido e se acha aberto a várias alternativas de compreensão. Trata-se de um aberto relativo, pois sobre um texto não se pode dizer qualquer coisa. É possível haver leituras diferenciadas para um texto e todas consideradas possíveis e, por

<sup>37</sup> É o que se aponta, também, em estudos como realizados por CRUSE(1986); CLARK(1992, 1996); DUNBAR(1992); MURPHY(2002).

isto, corretas. Conforme Possenti (2002<sup>38</sup>), “para defender a importância do texto não é necessário crer que tudo esteja nele e que ler seja tirar algo de dentro do texto, como se ele fosse um balde de sentidos”.

Não se pode, também, dizer quantas são as compreensões possíveis de um determinado texto, mas se pode dizer que algumas delas não são pertinentes, de acordo com o autor:

Explicar a leitura do leitor – por que um leitor leu o que leu – é uma questão absolutamente legítima, algo que, aliás, pode ser feito compativelmente com explicar leituras com base no texto. Isto é, ao se discutir por que alguém leu um texto como leu, uma das possibilidades a ser contemplada é que se conclua que o leitor pode ter manobrado mal. Pode-se explicar que tenha lido o que leu, sem que se tenha que concordar com a leitura.<sup>39</sup>

## 2.9. A REFERÊNCIA COMO ATIVIDADE DISCURSIVA

Com estas observações sobre a construção do referente no discurso, verifica-se que, neste processo, os referentes não estão “fora” do discurso, ou melhor, não estão na realidade, tal como existe exteriormente. Trata-se de uma realidade a ser construída pelo interlocutor que, nesta construção, depara-se com “efeitos de sentido” que podem ser confirmados ou modificados de acordo com os diferentes contextos. Isto porque a construção discursiva se dá com base na experiência de cada sujeito.

Fatores de ordem cognitiva, lingüística e sociocultural são levados em conta neste movimento de construção, o que explica as variações categoriais. Cada leitor ou ouvinte constrói sentidos segundo suas vivências e experiências socialmente partilhadas. Koch (2002: 42-43), citando Barsalou<sup>40</sup> (1983), afirma que a construção de categorias do discurso (flexíveis) depende muito mais da multiplicidade de pontos de vista que os sujeitos exercem sobre o mundo do que de restrições impostas pela materialidade deste. A autora comenta o exemplo em que o referente piano “pode ser categorizado como um instrumento musical no contexto de um concerto, bem como um móvel pesado e incômodo no contexto de uma mudança, podendo-se, inclusive, imaginar um contexto discursivo em que a referência ao piano percorra sucessivamente uma e outra categoria”.

Por isto, a realidade construída se flexibiliza de acordo com as experiências humanas, em razão da multiplicidade de pontos de vista dos sujeitos no mundo, o que equivale a dizer que as categorizações se atrelam ao contexto da denominação e não somente ao objeto a se designar. Assim, “os objetos (de discurso) emergem, enquanto entidades discretas, ao longo do tempo de enunciação em que fazem a referência<sup>41</sup>”. Essas variações, portanto, advêm de processos complexos que se realizam nos níveis psicológico, discursivo e lingüístico, inerentes às práticas situadas de linguagem. Por esta razão, elas não constituem um desvio da forma “normal” (o que é considerado ponto estável de referência) de referir, pois, ao mesmo tempo, as significações se ancoram num conhecimento culturalmente partilhado ou em contextos situados, e é no contexto de interação que um efeito de estabilidade se instaura.

<sup>38</sup> POSSENTI, Sírio. A leitura errada existe. In: BARZOTTO, V. H. (org.) *Estado de leitura*, Campinas, Mercado de Letras, Associação de leitura do Brasil, 1999, p. 169-178.

<sup>39</sup> Idem, p. 172.

<sup>40</sup> BARSALOU, L. (1983) Ad-hoc categories. *Memory and Cognition*, 11: 211-227.

<sup>41</sup> MONDADA, 1994, p.34.

Na perspectivização da construção discursiva dos referentes, os interlocutores atuam sobre o material lingüístico de que dispõem, fazem escolhas de acordo com a sua proposta de sentido; por isto referir é uma atividade discursiva sujeita a variações de acordo com os atores sociais, as mudanças de percepção e de contexto. Conforme observa Mondada (1994:34):

A instabilidade das categorias está ligada a suas ocorrências, uma vez que elas estão situadas em práticas: práticas dependentes tanto de processos de enunciação como de atividades cognitivas não necessariamente verbalizadas; práticas do sujeito ou de interações em que os locutores negociam uma versão provisória, contextual, coordenada do mundo.

Estas observações se situam, portanto, no campo de uma abordagem sociocognitivista de linguagem, a qual permite levar em consideração o fato de que a realidade é construída e re-construída não apenas no simples processo de nomeação, mas, acima de tudo, na interação sociocognitiva do sujeito com o mundo, nos gestos de interpretação em que o entorno físico, bem como o entorno social e o cultural, ancoram significações. Neste sentido, concorda-se com Mondada (1994), ao afirmar que não se tem como entender a verbalização ou as atividades lingüísticas diferentemente de entendê-las como um modo de fabricação do conhecimento.

Dito de outro modo, as atividades lingüísticas produtoras de conhecimento(s) são, antes de tudo, situadas. É necessário reconhecer que o conhecimento é um produto dessas interações sociais, e não de uma mente isolada ou individual. Em outras palavras, a cognição não é apenas um processo mental. Isto não implica desconsiderar o componente cognitivo da linguagem, mas a cognição, sob este ponto de vista, é entendida como uma construção social e não individual. Assim, para se entender essa re-visão do papel da cognição na relação linguagem e mundo, devem ser considerados os aspectos sociais, além dos aspectos lingüísticos, em sua abordagem. Conforme aponta Morato (2003: 323):

Os processos cognitivos, dependentes (assim como a linguagem) da significação, não são tomados como comportamentos previsíveis ou aprioristicamente concebidos, como se estivessem à margem das rotinas significativas da vida em sociedade. Nessa abordagem, o tipo de relação que se estabelece entre linguagem e cognição é de mútua constitutividade, na medida em que se supõe que ‘não há possibilidades integrais de pensamento ou domínios cognitivos fora da linguagem, nem possibilidade de linguagem fora de processos interativos humanos.

Logo, o mundo comunicado é sempre fruto de uma ação cognitiva situada, em que a ação de perfazer o mundo pela linguagem é um trabalho sociocognitivo sistemático. Neste “perfazer”, o sujeito não retrata o mundo, ele trata o mundo, comunicando-o pela linguagem. A língua, mais do que um portador de sentidos, seria um guia de sentidos. Isto lhe atribui um valor intrínseco de indeterminação semântica que, na interação social, se firma em alguma direção, pois é somente sob essa situacionalidade que emergem as significações. Nas palavras de Marcuschi (2001b: 4):

(a língua) não é uma representação especular do mundo e sim uma apresentação; a língua não é um retrato e sim um trato do mundo, isto é, uma forma de agir sobre ele. Mais do que capital, a língua é uma moeda, servindo para trocas; mais do que um almoxarifado de mercadorias disponíveis (num estoque de itens lexicais) a língua é uma carpintaria (uma espécie de heurística). A língua não é uma dupla

de trilhos a ligar dois pólos – o mundo e a mente —, mas um conjunto de trilhas que decidimos seguir mesmo que dê em aporias.

A língua é, deste modo, insuficiente para determinar semanticamente as palavras, isoladas de um contexto. Em que momento, então, a dimensão semântica se afigura? Justamente diante de uma inserção sociointerativa que conduz à produção de sentido(s). Mas isto não significa dizer que as palavras são ocas, e sim que não têm uma suficiência própria, pois são os sujeitos que atribuem sentido(s) às palavras, o(s) qual(is) é (são) providenciado(s) por meio de uma atividade cognitiva situada.

Entende-se, a partir de então, que a língua é semideterminada. As indeterminações semânticas se resolverão nas atividades lingüísticas dos interlocutores, em situações de interação sociocomunicativa. O que vai determinar essa(s) significação(ões), na verdade, são as condições de uso, porque um enunciado não se refere a um fato, e sim constrói lingüisticamente tal (is) fato(s) num determinado momento, numa determinada condição de existência, segundo Mondada & Dubois (2003:17):

(...) as categorias e os objetos de discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo (...) se elaboram no curso de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos (...) são marcadas por uma instabilidade constitutiva, observável através de operações cognitivas ancoradas nas práticas, nas atividades verbais e não-verbais, nas negociações dentro da interação.

E, ainda, Marcuschi (2001:41):

A condição aporética da linguagem enquanto fenômeno humano é a forma de ser da língua. Daí ser ela uma atividade social e cognitiva em contextos historicamente delineados e interativamente construídos. (...) Dinâmica por natureza, a língua é estável, mas não estática e permite que os indivíduos a sigam. Deixa-se normatizar, embora de forma variável e variada.

Usar os símbolos, portanto, para dizer as “coisas” do mundo, ou para se fazer compreender por meio da linguagem, é um modo de construção. Com isto se dá presença e identidade para esse mundo; por esse motivo, os processos de referenciação são o núcleo central de uma discussão que objetive pontuar a relação linguagem e mundo. As referências são elaboradas e discutidas interativamente, logo, discursivamente. Mas é importante considerar a observação de Marcuschi (1999: 6):

(...) os objetos de discurso (enquanto espaços mentais) não são dados exclusivamente discursivos, pois eles emergem de uma inspiração do mundo, sob um fundo existente (espaços de base) e inserem-se num mundo pensável. O discurso é esse movimento dinâmico que permite o surgimento dos objetos nele desenvolvidos.

Os sujeitos têm um papel ativo na constituição do mundo em linguagem, e essa constatação permite afirmar que o conceito não é uma representação determinada pela linguagem, mas uma produção que se dá a partir de uma relação sociointerativa. Os sentidos, portanto, não são fenômenos naturais, são “bens humanos” (Marcuschi, 1999). E os processos referenciais são construções que surgem a partir da organização das percepções dos sujeitos de linguagem, num contexto situacional e cognitivo.



Nesta perspectiva, conforme Mondada (1994), a linguagem tem a função de dar uma definição aos objetos de discurso, que se realizam num momento de interação. Logo, se não há interlocução, não há produção de sentido(s). Aos sujeitos/interlocutores cabe o papel central nesta relação dialógica que, não se pode deixar de considerar, também se realiza, segundo Marcuschi (1999), numa “arena cognitiva”. Nas palavras do autor:

(...) a maneira como dizemos aos outros as coisas é muito mais uma decorrência de nossa atuação discursiva sobre o mundo e de nossa inserção sociocognitiva no mundo, pelo uso de nossa imaginação em atividade de integração conceitual, do que simples fruto de procedimentos formais de categorização lingüística. O mundo comunicado é sempre fruto de um agir comunicativo, construtivo e imaginativo, e não de uma identificação de realidades discretas e formalmente determinadas.

Com isto, esclarece-se que não se deve tratar da relação linguagem e mundo sem pensá-la como ação interativa, criativa, discursiva, o que confirma que a atividade referencial é, antes de tudo, um ato criativo e complexo em que as inferências, por exemplo, são importantíssimas para a construção do sentido e do conhecimento de mundo.

### Capítulo III:

## O CONCEITO DE TEXTO

#### Um tigre de papel

Sabendo que a ele caberia determinar seus movimentos e controlar sua fome, o escritor começou lentamente a materializar o tigre. Não se preocupou com descrições de pêlo ou patas. Preferiu introduzir a fera pelo cheiro. E o texto impregnou-se do bafo carnívoro, que parecia exalar por entre as linhas.

(...).

Em vez de escrever um salto, o escritor transmitiu a sensação de movimento com uma frase curta. Em vez de imitar o terrível miado, fez tilintar os cristais acompanhando suas passadas. Assim, escolhendo o autor as palavras com o mesmo sedoso cuidado com que sua personagem pisava nos tapetes persas, criava-se a realidade antes inexistente.

(...).

(Marina Colassanti<sup>42</sup>)

A idéia de que a compreensão do texto não se pauta, somente, na superficialidade do escrito, no âmbito meramente formal da língua, mas, também, guia-se pelas co-relações que se estabelecem no funcionamento global da linguagem institui um dado conceito de texto.

Nesta acepção, o texto passa a ser considerado uma atividade que corresponde a uma fase do processo global de comunicação, entendida a partir do processo enunciação. Essa atividade se dá de forma consciente e organizada, compreende processos e estratégias cognitivas inerentes à mente humana, os quais são postos em prática na interação social.

Acionar tais processos significa fazer escolha/seleção dos elementos lingüísticos que comporão o texto, a partir de um contexto sócio-interacional, e ordená-los, de acordo com o “projeto de dizer” do seu produtor. Para a intelecção de textos, escritos ou falados, o leitor/ouvinte depreende estratégias de ordem cognitiva, e estabelece interações de acordo com as práticas socioculturais. Deste modo, a atividade de produção textual de sentidos compreende o trabalho do produtor e do interpretador que, segundo Koch (2002:19), são “estrategistas” já que no “jogo da linguagem”, mobilizam uma série de estratégias objetivando a produção de sentido(s). Por esta razão, o texto é um processo em constante construção. Segundo a autora, são peças do jogo da linguagem:

<sup>42</sup> COLASSANTI, Marina. Contos rasgados de amor, Rio de Janeiro, Rocco, 1986.

1. o produtor/planejador, que procura viabilizar o seu “projeto de dizer”, recorrendo a uma série de estratégias de organização textual e orientando o interlocutor, por meio de sinalizações textuais (indícios, marcas, pistas), para a construção dos (possíveis) sentidos;
2. o texto, organizado estrategicamente de dada forma, em decorrência das escolhas feitas pelo produtor entre as diversas possibilidades de formulação que a língua lhe oferece, de tal sorte que ele estabelece limites quanto às leituras possíveis;
3. o leitor/ouvinte, que, a partir do modo como o texto se encontra lingüisticamente construído, das sinalizações que lhe oferece, bem como pela mobilização do contexto relevante à interpretação, vai proceder à construção dos sentidos.

Ao se referir a formas de encadeamento para a construção de sentido(s) no texto, Koch (2002: 121) compara tal processo ao trabalho em tricô. Nesta tarefa, há um entrelace de fios passados por agulha, o que permite a execução de pontos que servem de base a grande variedade de padrões que constituem uma peça. Na transposição da imagem para o texto, verifica-se que ao entrar em contato com o texto, o leitor/ouvinte mantém uma representação mental em constante movimento, utilizando-se de processos de ordem cognitiva, lingüística e discursiva; nesta “caça ao sentido”<sup>43</sup>, ele estabelece relações entre informações velhas e novas. Em outras palavras, há uma relação entre dados novos e dados anteriores no enunciado. De acordo com a autora:

As relações entre segmentos textuais estabelecem-se em vários níveis: no interior do enunciado, o relacionamento se dá em termos da articulação tema-remática (...). A informação temática é normalmente dada, enquanto a remática constitui, em geral, informação nova. O uso de um ou de outro tipo de articulação tema-remática (...) tem a ver com o tipo de texto, com a modalidade (oral ou escrita), com os propósitos e atitudes do produtor.

Há, dito de outro modo, um avanço e um recuo das informações no texto. O avanço destas informações pode dar-se por meio de recorrências a par de um seqüenciamento linear de tais informações. O texto avança, mas algo do que foi dito antes é retomado. Assim, se constitui a coesão seqüencial parafrástica. Mas, por outro lado, o texto pode avançar sem retomadas, tratando-se, neste caso, de processos de coesão seqüencial frástica.

Neste processo de coesão seqüencial frástica, a progressão textual se realiza por meio de sucessivos encadeamentos, indicados por determinadas marcas lingüísticas que são responsáveis pelo entrelace dos enunciados que compõem o texto, estabelecendo, deste modo, uma série de relações de sentido. Já no processo de coesão seqüencial parafrástica, há uma reiteração de termos, de elementos que se repetem, produzindo-se assim um acréscimo de sentido. Ou, ainda, existem determinados elementos da língua que, ao retomarem elementos anteriormente expressos, produzem uma espécie de encapsulamento<sup>44</sup> em que se rotulam, resumizam, recategorizam informações anteriores, abrindo uma nova etapa na argumentação.

<sup>43</sup> Alude-se, aqui, ao pensamento de DASCAL (1992) sobre o homem ser um caçador de sentidos., DASCAL, M. Models of interpretation. In: STAMENOV, M. (ed.) *Current Advances in Semantic Theory*. Amsterdam, John Benjamins, 1992, pp. 109-27.

<sup>44</sup> Aqui, na tese, assume-se o termo ‘encapsulamento’ para designar o processamento de sumarização das proposições no texto, independente da questão da nominalização, tal como proposta por Gill Francis (1986 – op. cit.).

Para acompanhar as oscilações nos movimentos realizados durante o processamento textual, a ação do leitor/ouvinte se assemelha ao movimento da agulha naquele trabalho manual, em que o buscar novo enlace da linha é buscar a idéia nova e procurar estabelecer pontes de sentido com o que foi realizado/lido/proferido anteriormente. É claro que esta relação não é tão simples e explícita como se possa supor; afinal, ela poderá exigir a produção de inferências, de expressões referenciais e o recurso a outros mecanismos lingüísticos. De acordo com Koch (2002:30):

O sentido de um texto, qualquer que seja a situação comunicativa, não depende tão somente da estrutura textual em si mesma (daí a metáfora do texto como um iceberg<sup>45</sup>). Os objetos de discurso a que o texto faz referência são apresentados em grande parte de forma lacunar, permanecendo muita coisa implícita. O produtor do texto pressupõe da parte do leitor/ouvinte conhecimentos textuais, situacionais e enciclopédicos e, orientando-se pelo Princípio da Economia, não explicita as informações consideradas redundantes. Ou seja, visto que não existem textos totalmente explícitos, o produtor de um texto necessita proceder ao “balanceamento” do que necessita ser explicitado textualmente e do que pode permanecer implícito, por ser recuperável via inferenciação.

Com isso, vê-se que o texto possui apenas uma pequena superfície exposta e uma imensa área subjacente, assim como no tricô, em que os pontos de base – a superfície textual – servem de ancoragem para variados padrões – as profundezas do implícito a serem construídos de acordo com o gosto, a intenção do produtor. Por esta razão, não se pode dizer que se constrói o sentido do texto; mas, sim, um sentido possível para o texto no curso de uma interação.

### 3.1. A ORGANIZAÇÃO DE CONTEÚDOS NO TEXTO

O texto é visto como um conjunto de pistas, de marcas lingüísticas que conduzem à construção de sentidos e não a um sentido do enunciado. Esta afirmativa ratifica a idéia de que a leitura depende de uma determinada focalização sob a qual confluem os aspectos da materialidade lingüística e as estratégias de processamento cognitivo, suscetíveis a variações a cada nova interação. Assim, o efeito de sentido surge nas “lentes do interlocutor”.

A produção e a compreensão de textos, portanto, assenta-se na interação produtor, leitor/ouvinte e texto, numa conexão em que se atribui, em relação ao processo de construção de sentido(s), um peso adequado a cada um dos elementos.

Deste modo, o texto pode ser visto, conforme Koch (1995), como um “mapa da mina”, o qual permitirá ao leitor percorrer caminhos que o aproximem da idéia do produtor ou o desviem dela, por meio do levantamento de hipóteses de sentido, embora seja impossível garantir a captação da intenção de um locutor/produtor de um texto. O percurso realizado pelo leitor se dá num processamento textual *on line*, isto é, a todo instante, no texto, vão se estabelecendo as hipóteses e as constatações de leitura necessárias para aproximar o leitor do seu sentido maior, para ficar próximo ao “tesouro”, aproveitando a metáfora

---

<sup>45</sup> KOCH, 1995:65.

do mapa da mina. Assim, estrategicamente os leitores/ouvintes constroem hipóteses interpretativas no início da leitura ou da conversação e, à medida que o discurso avança, tais hipóteses são complementadas, especificadas ou modificadas de acordo com a interação comunicativa e o contexto sociocognitivo.

### 3.2. ESTRATÉGIAS TEXTUAIS

Para fazer a “malha de tricô”, a que já se fez alusão, muitos processos são levados em conta: escolhe-se a linha, o que vem em conjunto, por exemplo, a textura, a cor e uma série de outras exigências, de acordo com o seu produtor. Ainda, determina-se o modelo a ser feito, verificando-se a adequação de linhas e de cores bem como de “função/objetivo” para tal malha. Feito isto, parte-se para o trabalho: escolhe-se a agulha, segura-se o fio construindo uma base de trabalho e, então, a arte é iniciada. Faz-se o primeiro enlace, retorna-se ao ponto de partida, puxa-se um novo enlace e mais um outro, necessário para prender os dois anteriores: surge o ponto. Assim, o ponto ganhou fixação/origem e forma, o que permitirá a condução de novos pontos que constituirão o todo. E neste processo, paulatinamente, se alonga a malha.

No mesmo caminho, mas em universos distintos, constrói-se um texto: o tipo de texto e as idéias que dele farão parte, as quais são criteriosamente escolhidas e emaranhadas num co-texto, formando uma teia de relações variadas entre elementos do texto e outros elementos cruciais para a sua interpretação. Conforme Koch (1995), a coesão textual se configura em relações de sentido entre enunciados ou parte de enunciados estabelecida por meio de mecanismos lingüísticos.

De acordo com Halliday & Hasan<sup>46</sup> (1976), a coesão se estabelece quando a interpretação de um elemento no discurso é dependente da de outro. Dentre os fatores de coesão — referência (pessoal, demonstrativa, comparativa); substituição (nominal, verbal, frasal); elipse (nominal, verbal, frasal); conjunção (aditiva, adversativa, causal, temporal, continuativa), coesão lexical (repetição, sinonímica, hiperonímica, uso de nomes genéricos, colocação) —, destaca-se a referência, que se constitui com a ligação entre pressupostos e pressupostos, isto é, há itens lingüísticos do texto que não podem ser interpretados por si mesmos (pressupostos), mas remetem a outros itens (pressupostos) do discurso, necessários a sua interpretação.

A classificação proposta por Halliday & Hasan sobre os tipos de coesão é questionada por Koch (1989: 20-3) que propõe duas formas de coesão responsáveis pelos movimentos de retroação e de prospecção na construção do texto: remissiva/referencial e a seqüencial. Na coesão remissiva incluem-se a referência, a substituição e a elipse hallidiana e, ainda, parte da coesão lexical. E na coesão seqüencial (parafrástica e frástica) está incluída outra parte da coesão lexical e a conexão, que se refere à conjunção classificada por Halliday/Hasan.

Pela remissão reiterada a um mesmo elemento textual formam-se as cadeias coesivas. Dito de um modo mais simples, tais cadeias se dão num avançar e num recuar constantes sobre e a partir do texto. A remissão permite um caminhar no texto com movimentos para trás, anáfora, e/ou para frente catáfora. No caso da anáfora, pode-se fazer remissão a “conteúdos de consciência”, de modo que a busca do referente

<sup>46</sup> HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, Rugaia. *Cohesion in English*. London, Longman, 1976.

se faz através de um outro processo extremamente importante na construção do sentido dos enunciados, que é a inferenciação, ou seja, a construção de novas representações mentais ou o estabelecimento de sentido(s) entre conteúdo explicitado e não explicitado no texto. A este tipo de remissão denomina-se anáfora semântica ou anáfora profunda.

A inferenciação é, portanto, mais uma estratégia de mapeamento do(s) sentido(s) do texto: é uma estratégia de ordem lingüístico-cognitiva que permite estabelecer uma ponte de significação entre o material lingüístico presente na superfície textual e conhecimentos prévios partilhados. E tal relação entre a informação textualmente expressa e o conhecimento prévio e/ou partilhado é estabelecida por recurso à intertextualidade, a elementos da situação comunicativa e a todo o contexto sociocultural.

O texto, portanto, constitui um conjunto de pistas sinalizadoras para a construção de sentidos possíveis; e nesta construção, há, numa composição forma e conteúdo, um entrelace de aspectos lingüístico-discursivos, sociais, culturais, antropológicos, etc. Neste caso, falar em forma e conteúdo imbricados significa dizer que o modo como os elementos lingüísticos, constituidores da superfície textual, estão organizados realiza, na mente dos leitores/ouvinte, uma configuração veiculadora de sentidos, a qual está na dependência da atuação de diversos fatores de ordem cognitiva, situacional, sociocultural e interacional, conforme Koch (2002: 48-51). Por isso, o estabelecimento de relações de sentido vai depender de cálculos, estratégias interpretativas, inferências, estratégias de negociação de sentido.

A coerência textual se dá, conseqüentemente, nos níveis sintático, semântico, temático, estilístico e ilocucional. A interação destes níveis constitui a coerência global do texto. Disto se pode concluir que a coerência se constrói na interação e que embora o texto possua marcas, sinalizações lingüísticas que encaminham o(s) sentido(s), essa construção de sentido depende sempre da interação entre os seus usuários; por esta razão, não se pode falar em um “não-texto”.

### 3.3. CRITÉRIOS PELOS QUAIS OS FALANTES JULGAM A COMPREENSÃO DOS SEUS OUVINTES

O modo como se dá o processo de compreensão constitui uma das preocupações fundamentais dos trabalhos desenvolvidos pelos teóricos da Lingüística Textual. Cabe, inicialmente, explicitar algumas suposições teóricas sobre a natureza da compreensão. Para John Locke<sup>47</sup> (1690), a compreensão verbal se configura numa espécie de transmissão de pensamentos da mente do falante para o ouvinte (“*telementation*”); deste modo, compreender um enunciado de um falante é um evento mental que ocorre quando o ouvinte, através do enunciado, alcança o pensamento que o falante pretendia expressar.

Este pensamento de Locke não está muito distante das reflexões lingüísticas incorporadas pelo pensamento filosófico antigo e medieval, mas difere dele num ponto bastante interessante que é a questão da imperfeição das palavras, percebida a partir do entendimento de que, se a compreensão é um evento mental e se, como tal, é particular e privado, não se tem como saber se as palavras proferidas por um falante são assimiladas por um ouvinte exatamente como aquele o queria. A partir das considerações de Locke acentua-se a discussão sobre o processo da compreensão.

<sup>47</sup> Ensaio acerca do entendimento humano (1690) IN: Coleção *Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural, 1978.

Uma concepção de língua que direciona a discussão sobre o caráter de intersubjetividade da compreensão pode ser encontrada em Koch & Marcuschi (1998:173):

A língua é heterogênea, opaca, histórica, variável e socialmente constituída, não servindo como mero instrumento de espelhamento da realidade. Em consequência, será essencial postular o princípio de indeterminação em todos os níveis. A língua não é o limite da realidade, nem o inverso. Língua é trabalho cognitivo e atividade social que supõe negociação. Não pode ser identificada com instrumentos prontos para usos diversos.

Mesmo tendo clara a importância da língua no processo de compreensão, continua presente entre os lingüistas a indagação: Sob quais critérios os falantes julgam a compreensão dos seus ouvintes?

Outros fatores, além da questão léxico-semântica, interferem na compreensão de um enunciado, visto que é essencialmente na interação que se constrói o sentido do que se diz ou do que se lê.

A relação significativa e significado lingüístico envolve uma série de fatores que extrapolam o universo da língua, como afirmam Koch & Marcuschi (1998: 177):

O léxico é uma fonte útil para as operações de designação, mas não simplesmente um “estoque de etiquetas”. Isto faz com que seja mais importante identificar o conjunto de estratégias que tornam a referência possível no discurso e através do discurso do que simplesmente montar um sistema de correspondências lexicais adequadas.

Não é tão simples apontar mecanismos geradores de incompreensão; é mais fácil e mais coerente extrair do contexto comunicativo as máximas que validam a compreensão de determinado enunciado, reconhecendo a complexidade e a multiplicidade dos diversos níveis e dimensões da língua para o processo de compreensão de uma enunciação ou de um texto. Por esta razão, não se pode assegurar o entendimento do enunciado com base, tão somente, no signo lingüístico. Disto pode-se concluir que a compreensão se dá criativamente de acordo com o contexto interacional, pois a comunicação é uma atividade pública e de cooperação.

Verifica-se, pois, que o importante será acompanhar como o leitor ou o ouvinte processarão o conteúdo lingüístico e outras informações que constituirão a sua compreensão do enunciado, as quais não se esgotarão naquele dado momento. Em outras palavras, segundo Koch (1999c), a progressão referencial se dá com base numa complexa relação entre linguagem, mundo e pensamento estabelecida centralmente no discurso.

O léxico não é, pois, suficiente para validar o processo de compreensão, do mesmo modo que a construção de sentido não é estática nem exclusiva; portanto, é um vaivém de sentidos construídos no processo de interação discursiva, o que reitera a máxima de que história, cultura e sentido formam um tripé indissociável na negociação pública que é a comunicação humana. De acordo com Marcuschi (1998:4):

Produzir textos é produzir propostas de significação com efeitos de sentido que não são permanentes ou estáveis, pois o sentido se efetiva no ato do processamento pelo seu leitor/ouvinte, que pode estar situado em tempos históricos defasados ou

em contextos sócio-culturais diversos. Assim, produz texto quem escreve/fala, mas também quem lê/ouve.

A língua, reitera-se, é semideterminada e se modifica na medida em que as atividades, do mesmo modo que os contextos, mudam; por esta razão, a língua é uma prática social. E o texto — quer seja oral, quer seja escrito — é um evento comunicativo dentro desta prática social.

Pensar o modo como alguém, que se dispõe a elaborar um texto, escrito ou falado, escolhe a organização do seu dizer e como o encaminhará ao interlocutor exige que se leve em conta uma série de fatores não só cognitivos, mas também lingüísticos e sociais, os quais estão em permanente construção e inter-relação. Isto porque não são exigidos, na interação, somente os fatores relacionados à capacidade cognitiva de produção e de intelecção, mas ainda os que dizem respeito aos contextos de linguagem e aos contextos onde se encontram inseridos os sujeitos.

Assim, os conhecimentos que se pressupõem compartilhados e as ações conjuntas por meio da linguagem constituem-se em eventos lingüísticos que são inerentemente sociais. Conforme Clark (1996)<sup>48</sup>, os eventos lingüísticos são ações conjuntas por serem essencialmente sociais; por meio delas, os indivíduos interagem a fim de realizar ações. Isto equivale dizer que os indivíduos agem uns com os outros através da língua, e não somente uns sobre os outros. Tomar essas idéias como pressuposto básico permite encaminhar uma reflexão sociocognitiva da linguagem.

Em razão de o sentido ser uma construção que se dá numa troca constante entre sujeito, mundo e seus objetos de interação, sejam esses objetos um outro sujeito ou o mundo em que está inserido, são as práticas discursivas por meio da linguagem que geram as nomeações, as criações e as recriações lingüísticas utilizadas pelos sujeitos, objetivando a expressão e o entendimento por seus interagentes.

Do explicitado acima, deduz-se que a referenciação não constitui uma categorização direta do real, mas uma construção deste e que este real discursivo engloba o histórico e o cultural, determinantes na produção de sentido.

### **3.4. O TRABALHO DE CO-AUTORIA NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS**

O fato de que nem tudo o que se diz está inscrito objetivamente no texto justifica uma indeterminação semântica para a língua. Assim, o produtor do texto, seja falado ou escrito, não tem condições de dizer tudo. A questão é saber o quê e o quanto se pode deduzir como compartilhado com o leitor ou com o ouvinte. Independentemente disto, sempre se deixa muito por conta do ouvinte ou do leitor. Isto é, são as lacunas possibilitadoras das inferências, necessárias à compreensão.

Em razão disto, o produtor do texto já supõe um engajamento do leitor na produção de sentidos, o que confirma o postulado de Geraldí<sup>49</sup> (1991) de que é para o outro que se produz o texto, isto é, o outro é a medida do dizer. Este princípio se estende, também, para o entendimento de que na interação

<sup>48</sup> CLARK, Herbert, 1996. *Using Language*. Cambridge, Cambridge University Press.

<sup>49</sup> GERALDI, J. W. Identidades e especificidades do ensino de língua. IN: *Portos de passagem*, São Paulo, Martins Fontes, 1991, p. 73-113.



se constituem os mais variados gêneros, dependentes de seus interlocutores e dos contextos sociocomunicativos. Daí se pode afirmar, conforme Alves Filho (2005: 215), que “a autoria e o gênero mantêm uma relação indissociável, complexa e circular”. Trata-se, nas palavras do autor, de uma relação de mão dupla, pois “ao mesmo tempo em que o gênero institui a autoria, os autores vão refazendo os gêneros e refazendo a própria postura de autoria do gênero”.

Koch (2002: 159-61) afirma que para se chegar a um entendimento mais profundo do texto é preciso reconhecer as marcas que constituem a sua argumentatividade; isto é, é preciso perceber as marcas de sinalização do texto que encaminham o interlocutor a determinados tipos de conclusão, a partir da recusa e da aceitação de hipóteses de sentido. A construção e a recriação de sentidos levará ao entendimento de implícitos que estão mesclados na retórica discursiva do texto.

Um texto abre a perspectiva de uma multiplicidade de interpretações e o produtor possui intenções variadas, que são concretizadas por meio de marcas lingüístico-discursivas que ele utiliza em seu texto. Cabe ao leitor/ouvinte, portanto, saber qual o caminho a percorrer a partir de tais marcas e que melhor sentido atribuir-lhes, levando sempre em conta o conhecimento compartilhado, isto é, os esquemas e estereótipos socioculturalmente determinados, bem como a reciprocidade na interação social. Conforme Clark (1985), estes aspectos confirmam a importância do conhecimento social e do processo de inferência na compreensão de textos.

Para Dascal (1992: 109-27), a propósito, “a compreensão de uma enunciação ou de um texto envolve sempre uma pluralidade de habilidades, níveis e sistemas diferentes de conhecimento, tanto lingüístico quanto não-lingüístico”. Assim, para o autor, a competência lingüística é apenas **um**<sup>50</sup> dos componentes utilizados no processo de compreensão. Por isto é necessário encarar tal processo como um meio de aproximação gradual do sentido de uma enunciação ou de um texto. Jamais se pode dizer que se alcançou uma compreensão global e completa do texto. A compreensão, conforme se postula nesta tese, ocorre, evidentemente, na interação.

As estratégias discursivas postas em ação pelo produtor do texto determinam o seu alcance de sentido; ou seja, o produtor estabelece limites para os sentidos possíveis, o que seria (é) uma forma de garantir o seu “projeto de dizer”. Há na relação leitor/ouvinte e produtor do texto um jogo discursivo em que se aposta em um entendimento, mas que, na verdade, sempre se relativiza pela necessidade de adequações contextuais e pelos variados interlocutores.

De sua parte, Koch (2002) chama a atenção para o fato de que, embora os sentidos se constituam numa construção colaborativa, o produtor do texto, de acordo com os seus propósitos comunicativos e com o gênero discursivo escolhido, coloca no texto marcas lingüísticas que visam a reforçar a sua intenção comunicativa, almejando evitar um desvio de interpretação em relação às expectativas de compreensão pretendida.

Bakhtin (1981/1997: 203) afirma que todo ato de produção de sentido é um evento dialógico do significado e complementa esta afirmativa, em outro de seus textos, com o entendimento de que

---

<sup>50</sup> Grifo nosso.

A palavra não é um objeto, mas um meio constantemente ativo, constantemente mutável de comunicação dialógica. Ela nunca basta a uma consciência, a uma voz. Sua vida está na passagem de boca em boca, de um contexto para outro, de um grupo social para outro, de uma geração para outra. (...). Um membro de um grupo falante nunca encontra uma palavra neutra da língua, isenta das aspirações e avaliações de outros ou despovoada de vozes de outros. Absolutamente. A palavra ele a recebe da voz de outro e repleta de voz de outro. No contexto dele, a palavra deriva de outro contexto, é impregnada de elucidações de outro.

Para este autor, o dialogismo é inerente às práticas sociointerativas, penetra toda a linguagem humana, tudo o que tem sentido e importância. Mesmo que o “outro” seja invisível e suas palavras estejam ausentes há uma interferência silenciosa que confirma a sua “atitude responsiva”<sup>51</sup>, isto é, um modo de reagir silenciosamente ao outro.

A partir desta concepção dialógica, Geraldi (1997:17) distingue as ações que os sujeitos fazem com a linguagem, as ações da linguagem e ações que se fazem sobre a linguagem, marcando o entrecruzamento que ocorre na materialização lingüística:

A aprendizagem da linguagem é já um ato de reflexão sobre a linguagem: as ações lingüísticas que praticamos nas interações em que nos envolvemos demandam esta reflexão, pois compreender a fala do outro e fazer-se compreender pelo outro tem a forma do diálogo: quando compreendemos o outro, fazemos corresponder à sua palavra uma série de palavras nossas; quando nos fazemos compreender pelos outros, sabemos que às nossas palavras eles fazem corresponder uma série de palavras suas.

A construção do sentido, portanto, se dá nesta relação dialógica entre produtor, leitor e os contextos de interação, na qual a co-relação produz novos conhecimentos. Assim, ser sujeito na linguagem significa trabalhar produzindo e interpretando a constituição heterogênea dos discursos.

Trata-se de uma negociação de sentidos em que, conforme Geraldi (1997:19) no processo de compreensão ativa e responsiva, a presença da fala do outro deflagra uma espécie de ‘inevitabilidade de busca de sentido’: esta busca, por seu turno, deflagra que quem compreende se oriente para a enunciação do outro”. É uma busca que exige a todo instante a formulação de hipóteses para sentidos possíveis, negociáveis no curso de uma interação.

A inteligência de textos é sempre uma atividade de co-autoria, e o texto é um processo em permanente elaboração e reelaboração ao longo de sua história e ao longo das diversas recepções pelos diversos leitores:

(...) o texto só tem sentido graças a seus leitores; muda com eles; ordena-se conforme códigos de percepção que lhe escapam. Torna-se texto somente na relação à exterioridade do leitor, por um jogo de implicações e de astúcias entre duas espécies de “expectativas” combinadas: a que organiza um espaço legível (uma literalidade) e a que organiza uma démarche necessária para a efetuação da obra (uma leitura).<sup>52</sup>

<sup>51</sup> Em BAKHTIN, “Questões de literatura e estética”, 1975.

<sup>52</sup> CERTEAU, Michel de. Ler uma operação de caça. In: —, *A invenção do cotidiano, 1, Artes de fazer*, Trad. Ephraim Ferreira Alves, Petrópolis, Vozes, 1996, p. 266.

Como os textos são sempre contextualizados numa determinada situação, cultura, momento histórico, campo ideológico, crença, etc, é impossível obter-se a sua explicitude. Além disso, existem os conhecimentos pessoais do leitor ou do ouvinte que produzirão múltiplas leituras, o que implica a existência de leitores com diferentes especializações ou conhecimentos prévios. Há na interação autor, texto e leitor a produção conjunta de sentido(s) que se sujeitam às modificações segundo os diferentes contextos comunicativos. Por isto, afirma-se que:

(...) toda leitura envolveria uma produção – e não uma descoberta – de significados, criados a partir das circunstâncias que constituem o leitor e a situação de leitura. Em outras palavras, o significado não se esconde nem se embute no texto à espera de que um leitor o decifre, compreenda ou resgate; o significado é produzido pelo leitor a partir de suas circunstâncias e das convenções que organizam e delimitam suas instituições, inclusive a linguagem. Nesse sentido, nenhuma leitura poderia ser considerada absolutamente correta ou incorreta, absolutamente aceitável ou inaceitável. Uma determinada leitura pode ser considerada correta ou inaceitável apenas dentro de uma determinada situação ou perspectiva e esse julgamento seria necessariamente diferente em outra situação e a partir de outra perspectiva.<sup>53</sup>

Compreender, portanto, é uma atividade criativa em que o leitor/ouvinte age sobre os textos. É uma atividade de seleção, reordenação e reconstrução em que uma certa margem de criatividade é permitida. É uma atividade dialógica que se dá na relação com o outro. É a busca de empatias em que nos encontros e desencontros a magia da palavra gera o sentido próprio ao leitor que, a partir dos significados atribuídos, tem a plenitude na sua leitura, uma plenitude de instante, pois um novo tempo trará um novo sentido, uma nova leitura. O sentido é algo que surge negociada e dialogicamente na relação entre leitor, autor e texto sob as condições de recepção em que estamos situados. Conseqüentemente, ele não tem uma só leitura e nem uma leitura que seja a mais correta.

A leitura de textos envolve tanto o processo de produção quanto o processo de compreensão, sendo tomados, ambos, como processos de construção do(s) sentido(s). De um lado, tem a palavra do leitor no texto que lê e de outro, um projeto de dizer do autor, tomado como aquele capaz de expor a sua singularidade no discurso, extrapolando os aspectos formais e as regras que condicionam o texto; assim, a autoria estaria onde há a explosão do sujeito; isto é, onde ele imprime ao texto suas marcas<sup>54</sup>, essas vozes se mesclam no curso de uma interação e promovem o(s) sentido(s).

Por esta razão, como se mencionou anteriormente, estabelecem-se conexões entre autoria, gênero e estilo. Assim, para verificar a impressão das marcas de autoria, faz-se necessária a observação dos traços co-determinantes nas relações autor e seus enunciadores bem como autor e seus leitores/ouvintes, pois é nesta interação que se constituem e se organizam composições lingüístico-discursivas.

<sup>53</sup> ARROJO & RAJAGOPALAN, (1992) O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino, [...], p. 88

<sup>54</sup> 1 Segundo POSSENTI, o trabalho com e sobre a linguagem é condição necessária, porém não suficiente para que o sujeito se constitua como autor de seu texto. O autor é aquele que organiza o intradiscurso, dando-lhe uma orientação, através de mecanismos de coerência e de coesão, mas também garantindo que certos efeitos de sentido e não outros serão produzidos durante a leitura. Assim, podemos dizer que efeitos de sentido tais como: a sensação de “cumplicidade” entre narrador e leitor/ouvinte, ou ainda a criação de um efeito de suspense seriam produzidos pela função-autor. Para que o sujeito se constitua enquanto autor é necessário transgredir mais do que uma determinada ordem estabelecida, mais do que atuar com e sobre a linguagem. É fundamental, sobretudo, que este sujeito inscreva o seu discurso na ordem do enunciável, no verdadeiro da época. (POSSENTI, Sírio. Índícios de autoria, *Revista Perspectiva*, Florianópolis, v.20, nº01, p. 105-124, jan/jun. 2002).

## **Capítulo IV:**

# **O FUNCIONAMENTO DOS RÓTULOS NA CONSTRUÇÃO DO TEXTO**

O objetivo deste capítulo é apresentar a fundamentação teórica para o estudo do fenômeno da rotulação, objeto de investigação desta tese. Além de trazer o posicionamento de autores como Francis (1994) e Conte (1996), encaminham-se reflexões sobre o fenômeno sob a perspectiva sociocognitivista que orientou a pesquisa.

Procede-se a uma abordagem diferenciada desses grupos nominais, destaca-se seu estatuto discursivo e evidencia-se sua multifuncionalidade na dinâmica textual. Observou-se o aspecto multifuncional dos rótulos nos seguintes funcionamentos: (a) recategorização de referentes do discurso, (b) avaliação de proposições apresentadas, (c) abertura de tópicos discursivos, (d) compactação e retomada de comentários no parágrafo; e, ainda, (e) orientação argumentativa.

### **4.1. APRESENTAÇÃO E DEFINIÇÃO**

O encadeamento dos referentes no texto se realiza por meio de diferentes estratégias de referenciação, numa oscilação de movimentos de retroação e de prospecção, responsáveis pela constituição do texto que, conforme Koch (2002:85), “... é um universo de relações seqüenciadas, mas não lineares”. Dentre as estratégias de referenciação, destacam-se, neste trabalho, as expressões nominais rotuladoras, devido à sua relevância na relação entre referenciação e argumentação, visto que geram para o texto uma orientação argumentativa.

As expressões nominais são formas lingüísticas que apresentam em sua constituição um nome (N), geralmente acompanhado de um determinante e de possíveis modificadores. A presença de determinantes, porém, não é necessária, conforme Koch (2004:68), como, por exemplo, em retomada textual por meio de nominalizações, em que, muitas vezes, “(...) o nome-núcleo vem acompanhado de modificadores sob a forma de oração relativa ou, em alguns casos, seguido (e não antecedido) do demonstrativo ou de um indefinido, bem como, ainda, de uma estrutura comparativa”. Há, também, a possibilidade de o nome vir acompanhado de modificadores que são selecionados pelo produtor do texto, de acordo com o(s) efeito(s) de sentido que ele pretende veicular em diferentes contextos. Daí, o fato de essas formas<sup>55</sup> serem importantes para viabilizar a proposta de dizer do locutor, pois, através da seleção lexical, imprimem-se ao texto determinados posicionamentos discursivos, apontando-se um princípio de interpretação.

---

<sup>55</sup> Apresentam-se, no Anexo B, algumas configurações de expressões nominais encontradas no corpus desta pesquisa.

Koch (2002:87; 2004:68) destaca o uso das expressões nominais, definidas e indefinidas, como um dos recursos mais produtivos da textualização. Essas expressões se distinguem pelo determinante: as expressões nominais indefinidas são antecedidas por artigos indefinidos, ao passo que as definidas são introduzidas por artigos definidos e pronomes demonstrativos. A autora apresenta as seguintes configurações para as expressões referenciais:

(Det.).	(Modificador (es))	Nome	(Modificador (es))
Det.	{ Artigo indefinido Artigo definido Demonstrativo }		
Modificador	{ Adjetivo SP Oração relativa }		

Na constituição de uma expressão nominal definida, é importante observar a escolha entre o artigo definido e o pronome demonstrativo, já que a predileção por um determinante em relação a outro indica uma posição do sujeito em relação ao universo da enunciação. Contudo, em razão do objetivo desta tese, não há um aprofundamento da questão da presença do determinante nas descrições nominais.

A escolha de determinantes tem sido tema para estudos variados sobre o funcionamento discursivo das expressões referenciais. Sob o ponto de vista de autores que tratam deste assunto, existem fatores que influenciam a escolha desses determinantes. Destacam-se, entre estes, De Mulder (1998), Apothéloz e Chanet (1997), Berrendoner (1995). Um argumento que sobressai na obra desses autores é o fato de que tais escolhas são geradas em função de um projeto de dizer e, por meio dele, marca-se a introdução de referentes e sua saliência no discurso, bem como a mudança de foco discursivo.

É, portanto, por meio desta importante estratégia de referenciação textual que se operam categorizações e recategorizações de referentes lingüísticos inscritos ou não no co-texto. Isto é, tais formas nominais podem fazer a remissão a elementos presentes na superfície lingüística ou inferidos, a partir de outros elementos que nela se encontram, pela mobilização de processos de ordem cognitiva, lingüística e social, podendo funcionar tanto como anáforas, quanto como catáforas.

De acordo com Koch (2002:106), tais formas não têm apenas a função de referir, dando continuidade ao texto, mas também de contribuir na construção de sentido(s) na medida em que assinalam direcionamentos argumentativos, indicando pontos de vista, já que a sua apresentação implica escolhas que são feitas, por exemplo, levando-se em conta os diferentes contextos, interlocutores e gêneros discursivos e, principalmente, pelo fato de tais escolhas atenderem aos propósitos comunicativos do falante/escrevente. Além disso, tais formas possuem uma dimensão simultaneamente construtiva e intersubjetiva. Por esta razão, essas expressões referenciais precisam ser vistas sob sua multifuncionalidade merecendo destaque especial a estreita relação entre referenciação e argumentação.

Esses grupos nominais desempenham função coesiva e também funcionam como organizadores e resumidores de porções textuais — um parágrafo inteiro ou apenas uma sentença —, configurando-se

numa expressão nominal rotuladora. A estratégia de sumarizar uma proposição denomina-se rotulação (“labelling” - Francis, 1994), realizada por um elemento nominal, o rótulo, geralmente um termo genérico, que vai encontrar realização lexical em seu cotexto, referindo-se a uma extensão do discurso que por ele é sumarizada. Nestes casos, a coesão é estabelecida por todo o grupo nominal e não apenas pelo seu núcleo.

Na organização discursiva, o grupo nominal promove uma integração entre o que foi dito, o que se diz e o que se irá dizer, revelando o dinamismo textual e sugerindo uma linha interpretativa. A utilização desta forma salienta o ponto de vista do produtor do texto, auxiliando o leitor/ouvinte na tentativa de aproximação com a expectativa de leitura do autor. Por esta razão, Conte (1994/2003) considera que os grupos nominais rotuladores são “um poderoso meio de manipulação do leitor”.

#### 4.2. A ESTRUTURA DAS FORMAS NOMINAIS ROTULADORAS

As expressões nominais rotuladoras, conforme foi dito, possuem particularidades em sua forma, pois o tipo de determinação dessas expressões, por exemplo, indica relações referenciais específicas. Assim, é importante observar os determinantes que nelas aparecem, bem como a escolha do nome-núcleo e/ou de seus modificadores.

Os nomes nucleares de rótulos retrospectivos são freqüentemente precedidos de um dêitico como, por exemplo, os pronomes demonstrativos *este*, *aquela*, *esse*, *tal*, acompanhados ou não de termos modificadores e qualificadores; ou são nomes gerais, conforme Halliday e Hasan (1976: 275) “... a combinação de nome geral mais determinante específico, tal como o homem, a coisa, é muito semelhante a um item referencial”. A freqüência dos dêiticos como introdutores desse tipo de grupo nominal foi ratificada na análise do corpus desta pesquisa, conforme se verifica nas tabelas de configuração das expressões nominais, (Anexo B).

Apothelóz e Chanet (1997: 165) postulam que, nas formas resultantes de nominalização, é constante a presença da determinação demonstrativa, observação também feita por Francis (1994), Conte (1991, 1993), Koch (1998–2001), Cavalcante (2000), Zamponi (2001,2002). Os estudos destacam que o determinante demonstrativo permite um posicionamento do interlocutor nas instâncias discursivas de modo que se promova a remissão a um conteúdo conhecido, ao mesmo tempo em que se indicia um conteúdo novo, conforme Zamponi (2001: 145):

O demonstrativo traz o novo seja porque introduz um referente no discurso, seja porque situa um referente em um novo universo de consciência. Assim, o sintagma nominal demonstrativo (SND) não serve para marcar a continuidade pura e simples de uma menção anterior, mas ele leva sempre o novo no sentido de marcar seja a saliência do referente, seja uma modificação do estatuto temático.

De acordo com Apothelóz e Chanet (1997), o recurso da denominação reportada favorece o uso do determinante demonstrativo. Este recurso consiste em introduzir no texto citações de termos ou expressões que, embora se integrem à enunciação, representam a fala de um outro locutor (cf. Authier, 1981, 1982). Neste caso, o produtor do texto mantém um distanciamento crítico em relação a tal designação, assinalando-o por meio das aspas.

### 4.3. ROTULAÇÃO E ENCAPSULAMENTO

Como a progressão textual não se dá numa continuidade linear, a rotulação, importante recurso de progressão referencial, pode resultar de uma sumarização textual anafórica ou catafórica. Isto é, os rótulos podem seguir a porção de texto que encapsulam: rótulo retrospectivo, ou podem precedê-la: rótulo prospectivo. Mas também podem ter um funcionamento duplo, ou seja, um rótulo pode ser, simultaneamente, retrospectivo e prospectivo, como se verá mais adiante.

A categorização de segmentos do cotexto sob um determinado rótulo pode ser feita de modo a apenas transformar tal segmento em um objeto-de-discurso e encaminhar a progressão textual. É comum proceder a operações de nominalização por meio de nomes deverbais ou não, que, conforme Francis (1994/2003), consistem em rotulações resultantes de encapsulamentos.

Esta autora propõe uma classificação para os rótulos de acordo com a função e a posição que eles assumem nos textos. A abordagem do fenômeno se faz a partir da superfície lingüística, ou seja, da materialidade textual, em que se observa, por exemplo, os movimentos de avanço, de recuo ou os dois, simultaneamente, para a compreensão do enunciado.

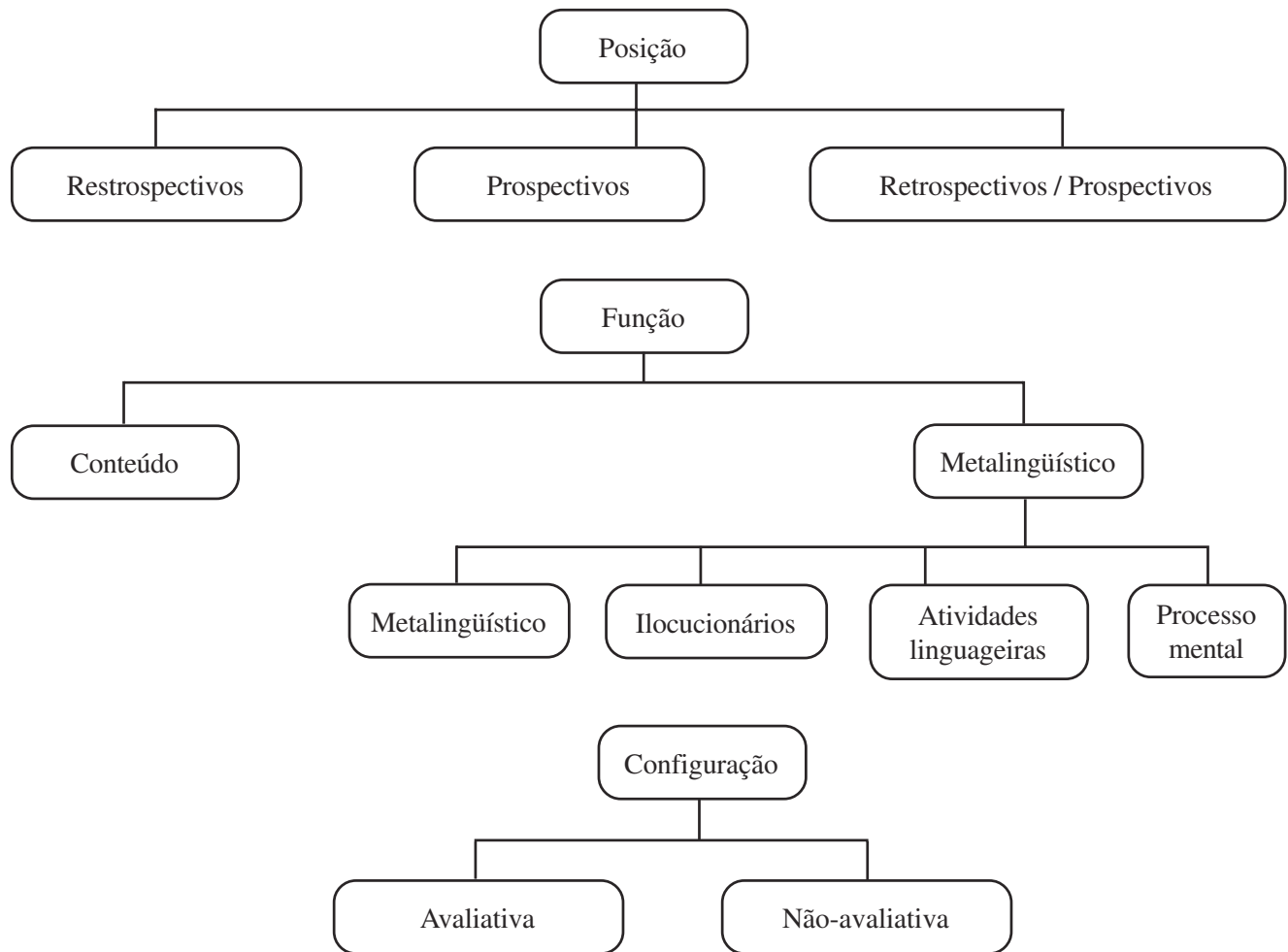
O rótulo, sob o ponto de vista dessa autora, expressa uma avaliação ou não, das informações sumarizadas; assim, ela postula a identificação de rótulos avaliativos e não-avaliativos. Uma outra observação diz respeito ao fato de o rótulo não só sumarizar o conteúdo do que foi literalmente dito, mas também o modo, a forma do dizer. Para tanto, recorre aos argumentos de John Austin<sup>56</sup>, para quem todo dizer é um fazer, isto é, todo ato de linguagem constitui determinado ato de fala.

Com base neste postulado, ela apresenta a categoria de rótulos metalingüísticos e os subconjuntos: nomes ilocucionários, nomes de atividades languageiras, nomes de processo mental e nomes de texto. Assim, a autora propõe, a partir dos estudos de Farnes (1973), uma distinção dos rótulos na função “indicador de conteúdo” e “indicador de estrutura”. Em síntese, a categorização dos rótulos para Francis se afigura do seguinte modo:

---

<sup>56</sup> Austin afirma que as palavras não só designam, mas também permitem realizar ações, o que permite afirmar que os atos de fala se apresentam em três níveis: o que foi literalmente dito (locucionário), o ato pretendido (ilocucionário) e o seu efeito real (perlocucionário). AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. N. York, Oxford, University Press, 1965.

**Quadro 2: Posição, função e configuração dos rótulos conforme Francis (1994/2003):**



#### 4.4. A FUNÇÃO E A POSIÇÃO DOS RÓTULOS NOS TEXTOS

##### 4.4.1. Rótulos prospectivos e retrospectivos

Os rótulos prospectivos têm a função de sinalizar ao leitor o que se seguirá no texto, isto é, conforme Francis (1994/2003), avançar perspectivas sobre a continuidade do texto. A saturação deste tipo de rótulo, portanto, se realiza na seqüência de “dizer”, que deverá ter uma compatibilidade semântica com tal grupo nominal; daí, a função organizadora do rótulo, que contribui para a continuidade textual.

Os grupos nominais anafóricos são considerados rótulos retrospectivos desde que não se refiram a um elemento textual específico anteriormente expresso; ou seja, não se trata de uma repetição ou de uma recategorização (por meio de um sinônimo, por exemplo) de um elemento precedente. O rótulo retrospectivo é assim considerado se a sua presença se justificar pela substituição de uma ou mais orações do texto, isto é, se ele se referir a uma extensão do discurso, operando uma sumarização do dizer, criando para esta extensão discursiva um rótulo, nomeando-a pela primeira vez, ou seja, criando um novo objeto-de-discurso que indicará ao leitor como a extensão do discurso rotulada deverá ser interpretada. Conforme Francis (1994/2003: 195):



O rótulo indica ao leitor exatamente como esta extensão [extensão do discurso que foi rotulada] do discurso deve ser interpretada, e isso fornece o esquema de referência dentro do qual o argumento subsequente é desenvolvido.

É importante considerar que os rótulos retrospectivos nem sempre se referem a extensões delimitáveis ou identificáveis no discurso. Eles podem ter uma referência difusa, o que significa que nem sempre é fácil reconhecer a sua base de referência, a não ser pela indicação de um elemento dêitico que aponte uma mudança de direção assinalada pelo rótulo, mantendo a natureza coesiva desta forma lingüística. Para Francis, (1994/2003: 201):

A extensão precisa do discurso a ser seccionada pode não importar: é a mudança do discurso assinalada pelo rótulo e seu ambiente imediato que é de crucial importância para o desenvolvimento do discurso. Pode-se mesmo argüir que uma indistinção referencial deste tipo pode ser usada estrategicamente pelo escritor para efeitos criativos ou persuasivos, talvez dando escopo para diferentes interpretações, ou ofuscando as linhas de argumentos artificiosos ou espúrios.

Esses grupos nominais podem, portanto, sumarizar tanto os segmentos textuais que o precedem como os subsequentes. Há, assim, um movimento discursivo de retrospectão/prospecção que, conforme Francis (1994/2003: 200), é particular de uma rotulação ampliada, a qual se dá exatamente porque o rótulo fica na fronteira entre as seções de Situação e de Avaliação de um padrão discursivo extenso. Em suas palavras: “Ele funciona para trás e para frente: para trás, para encapsular e reintroduzir como dada a situação descrita no parágrafo precedente; e, para frente, para avaliá-la”.

#### 4.4.2. Encapsulamento e nominalização

O conteúdo de uma sentença ou porção de texto converte-se em referente por meio de um sintagma nominal: o rótulo. Quando tal sintagma tiver um lexema-núcleo resultante de uma transformação verbo-nominal, ou seja, for derivado morfológicamente<sup>57</sup> do verbo da proposição de conteúdo informacional, ou de um adjetivo<sup>58</sup> presente na proposição como predicado, que corresponda à dimensão argumentativa do que foi declarado na sentença, o sintagma será considerado uma nominalização.

Conforme os trabalhos de R. B. Lees (1960) e Jean Dubois (1973), a nominalização pode ser considerada como uma transformação em que se sumariza o sintagma e não uma palavra. Para Apothéloz (1995), a nominalização se constitui numa operação discursiva em que um processo ou um estado previamente significado por uma proposição é apresentado como referente por meio de um sintagma nominal. Este autor entende a nominalização como um processo discursivo.

O termo ‘nominalização’ se refere tanto ao processo quanto à expressão nominalizadora; entretanto, Apothéloz (1995) e Apothéloz e Chanet (1997) estabelecem uma distinção entre o fenômeno lingüístico e a designação do termo que dele resulta. Para esses autores, o termo nominalização diz respeito à

<sup>57</sup> Nem sempre o substantivo que caracteriza a nominalização é derivado morfológicamente do verbo da proposição que é objeto de tal operação lingüística, o que se pode justificar, por exemplo, pela inexistência de um cognato. Trata-se do que Apothéloz e Chanet (1997) denominam “*supletismo*”

<sup>58</sup> ZAMPONI (2002:198) apresenta a sentença “Ela era uma criatura extremamente doce. Essa doçura conquistava quem quer que fosse” como um exemplo de nominalização em que o substantivo predicativo é derivado de adjetivo.

operação discursiva de natureza anafórica ou catafórica, os elementos lingüísticos que compõem o conteúdo da predicação antecedente ou subsequente, objeto da nominalização, são denominados “informação-suporte”, e o lexema que caracteriza a condensação do discurso é chamado de “substantivo-predicativo”.

Zamponi (2002:197), ao comentar os termos citados, ressalta que ‘substantivo-predicativo’ é uma noção semântica e não morfológica e que a adjetivação ‘predicativo’ é relevante na medida em que indica dois aspectos que envolvem as nominalizações: a referencialidade e a predicação. Isto é, nas palavras da autora:

(...) “predicativo” pode ser relacionado a “proposição” a que foi dado um estatuto referencial (...) [bem como] nos induz a considerar a dimensão atributiva da expressão referencial: o elemento anafórico é simultaneamente um elemento de referência e de predicação, acumulando a função temática e remática ou, como afirma Schwarz (2000), operando uma tematização-remática.

Essa condensação do discurso promovida por uma expressão nominal é denominada, por Conte (1996), de encapsulamento<sup>59</sup> anafórico. Segundo a autora, trata-se de um fenômeno textual que promove a coesão por meio de sintagmas nominais que funcionam como uma paráfrase resumidora de uma porção do texto que pode ser de extensão e complexidade variada.

Koch (2001: p.77) ressalta que encapsular ou sumarizar é uma função típica das nominalizações; segundo esta autora, “as nominalizações sumarizam as informações-suporte contidas em segmentos precedentes do texto, encapsulando-as sob a forma de um substantivo-predicativo e transformando-as em objetos-de-discurso”. A nominalização constitui-se em uma anáfora lexicalmente construída, composta por um nome núcleo que é, comumente, acompanhado de um determinante demonstrativo.

René Lagane<sup>60</sup> declara no “Livreto Metodológico do dicionário do francês contemporâneo” que...

(...) a nominalização é um meio gramatical particularmente utilizado na língua escrita para construir as frases das narrações e das exposições; as nominalizações aumentam a densidade de um texto permitindo hierarquizar os dados da experiência e as argumentações...

Além deste papel organizador, a nominalização desempenha uma função de ligação entre os enunciados de um mesmo parágrafo e entre os parágrafos de um mesmo texto, funcionamentos comuns ao rótulo. Pode-se afirmar que, no processo de construção de sentido(s), há uma “memorização” do sentido do cotexto lingüístico em que está o verbo, por exemplo, a qual permitirá ao receptor-leitor, por meio de uma “recuperação” de sentido pelo derivado substantival do verbo dado, estabelecer significações por uma aproximação semântico-formal das duas proposições.

<sup>59</sup> O termo encapsulamento foi empregado por Lyons (1977) para se referir ao fenômeno lexical de inclusão sintagmática. Para este autor, por exemplo, a idéia expressa em “latir” (‘to bark’) encapsula o sentido de “cachorro” (‘dog’). Tal fenômeno já fora apontado por Porzig (1934), sob o título de “*wesenhafte Bedeutungsbeziehungen*”, conforme ressalta Conte (1996: 180) em nota de rodapé. E, ainda, tal fenômeno foi também estudado por Halliday e Hasan (1976), por Conte (1980, 1981) e por Sinclair (1983). Mas não se trata aqui, neste estudo, do mesmo fenômeno.

<sup>60</sup> “La nominalisation est un moyen grammatical, particulièrement utilisé dans la langue écrite pour construire les phrases des narrations et des exposés; les nominalisations accroissent la densité d’un texte, permettant de hiérarchiser les données de l’expérience et les argumentations...” [p.34, 71/78], citado em MOIRAND (1975) p.60.

Neste estudo entende-se que embora haja, no processo de nominalização, um funcionamento encapsulador, o que o aproxima da rotulação, isto não torna os dois processos equivalentes. Isto é, o rótulo é uma operação lingüística resultante de atividades cognitivo-discursivas, e não se prende a um item lexical particular, um nome ou um verbo e sua predicação, como é o caso das nominalizações. Neste sentido, o rótulo amplia o funcionamento encapsulador: estende-se ao discurso e ultrapassa os limites da materialidade lingüística.

Se apenas for observado o efeito encapsulador, comum à nominalização e ao rótulo, pode-se afirmar que a nominalização é um rótulo, mas se observar-se como tal efeito é operado, verificar-se-á, conforme se postula nesta tese, que há ressalvas a se fazer: o rótulo não é um lexema derivado de outro presente no contexto, tal como a nominalização, sua escolha lexical resulta, conforme já se afirmou, de operações cognitivo-discursivas: categorização e recategorização. A nominalização não categoriza e nem recategoriza, o que a leva a apresentar um menor grau de argumentatividade.

Zamponi (2002:242) propõe que, a par do fato de que nem sempre no processo de nominalização há identidade referencial entre a proposição e o elemento anafórico, se considere a seguinte divisão para o processo da nominalização: “nominalização *stricto sensu* (distancia-se do conceito de rótulo) que operaria a designação do processo, estado ou do próprio predicado; nominalização *lato sensu*: que operaria a designação de atributos do enunciado e da enunciação” (aproxima-se do conceito de rótulo).

A tese apresenta o rótulo como (a) resultante de uma atividade cognitivo-discursiva, (b) revelador de instâncias enunciativas e (c) indicador de uma reflexividade do sujeito sobre a linguagem. Estas propriedades fazem do rótulo um importante recurso por comportar um forte caráter argumentativo, contribuindo para a construção da textualidade bem como a inscrição de uma subjetividade. O domínio desta estratégia pode caracterizar o estilo do gênero ou o estilo do produtor do texto.

#### 4.4.3. Rótulos Metadiscursivos

Com base no pressuposto de que a organização do(s) sentido(s) se dá contextualmente, Halliday (1973)<sup>61</sup> postula três metafunções discursivas responsáveis pela textualidade: ideacional, interpessoal e textual.

A função ideacional diz respeito ao ato referencial, ao fato de a linguagem servir para a manifestação de “conteúdo” informacional; assim, é por meio dela que o falante expressa sua experiência do mundo real e do mundo “interior”, isto é, de sua própria consciência. A interpessoal volta-se para os interlocutores; trata-se de uma importante função da linguagem que é a de estabelecer e a de manter relações sociais; é por meio dela que os sujeitos interagem marcando a posição discursiva assumida na enunciação. A textual, por fim, diz respeito à criação de textos adequados às necessidades comunicacionais, isto é, à criação de textos pertinentes aos contextos de uso e elaborados levando em conta o aspecto organizacional ou, em outras palavras, o estabelecimento das relações coesivas na organização textual.

<sup>61</sup> IN: LYONS, John. (org.) *Novos horizontes em Lingüística*, São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976, p. 139.

A junção desses aspectos: manifestação de “conteúdo informacional”, estabelecimento de relações comunicativas de acordo com os papéis sociais, materialização textual-discursiva, releva a idéia do texto como uma organização discursiva para a qual confluem conhecimentos de vários tipos (re) construídos, ativados e re-ativados no processo de interação. A partir desses conhecimentos, organiza-se a progressão textual, que não ocorre de modo linear ou contínuo.

Segundo Francis (1994), as postulações hallidayanas sobre as metafunções discursivas auxiliam no entendimento das funções preditiva e organizadora dos rótulos prospectivos e retrospectivos. Deste modo, esses rótulos podem ter significado ideacional, interpessoal e textual, sempre atrelados a um contexto.

De acordo com Francis (1994/2003: 202), os nomes nucleares metalingüísticos de rótulos distribuem-se nos seguintes grupos: nomes “ilocucionários”; de “atividades languageiras”; de “processo mental”; de “textos”.

Ao dobrar-se sobre o enunciado, o foco do discurso pode estar no conteúdo, anterior ou posterior, presente no co-texto; pode, porém, reportar-se às ações que se realizam através da linguagem, os atos de linguagem. As rotulações metalingüísticas nomeiam atos ilocucionários, atividades languageiras, processos mentais, atributos da língua ou do texto.

A seguir, descrevem-se tais tipos de rotulação, conforme Francis (1994/2003) por meio de exemplos extraídos de textos que compõem o corpus desta pesquisa.

Atos ilocucionários são os que nomeiam uma ação e dizem respeito à força com que aquilo que se diz é dito. São exemplos de nomes ilocucionários: *ordem, pedido, promessa, conselho, acusação, aviso, reivindicação, asserção, resposta, revelação, declaração, sugestão, advertência, crítica, proposta, afirmação*, etc. Tais rótulos são, portanto, nominalizações de ações verbais.

(1)

Texto 13: Liberalizar sem deixar vestígios – (Le Monde diplomatique – Susan George e Ellen Gould)

(...)

“Será que querem nos fazer crer que a União Européia poderia ter acesso aos “mercados” da saúde, da educação, do meio ambiente e da cultura em outros países, sem que igualmente abra suas próprias fronteiras nesse campo? **A resposta** foi dada pelo próprio Pascal Lamy diante do U.S.Council for International Business (OSCIB): “Se queremos melhorar nosso próprio acesso aos mercados estrangeiros, não podemos excluir nossos setores protegidos. É preciso estarmos prontos para negociá-los se queremos ter com que negociar num acordo global (big deal). Tanto para os Estados Unidos como para a União Européia, isso implica algumas perdas em certos setores, mas ganhos em muitos outros, e creio que sabemos, de uma parte e de outra, que será necessário consentir em sacrifícios para obter, mais adiante, o que queremos”.

Para Francis(1994/2003), os rótulos que nomeiam as atividades languageiras referem-se aos resultados de atividades mentais que se concretizam na linguagem, ou seja, dependem dela para existir. São atividades como: *descrição, distinção, referência, julgamento, diagnóstico, narração, explicação, relato, esclarecimento, comparação, comentário, controvérsia, debate, exemplo, ilustração, defini-*

*ção etc.* Assemelham-se aos nomes ilocucionários, mas não têm verbos ilocucionários cognatos. Segundo Francis (1994/2003), nomes que se referem aos resultados de padrões discursivos e de operações estilísticas que se põem em prática nos dados da língua podem também ser considerados atividades languageiras; como, por exemplo: *adivinhação, corolário, imagem, imaginação, ironia, metáfora, boato, heresia, ironia, paradoxo.*

(2)

Texto 6: Inflação, privatizações, genocídio, As heranças malditas – (Aloysio Biondi)

“(…) De lá para cá, muitos fatos novos provocaram aumento do “rombo”, ou diferença entre o valor gasto e o valor recebido nas privatizações. Entre eles, dois merecem destaque, por representarem a perda de bilhões e bilhões de reais, anos a fio, para os cofres do governo, isto é, para a população. Primeiro fato: **a revelação**, por parte do secretário da Receita Federal, de que o “ágio” (diferença entre o preço pedido nos leilões e o lance vencedor do “comprador”) é devolvido pelo Tesouro, sob a forma de “abatimentos” no Imposto de Renda – isto é, “perdão” da arrecadação. A anti-reforma tributária. Segundo fato, também estarrecedor: a “solução” dada pelo governo à nova etapa de privatização do setor de energia elétrica. (…)”

Os rótulos relativos a atividades mentais ou processos mentais referem-se aos atos que se realizam com a mente: estados e processos cognitivos e seus resultados. Por exemplo, *reflexão*, já que é possível refletir sem falar: *análise, suposição, atitude, opinião, conceito, convicção, avaliação, constatação, atribuição, idéia, noção* etc. Muitas formas desta natureza podem expressar aspectos do estado cognitivo alcançado a partir do seu processamento, como: *crença e opinião*, por exemplo, ao passo que outras podem tanto se referir ao processo como ao resultado, como ocorre com o núcleo *interpretação*.

(3)

Texto 27: O Profeta da Fome – (Marco Frenette)

(…)

O cientista Josué de Castro, intelectual de fina sensibilidade humanística, assombrava-se com o absurdo de haver no planeta milhões de pessoas escravas da angústia diária de não ter o que comer. **Essa perplexidade** foi o combustível interior que o levou ao estudo sistemático e aprofundado do fenômeno da fome em seus mais diferentes aspectos.

(…)

Nomes de atributos da língua ou do texto são formas que operam uma designação metalingüística propriamente dita, isto é, rotulam extensões do discurso precedente, definindo seus limites precisos. Referem-se à estrutura textual-formal do discurso. Não há interpretação envolvida, apenas rotulam extensões precedentes ou subseqüentes. É o caso de *frase, pergunta, sentença, palavra, termo, parágrafo*, etc. É o que se observa, por exemplo, no sintagma, no texto 39, “*será que as condições dos palestinos vão melhorar depois das eleições?*” que é sumariado sob um rótulo que expressa sua natureza lingüística: trata-se de ***pergunta***.

(4)

Texto 39: O grande blefe – (Gershon Knispel)

(…)

Daí **a pergunta**: será que as condições dos palestinos vão melhorar depois das eleições? Ou continuarão passando pelas barreiras em torno do imenso muro, em plena nua e crua ocupação israelense, ficando como que com uma corda no pes-

çoço até que sua alma expire? O que Abu Mazem e Mahmoud Abbas tiveram para oferecer que o próprio Yasser Arafat não pôde oferecer depois que ele e Itzhak Rabin assassinaram a Paz dos Heróis em 1994? Abbas teve 20 por cento a menos de votos do que o rais Arafat.

(...)

Nesta tese, partindo do pressuposto de que a representação referencial resulta de uma projeção mental que se faz para exteriorizar algum tipo de intenção, consciente ou não, com o objetivo de gerar um conhecimento que se organiza sob a influência do meio-ambiente, da percepção, da cultura e da ação social, postula-se que os referentes são criados no discurso, seja para expressar atos de comunicação típicos, seja para expressar estados e processos cognitivos.

Assim, no caso dos rótulos, afirma-se que este recurso lingüístico pode focalizar a própria atividade enunciativa, apresentando, assim, uma reflexividade enunciativa, isto é, revelando uma postura metaenunciativa dos sujeitos. Isto significa afirmar que o discurso dobra-se sobre si mesmo, figurando como discurso e objeto-de-discurso, tendo em vista os projetos discursivos dos sujeitos em interação.

Tem-se, portanto, rotulações metadiscursivas quando se sumariza uma extensão do discurso como um tipo particular de ação de linguagem, instruindo o leitor a interpretar o estatuto lingüístico de uma proposição de um modo particular, ou seja, referindo-se ao modo como o que se diz é dito, ou mesmo ao próprio discurso. Nesta perspectiva, consideram-se as atividades lingüísticas como atividades de construção que envolvem instâncias pragmáticas, culturais e que se ajustam a aspectos sociais e intersubjetivos reguladores da utilização da linguagem.

Por esta razão, as atividades lingüísticas são atividades situadas e compartilhadas, o que equivale dizer que nos processos lingüísticos não se observa apenas código, a estrutura da língua, mas leva-se em conta o jogo discursivo que emerge nas práticas sócio-interativas que dizem respeito aos movimentos intersubjetivos dos sujeitos na interpretação e na construção dos sentidos.

Ao levar em conta a idéia de que o conhecimento da língua é uma atividade conjunta resultante das interações sociais, depreende-se que separar, tal como propõe Farnes (1973), citado por Francis (1994/2003: 202), o que, na representação referencial, é “indicador de estrutura” e “indicador de conteúdo”, é, no mínimo, contraproducente, pois neste processo confluem, a um só tempo, o cognitivo, o lingüístico e o social. Assim, sugere-se a designação de rótulos metadiscursivos em vez de metalingüísticos, abrangendo o subconjunto listado pela autora, mas com algumas alterações.

Nesta categoria englobam-se os rótulos que correspondam à perspectiva enunciativa, que revelam um trabalho reflexivo dos sujeitos que, em meio às diversas práticas sociocognitivas, operam sobre a linguagem. Este trabalho resulta numa “atitude” do sujeito que procura controlar, de alguma forma, enunciativa e pragmaticamente, seu discurso. Tais rótulos, assim, são objetos-de-discurso por meio dos quais o produtor do texto refere sua própria atividade discursiva, o que mostra a inscrição da enunciação na materialidade textual, implicando reflexividade enunciativa e subjetividade.

Atesta-se, nesse caso, o deslocamento do foco do texto em si para o plano da enunciação, na atividade enunciativa, em que se estabelecem referências a diferentes fatores desta atividade, o que leva à afirmação de que o sujeito atua em relação à língua, à enunciação e ao discurso.

Em síntese: os rótulos organizam-se sob duas dimensões, uma delas em que se faz referência ao conteúdo do enunciado que encapsulam, portanto, relativo ao *'dictum'*, e a outra, ao modo como o que se diz é dito, isto é, relativo ao *'modus'*. Os rótulos, portanto, ficam assim distribuídos:

- 1) Relativos ao conteúdo: recaem sobre o *'dictum'* - rotulam um conteúdo expresso em segmentos textuais, anteriores ou posteriores, nomeando-o (rotulando-o), em geral, por meio de termos genéricos ou nomes deverbais (no caso das nominalizações). Geralmente, não avaliativos.
- 2) Metadiscursivos: relativos ao *'modus'* - rotulam não o conteúdo de um segmento textual (anterior ou subsequente), mas um ato de enunciação, na construção, ativação de um novo referente:
  - a) designando-o como um tipo de ato ilocucionário;
  - b) nomeando-o como resultado de determinado tipo de atividade cognitivo-discursiva realizada pelo seu enunciador;
  - c) aplicando-lhe uma denominação metalingüística;
  - d) adotando uma postura reflexiva quanto a uma enunciação anterior, própria ou alheia (metaenunciativos). Subdividem-se em dois grupos: os recategorizadores e os de “segunda-mão” (parafrásticos).

Esta natureza metadiscursiva é mais bem discutida na seção seguinte deste capítulo.

#### 4.5. OS RÓTULOS SOB UMA PERSPECTIVA SOCIOCOGNITIVA

Nesta seção, convém considerar que os estudos de Francis (1994) e de Conte (1996) acerca da natureza e função do rótulo, constituem importantes contribuições para a pesquisa lingüística, no que tange a questões de uso da língua. Entretanto, tais estudos repousam numa análise que se prende a critérios de ordem lexical e sintática, o que equivale dizer que a preocupação na observação do fenômeno atende mais a aspectos de estruturação e de organização da superfície textual, o que caracteriza uma visão reducionista para os processos de significação.

Como se afirmou nos capítulos iniciais da tese, a linguagem é um trabalho que envolve atividades humanas, sócio-históricas, que se organizam por meio de textos, os quais não se caracterizam apenas por uma estrutura lingüística, mas também por um funcionamento sócio-discursivo. Assim, a construção do texto, tanto em termos de produção quanto de inteligência, assume qualidades que ultrapassam a língua e o discurso, envolvendo processos sociocognitivos como, memória discursiva, inferências, analogias e ação reflexiva dos sujeitos. Deste modo, analisar os rótulos dentro das possibilidades textuais requer um trabalho de natureza sociocognitiva, ou seja, uma observação deste fenômeno à luz do seu funcionamento no texto, verificando os movimentos discursivos que se operam nas escolhas efetuadas.

Como a proposta da tese é a de que processos cognitivos, lingüísticos e sociais se integram na construção de sentido(s), não se pode analisar o texto, as estratégias lingüísticas que o constituem como meras escolhas lexicais ou sintáticas, mas como marcas enunciativas, como ações dos sujeitos na sua relação com e sobre o mundo. Isto torna proeminente salientar a multifuncionalidade dos rótulos, o que implica, num primeiro momento, identificar o seu funcionamento no texto como instrução para a constru-

ção de sentidos e, a partir daí, a possibilidade de uso deste recurso para encadear proposições, inscrever estilos, conduzir e explicitar pontos de vista, construir a argumentatividade no texto.

Não se desconsidera, portanto, a importância dos trabalhos realizados pelas autoras citadas, mas fazem-se ressalvas à condução dos argumentos, em razão de uma perspectiva teórica que as leva a adotar um determinado olhar sobre o objeto que se propõem elucidar. Neste trabalho, porém, em razão da opção teórico-metodológica, assinalam-se encontros e desencontros entre a proposta das autoras e a proposta nele apresentada.

- I) Mantém-se a tipologia para os rótulos identificados de acordo com a posição (retrospectiva, prospectiva, retrospectiva/prospectiva) e com a função avaliativa e não-avaliativa.
- II) Sugere-se que a posição dos rótulos e a configuração avaliativa e não-avaliativa devem ser vistas como escolhas sob o ponto de vista enunciativo; assim, o funcionamento discursivo singulariza a subjetividade no projeto de dizer, caracteriza a autoria e o estilo, promove uma categorização discursiva do gênero. Devido à multifuncionalidade dessas expressões nominais, uma abordagem que contemple o lingüístico-discursivo deve ultrapassar os aspectos sistêmico-funcionais do fenômeno e estender-se ao funcionamento que ele opera.
- III) Acrescentam-se as categorias de rótulos recategorizadores e de “segunda-mão” (parafrásticos), que designam operações metaenunciativas, isto é, quando a própria enunciação ou outros rótulos são tomados como objeto de menção.

O reconhecimento de uma natureza pragmático-discursiva aos processos de significação promove, portanto, a reavaliação, que aqui se faz, da classificação proposta por Francis (1994/2003: 210) para a categoria metalingüística dos rótulos. Embora na apresentação desta categoria seja vista uma preocupação da autora com o componente ‘meta’, o caráter reflexivo da linguagem não é ressaltado, na medida em que não se argumenta que o movimento discursivo implica ação enunciativa do sujeito para a construção de sentido(s).

A autora reconhece os processos meta ao apresentar a categoria de rótulos metalingüísticos, e identifica a dificuldade em propor delimitações conceituais na relação linguagem e cognição, ao comentar a sobreposição entre os vários tipos de rótulos. Tal identificação a faz afirmar que não se pode, facilmente, traçar o limite entre os nomes ilocucionários, as atividades languageiras e as de processos mentais; pois, “o mundo da cognição é espelhado no mundo do discurso, e as visões e opiniões que defendemos são frequentemente vistas em termos do modo como são expressas”, (Francis, 1994/2003: 210). A autora mantém, contudo, a diferenciação entre os tipos:

Apesar da obscuridade dos limites, porém, a distinção básica permanece válida. Em sua essência, é a mesma distinção que fez Halliday (1985) entre os processos verbais e mentais, e entre a projeção de locuções e a projeção de idéias, embora, é claro, uma vez que estamos lidando com nomes e não com verbos, os critérios para inclusão em cada um dos grupos sejam bastante diferentes.

Como se verifica, a obscuridade a que a autora se refere diz respeito aos limites da terminologia e não à separação que propõe entre projeção de locuções (língua) e projeção de idéias (mente), como se fossem instâncias estanques e não interdependentes, como de fato o são. Infere-se, a partir disto, que a “insatisfação” que levou Francis a tecer aquela consideração é de ordem terminológica e apenas tangencia a



questão cognitivo-discursiva. Nas palavras da autora, “não se pode, **facilmente**<sup>62</sup>, identificar limites”, mas eles podem ser identificados. É sobre esta afirmação que incide a crítica apresentada nesta tese, visto que se tomam de modo integrado os processamentos cognitivo e lingüístico. Assim, propõe-se uma modificação para o subconjunto da categoria de rótulos metalingüísticos apresentados, que passam a ser denominados **metadiscursivos**<sup>63</sup>. Nesta categoria não se aceita a diferenciação tipológica entre rótulos que designam atividades mentais e os que designam atividades de linguagem. Neste caso, o que se designa metadiscursivo abrange o que é de caráter meta, a enunciação e a realidade sociocultural; por isto, é que se encaminha uma reflexão sociocognitiva para o fenômeno da rotulação.

Em síntese: embora partindo da fundamentação teórica proposta para os rótulos sob o ponto de vista da autora citada, discorda-se ainda, além das reflexões apresentadas nos parágrafos anteriores, da separação que ela faz entre atividades de linguagem e processos mentais. A referência a seus argumentos será feita na medida em que não comprometa a coerência da proposta teórica em que se baseia este estudo. Assim, as formas nominais metadiscursivas são agrupadas num único tipo que considera indissociáveis o discursivo e o cognitivo, de modo que rótulos que referem *atividades languageiras e processos mentais* serão unificados na categoria rótulos cognitivo-discursivos.

Para complementar as reflexões teóricas, dialoga-se com a perspectiva de Moirand (1975) sobre o funcionamento da nominalização para a compreensão de textos. Embora sua abordagem mantenha, também, o foco maior na sintaxe da língua, esta autora, ao observar textos da imprensa escrita, examina a presença de traços lingüísticos que marcam o estilo jornalístico e a organização deste gênero discursivo, detendo-se, fundamentalmente, no funcionamento do fenômeno da nominalização. Na descrição deste fenômeno, Moirand sugere uma “*démarche*” pedagógica, assinalando a importância da nominalização para a compreensão do texto. Cabe ressaltar que a perspectiva da autora não se limita à observação do sintagma nominal, mas também do papel da nominalização no nível da organização do discurso, seja do parágrafo ou do artigo em sua integralidade. Ressalta-se, apenas, mais uma vez, que ao se observar o funcionamento da rotulação, procura-se ir além da materialidade lingüística, levando-se em conta a exterioridade, o sócio-discursivo nos processos de significação.

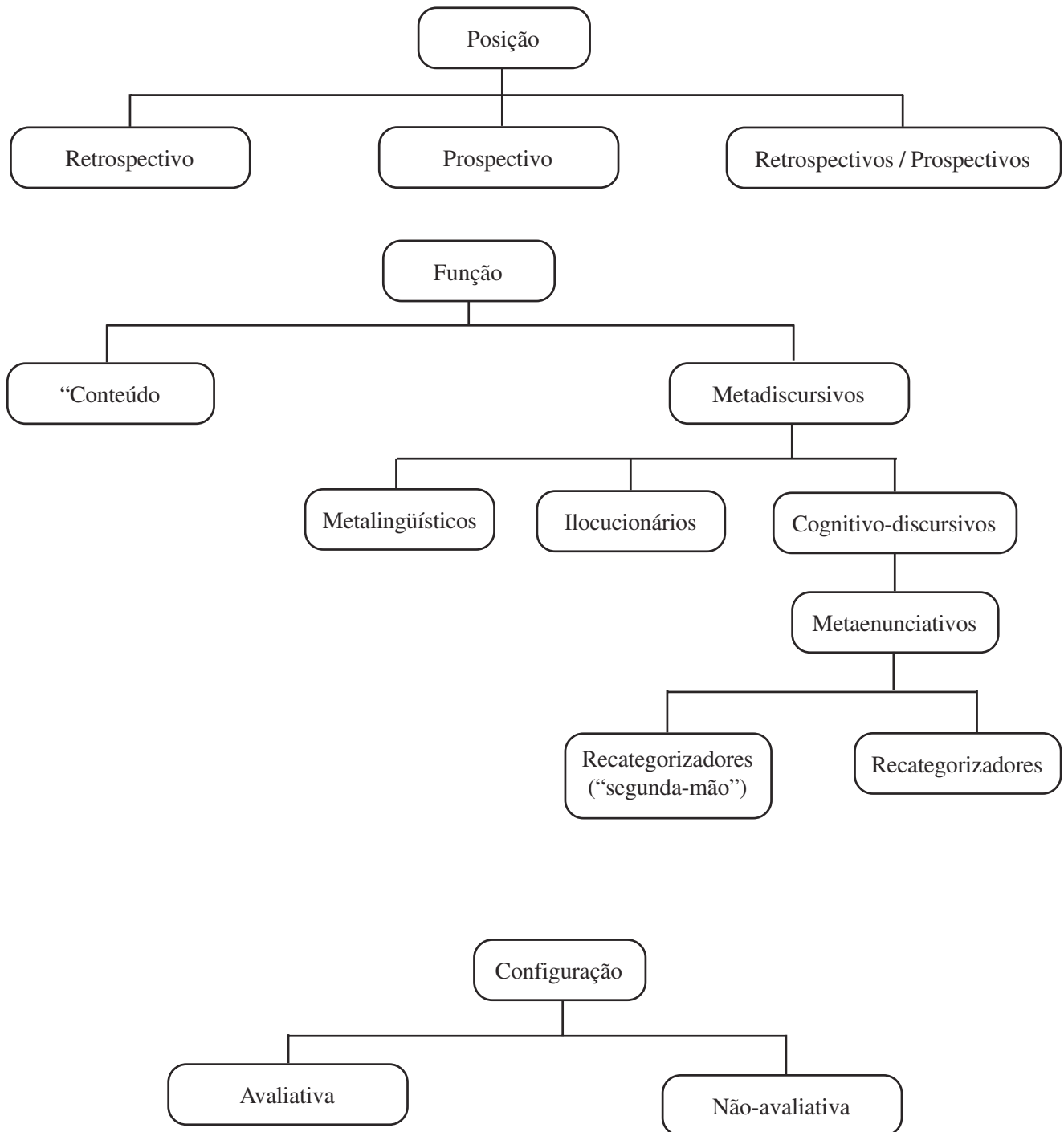
A apresentação dos rótulos na perspectiva apresentada na tese se configura conforme o esquema a seguir:

---

<sup>62</sup> Grifo nosso.

<sup>63</sup> Idem.

**A proposta: categorias de análise**



## **Capítulo V:**

# **O PAPEL MULTIFUNCIONAL DAS EXPRESSÕES ROTULADORAS**

### **5.1 APRESENTAÇÃO**

O objetivo principal deste capítulo é examinar o fenômeno da rotulação no corpus estabelecido para a análise, sob a perspectiva do funcionamento do grupo nominal rotulador como desencadeador na progressão das idéias no texto.

Nesta perspectiva, assinalam-se graus de argumentatividade do fenômeno, observando como tal estratégia é manobrada pelo produtor na condução de seus argumentos. Isto significa observar a apresentação do rótulo e verificar o seu funcionamento na organização das idéias no texto, destacando-o como recurso coesivo, responsável pela manutenção tópica e pela progressão textual.

Para efeito de organização deste item da análise, esclarece-se que os textos estão organizados e numerados, obedecendo à seqüência do ano de publicação, conforme se apresentou no capítulo I da tese. Eles são exemplificados ora no seu conjunto ora em segmentos textuais, conforme os propósitos da análise. A apresentação, aqui, está numerada seguindo a ordem que aparecem como exemplo.

### **5.2. POSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS RÓTULOS NA DINÂMICA DISCURSIVA**

A escolha, a apresentação e a organização das estratégias lingüístico-discursivas utilizadas para elaboração de textos são o resultado de um trabalho sociocognitivo com a linguagem, realizado pelo sujeito no processo de interação, mediante propósitos comunicativos específicos. Neste processamento, sobressaem determinadas estratégias lingüísticas, que caracterizam uma manobra estilística do autor.

É o caso, por exemplo, da utilização dos rótulos como uma manobra do autor para veicular seu projeto de dizer. Esta escolha implica a realização de outras escolhas atreladas ao fenômeno. Assim, em se tratando do rótulo, objeto de estudo desta tese, escolher uma articulação retrospectiva ou prospectiva para o encadeamento de idéias e a conseqüente construção de sentido, constitui-se em marca de autoria e contribui para a caracterização do gênero discursivo.

O rótulo, como uma estratégia cognitivo-discursiva, funda uma avaliação do produtor para o segmento que encapsula. Em se tratando dos textos em análise, apesar da significativa presença de rótulos na condução de argumentos, dotando-os de uma conformação opinativa, não se pode, porém, restringir o funcionamento dos rótulos às questões de autoria e gênero.

Examinar a associação entre os rótulos e o gênero opinativo não é o propósito desta tese, mas se reconhece que existem pontos de encontro que merecem ser investigados.

Na apresentação dos enunciados, a seleção estratégica do rótulo envolve não só a opção por uma dada posição no texto, mas também por uma configuração lingüística que se realiza desde a composição da expressão, com a presença ou não de determinantes, com a seleção do núcleo, até a forma como a rotulação será articulada na progressão textual.

Koch (2004:260) afirma que a escolha de nomes para qualificar metadiscursivamente uma ação ou atividade de linguagem, dentre as várias opções possíveis, sugere uma orientação argumentativa para o texto, pois por meio dos nomes selecionados é possível ao leitor/ouvinte aproximar-se da opinião de quem o produziu. Sobre isto, é interessante destacar a autora citando Van Dijk<sup>64</sup> (1988):

“(...) Van Dijk, em diversos de seus trabalhos sobre o discurso jornalístico (...) tem mostrado diferenças ideológicas na seleção de termos (...), conforme a pessoa ou grupo a quem se atribui uma fala ou cuja fala se transcreve. Enquanto membros de uma elite (política, cultural, econômica ou outra qualquer) *asseveram, expõem, argumentam, refletem, ponderam, constataam, determinam, evidenciam* e assim por diante, os membros de minorias apenas *falam, dizem, depõem, negam, mentem*. Desta forma, quando se qualifica a fala dos primeiros, atribuem-lhes *asserções, constatações, exposições, reflexões, explicações, ponderações, confirmações*; ao passo que os enunciados dos segundos são qualificados como *afirmações, negativas, falas, respostas* ou, no máximo, como *declarações, confissões* ou *recusas*.

O exemplo a seguir traz a seleção lexical do rótulo por meio de uma expressão nominalizada. Trata-se de um segmento textual, (texto 33), de “Vôo cego”, em que se apresentam questões sociais e ideológicas que afligem o Brasil, como uma abertura do assunto apresentado, ou sejam, funciona como lead, singularizando o caráter jornalístico na revista:

(1)

Vôo cego (César Benjamin)

Em certo momento de sua história, o Brasil se orgulhou de ser um povo mestiço, aberto a novas experiências. Hoje não temos mais **esse orgulho**.

Muitos motivos somaram, ao longo de nossa história, para tornar especialmente difícil a tarefa de decifrar, mesmo imperfeitamente, o enigma brasileiro. Já independentes, continuamos a ser um animal muito estranho no zoológico das nações: sociedade recente, filha da modernidade, concebida desde o início, para servir ao mercado mundial, alicerçada em um escravismo prolongado e tardio, única monarquia em um continente republicano, assentada sobre uma extensa base territorial situada nos trópicos, com um povo em processo de formação, sem um passado profundo em que pudesse ancorar sua identidade. Que futuro estaria reservado para uma nação assim?

(...).

<sup>64</sup> Van Dijk, Teun A. (1988), *News as discourse*. Hillsdale, N. J.: Erlbaum.

Neste caso, a forma “esse orgulho” é uma nominalização resultante do encapsulamento<sup>65</sup> que se operou sobre a predicação antecedente que está na memória discursiva do interlocutor sob a lexia-verbal “orgulhar” e seus argumentos. Na dinâmica discursiva, apresenta-se o que foi posto por meio do rótulo “esse orgulho”; aqui, não se tem uma sumarização de proposições, mas das significações produzidas pelo ato de orgulhar-se. Tem-se, portanto, neste exemplo, uma nominalização, que, conforme Moirand (1975:63):

(...) a nominalização de um verbo do contexto desempenha uma função de ligação entre as frases de um mesmo parágrafo e entre os parágrafos de um mesmo artigo. Parece que haveria da parte do receptor-leitor, a “memorização” do sentido do contexto onde o verbo aparece, o que lhe permitiria, por conseguinte, decodificar a significação do mesmo verbo por uma aproximação semântico-formal das duas proposições.

É importante considerar que todo rótulo resulta de um encapsulamento, mas nem todo rótulo é uma nominalização, ele só é considerado nominalização quando rotula uma ação ou estado, previamente significado por uma proposição, por meio de substantivo-predicativo derivado ou não de verbo.

Moirand (1975) afirma que, em numerosos contextos, o demonstrativo [*este, esta*] que precede o lexema-núcleo refere-se ao contexto “interpretante” e precede a aparição da nominalização. Entretanto, há outros elementos determinantes como, por exemplo, a presença do definido *o*, do possessivo *seu*, do indefinido *um (a)*, conforme ilustrado nos textos 24, “Malvadeza caiu; e o PT?” e 8, “O general escapou. E agora?”

(2)

Texto 24: Malvadeza caiu; e o PT? (José Arbex Jr.)

Certo: Malvadeza **caiu**; mas isso não é suficiente para autorizar qualquer “euforia democrática”. Primeiro, porque Malvadeza não caiu como resultado direto de qualquer movimento organizado de massas, mas, muito mais, como resultado de disputa de interesses entre as gangues no poder, embora a “opinião pública” tenha sido importante – dado o fato de que, em tese, haverá eleições em 2002. Segundo, porque Malvadeza continua mandando naquilo que ele considera a “sua” capitania hereditária, mesmo se sai enfraquecido de Brasília. Terceiro, porque o Planalto continua sob a ocupação de um governo autoritário apoiado pelo capital financeiro internacional, associado a oligarquias regionais e respaldado por um aparelho de “inteligência” e repressão que nada deve, em método e vocação, àquele que existia à época da ditadura. Mas, é óbvio, **a queda de ACM** assinala que algo mudou na conjuntura. É um sintoma da crise na cúpula do governo, que, nesse caso específico, é composta de muitos ingredientes explosivos – dos escândalos de corrupção ao desgaste provocado pelo “apagão”. O problema é avaliar a profundidade e a extensão da crise.

(...)

<sup>65</sup> Do mesmo modo, cabe lembrar que nem todo encapsulamento resulta em rotulação. É o caso dos demonstrativos que podem encapsular conteúdos, mas isto não significa que possam rotulá-lo, pois o rótulo, dentre outras características ressaltadas na tese, é uma seleção lexical que tem um nome como núcleo. Um exemplo de sumarização de conteúdos feita por pronomes demonstrativos se encontra no texto (29) do corpus “Legalizar as drogas”.

(3)

Texto 8: O general escapou. E agora?

Augusto Pinochet **está livre**, por “razões humanitárias”. Relatórios médicos mostram que ele está incapacitado de enfrentar um julgamento. É um melancólico desfecho para uma longa e extremamente significativa batalha política e judicial, iniciada em 16 de outubro de 1998, quando o general chileno foi detido, em Londres, a pedido do juiz espanhol Baltasar Garzón, sob acusação de prática de tortura, genocídio e homicídio durante sua ditadura (1973-90). Sob sua responsabilidade direta, foram assassinados, torturados e “desaparecidos” pelo menos 3.000 seres humanos. **A libertação** do general encerrou esse caso específico, mas colocou uma questão crucial para o mundo contemporâneo: a comunidade das nações deve ou não deve criar instrumentos para impedir o surgimento de “novos Pinochets”? Será possível conciliar a existência de um organismo internacional com o poder e legitimidade para intervir nos Estados nacionais, sem violar a soberania desses mesmos Estados?

(...)

O leitor assimila o sentido da locução “está livre”, que fica retido em sua memória discursiva, e será capaz de recuperar o conteúdo exposto anteriormente, a informação-suporte, no caso, pela ativação do referente “a libertação”, fazendo o encadeamento das proposições, realizando o entrelace das idéias no parágrafo. Vê-se, então, que o enunciado dado, encapsulado pelo rótulo, é considerado tema, e o que lhe segue é um comentário (rema) a propósito do que foi dito, em que se faz uma predicação. É este avançar e recuar, numa relação dado-novo, que promove a progressão temática do texto, facilitando o avanço das informações textuais. Nas palavras de Moirand (1975:63)

“No plano da expressão escrita, a nominalização ajuda o escritor a avançar no discurso facilitando assim o encadeamento das proposições. O procedimento parece aqui bastante próximo do mecanismo que se descreveu sob o nome de “coordenação” (a terminologia vem aqui de C.Bally): um enunciado uma vez posto se transforma em tema e o enunciado que lhe segue é um comentário a propósito do precedente. A retomada nominalizada de um verbo, que retoma de fato o todo ou uma parte do enunciado que precede, põe por vezes um ponto final ao parágrafo, sublinhando assim a unidade da mensagem codificada pelo escritor...”<sup>66</sup>

Muitas vezes, a retomada nominalizada de um verbo, que remete ao todo ou a uma parte do enunciado que precede, finaliza um parágrafo, destacando a unidade do conteúdo apresentado pelo produtor do texto. É o que ocorre no exemplo apresentado por Moirand (1975:63), aqui traduzido de forma livre.

<sup>66</sup> Sur le plan de l’expression écrite, la nominalisation aide le scripteur à avancer dans le discours, facilitant ainsi l’enchaînement des propositions. Le procede semble ici assez proche du mécanisme que l’on a décrit sous le nom de “coordination” (la terminologie vient ici de C. Bally): un énoncé une fois pose se transforme en thème et l’énoncé qui suit est un commentaire à propôs du précédent. La reprise nominalisée d’un verbe, qui reprend en fait le tout ou une partie de l’énoncé qui precede, met parfois un point final au paragraphe, soulignant ainsi l’unité du message encodé par le scripteur... MOIRAND (1975), p.63

<sup>67</sup> “A União local CFDT de Issy-les-Moulineaux anunciou em um comunicado publicado quinta-feira à noite que a prefeitura desta cidade acaba de recusar-se a emprestar a sala prevista para um encontro sobre as liberdades democráticas às Forças Armadas, que deveria se realizar em 14 de março no teatro municipal.

O comunicado que enfatiza que é a terceira vez, desde o início do ano, que a municipalidade exprime tal recusa, esclarece que M.M. Michel Mousel, secretário nacional do PSU, e Krivine, membro do escritório político da LCR, dirigiram-se para a prefeitura, na companhia do secretário da União CFDT de Issy, para pedir explicações sobre esta recusa”  
(Le Quotidien, 15/03/1975).

A relação que se estabelece entre o dado e o novo no contexto lingüístico, no caso das nominalizações, nem sempre se dá de modo direto ou formal, ou seja, nem sempre a retomada nominalizada de um verbo no contexto implica, forçosamente, que estabeleça uma anaforização. A abordagem formal não basta para explicar o processo de retomada, que deve ser acompanhado de alguma relação semântica; muitas vezes, no processo de retomada, não há fixação de limites no contexto lingüístico.

Um rótulo pode ainda assinalar polifonia: quando o produtor apresenta seu discurso promovendo, em alguns momentos, um distanciamento enunciativo, que se pode dar em relação ao seu próprio dizer ou a um dizer alheio (polifonia). Focaliza-se a própria atividade enunciativa, por isto é freqüente nestas rotulações o uso de aspas, neste caso, o rótulo é metaenunciativo e se integra à categoria de rótulos metadiscursivos.

É o que se verifica a seguir no texto 15:

(4)

Quantos diamantes valem os mortos do Congo? (José Arbex Jr.)  
(...)

A mídia internacional adora explicar que as guerras na África são conseqüência de diferenças étnicas, particularmente entre os grupos hutus e tutsis, majoritários na região. Aparentemente, **a explicação** é exata. Basta lembrar a guerra entre os grupos hutus e tutsis de Ruanda e Burundi, que matou pelo menos 1 milhão de seres humanos, entre abril de 1994 e maio de 1997, além de deixar centenas de milhares em miseráveis campos de refugiados, expostos a todo tipo de peste e desnutrição.

**Essa “explicação”** étnica é útil, confortável e racista. Útil porque esconde aqueles que lucram com a guerra (incluindo os que vendem armas em troca de diamantes, ouro e outras riquezas); confortável porque apaga as responsabilidades

<sup>67</sup> L’Union locale CFDT d’Issy-les-Moulineaux annonce dans un communiqué publié Jeudi soir que la mairie de cette ville vient de refuser de prêter la salle prévue pour un meeting sur les libertés démocratiques à l’armée, qui devait se tenir le 14 mars au théâtre municipal. Le communiqué, qui souligne que c’est la troisième fois depuis le début de l’année que la municipalité exprime un tel refus, précise que MM. Michel Mousel, secrétaire national du PSU, et Alain Krivine, member du bureau politique de la LCR, se sont rendus à la mairie en compagnie du secrétaire de l’union CFDT d’Issy pour demander des explications sur ce refus ( Le Quotidien, 15-3-1975).

históricas dos países que colonizaram e dividiram a África, exploraram o comércio de escravos, promoveram gigantescos e monstruosos genocídios e construíram, enfim, a imensa miséria daquele continente; racista porque alimenta o estereótipo do negro como um ser “atrasado” e “fanático”, imerso em lutas étnicas e religiosas. (...).

A expressão *a explicação* nominaliza o verbo explicar, referindo-se ao ato de dizer ou ao próprio dizer, isto é, à explicação que a mídia dá, a qual é expressa no contexto “A mídia internacional adora explicar que as guerras na África são consequência de diferenças étnicas, particularmente entre os grupos hutus e tutsis, majoritários na região”<sup>68</sup>.

Há, contudo, a ativação de um novo objeto-de-discurso, “a explicação”, que resulta num processo de rotulação metaenunciativa. Neste caso, trata-se de um rótulo retrospectivo, pois a operação se dá sobre as predicções antecedentes, bem como metadiscursivo cognitivo-discursivo, do ponto de vista de uma perspectiva teórica sociocognitiva do processo de referência por meio da linguagem.

Trata-se, no primeiro parágrafo, de um encapsulamento por uma forma nominalizada. Na seqüência, tem-se a expressão essa “explicação” demarcando início de parágrafo, tornando saliente este sintagma. Isto se evidencia, também, pela escolha do determinante demonstrativo, em que se marca a transição do discurso, embora os argumentos operem um prolongamento do tópico anterior.

Essa “explicação” sumariza o mesmo conteúdo da porção de texto que é rotulada por *a explicação*, retomando, assim, este rótulo; mas, na verdade, não se pode afirmar que se trata da mesma rotulação, pois as aspas indicam uma recategorização do rótulo anterior *explicação*, ou seja, marca-se um distanciamento do produtor em relação ao termo apresentado.

Esta retomada implica um funcionamento discursivo distinto, mesmo apresentando lexia idêntica. Tal funcionamento caracteriza um rótulo de “segunda-mão” (parafrástico), por envolver a retomada de um rótulo já mencionado no contexto e que é recategorizado pelo produtor na medida em que o texto avança.

Esse rótulo indica um distanciamento do produtor do texto em relação à idéia de *explicação* propriamente dita, por isso, considerado uma denominação-reportada, conforme Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995b).

No texto 6, “Inflação, privatizações, genocídio”, destaca-se um trecho em que há uma rotulação que não se constitui em nominalização, mas, tal como o exemplo anterior, apresenta uma denominação reportada:

<sup>68</sup> É importante destacar que, nem sempre, é possível delimitar a porção de discurso à qual a expressão nominalizadora se refere. ZAMPONI (2002) esclarece que a indeterminação da *informação-suporte* (cf. APOTHÉLOZ, 1995) ocasiona uma ambigüidade que, muitas vezes, mesmo em se considerando o contexto, não se pode desfazer. Por outro lado, há casos em que a ambigüidade na interpretação da *informação-suporte* é intencional como, por exemplo, em algumas piadas em que o riso provocado por este gênero resulta da dupla interpretação facultada pelo duplo escopo do elemento anafórico. Mônica Cavalcante exemplifica a ambigüidade referencial como um excelente recurso de produção do humor, por exemplo, em: “Um estudante: - Tenho inveja dos rios. Por quê? - Porque seguem o seu curso sem abandonar o leito.” (50 piadas – geografia e história). In: CAVALCANTE, (2003) A construção do referente no discurso. Módulo de formação continuada, publicado pela Fundação Demócrito Rocha. Fortaleza.



(5)

Inflação, privatizações, genocídio  
 As heranças malditas (Aloysio Biondi)  
 (...)

De lá para cá, muitos fatos novos provocaram aumento do “rombo”, ou diferença entre o valor gasto e o valor recebido nas privatizações. Entre eles, dois merecem destaque, por representarem a perda de bilhões e bilhões de reais, anos a fio, para os cofres do governo, isto é, para a população. Primeiro fato: **a revelação**, por parte do secretário da Receita Federal, de que o “ágio” (diferença entre o preço pedido nos leilões e o lance vencedor do “comprador”) é devolvido pelo Tesouro, sob a forma de “abatimentos” no Imposto de Renda – isto é, “perdão” da arrecadação. A anti-reforma tributária. Segundo fato, também estarrecedor: **a “solução”** dada pelo governo à nova etapa de privatização do setor de energia elétrica. Agora, após a venda de grande número de hidrelétricas, como em São Paulo, chegou a hora da instalação de usinas termelétricas, isto é, movidas a gás e não pela água dos rios. Os 23 projetos existentes, basicamente, de grupos empresariais dos EUA, estavam “encalacrados”. Por quê? Com a alta dos preços mundiais do petróleo, o custo do gás também subiu, e a energia gerada com ele ficou muito cara, antieconômica. Solução do governo, anunciada solenemente? As empresas terão gás a preço abaixo dos níveis do mercado. Como assim? O governo mandou a Petrobrás assinar contratos assim, garantindo o fornecimento a baixo custo por vinte anos. A Petrobrás, o Tesouro (seu acionista), os contribuintes vão subsidiar os grupos estrangeiros, ter prejuízos para eles terem lucro. Mais uma anti-reforma. E não é só isso: se as usinas construídas não conseguirem clientes para consumir toda a energia produzida, nem assim terão lucros menores. A Eletrobrás, isto é, o Tesouro, os contribuintes, “comprarão” a “sobra de energia...”.  
 (...).

No texto, o rótulo a “solução” sumariza o conteúdo que diz respeito à nova etapa de privatização do setor de energia elétrica que implica a instalação de usinas movidas a gás. O produtor assinala esta medida como a “solução” entre aspas, pois, na verdade, não se trata de uma solução, segundo o produtor, e sim de uma manobra econômica desastrosa que beneficia grupos estrangeiros e promove um assalto ao Tesouro Nacional. Trata-se de uma rotulação que aparece uma única vez no texto, diferentemente do que ocorre no texto 15, mas se constitui, também, como metaenunciativa, pois o aspeamento indica a referência feita à própria rotulação apresentada; assim, a operação metadiscursiva diz respeito à formulação lingüística.

Pode-se atrelar a escolha da rotulação ao estilo do autor. A frequência no corpus, por exemplo, de rótulos prospectivos não é tão significativa comparada a de rótulos retrospectivos, conforme se verifica nos Anexos (D), mas tal escolha pode ser um destaque em relação às estratégias lingüísticas utilizadas pelo produtor de um determinado texto. É o que acontece no texto 1, “A revolução (gen)ética”, onde o movimento de prospecção se destaca, evidenciando um estilo na condução das idéias pelo autor:

(6)

A revolução (gen) ética (Frei Betto)

“Patenteiar o material genético de uma índia panamenha é transformar seres humanos em cobaias”

5

Imaginemos **estes cenários de futuro** a engenharia genética localiza o

10

gene da corrupção e a lei eleitoral exige que todo político seja submetido, antes da posse, à microcirurgia que extrai a molécula nociva. O gene de um mestre na arte de ganhar dinheiro é inoculado em seu filho, assegurando-lhe um futuro promissor. O gene da velhice é extirpado, tornando o astronauta apto a enfrentar uma longa viagem rumo ao coração da Via Láctea. Um ditador obriga as maternidades a extraírem dos bebês os genes do senso crítico e da indignação, de modo a contar com uma população dócil a seus caprichos – algo semelhante ao que demonstra Metrópolis, o clássico cinematográfico de Fritz Lang.

15

20

**Tais cenários** são, por enquanto, matéria de ficção científica, embora os interessados já possam perpetuar seus próprios genes. Em Seattle, nos EUA, a empresa Millennium Research anuncia ser capaz de conservar por 10.000 anos, ao custo de 35 dólares, os genes de quem sonha ter, no futuro, um clone de si mesmo. Basta esfregar na boca uma gaze esterilizada e remetê-la, junto com o cheque, a Seattle, onde o DNA será fixado numa placa de alumínio. Depois, é só aguardar que alguém tenha interesse em clonar você.

25

(...)

30

Genoma é o conjunto de informações genéticas contidas em nosso organismo. Cada ser humano possui cerca de 100.000 genes, que formam aproximadamente 3 bilhões de pares. **O desafio** é decifrar a árvore genealógica desses genes dentro do DNA, de modo a identificar aqueles que são responsáveis por doenças hereditárias, pela síndrome de Down, pelo cólera ou tuberculose etc. A poderosa indústria farmacêutica tem todo interesse nesse mapeamento, de olho na propriedade das patentes dos novos medicamentos genéticos.

35

(...)

**A questão levantada pela bioética** - é: qual o limite entre a preservação da saúde e a manipulação genética? No fundo, a mesma questão da energia nuclear, um avanço capaz de iluminar cidades inteiras e, no entanto, aplicada à guerra de genocídio, como em Hiroxima e Nagasaki.

40

(...)

**Uma pergunta** ainda não está satisfatoriamente respondida: nossas características são todas endogenéticas ou também filogenéticas? Ou seja, há um gene do mestre da pintura, da tendência ao crime, do exercício do poder, da bondade, ou esses são aspectos que adquirimos segundo a educação que recebemos? Em que medida o meio ambiente e a cultura que respiramos influem em nossa maneira de ser? A velhice resulta de mera degeneração genética ou depende de fatores psicológicos? É possível ao ser humano atingir a imortalidade biológica, como o personagem de Simone de Beauvoir em Todos os Homens são Mortais?

50

(...)

55

A bioética não pretende evitar que o ser humano interfira em sua própria natureza. Se assim fosse, proibiria o uso de óculos, os antibióticos, as próteses em deficientes físicos. **A questão em jogo** é o limite dessa interferência. Nada contra uma boa feijoada sem colesterol ou um bolo de chocolate tão saudável à saúde como um prato de verduras. Mas pretender patentear o material genético de uma índia panamenha, que cientistas americanos supunham imune à leucemia, é transformar seres humanos em cobaias sob propriedade alheia.

- 60 A humanidade já provocou demasiados danos à natureza para, agora, ignorar a população dos rios, dos mares e do ar. Indignada, ela reage às provas nucleares. Por que haveria de aceitar, em nome do avanço científico, **o risco** apontado em *Blade Runner*, o *Caçador de Andróides*, filme de Ridley Scott? Seriam os nossos replicantes sensatos como nos julgamos ou agiriam segundo perversas intenções de seus manipuladores genéticos?
- 65
- 70 Deus nos criou “à Sua imagem e semelhança” e, ainda assim, estamos muito aquém do protótipo Dele: Jesus de Nazaré. Por que haveríamos de fabricar criaturas melhores do que somos?

A expressão *estes cenários de futuro*, no primeiro parágrafo do texto destacado, possibilita ao leitor conjecturar o que se irá apresentar na seqüência textual e permite que se depreenda ‘um panorama futuro’, conforme o texto. A porção de texto subsequente ao rótulo, para ser coerente com a proposta de dizer encaminhada, terá de ser resumida por meio de uma expressão que, ao mesmo tempo em que integre os dizeres do texto, se aproxime de uma expectativa do leitor, por exemplo, sobre a idéia de futuro, expressa nas orações seguintes, que funcionam como orações de substituição<sup>69</sup> do grupo nominal.

Vê-se, portanto, que esta sumarização organiza o discurso ao mesmo tempo em que alavanca a seqüência do dizer, como se constata com a retomada feita por “tais cenários” (§2, L17), servindo de tópico para o parágrafo seguinte no texto. Tem-se, aqui, a retomada do rótulo “esses cenários de futuro”, sem recategorização. Verifica-se que o produtor se refere ao conteúdo rotulado anteriormente, o que se depreende, também, pelo uso do demonstrativo *tais* na expressão “tais cenários”, promovendo a coesão lexical.

A expressão “tais cenários”, portanto, constitui um rótulo metaenunciativo, aqui considerado de “segunda-mão” (parafrástico), pois a lexia do rótulo se mantém, embora seu sentido se reconstrua na dinâmica textual-discursiva.

Por esta razão, ressalta-se a importante função que esses grupos nominais têm na organização textual, seja no funcionamento como elos entre tópicos e subtópicos, seja na introdução, mudança ou desvio de tópicos. Do mesmo modo, sugere pistas conduzindo o leitor para um sentido esperado pelo produtor, que pode ser depreendido pela cadeia de rótulos ao longo do texto. Isto é, o assunto é apresentado de modo a entender-se que a questão levantada pela bioética é um **desafio**, e que a questão em jogo, se aprovada, constitui um **risco** para a humanidade, já apontado no filme “*Blade Runner...*”.

Existem conteúdos explícitos e implícitos no texto e, muitas vezes, as relações que se constroem por meio dos segmentos textuais não são tão óbvias. Isto dificulta a detecção de uma base de referência para o rótulo **o risco**: embora não se tenha uma referência marcada no cotexto, é possível depreender, a partir do contexto, sentidos; há o que Sanford & Garrod denominaram de “domínio estendido de referência”<sup>70</sup>. Por esta razão, o grupo nominal destacado caracteriza-se, consoante Francis (1994), como um rótulo

<sup>69</sup> WINTER, E. O. (1982), *Towards a Contextual Grammar of English: The Clause and its Place in Definition of Sentence*, London: Allen & Unwin.

<sup>70</sup> SANFORD, A. J. & GARROD, S.C (1985) The role of background knowledge in psychological accounts of text comprehension. In: ALWOOD & HJELMQUIST (eds.) *Foregrounding background*. Lund, Doxa.

difuso. A estratégia do produtor encaminha o leitor para o entendimento do risco que o avanço científico pode trazer para a humanidade.

O autor apresenta suas idéias e a seguir as rotula numa intenção de fixar limites para o entendimento do leitor e, fundamentalmente, marcar o seu posicionamento enunciativo. Neste trabalho com a linguagem, a função autor é caracterizada pelas manobras estilísticas e a condução de sentidos que se opera por meio, principalmente, das rotulações, aqui objeto de estudo.

Embora tenha se feito uma abordagem sobre o funcionamento prospectivo como uma marca particularizada na expressão do autor, pode-se estender a observação ao emprego de rótulos retrospectivos. Isto significa postular que seja na escolha dos movimentos de retrospecto, prospecção, ou os dois simultaneamente, seja na escolha da natureza avaliativa ou não avaliativa dos grupos nominais rotuladores, o produtor do texto caracteriza o seu estilo e dá forma ao seu projeto de dizer.

Esta escolha marca no texto 8, a seguir, um caminho de leitura a ser trilhado pelo leitor:

(7)

Texto 8: O general escapou. E agora? (José Arbex Jr.).

Augusto Pinochet está livre, por “razões humanitárias”. Relatórios médicos mostram que ele está incapacitado de enfrentar um julgamento. É um melancólico desfecho para uma longa e extremamente significativa batalha política e judicial, iniciada em 16 de outubro de 1998, quando o general chileno foi detido, em Londres, a pedido do juiz espanhol Baltasar Garzón, sob acusação de prática de tortura, genocídio e homicídio durante sua ditadura (1973-90). Sob sua responsabilidade direta, foram assassinados, torturados e “desaparecidos” pelo menos 3.000 seres humanos. A libertação do general encerrou esse caso específico, mas colocou **uma questão crucial para o mundo contemporâneo**: a comunidade das nações deve ou não deve criar instrumentos para impedir o surgimento de “novos Pinochets”? Será possível conciliar a existência de um organismo internacional com o poder e legitimidade para intervir nos Estados nacionais, sem violar a soberania desses mesmos Estados?

(...)

Ao gerar uma expectativa sob o rótulo “uma questão crucial para o mundo contemporâneo”, o produtor do texto já sinaliza ao leitor informações importantes sobre sua opinião acerca do que virá a seguir, auxiliando-o, assim, na construção do sentido.

É o que acontece, também, no trecho em destaque:

(8)

Texto 3: Mexendo com a imaginação (Gabriel Priolli)

(...)

Fico imaginando o que será de nós, passageiros, quando as nossas companhias aéreas trocarem a obsoleta tecnologia dos aviões pela teletransportação. Do jeito que ainda perdem a nossa bagagem, não será improvável que errem também o destino dos viajantes e que a gente se descubra materializado, por exemplo, numa

estação científica do pólo sul, quando partiu em direção aos parques temáticos de Orlando. Fico pensando também na cara dos passageiros, quando estiverem pegando um “vôo” da TAM, num teleportador fabricado pela Fokker. Vai ser a mesma de quem entra numa câmara de gás, com pretexto de tomar um banho de chuveiro. Teleportadores terão reverso nas turbinas? As situações de emergência serão eficientemente indicadas no painel de controle dos pilotos? Se algum maluco levar uma bomba para bordo, ela explodirá na desintegração? **Dúvidas atrozes**, sem dúvida, que devem dar uma boa sobrevida aos bons e velhos aviões. (Mexendo com a imaginação – Gabriel Priolli)

O rótulo retrospectivo **dúvidas atrozes** tem a sua lexicalização nas orações precedentes: Teleportadores terão reverso nas turbinas? As situações de emergência serão eficientemente indicadas no painel de controle dos pilotos? Se algum maluco levar uma bomba para bordo, ela explodirá na desintegração? embora não sejam só essas perguntas consideradas no texto que constituam o rótulo “dúvidas”. Essas questões constituíram-se a partir de um contexto apresentado e que, na sua sumarização pelo rótulo citado, sugerem ao leitor interpretar a presença da teleportação no sistema das companhias aéreas ainda como uma grande dúvida se comparadas a sua tecnologia obsoleta.

Conforme Koch (2004b: p.255), as expressões nominais...

(...) como formas de remissão a elementos anteriormente apresentados no texto ou sugeridos pelo co-texto precedente, possibilitam a sua (re) ativação na memória do interlocutor, ou seja, a alocação ou focalização na memória ativa (ou operacional) deste; por outro lado, ao operarem uma recategorização ou refocalização dos referentes, elas têm, ao mesmo tempo, função predicativa.

Por esta razão, a autora aponta um funcionamento híbrido para essas expressões, concluindo que elas são portadoras tanto de informação já apresentada, referida no co-texto quanto de informação nova, predicativa; por isto, observa, tal como Scharwz (2000), que há, neste caso, tematização-remática. Acrescenta, ainda, que essas formas, mesmo promovendo mudanças ou desvios do tópico discursivo, preservam sua continuidade, exatamente pelo fato de alocarem a informação nova dentro do quadro da informação dada, garantindo dois importantes movimentos de construção textual: retroação e progressão.

Esses movimentos de retroação e progressão podem ser mais bem observados no texto abaixo:

(9)

Texto 2: Gauguin, quem diria, já sabia do Brasil (Enio Squeff)

*“Todos sentimos no ar do país um certo pesar, mas não é o que diz a grande imprensa oficial”.*

*Antes e Depois* (LP&M Editores) é o título do único livro que Paul Gauguin escreveu. Nele, o pintor se refere ao brasileiro Santos Dumont como uma espécie de unanimidade da sua época, conta alguns episódios de sua vida pessoal – muito poucos, por sinal —, mas se trai no que parece ser a tônica de todos os livros minimamente sérios depois do *Dom Quixote* de Cervantes: seu profundo pessimismo em relação ao gênero humano. Gauguin esteve uma única vez no Brasil. A crer no que contou a Van Gogh, gostou. Não

10

deveria ter uma idéia muito lisonjeira do que viu por aqui além da natureza: éramos um país escravagista e Gauguin era libertário demais para aceitar o fato.

15

Talvez por isso mesmo conte pouco do Brasil; mas da França fala o suficiente para que o imaginemos num juízo mais amplo do Brasil ou, quem sabe, de nosso futuro. Não haveria de ter menos reservas em relação ao nosso país do que um José Saramago, que, aliás, professa um profundo sentimento de frustração não apenas sobre o Brasil, mas quanto ao mundo. Um vale de lágrimas?

20

Certa vez, alguém disse a Schubert que sua música era muito triste. O compositor não se acabrunhou: concordou, mas jogou a seu interlocutor que toda a grande música não deixava afinal de ser triste. Schubert não avançou que essa é a condição de toda grande obra de arte, mas poderia tê-lo feito.

25

Esse talvez **o aspecto intrigante** não apenas da obras de arte, mas da consideração que podemos fazer do Brasil. Todos sentimos no ar do país um certo pesar como se só nos restassem agora as ilusões perdidas. No entanto, não é o que dizem os jornais, a TV – a grande imprensa oficial que manda no Brasil e que obviamente reflete o otimismo governista; e de que os sorrisos do presidente FHC são a manifestação mais evidente. **A questão** tem obviamente a ver com o que o sistema quer do Brasil. Quanto mais o presidente reafirma que é fácil governar o Brasil, tanto menos se concede à possibilidade de que sobrevenha alguma mudança. A começar pela possibilidade real de uma vitória da oposição. Não há uma só das reformas propostas pelo governo que acene para os benefícios concretos à nação. A educação não promete acabar com o analfabetismo, na previdência só se acena com o fim das aposentadorias especiais (e nada a favor da maior parte das aposentadorias); na saúde vai tudo mal – até o presidente admite isso —, no transporte não se fala, a reforma agrária é uma impostura, e por aí vai. Mesmo assim, lendo os jornais, assistindo à TV, está tudo bem.

40

45

Há os cronistas oficiais, claro. É aqui que entra a questão proposta por Gauguin e por Schubert quanto a isso de ser ou não ser pessimista. Para a esmagadora maioria dos jornalistas ditos “econômicos” — a nata mais bem paga desses cronistas oficiais —, o Brasil se resolveria segundo as fórmulas que desafiam inclusive o Juízo Final. Acontece que, como se sabe, a realidade de um mundo desabando teima em não se adequar às fórmulas. E, se é certo que a boçalidade e a arrogância do poder têm pés de barro, o fundamental – que é esse pessimismo larvar que nos atinge a todos —, esse não apenas persiste; avulta como o que de mais renitente hoje existe no nosso inconsciente coletivo.

50

55

Tome-se o glorioso povo brasileiro. É certo que, como povo, temos valores positivos; que, apesar de tudo, resistimos. Mas, se examinarmos o fundo da alma brasileira hoje, o que resta é muito pior do que o pessimismo positivo de que falaria Saramago. As eleições que vêm por aí são altamente esclarecedoras quanto a **esse aspecto**: já a população, por não ter esperanças, pretende votar “no menos pior” —mas isso se um dos possíveis candidatos não prometer o que todos esperam e que é o que comanda

- 60 atualmente o gosto de nosso glorioso povo, que é a democratização da miséria.
- 65 Lembram do Collor? Ele não convenceu por prometer fartura – mas por ter dito que acabaria com os marajás incrustados no Estado. Ele não prometeu a universalização do bem, mas a ampliação do mal para um grupo da população – os marajás do serviço público. E eis, então, que os brasileiros não apenas votaram nele, como vão votar em FHC. Fizeram e fazem porque passaram a se pautar pelo pessimismo autodestrutivo – não pelo que estaria na raiz do pessimismo redentor de artistas como Gauguin, Schubert ou José Saramago, mas pelo que ficaria de seu pessimismo vingativo, sem esperanças. É tanta a situação de penúria em que vivemos, que a palma nós damos ao promotor da vingança, não ao possível defensor da justiça. Foi assim com Collor, será assim com Fernando Henrique. Neste, as reformas se baseiam não no que ele vai construir, mas com o que ele vai acabar. Pois essa, afinal, a grande lição, a derradeira do neoliberalismo: num mundo do salve-se-quem-puder, a contagem positiva é a dos mortos. Sobraram menos para as disputadíssimas migalhas concedidas pelo poder.
- 70
- 75
- 80 Em seu *Antes e Depois*, Gauguin não ousa fazer previsões. Mas deixa claro que o paraíso que ele buscou no Taiti, para sua pintura (e para a sua pintura se tratava realmente da busca do paraíso), não podia ser encontrado num país como a França, onde o capitalismo se preparava para seu grande triunfo. E que, afinal, é o que temos, triunfalmente predador para todo um povo no Brasil. E que, por isso mesmo, já não tem mais esperança de nada – a não ser na morte do outro. Hélas.
- 85

O texto apresenta ao leitor um “aspecto intrigante”, a partir da consideração de que “Todos sentimos no ar do país um certo pesar como se só nos restassem agora as ilusões perdidas”. E esse sentir é **a questão** (§ 4, L34) que se estende à idéia de que “Quanto mais o presidente reafirma que é fácil governar o Brasil, tanto menos se concede à possibilidade de que sobrevenha alguma mudança”; daí, as ilusões perdidas. Tem-se, portanto, uma integração das idéias por meio do rótulo ‘**a questão**<sup>71</sup>’ que se apresenta como ponto de enlace ao argumento que se irá desenvolver, de modo a contribuir com o propósito argumentativo do texto. Este rótulo exige, ao mesmo tempo, do leitor um movimento para frente e outro para trás, a fim de construir a significação; por esta razão, trata-se de um rótulo retrospectivo/prospectivo.

A seleção que se faz entre as propriedades de um referente para se constituir uma expressão nominal tem, como se afirmou em parágrafos anteriores, um papel fundamental na condução argumentativa do texto, como se verifica neste texto 2, em que o rótulo retrospectivo e prospectivo não-avaliativo, **a questão**, é introduzido por um artigo definido. Na relação de remissão e retomada de referentes, em geral, o artigo definido opera a retomada de referente(s) já citado(s) no cotexto anterior ou já alocados na memória discursiva do leitor, constituindo, assim, uma informação dada. Essa idéia de que o uso do determinante definido tem como uma das funções a de recuperar a informação do cotexto à esquerda contribui, neste caso, para justificar o movimento discursivo de retrospectção realizado pelo rótulo em destaque.

<sup>71</sup> Grifo nosso.

Acompanhe-se, agora, o fragmento do texto 11, “Efeitos do pensamento único”, a seguir:

(10)

Texto 11: Efeitos do pensamento único – (Frei Betto)

(...)

Somos contemporâneos de **um fato absolutamente novo na história da humanidade** : a era imagética. Somos a primeira geração televisiva da história. Nossos bisavós, tataravós e “metralhavós” não conheceram isso. A minha avó jamais poderia imaginar que, sentada no sofá da casa dela, pudesse assistir a um evento do outro lado do planeta em tempo real.

Somos também contemporâneos de **um outro evento**, que não é novidade, mas é raridade: mudança de época. Ou seja, não estamos vivendo apenas uma época de mudanças, vivemos uma mudança de época. A última vez que isso ocorreu no Ocidente foi na passagem do período medieval para o período moderno, nos séculos 15 e 16. Agora, passamos do período moderno para o período denominado pós-moderno.

(...)

Os dois parágrafos citados têm a mesma estrutura sintática que vai se alongando com informações interligadas pela temática do texto, constituindo a progressão por meio de paralelismo<sup>72</sup>. No primeiro enunciado, rotula-se a era imagética como “um fato absolutamente novo na história da humanidade”, os itens “absolutamente novo na história da humanidade” se integram ao rótulo apresentando um teor avaliativo e pelo movimento catafórico na construção do sentido, este rótulo é classificado como um rótulo prospectivo avaliativo.

No segundo parágrafo, com a mesma estrutura, reiterada pelo item lexical “também”, o produtor retoma tal *fato* como *evento*. Nas informações que seguem tem-se, ao mesmo tempo, uma recategorização do rótulo anterior e uma extensão do que ele compreende, quando na mesma seqüência de dizer apresenta-se um outro segmento que é, também, rotulado por *evento*, sendo a marca lingüística que evidencia este processo a utilização do pronome indefinido “outro”. Com estas formulações, os procedimentos de avanço e recuo se integram para construir um sentido para o rótulo “um outro evento”; neste caso, tem-se um rótulo retrospectivo e prospectivo não-avaliativo. Este rótulo é não-avaliativo, já que não há a presença de modificadores de teor avaliativo<sup>73</sup>.

Caso não se faça um exame atento da relação de retomada dos elementos lingüísticos no segundo parágrafo destacado, é possível confundir os referentes retomados pelo rótulo “um outro evento”, pois se encontra no texto uma referência marcada pelo segmento “um evento” quando se faz menção ao fato de que a avó, citada no texto, não imagina poder assistir a um evento do outro lado do planeta em tempo real. Duas razões se destacam para desvincular o rótulo “um outro evento” do segmento destacado, “um evento”: primeiramente, o fato de o rótulo saturar informações e não retomar um único referente; então, não se pode dizer que “um outro evento” rotula e retoma “um evento”, dois objetos-de-discurso diferentes. Outra razão diz respeito ao fato de que, ao rotular e complementar com “não é novidade, mas é raridade...”, estabelece-se uma relação com a referência a “fato absolutamente novo”. Assim, “um outro

<sup>72</sup> Não é objetivo deste estudo discorrer sobre os tipos de recorrências por meio das quais realizam as atividades formulativas que dizem respeito à progressão textual.

<sup>73</sup> Cabe lembrar, porém, que nem sempre o aspecto avaliativo é determinado pela presença do modificador já que o próprio núcleo pode ser avaliativo.



evento” se refere a fato, retoma este rótulo, mas o recategoriza, como se afirmou anteriormente, fazendo a ressalva de que não é absolutamente novo como o evento anterior, isto é, a era imagética. Logo, tanto a era imagética quanto mudança de época são eventos, segundo o autor do texto, sendo que aquele é “absolutamente novo” e este é “raro”.

Com estas observações, verifica-se que é no texto, ou seja, na composição lingüística, que se têm sinais capazes de orientar o leitor na construção de sentidos. Estes sinais sozinhos não dão conta do processo, mas são imprescindíveis para a construção de sentidos na produção e na compreensão, é por meio deles que a ação de linguagem se concretiza.

#### 5.4. OS DETERMINANTES NAS EXPRESSÕES ROTULADORAS

Sobre a estrutura de apresentação dos rótulos com ou sem determinantes, veja-se os textos a seguir:

(11)

Texto 3:

Mexendo com a imaginação – (Gabriel Priolli)

(...)

É por isso que eu acho que a teletransportação deve ser entregue, o mais rápido possível, aos cirurgiões plásticos. Sob comando do campeão Ivo Pitanguy, eles poderão criar o maior centro de fusão molecular do planeta, gerando empregos e divisas ao país. De repente, fecham um acordo com o Brad Pitt, ou, mais modestamente, com o Rodrigo Santoro, e colocam fios de cabelo dos dois lindões dentro das cápsulas de teletransporte. Se **a coisa** der certo, você, meu amigo, que é feio de doer, poderá desembarcar em Paris com cara de galã, chovendo gatas francesas na sua horta. Que tal? E você, minha amiga desprovida de bons atributos físicos, que poderá se transformar numa Sharon Stone, ou numa Vera Fisher, num piscar de olhos? Esticar a cara ou reduzir o nariz, diante **dessa possibilidade**, perderá totalmente a graça e a eficácia.

(...)

(12)

Texto 16

Quinhentos anos de iniquidades? – (J.W. Bautista Vidal)

(...).

Falam que ainda existem 350.000 indígenas; que 5 milhões deles foram exterminados, pois essa é a previsão que fazem dos que existiam em 1500; que deveriam ser hoje 160 milhões. Falam em genocídio, ao tempo em que ignoram dezenas de milhões de brasileiros miscigenados com sangue aborígine, que em certas regiões do país é predominante, representando às vezes mais de 80 por cento da população. Fosse verdadeiro **esse raciocínio bisonho**, de quanto teria sido o genocídio da União Européia, onde não sobrou nenhum homem primitivo? E nos EUA?

(...)

Os grupos nominais destacados desempenham a função de um item referencial, pois têm a capacidade de referir-se ao discurso e de atuar sobre ele, sendo transmutáveis em um novo referente discursivo, conforme Francis (1994): “Um rótulo **refere e nomeia**<sup>74</sup> uma extensão do discurso, alinhando-a com o

<sup>74</sup> Grifos nossos.

argumento que está sendo desenvolvido, e que agora continua em termos do que foi apresentado como “fato”. Assim, o rótulo introduz um novo referente textual, resumindo a informação já dada e abrindo a possibilidade de continuidade discursiva.

Em 3 a **coisa** é um nome genérico que se formulou sumarizando as informações dadas, configurando assim, um novo item referencial que assume o foco informacional. E, em **dessa possibilidade**, tem-se um grupo nominal com o determinante demonstrativo que, ao mesmo tempo em que ancora o dizer do texto com o dêitico “dessa”, apontando para o que se disse, alerta o leitor para reavivar em sua mente o que veio antes, confirmando o potencial retrospectivo e criando, com o núcleo **possibilidade**, um novo item referencial. Já no texto 16, o grupo nominal vem, também, acompanhado de um termo qualificador, **esse raciocínio bisonho** que evidencia a avaliação do produtor do texto e oferece ao leitor um caminho de interpretação.

### 5.5. O FUNCIONAMENTO ORGANIZACIONAL-DISCURSIVO DOS RÓTULOS

O fenômeno da rotulação, como já se afirmou, é um dos mecanismos de garantia da progressão textual, pois uma das funções do rótulo é gerar, no caso da retrospectão, por exemplo, um movimento de recuo e, ao mesmo tempo, uma abertura para se encaminharem informações novas, o que assegura a seqüência do tópico. Há uma certa continuidade, mas se assimila um novo movimento na seqüência textual; não se muda, necessariamente, o tópico, mas se opera um deslizamento<sup>75</sup> do tópico em curso. Isto significa dizer que há o avanço do texto, mas atrelado ao que foi dito antes. Por esta razão, os rótulos são uma garantia de continuidade tópica e também de continuidade da orientação discursiva, argumentativa. Além disto, têm um papel multifuncional em razão de constituírem uma ferramenta de organização do texto, ao mesmo tempo em que são recursos importantes para a construção interativa do sentido.

Diante disso, os rótulos retrospectivos têm uma importante função de organização textual, pois estabelecem o elo dos enunciados precedentes com o que se segue no texto, e também assinalam a modificação de argumento, fazendo surgir uma informação nova dentro de uma informação dada. O produtor do texto utiliza argumentos anteriores, encapsulando-os sob a forma de uma nomeação, que indica a mudança de tópico, ou a alteração dentro de um tópico, ao mesmo tempo em que estabelece uma conexão entre os argumentos apresentados.

Essa organização textual-discursiva realizada pelos rótulos retrospectivos pode dar-se de modo limitado, quando se ligam pequenas porções do discurso, ou, ainda, de modo ampliado, quando o rótulo organiza uma extensão discursiva maior, oferecendo a conexão principal que unifica elementos estruturais do texto, conforme se evidencia no texto 8, “O general escapou. E agora?, já listado em momento anterior neste estudo:

<sup>75</sup> Vale ressaltar que o termo deslizamento não é utilizado tal como se postula na Análise do discurso francesa, especialmente, Pêcheux (PÊCHEUX, M. & FUCHS, “Mises au point et perspectives à propôs de l’analyse automatique du discours”. *Langage*, Paris, Didier/ Larousse, n 37, 1975, pp. 7-80) quando trata do efeito metafórico, definindo-o como o efeito semântico que se produz numa substituição contextual, isto é, por um “deslizamento” de sentido numa distância entre x e y, sendo esta constitutiva tanto do sentido produzido por x como por y. Ressalva-se que, nesta tese, o termo não se vincula a esta concepção teórica, apenas diz respeito às oscilações na condução do tópico discursivo pelo autor do texto.

(13)

Texto 8: O general escapou. E agora? – (José Arbex Jr.)

(...).

5

Claro, a comunidade das nações não está dotada de mecanismos jurídicos internacionais capazes de aplicar os princípios contidos na Declaração dos Direitos da ONU. Isso não significa que esses princípios não sejam válidos, mas que, ao contrário, é urgente a criação de mecanismos que possam lhes dar força. **Essa questão** já vem se colocando na prática. Apenas na década de 90, o Conselho de Segurança da ONU constituiu dois tribunais especiais, um para a antiga Iugoslávia (1993), outro para Ruanda (1994). Em 17 de julho de 1998, uma conferência da ONU aprovou, em Roma, o estatuto do Tribunal Penal Internacional (TPI). O documento recebeu 120 votos favoráveis, sete contrários e 21 abstenções. O tribunal se instalará em Haia, na Holanda, nos próximos anos, quando pelo menos sessenta países aderirem ao tratado internacional. Washington votou contra, assim como os governos de Israel, China, Filipinas, Índia, Sri Lanka e Turquia.

10

15

(...)

20

Assim, **a questão urgente**, colocada na prática da própria atividade da ONU, é o funcionamento do TPI. Outra coisa é que sua inexistência não pode servir de garantia de impunidade aos criminosos. A detenção de Pinochet foi justa e legítima, tanto quanto é justo e legítimo que todos os povos do mundo contestem a vitória de Haider na Áustria, e que o mundo se levante contra o massacre de qualquer minoria étnica, em qualquer parte do planeta (que o “soberano” Exército russo, por exemplo, explique a sua participação no massacre dos chechenos, como foi mostrado por um vídeo divulgado pela rede BBC de Londres, em fevereiro). O mundo tem pleno direito de pedir explicações a Pinochet, tanto quanto aos tiranos de todo o mundo que o antecederam na arte de aviltar a condição humana.

25

Aqui, a expressão nominal *essa questão* encapsula conteúdos anteriores do texto e, ao mesmo tempo, abre caminho para configurar *a questão* como o grande tópico discursivo. O que é desenvolvido ao longo do texto é desencadeado pelo rótulo *essa questão*, que liga os segmentos textuais sumarizando o que foi dito anteriormente, num movimento de recuo textual; mas, também, passa a ser a razão dos dizeres seguintes, que se propõem a desenvolver, avaliar, criticar o que foi rotulado, avançando e promovendo a continuidade temática.

A expressão rotuladora *essa questão* apresentada no parágrafo inicial do texto é retomada pelo sintagma nominal *a questão urgente* que se caracteriza como um rótulo metaenunciativo. Neste movimento de retomada, atribui-se um teor avaliativo à expressão.

Há rótulos que têm um papel organizador mais pontual, isto é, ligam tópicos em uma porção menor do discurso, conforme se vê no texto a seguir:

(14)

Texto 14: O avesso do Pelô – (Carlos Rocha)

Pelourinho é uma estrutura de pedra ou madeira, em praça ou lugar público, junto da qual se expunham e castigavam os negros escravos. O Pelourinho de Salvador, após percorrer vários logradouros da cidade, se instalou junto à Igre-

ja do Rosário dos Pretos em 1807 e foi extinto trinta anos depois, mas o nome ficou.

Considera-se Pelourinho o trecho que vai do Terreiro de Jesus até a ladeira do Carmo, fazendo parte do Centro Histórico de Salvador. Hoje, esses dois espaços (rótulo retrospectivo não-avaliativo) se confundem, na prática um virou sinônimo do outro. Até o início do século foi moradia da alta sociedade baiana.

(...)

Uma rotulação tal como ocorre em destaque neste exemplo é construída nas relações não explícitas que se estabelecem entre os elementos do texto através de inferências. A recategorização “espaços” mostra um “para fora do texto”, é uma perspectiva apontada pelo rótulo, ou seja, requer do leitor uma operação, por ocasião do processamento textual, de modo a ampliar a informação presente no texto e, a partir do contexto bem como através do seu conhecimento de mundo, a construção de novas representações mentais, ou estabelecer relações entre os segmentos textuais em busca da compreensão do dito. Nas palavras de Koch<sup>76</sup> (2005:3):

Todo processo de compreensão pressupõe, portanto, atividades do ouvinte/leitor, de modo que se caracteriza como um processo ativo e contínuo de construção – e não apenas de reconstrução —, no qual as unidades de sentido ativas a partir do texto se conectam a elementos suplementares de conhecimento extraídos de um modelo global também ativado em sua memória. Por ocasião da produção, o locutor já prevê essas inferências, na medida em que deixa implícitas certas partes do texto, pressupondo que tais lacunas venham a ser preenchidas sem dificuldades pelo interlocutor com base em seus conhecimentos prévios e nos elementos da própria situação enunciativa. Por esta razão, dependendo desses conhecimentos e do contexto, diferentes interlocutores poderão construir interpretações diferentes do mesmo texto.

Esse processamento textual, tanto em relação à produção como à recepção de textos constitui um processamento estratégico, ou seja, os interagentes põem em ação, no momento de produção/compreensão, um conjunto de estratégias de construção de sentido(s): realizam, simultaneamente, escolhas em vários níveis interpretativos, as quais se flexibilizam confirmando e refutando hipóteses de sentido, *on line*<sup>77</sup>, requerendo do interlocutor suposições ou cálculos como, por exemplo, no que tange às inferências.

Como se destacou, na citação anterior, o recurso a estratégias de inferenciação é um dos recursos mobilizados pelos usuários tanto no processo de produção como compreensão de textos. Este uso se justifica ainda pelo fato de que não existem textos escritos ou orais totalmente explícitos; por isso, é impossível no texto aparecer tudo o que se quer comunicar. Conforme Koch (2002b: 30):

O sentido de um texto, qualquer que seja a situação comunicativa, não depende tão somente da estrutura textual em si mesma (daí a metáfora do texto como iceberg<sup>78</sup>). Os objetos de discurso a que o texto faz referência são apresentados em grande parte de forma lacunar, permanecendo muita coisa implícita.

<sup>76</sup> KOCH, I.G.V. (2005) A construção sociocognitiva da referência. UNICAMP/CNPq, (texto mimeografado).

<sup>77</sup> Conforme KOCH (2002:47): “fazemos pequenos cortes no material que vai entrando na memória, construindo, desde o início, hipóteses interpretativas. Se tais hipóteses forem desconfirmadas pelo texto subsequente, realizamos operações de reinterpretação ou outras operações de solução de problemas”.

<sup>78</sup> Já foi citado no capítulo III desta tese que, segundo Koch, “todo texto assemelha-se a um iceberg – o que fica à tona, isto é, o que é explicitado no texto é apenas uma pequena parte daquilo que fica submerso, ou seja, implícito. Compete, portanto, ao receptor ser capaz de atingir os diversos níveis do implícito, se quiser alcançar uma compreensão mais profunda do texto que ouve ou lê”. (Koch, 1995, p.65).

E, ainda, Marcuschi (1999):

A explicitude é o resultado de uma operação de uso da linguagem e não uma característica da língua ou um dado a priori. Ela resulta de uma inserção sócio-pragmática dos usuários da língua em contextos e não de uma força imanente à língua como tal. Ou seja, é a partir da maneira de estarmos situados no mundo – contextualizados – e como conectamos este contexto com a língua mediante a ação e a percepção, que geramos a significação e os conhecimentos ou informações<sup>79</sup>.

## 5.6. O FUNCIONAMENTO ARGUMENTATIVO POR MEIO DAS ROTULAÇÕES

A utilização de grupos nominais nos textos constitui uma importante estratégia cognitivo-discursiva, pois, além de organizarem e conectarem o discurso no texto, marcam um “projeto de sentido” do seu produtor. Neles se evidencia o caráter avaliativo das escolhas lexicais como um meio para inferir idéias, crenças e opiniões que se defendem nos discursos, como se mencionou em páginas anteriores. Por esta razão, essas formas desempenham um importante papel na negociação de sentido(s) entre autor e leitor/ouvinte.

A rotulação por meio de grupos nominais, portanto, é um recurso de que se utiliza o escritor a fim de fazer valer seus propósitos argumentativos. É justamente a função argumentativa dessas formas que auxilia na promoção do ponto de vista do produtor do texto, na medida em que elas são utilizadas para sinalizar e intensificar suas opiniões. O encadeamento dessas expressões, isto é, a sua função coesiva não só permite a identificação do(s) propósito(s) comunicativo(s), como ainda faz o texto avançar por meio do encapsulamento de informações e o estabelecimento de um tema para os enunciados subseqüentes.

O rótulo retrospectivo, por exemplo, ainda que sumarie informação dada, pode encaminhar um novo argumento que indique a avaliação do produtor do texto a partir dos segmentos textuais rotulados. A articulação dado-novo constitui-se numa orientação argumentativa que tem como objetivo direcionar um sentido.

No texto a seguir, verifica-se como as expressões nominais rotuladoras e o modo como elas são elaboradas pelo produtor do texto possibilitam a identificação do ponto de vista adotado:

(15)

Texto 27: O PROFETA DA FOME (Marco Frenette)

*Clássicos de Josué de Castro, ora relançados pela Civilização Brasileira após anos fora de catálogo, fazem longa incursão pela temática da fome, evidenciando a recorrente atualidade do problema no Brasil.*

O cientista Josué de Castro, intelectual de fina sensibilidade humanística, assombrava-se com o absurdo de haver no planeta milhões de pessoas escravas da angústia diária de não ter o que comer. **Essa perplexidade** foi o combustível interior que o levou ao estudo sistemático e aprofundado do

5

<sup>79</sup> MARCUSCHI, Luiz Antonio. Cognição, autonomia e explicitude no uso da língua, texto apresentado na conferência “Cognição, Explicitude e Autonomia no texto falado e escrito”, Maceió, UFAL, 1999.

fenômeno da fome em seus mais diferentes aspectos. O resultado **desse enorme empenho monotemático**, suas conclusões e decepções acumuladas por quase quatro décadas de trabalho ininterrupto foram devidamente registrados em diversos livros fundamentais, todos, inexplicavelmente, há muito tempo fora do catálogo.

10

(...)

**Esse trabalho**, além de inspirar inúmeras pesquisas semelhantes em vários Estados brasileiros nas décadas de 30 e 40, evidenciou, pela primeira vez, as condições de fome crônica de grandes populações do Nordeste açucareiro. Das famílias analisadas, por exemplo, constatou-se que apenas 19 por cento consumiam leite e apenas 16 por cento comiam frutas, mesmo assim em quantidades insignificantes, que só foram computadas em respeito ao rigor científico. A quase totalidade das famílias recenseadas sobrevivia à base de uma alimentação extremamente desequilibrada, constituída apenas por feijão, carne-seca, café, açúcar. A respeito **dessa pesquisa**, Josué de Castro afirmaria que a experiência desses “seres estiolados com deficiência física e mental” não se devia ao suposto mal da miscigenação, mas sim ao estômago vazio, que produzia um “mestiço débil, raquítico e anêmico”. Assim, ao estudar não famintos esqueléticos, mas gente alquebrada por uma alimentação insuficiente que impede um desenvolvimento pleno, esclarecia-se pela primeira vez – e já muito tardiamente – que sofríamos de um “mal de fome, e não de raça”.

15

20

25

30

35

40

Após **essa experiência pioneira** e sua primeira docência em fisiologia na Faculdade de Medicina de Recife, Josué de Castro mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1935, onde realizou pesquisas bioquímicas que seriam o embrião do futuro Instituto de Nutrição que fundaria na Universidade do Brasil. Mais tarde, em 1938, estagiou no Instituto Bioquímico de Roma e deu cursos nas universidades de Gênova, Nápoles e Roma. Já no ano seguinte, de volta ao país, obteve a cátedra de geografia humana da Universidade do Brasil. Dessa data até 1945, envolveu-se em diversas iniciativas governamentais visando o combate à fome, tendo sido oficialmente convidado por vários países que o queriam para estudar o problema. Nessa condição, esteve na Argentina, em 1942, nos EUA, em 1943, e no México e na República Dominicana em 1945.

45

50

**Esses anos de prática e estudos** – nos quais publicou importantes trabalhos, como *Problema da Alimentação no Brasil*, *Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana e Alimentação e Raça* – forneceram-lhe a experiência necessária para engendrar, em 1946, seu famoso ensaio *Geografia da Fome*. Primeira parte de um ambicioso projeto de mapeamento da miséria alimentar em todo o planeta, **esse estudo** seria completado em 1951, com a publicação de *Geopolítica da Fome*, livro mais maduro, que ao estudar a fome no resto do planeta, deu mais ênfase às causas sociais e políticas do fenômeno.

(...)

55

Partindo de um método geográfico-interpretativo preconizado por autores como Vidal de La Blanche – que em seu *Principes de Géographie Humaine*, de 1922, apontava o “estudo dos recursos alimentares regionais” como uma forma de compreender as relações do homem com o seu meio –, *Geografia da Fome* dividiu o Brasil em cinco grandes áreas alimentares

60 (Amazônia, Nordeste açucareiro, sertão do Nordeste, centro e sul),  
mapeando a fome e a desnutrição em seus mais variados níveis.  
Concomitantemente, o estudo fez incursões desvolutas pelos campos da  
literatura, da fisiologia, da antropologia e da sociologia. **Essa**  
**interdisciplinaridade**, segundo explicações do próprio autor, procurava  
65 abordar o tema em sua “realidade total”, sem “arrebentar-lhes as raízes  
que o ligam subterraneamente a inúmeras outras manifestações econômi-  
cas e sociais”. Desse livro respeitado em todo o mundo e traduzido para  
mais de 25 idiomas, Josué de Castro também fazia questão de destacar a  
“natureza ecológica”, entendendo por ecologia não a mera produção  
ambiental seguida de simples contemplação das belezas naturais rema-  
nentes, mas o “estudo das ações e reações dos seres vivos diante das  
70 influências do meio”.

À época, a aplicação **desse método de estudo** constituiu-se em formidá-  
vel novidade científica e num significativo avanço para o pensamento so-  
cial, pois, a partir desse “primeiro grande mergulho de olhos abertos no  
75 emaranhado do enigma alimentar do país”, segundo inspirada definição  
de Homero Homem, o Brasil ganhou um entendimento conjuntural dos  
estragos físicos, culturais e psicológicos causados pela fome, o que nos  
capacitou a entender, pela primeira vez, que fome e subdesenvolvimento  
são a mesma coisa.

80 (...)  
Porém, como nada é perfeito, essa reedição da Civilização Brasileira –  
apesar de embalada em competente projeto gráfico – chega com  
inexplicáveis mutilações. Nela faltam prefácios e apêndices que consta-  
vam de edições anteriores, a exemplo do escrito por Alceu Amoroso Lima  
85 em 1980, o qual mensura Geografia da Fome em sua importância política  
e social dentro do contexto brasileiro de então, além de compará-lo, em  
termos de retrato da realidade nacional, com Os Sertões de Euclides da  
Cunha.

90 Também ficou de fora um apêndice à oitava edição intitulado “A contri-  
buição da Crítica Brasileira”, interessante documento que evidencia o es-  
pírito arejado desse humanista radical convertido em profeta da fome.  
Nele, Josué estabelece um diálogo sem arrogância com a crítica de então,  
composta por intelectuais e jornalistas como Homero Homem, Nelson  
95 Werneck Sodré, Sérgio Milliet, Luiz da Câmara Cascudo e José Honório  
Rodrigues. Citados nominalmente, suas principais sugestões e ressalvas  
ao Geografia da Fome são devidamente enumeradas e incluídas no con-  
texto do livro. Belo exemplo de diálogo cultural e de posicionamento inte-  
lectual democrático.

100 Excluíram, ainda, o material iconográfico que havia no projeto original.  
Era uma dúzia de imagens, trazendo fotos como a de um sertanejo foto-  
grafado por Pierre Verger; a de uma capelinha à beira de estrada, marcan-  
do o ponto em que sete pessoas morreram de fome, e a de retirantes com  
105 semblantes desesperançosos num barco, descendo o rio São Francisco.  
Sumiram também desenhos excelentes, como o de Percy Lau mostrando a  
via-crúcis de retirantes e um detalhe de quadro de Portinari retratando a  
cabeça de um faminto.

110 No entanto, **esse lamentável rosário de ausências** não chega a compro-  
 meter seriamente *Geografia da Fome*, pois seu texto vem por inteiro – e  
 ele, no final das contas, fala por si só. Arauto de uma realidade terrível,  
 nele se aprende sobre desgraças tais como pragas de cascavéis e morcegos  
 115 enlouquecidos pela falta do que comer, saindo à luz do dia para morder  
 e picar sertanejos esqueléticos em situação idêntica de fome; e sobre o  
 processo fisiológico que transforma o faminto num mero feixe de nervos  
 dotado de uma visão extremamente aguçada, como um animal de rapina  
 a procurar uma caça inexistente ou qualquer coisa mastigável. Também  
 há relatos contundentes de diversas secas e suas exterminações em mas-  
 120 sa, como a de 1877-1879, na qual morreram 500.000 nordestinos. Cal-  
 cula-se que 150.000 foram vitimados diretamente pela fome; 180.000  
 pela varíola, febres biliosas, beribéri e outras doenças; e 180.000 por um  
 cruzamento de sede, inanição e alimentação venenosa. Fortaleza, que  
 então contava com 124.000 almas, teve quase metade de sua população  
 125 dizimada: os cemitérios de São João Batista e Lagoa Funda registraram  
 56.791 sepultamentos.

Paralelamente a **esses relatos de sofrimento e mortandade**, *Geografia*  
 130 *da Fome* fala da ausência de um projeto nacional para combater a miséria  
 e de uma secular cultura predatória, que, baseada na monocultura, trans-  
 formou em desertos regiões inteiras. A novidade do quadro final foi de-  
 monstrar, de maneira cabal e didática, que a fome não tem, há muito tem-  
 po, mais a ver com fatalidades ou contingências da natureza, mas sim com  
 interesses financeiros e políticas de Estado.

135 Josué de Castro criticava a “centralização absurda” no Sul de recursos e  
 esforços governamentais, que resultava “numa filosofia do desenvolvimento  
 brasileiro” baseada na noção de “desenvolver mais o já desenvolvido e  
 não de integrar no sistema econômico nacional as atuais áreas marginais,  
 140 tais como o Nordeste e a Amazônia”. Afirmava também que a “política de  
 fachada da República” incentivava a prevalência de uma “política  
 paternalista” do tipo “ajuda-teu-irmão” nas épocas calamitosas da seca”.  
 Passado meio século e muitos governos depois, a atual campanha do Sul  
 para arrecadação de alimento para os flagelados do Nordeste, nessa nova  
 145 seca de 2001, mostra a triste atualidade **dessas constatações**.

**A esse secular faz-de-conta governamental** que permite o eterno retorno  
 da fome, Josué de Castro chamou de “ciclo do caranguejo”, expressão a  
 qual designava a peculiar miséria das populações dos mangues recifenses:  
 150 “Essa gente vive da pesca de caranguejos e siris, chafurdando nesse char-  
 co onde tudo é, foi ou vai ser caranguejo, inclusive a lama e o homem que  
 vive nela”. **Essa visão cristalizada da miséria**, tão bem utilizada e canta-  
 da por Chico Science, foi justamente a imagem-mestra de seu único ro-  
 manço, *Homens e Caranguejos*. De cunho autobiográfico, essa história  
 155 tem como pano de fundo a estrutura agrária e feudal do sertão nordestino,  
 trata das lutas estomacais diárias da família de um menino chamado João  
 Paulo.

160 No prefácio do livro, o autor conta como a descoberta da fome atuou pode-  
 rosamente sobre sua sensibilidade em formatação, marcando toda a sua  
 obras futuras como médico e cientista social. **A revelação** se deu esponta-



- 165 neamente aos seus olhos de criança nos mangues do Capibaribe e nos bairros miseráveis de Recife, e aqui talvez caiba, para o leitor entender a importância dessa visão para o autor, a reprodução de suas palavras do prefácio do romance: “foi assim que eu vi e senti formigar dentro de mim a terrível descoberta da fome. Da fome de uma população inteira escravizada à angústia de encontrar o que comer. Vi os caranguejos espumando de fome à beira da água, à espera que a correnteza lhes trouxesse um pouco de comida, um peixe morto, uma casca de fruta, um pedaço de bosta que eles arrastariam para o seco para matar a sua fome. E vi, também, os homens sentados na balaustrada do velho cais a murmurarem monossílabos, com um talo de capim enfiado na boca, chupando o suco verde do capim e deixando escorrer pelo canto da boca uma saliva esverdeada que me parecia ter a mesma origem da espuma dos caranguejos: era a baba da fome”.
- 170
- 175
- 180 *Homens e Caranguejos* é obra de um homem exilado. Cassado em seus direitos políticos durante o golpe de 1964, Josué refugiou-se em Paris, onde viveu até sua morte, em 1973. **Nessa década de desterro**, não parou de produzir. Trabalhou em vários projetos (como a fundação e direção do Centro Internacional para o Desenvolvimento em Paris), lecionou e escreveu livros e artigos. Mas sentiu agudamente a falta do Brasil, a ponto de declarar que “não se morre apenas de enfarte ou de glomerulonefrite crônica, mas também de saudade”. Foi no segundo ano desse exílio, em 1966, que surgiu *Homens e Caranguejos*, espécie de testamento cultural sentido e emocionado, onde o autor relembra sua infância humilde para recriá-la a partir da experiência do cientista e pesquisador maduro.
- 185 (...)

O fragmento insere-se no contexto de uma resenha crítica sobre a obra do cientista Josué de Castro, em que se refere um trabalho de pesquisa realizado a partir “[do] absurdo de haver no planeta milhões de pessoas escravas da angústia diária de não ter o que comer”. Sob os rótulos: *essa perplexidade, (d)esse enorme empenho monotemático, esse trabalho, (d)essa pesquisa, essa experiência pioneira, esses anos de prática e estudos, essa interdisciplinaridade, (d)esse método de estudo, esses relatos de sofrimento e mortandade, essa visão cristalizada da miséria, (d)essas constatações*, determinado conteúdo pertinente à elaboração do trabalho de pesquisa é apresentado aos leitores, ou seja, trata-se de rótulos de natureza diferenciada em que há uma reflexão do produtor sobre os conteúdos sumarizados. Nestas expressões percebe-se uma gradação da argumentatividade no texto, a partir do modo como o produtor realça a importância e o pioneirismo da obra.

O produtor do texto prossegue seus argumentos retomando as rotulações feitas, como é o caso dos rótulos *esse trabalho, dessa pesquisa, essa experiência pioneira, esse estudo* que se referem ao rótulo *desse enorme empenho monotemático*. Aqui cabe ressaltar que não se trata de uma retomada de um referente apenas acrescentando-lhe predicções, há referência à atividade enunciativa, pois cada retomada implica avaliação do produtor não só em relação ao rótulo em si, mas, fundamentalmente, ao conteúdo que ele encapsula.

Neste sentido, o rótulo recategorizado acentua o movimento de voltar-se ao texto não só em relação à forma lingüística, mas também ao modo como ela se apresenta, isto é, à enunciação. É sob esta concepção que a utilização de rótulos recategorizadores caracteriza procedimentos meta.

Ao sumarizar as idéias iniciais do fragmento, o produtor informa aos interlocutores que se trata de “constatações” e, na seqüência do texto, complementa a idéia, de modo extremamente avaliativo com o rótulo *esse secular faz de conta governamental*. Neste rótulo recai a orientação argumentativa do texto como um todo, em que se chama a atenção para os recursos ineficientes e a filosofia desenvolvimentista inócua proposta pelos governantes no combate à fome, evidenciando um faz-de-conta governamental em diferentes momentos da história do Brasil, o qual se seculariza na imutável realidade da fome, conforme a visão cristalizada da miséria estampada nos “relatos de sofrimento e mortandade” apresentados na obra resenhada.

Em suma, de acordo com a intencionalidade do produtor do texto, a utilização de grupos nominais como recurso coesivo e o modo de apresentação de tais formas, como se afirmou anteriormente, implicam posicionamentos discursivos, o que configura o caráter avaliativo das escolhas lexicais e o direcionamento de sentido(s) desejado pelo produtor. Neste caso, é importante levar em conta o que realça Koch (2005:2) em relação ao processamento textual na atividade de compreensão:

[o processamento textual] “... depende não só de características textuais, como também de características dos usuários da língua, tais como seus objetivos, convicções e conhecimento de mundo”.

## 5.7. ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NA DINÂMICA DA SIGNIFICAÇÃO

Pela maneira como são apresentadas e organizadas as palavras no texto, encaminha-se um sentido que, por esta razão, não é adivinhação, mas sim construção colaborativa. O sentido não está no texto e precisa ser construído pelo leitor ou ouvinte, é uma construção conjunta. Há, nesta construção, uma responsabilidade mútua entre produtor e leitor/ouvinte: se o produtor é o responsável em oferecer pistas que orientem o processo de compreensão, cabe ao leitor/ouvinte reconstruí-las.

Assim, apesar de as pistas lingüísticas apontarem caminhos, isto não significa que limitem trajetos e cerceiem estratégias de compreensão, pois há de ser examinado todo o contexto que envolve os interagentes, com suas crenças, ideologias e conhecimentos presumidos como partilhados.

O texto se constitui, assim, num evento dialógico em que convergem ações lingüísticas, cognitivas e sociais. Trata-se de um evento que envolve diferentes sujeitos e contextos de realização. É disso que decorre o entendimento do texto como evento discursivo em que se produzem sentidos. Assim, o leitor/ouvinte construirá o sentido do que se produziu a partir de uma relação dialógica entre linguagem – o projeto de dizer do outro – e o mundo, estabelecendo-se uma conjunção de conhecimentos que, em co-relação, produzirão novos conhecimentos. Essa construção do(s) sentido(s) se dá nos meandros do estreito liame entre língua, sociedade e cognição.

A organização de conteúdos do texto dá-se, em parte, a partir de expressões referenciadoras. É papel do ouvinte/leitor ativar, reativar, desativar referentes no texto, o que pode ser efetuado por meio de recursos de ordem “gramatical” ou de ordem lexical: hiperônimos, sinônimos, nomes genéricos, elipses. Dentre as estratégias de referência, ressalta-se a utilização dos rótulos como um recurso lingüístico

importante para a construção de sentido(s); principalmente, pelo seu funcionamento nuclear quanto às idéias do produtor e pelo seu papel importante na identificação de um sentido pretendido.

Assim, verificou-se, a partir da análise de textos integrantes do corpus desta pesquisa, que a rotulação não só funciona como um organizador do discurso, como também é responsável pela condução argumentativa, principalmente, quando se trata de rótulos avaliativos, que permitem depreender posicionamentos do produtor no texto, delineados em razão das pistas textuais.

A rotulação constitui uma estratégia lingüística que favorece a compreensão de textos, permitindo não só direcionar os argumentos do produtor do texto, explicitando pontos de vista, mas também organizar o discurso. Todavia, este papel de organizar e de encaminhar as idéias não torna o rótulo uma estratégia sempre presente na caracterização do propósito argumentativo no gênero discursivo que constitui o material desta pesquisa, já que, do mesmo modo que há textos em que tal recurso tem uma presença significativa, existem outros em que ele não ocorre ou tem uma frequência mínima.

É o que, se ilustra, no texto “Eu e o mundo”.

(16)

Texto 26: EU E O MUNDO  
Marcelo Manzano

CAROS AMIGOS, ano V, nº 54, setembro, 2001, p.14.

*É curioso como um sistema que promete o infinito – o império da liberdade – exige de cada um de nós um tal grau de focalização, que corremos o risco de reduzir nosso vínculo social apenas e tão-somente a uma única atividade rotineira, especializada e estúpida.*

5

Táí uma parceria complicada. Desde muito tempo não tem sido fácil a relação entre o indivíduo e a coletividade – mas suspeito que no capitalismo de hoje **esse conflito** é amplificado para além dos limites da tolerância.

10

Enquanto vende o peixe da livre escolha, seduzindo nossas almas com a possibilidade de trocarmos as notas que carregamos no bolso pelos nossos maiores sonhos de consumo, o capitalismo nos cobra o trabalho e, mais do que isso, impele a crescente especialização de nossas atividades.

15

É curioso como um sistema que promete o infinito — o império da liberdade – exige de cada um de nós um tal grau de focalização, que corremos o risco de reduzir nosso vínculo social apenas e tão-somente a uma única atividade rotineira, especializada e estúpida. Aliás, é bom lembrar que Marx, ao deschavar com seu agudo bisturi as mumunhas da sociedade capitalista, já apontava para **essa tendência de progressiva alienação do sujeito**.

20

Com o recente furacão liberal, mais do que nunca a especialização floresce como a grande meta dos viventes. Quanto mais avança a mediação mercantil das relações sociais, mais forte é a pressão pela especialização de nossas habilidades humanas. Gregos ou troianos, freqüentemente nos vemos “planejando nossas carreiras” para que possamos nos tornar ainda

25 mais imprescindíveis ao capital. Obedecendo aos sinais do mercado, que joga alpinista para os que se dedicam com afincamento e fidelidade a alguma tarefa miúda na divisão social do trabalho, acabamos reduzindo nossa identidade à faceta mais tosca de nossa existência – a da mera reprodução material.

30 Evidentemente, a divisão social do trabalho, associada aos direitos de propriedade e mediada pelo dinheiro, é uma maneira um tanto engenhosa de organizar a produção. Na medida em que cada indivíduo subordina sua existência à tarefa que lhe cabe nessa gigantesca organização social chamada sociedade capitalista, é de esperar que no “conjunto da obra” **esse arranjo** pareça bastante funcional. Não há como negar que, excluindo  
35 todas as demais dimensões da vida humana, o capitalismo é um eficiente sistema produtor de mercadorias. Não por acaso, desde Adam Smith, muita gente boa (e muito mais gente safada) tem exaltado essa deficiência como forma de alcançarmos o bem-estar geral.

40 Acontece que, ao contrário do que nos acostumamos a pensar, pertencer ao mundo não se resume ao estreito vínculo profissional que tanto cativamos. Saber pilotar uma mesa de operações cambiais pela manhã e não conseguir apreciar um bife no almoço pode ser até compreensível do ponto de vista da funcionalidade do sistema, mas soa quase ridículo de qual-  
45 quer outro ponto de vista.

Como seres humanos, dotados de sentidos e curiosidade, somos tentados a cada instante a vasculhar, entender e participar da vida em muitas de suas dimensões, e se não o fazemos é porque talvez estejamos deixando nossa humanidade em segundo plano, para nos colocarmos cada vez mais a ser-  
50 viço da produção social de mercadorias.

Assim, para além de todos os problemas econômicos e sociais que decorrem do capitalismo, **essa dicotomia** entre um mundo de desejos que carregamos na cabeça e o barbante tênue da profissão que nos liga à sociedade é talvez uma das maiores angústias da modernidade. Curiosamente, ao mesmo tempo em que proliferam alternativas de consumo e deleite através dessa potente máquina produtora de todo e qualquer tipo de mercadori-  
55 a, nossos interesses tendem a convergir para atividades cada vez mais especializadas e descoladas das outras esferas da vida. Com a vista ofuscada, dedicamos nossos dias a conquistar um horizonte de sonhos que já não sabemos como desfrutar.

60 Mais uma vez, o capital demonstra sua maestria na arte do ilusionismo, operando a inversão entre o que é anseio e o que é dever e fazendo-nos crer que nos libertamos quando nos sujeitamos.  
65

Neste texto, os rótulos listados: “esse conflito”, “essa tendência de progressiva alienação do sujeito”, “esse arranjo”, e “essa dicotomia”, respectivamente, sintetizam a idéia principal do texto que é, no sistema capitalista, refletir sobre uma parceria complicada entre o indivíduo e a coletividade, dicotomia sinalizada no título: “Eu e o mundo”.

Por meio das pistas lingüísticas utilizadas pelo produtor do texto, depreende-se que a relação entre o indivíduo e a coletividade não é fácil e que se tornou, com o atual capitalismo, um conflito entre os

anseios individuais e o dever a cumprir, especialmente, um conflito entre a livre escolha e a produção que se exige nas atividades desempenhadas pelos sujeitos. Este conflito acentua a redução do vínculo social a uma “atividade rotineira”, “especializada” e “estúpida”, o que é caracterizado como “tendência de progressiva alienação do sujeito”. Assim, organizar a produção a partir da associação da subordinação do indivíduo a uma determinada tarefa, com os seus direitos adquiridos por um “sistema que promete o infinito”, torna-se um “arranjo bastante funcional”, mas não reduz o conflito; ao contrário, intensifica-o e marca ainda mais “a dicotomia” entre o desejo (eu) e a profissão que liga o sujeito à sociedade (mundo).

Nas rotulações presentes neste texto, verifica-se que as idéias principais do autor ali se encontram representadas, e que o encadeamento destes rótulos resulta no resumo do texto, tal como ocorre também com o título “Eu e o mundo” que constitui um rótulo condensador das idéias expressas. Esses nódulos textuais encaminham o sentido pretendido pelo produtor, pois se apresentam aos leitores como uma pista importante dentre as que se encontram no cotexto.

É importante registrar que, embora a condensação das idéias do texto seja mais bem identificada numa freqüência acentuada dos rótulos, a qual permite apontar a cadeia coesiva dos argumentos sumarizados, constituindo o “esqueleto” do projeto de dizer do autor, os rótulos, ainda que em menor ocorrência, sinalizam a idéia principal do texto ou sinalizam argumentos importantes para a manutenção do tópico discursivo. É o que se verifica, por exemplo, em “Requebros endiabrados”:

(17)

Texto 21: Requebros endiabrados (Rogério Soanzerla)

(Crônica de verão do balanço do tempo)

Caros Amigos:

5 Nesta crônica de verão, na verdade um Atlas interior, trataremos de um importante tema dos dias de hoje, a chamada banalização dos meios de reprodução audiovisual, desde que a televisão invadiu salas, saletas e salões de palácios e cortiços de nosso país, com seus requebros endiabrados, antes mesmo que as canções caipiras perdessem a natural timidez, virassem mercadologia das mais gaiatas e o homem médio brasileiro se transformasse num trapalhão.

10 Basta observar a telinha, que não é tão pequena...

Trocando em miúdos – perderam a vergonha na cara, mas em compensação não produziram muito em troca, além da falta de imaginação e do conformismo do vácuo cultural.

15 Todos nós já tivemos a experiência de não dialogar com um show (raros os espetáculos) da pior quantidade, ao vivo e em cores; nos sentimos logrados, ludibriados e envergonhados. Verdadeiras provas da incompetência treinada e de inúmeras trapalhadas que corrompem todas as outras mídias nacionais. Só quem pode usar o controle absoluto de sua carreira – no caso, a televisão aberta – usa-o de forma inadequada. Os outros dependem da burocracia...

20

25 Pagamos alto preço pela mercantilização de uma moeda tão custosa, que não vale nada: afinal, por que só copiar os defeitos e nunca as qualidades dos outros?

30 Nos Estados Unidos, a música rural – country – é um fenômeno vital, nada piegas, ao contrário. Lá, também as crianças e os velhos não são tão explorados, nem erotizados precocemente, a ponto de comprometer o projeto civilizatório, sempre adiado em nome do lucro fácil.

35 Enfim, nada aqui se move na velocidade da luz; mas das trevas. Um conjunto de concessões mal digeridas só pode gerar o caos. E esse caos não é nada criativo, mas alimento indigesto e requentado, senão suspeito e comprometedor. Afinal, onde andam as chamadas energias de uma produção sonâmbula, inepta, pasteurizante? Não é preciso insistir na inutilidade **dessa sucessão de efeitos descartáveis.**

40 Ali, onde a arte e a cultura não são o pão de cada dia, produzem-se brioches envenenados pela ganância e pela usura – o biscoito grosso, por oposição ao biscoito fino que, segundo eles (e por causa deles) jamais chegará à massa, muito menos tem condições de dizer a que veio. O espectador, assim como o eleitor, tem o direito e a obrigação de não ser tão manipulado. Sintomaticamente, nesse início do ano, o palhaço antipoeético cospe o vômito do isopor e crianças são incendiadas por dentro e por fora, comprometidas por um erotismo esmagador, antecipando o naufrágio de uma pretensa civilização tropical, feita de equívocos, gafes, burrice bola-fora, em vez de ginga, bossa, sexto sentido ou intuição nacional. Até quando a pasteurização cultural vai continuar impondo **tal carência de conteúdos**, seja no reveillon à beira-mar (onde Dorival Caymmi deveria estar presente com suas canções praieiras, em vez do lixo habitual) ou nos requiebrados endiabrados de uma televisão que se diz a melhor do mundo?

55 Aí, eu pergunto: melhor em quê? Exploração, deturpação, mediocrização. Despasterizar o país é preciso.

Os novos tempos exigem uma resposta.

Interessante destacar que o produtor qualifica seu texto como pertencente ao gênero crônica. Conforme postulou Alves Filho (2005), é na interação autor/leitor que se estabelecem os propósitos e, a partir deles, pode-se identificar o gênero discursivo em que se insere o texto, objeto da interação.

Aqui, definiu-se o suporte Caros Amigos como portador de textos opinativos, não, necessariamente, pertencentes a um mesmo gênero. Assim, artigos, charges e crônicas são gêneros que sobressaem no universo da revista, mas para fins de análise destacaram-se as matérias opinativas. Considera-se, portanto, o texto 21 como integrando o mesmo universo do corpus, porque se verifica que o propósito comunicativo é o mesmo das demais matérias selecionadas.

Trata-se de um texto opinativo em que se faz uma crítica à banalização dos meios de comunicação, explicitando uma “carência de conteúdos”, onde tudo é descartável. Esta categorização marca, segundo

Alves Filho (2005: 61) a “autoria de autor”, ou seja “o autor opta por mobilizar um modelo estrutural de gênero e fazê-lo funcionar ao mesmo tempo superpondo e sendo superposto por outro gênero”.

O produtor evidencia, por meio das marcas lingüísticas escolhidas, que os meios de comunicação de massa, em particular a televisão, expõem uma realidade descartável que não condiz com uma sociedade em que prevaleça uma postura crítica. Assim, a cultura do “requebrar-se” ganha espaço, fato que o leva a admitir uma “sucessão de efeitos descartáveis” e concluir que isto resulta de uma “carência de conteúdos”. Vê-se que as rotulações “sucessão de efeitos descartáveis” e “tal carência de conteúdos” sinalizam os argumentos principais do texto.

É tarefa do leitor, portanto, pôr em ação estratégias de formulação de hipóteses e de decisão, as quais podem, de acordo com as escolhas feitas no momento da leitura, ser revistas, descartadas ou, ainda, complementadas, o que torna possível uma mudança de trajeto a partir de um novo levantamento de hipóteses e de uma nova tomada de decisão. Isto se deve ao fato de que os sentidos não são permanentes ou estáveis, como já mencionado, eles se constroem em tempos históricos determinados e em contextos socioculturais diferenciados.

Apesar de as formas lingüísticas servirem como pistas deflagradoras de sentidos, elas não fixam sentidos, pois, ratifica-se, o sentido não está dado, não vem preso às palavras, ele é construído colaborativamente. Tais formas são apenas recursos orientadores da construção de sentido(s) e, como tal, necessitam ser enriquecidos e complementados pelo leitor no processo de intelecção de textos.

Retoma-se, aqui, o referencial teórico evidenciando sua aplicabilidade aos textos escolhidos, a partir do corpus de pesquisa.

(18)

Texto (17): O rei está nu. E agora?

Sob o impacto da crise e dos golpes desfechados pelos movimentos nacionais e populares, o edifício do neoliberalismo desaba na América Latina. O que fará a esquerda brasileira?

José Arbex Jr.

CAROS AMIGOS, ano IV, nº 46, janeiro, 2001, p. 10.

5

Os acontecimentos monumentais do ano que se encerra completaram o processo de destruição política da nefasta ficção que se convencionou chamar “ordem neoliberal” na América Latina. Economicamente debilitado pelas sucessivas crises financeiras, a partir de 1997, o edifício neoliberal começou a ser politicamente destruído com a vitória de Hugo Chávez, na Venezuela (final de 1998) e pela greve de um ano da Universidade Autónoma do México (Unam), a maior universidade pública da América Latina, realizada entre abril de 1999 e fevereiro de 2000. Em toda a América Latina, incluindo o Brasil, multiplicaram-se os movimentos nacionais e populares de resistência, alguns de grande amplitude. Isso tudo permite prever um novo período de intensa agitação política. Vamos **aos fatos**:

10

No Equador, os indígenas, que somam quase 50 por cento da população, chegaram a ocupar o Palácio Presidencial, em janeiro. Foi uma verdadeira

15 revolução, feita em aliança com trabalhadores e um amplo setor das Forças Armadas, liderado pelo coronel Lucio Gutiérrez. **O movimento** refluíu sem ter sido derrotado, mas sem que nenhuma de suas reivindicações fosse atendida, particularmente aquelas que se referem à punição dos corruptos e à melhoria da distribuição da renda nacional.

20 No Peru, acabou a ditadura de Ernesto Fujimori, fundada mediante o “autogolpe” de abril de 1992, com o fechamento do Congresso Nacional e a concentração de todos os poderes na figura do presidente. A fraude eleitoral que lhe garantiria um terceiro mandato presidencial foi derrotada por um processo agudo de mobilização de massas, que aprofundou a um ponto insuportável as fissuras existentes no governo (apesar do apoio assegurado por FHC). **O episódio** que mostrou o envolvimento de Vladimir Montesinos, homem forte de Fujimori, com o narcotráfico, foi apenas o resultado mais visível **desse processo de desagregação da elite corrupta.**

35 Na Argentina, os trabalhadores realizaram três greves gerais em menos de um ano da gestão do presidente Fernando de la Rúa. Isso significa que não foi concedida ao novo governante nem sequer a “trégua” que lhe permitiria “mostrar serviço”. A primeira greve geral aconteceu no dia 5 de maio, a segunda em 9 de junho, e a terceira, de 36 horas, foi iniciada em 23 de novembro. Segundo o próprio governo, a terceira greve obteve a adesão de 80 por cento dos trabalhadores (o que permite medir o seu extraordinário sucesso). Ela foi convocada contra o alto nível de desemprego, a política econômica neoliberal de De la Rúa e contra um pacote de medidas que previa a privatização do sistema de previdência e o aumento da idade de aposentadoria das mulheres.

45 Na Colômbia, a guerrilha – organizada, principalmente, em torno das Farc e do ELN – trava intensos combates com as Forças Armadas e com os “esquadrões da morte” de extrema direita financiados por narcotraficantes. Controlam, atualmente, cerca de 40 por cento do território colombiano, mas já enfrentam a presença ostensiva de “especialistas” e armamentos americanos no país, no quadro do Plano Colômbia. Não foi por acaso, aliás, que Bill Clinton iniciou precisamente nessa conjuntura a operação de invasão da Colômbia: os senhores da Casa Branca já se deram conta do quadro de mobilizações que agitam incessantemente o conjunto do hemisfério latino-americano.

55 **A lista** poderia continuar: a expressiva vitória eleitoral que reconduziu Chávez à presidência, em julho de 2000, apesar das pressões de Washington e das enchentes; a mobilização da sociedade civil chilena pela punição de Augusto Pinochet; a contínua e inquebrantável resistência do Exército Zapatista de Libertação Nacional; a recuperação, ainda que lenta e gradual, da economia cubana, e a vitória moral de seu regime no “caso Elián”, ainda mais quando contrastada com o fiasco das eleições presidenciais nos Estados Unidos...

65 A crise agônica do neoliberalismo não é, obviamente, uma particularidade latino-americana. Basta pensar nas manifestações de Seattle, em novembro de 1999, contra a Organização Mundial do Comércio. Seattle foi o



70 “apito da panela de pressão”: a economia mais poderosa do planeta emite sinais de esgotamento. Os especialistas falam no “desaquecimento” da economia (o ‘pouso da águia’, na metáfora de Alan Greenspan, chefe do Tesouro americano), e entram em pânico a cada oscilação do índice Nasdaq, essa bolha especulativa grávida de tragédias. O nada “esquerdista” John Kenneth Galbraith fala na “brazilianização” dos Estados Unidos, para descrever um processo de brutal concentração de renda (12 por cento da população americana passa fome).

75 Há, portanto, um quadro geral, uma tendência global (sem trocadilhos) de desabamento do edifício neoliberal. Sua coluna “doutrinária” de sustentação, o Congresso de Washington (o receituário de dez pontos para “recuperar” as economias ex-socialistas e as “emergentes”), resume-se, hoje, a uma esquelética caricatura de si mesmo. É esse quadro geral que dá pleno sentido à extraordinária vitória eleitoral da esquerda brasileira, particularmente do PT, nas eleições municipais. Ela corresponde ao sentimento generalizado da população de todo o mundo, de que não é mais possível suportar o neoliberalismo. Acabou.

85 No Brasil, o grande sinal do avanço do movimento nacional e popular foi, sem dúvida, a Marcha de Brasília, que levou 100.000 manifestantes à capital federal, em 1999. A realização da marcha teve um imenso significado histórico, facilmente detectado quando se lembra que Brasília foi, propositalmente, construída longe de qualquer centro urbano importante, para, entre outras coisas, evitar manifestações de massa. A Marcha dos 90 100.000 representou, nesse sentido, a ocupação de Brasília pela nação. Nada fica a dever à manifestação de 1 milhão pelas eleições diretas, no vale do Anhagabaú, em São Paulo, em 1984.

95 O ano 2000 foi repleto de manifestações populares, todas muito bem simbolizadas pelas “comemorações” dos quinhentos anos, no dia 22 de abril, na região de Porto Seguro. A violentíssima ação da Polícia Militar e o estado de prontidão do Exército contra índios, negros, estudantes, trabalhadores urbanos e os sem-terra foram a síntese perfeita da história do país. O que se seguiu, depois disso, foi a multiplicação de atos violentos e repressivos contra os movimentos populares, incluindo a transformação da avenida Paulista em praça de guerra, no dia 18 de maio, quando a PM feriu 35 professores, funcionários públicos e estudantes.

105 **Na esteira da escalada repressiva**, o governo do FHC reconstruiu o sinistro Serviço Nacional de Informações, agora rebatizado como Abin (Agência Brasileira de Inteligência), que logo se mostrou um organizador de “arapongas” a serviço de cliques em disputa de poder. E, com o resolutivo apoio da mídia, o governo lançou uma ofensiva em grande escala contra o MST, incluindo a prisão totalmente arbitrária de seis de seus militantes, em Boituva, SP, em novembro de 1999 (além da impunidade assegurada aos assassinos de outros dez integrantes do movimento, ao longo do ano 2000).

115 Nada disso surtiu o efeito desejado. As manifestações não refluíram. Ao contrário, o movimento universitário dá sinais de vida, após um longo período de sonolência, como mostraram a greve de cinquenta dias da Uni-

120 versidade de São Paulo e a das universidades federais. E foram multiplica-  
dos os movimentos e as paralisações de um sem-número de categorias de  
trabalhadores, de desempregados e sem-teto. Cinco milhões de brasileiros  
mostraram, nas urnas da consulta popular, que são contra o pagamento da  
dívida externa e favoráveis a uma auditoria. Essa participação de votantes  
125 foi extraordinária, ainda mais quando se considera que o plebiscito foi  
totalmente boicotado pela mídia. **Esse processo** foi coroado com  
esplendorosa vitória eleitoral da esquerda.

130 O quadro geral, portanto, está bastante claro. De um lado, a Casa Branca,  
ciente de que o seu edifício está em ruínas, procura tomar a iniciativa na  
América Latina, com o Plano Colômbia, a intervenção descarada do FMI  
na Argentina, as “orientações” para a “recomposição da normalidade” no  
Peru, a “disciplinarização” do Chile (forçado a anunciar sua ruptura com  
o Mercosul) etc. De outro lado, estão os movimentos nacionais e popula-  
res em todo os países latino-americanos, desfechando golpes profundos na  
135 “ordem neoliberal”.

140 A América Latina, em geral, e o Brasil, em particular, poderão dar um  
grande salto organizativo e político no próximo período. O rei está nu: as  
condições objetivas estão dadas. O que fará a esquerda brasileira diante  
**desse quadro**? Vai repetir seus trágicos erros de sempre, alimentando os  
sectarismos, as acusações mútuas, as posturas dogmáticas? Ou, na pior  
vertente, vai rifar sua consciência e suas atitudes por cargos no governo?  
O momento exige a mais ampla unidade nacional e popular contra os  
planos do imperialismo, contra a barbárie, contra os agentes da ditadura  
militar encastelados na Abin e no governo FHC. O momento é já. Aqueles  
145 que não souberem se colocar à altura **desse desafio** serão devidamente  
varridos para baixo do tapete da história.

No texto “O rei está nu. E agora?” o produtor, ao afirmar que “a economia mais poderosa do planeta emite sinais de esgotamento” (§7,L, 76) e ao acrescentar o fato de a manifestação ter ocorrido em Seattle, possibilita ao leitor contextualizar o sentido de que os acontecimentos de Seattle foram o “apito da panela de pressão”, isto é, funcionam como um alarme para a economia americana que emite sinais de esgotamento. Embora não se trate de um rótulo, destaca-se a expressão a fim de se enfatizar o valor dessas formas na construção de sentidos possíveis para o texto.

A leitura feita é possibilitada, portanto, por meio das marcas lingüísticas utilizadas pelo produtor e pelo modo como elas são apresentadas ao leitor, por meio de diferentes estratégias de referenciação, processo que implica a criação de referentes lingüísticos, sua ativação, desativação, manutenção, construção e reconstrução ao longo do texto.

A retomada dos objetos-de-discurso, no caso, por meio de uma expressão nominal, indica o modo como o autor encaminha um sentido que ele tem como expectativa que seja partilhado com o leitor. Ainda neste mesmo parágrafo do texto, na referência ao “índice Nasdaq” (§7,L, 80) como “essa bolha especulativa grávida de tragédias” (§7,L, 80), o produtor manifesta sua visão em relação à realidade apresentada. Verifica-se, pois, que as expressões nominais se constituem em estratégias importantes que indicam um modo de ver as coisas do mundo.

Nesta construção discursiva do mundo, produzem-se enunciados lingüísticos com certa força argumentativa, apontando para os sentidos que se deseja sejam construídos pelo interlocutor. De acordo com Koch (1984/2002a: 102) o ato de argumentar é o ato lingüístico fundamental: assim, comunicar-se é elaborar um discurso que implica uma ação de dizer com o intuito de mostrar, persuadir, buscando interações e empatias. Na interação, tem-se, portanto, o estabelecimento de relações pragmáticas, ideológicas e contextuais, caracterizadoras da argumentação.

Passa-se a destacar agora, em alguns parágrafos desse texto em análise, a retomada de segmentos textuais por meio de expressões nominais rotuladoras, resultantes da compactação de conteúdos no cotexto.

Ao tratar do fim da ditadura de Ernesto Fujimori (§2,L, 24-31), o produtor apresenta as informações sumariadas como “o episódio” (§2,L, 31), em que se faz uma nomeação para o que é descrito. Não há uma avaliação ou comentário opinativo do produtor do texto, apenas apresentam-se tais informações como “o episódio”. Como garantia da coesão lexical, este rótulo é retomado de forma recategorizada — aqui sim, com um teor avaliativo – pela expressão nominal “desse processo de desagregação da elite corrupta” (§2,L, 33/34), que se constitui num rótulo metadiscursivo (metaenunciativo) retrospectivo avaliativo.

Conforme já se mencionou anteriormente, trata-se de um rótulo retrospectivo, porque há o recuo no texto para identificar tal processo, o que também é marcado textualmente pelo uso do demonstrativo “desse”, e, ainda, é avaliativo por ser composto por modificadores como a locução adjetiva “de desagregação” e o adjetivo “corrupto”. Com estas escolhas o produtor emite a sua opinião e marca no seu texto como ele espera que o leitor veja o episódio apresentado. Percebe-se, então, que a rotulação de conteúdos tem um papel organizador no texto, acompanhada, freqüentemente, de uma função avaliativa.

O papel organizador do rótulo pode ser observado, também, no grupo nominal “a lista” (§6,L, 62) referindo o rol dos fatos sinalizados no primeiro parágrafo do texto; neste caso, o termo “fato” (§1,L, 14) também rotula as informações que serão apresentadas para o leitor nos parágrafos seguintes. E, numa costura textual, o segmento “A lista” retoma e permite o avanço do texto. Trata-se de um rótulo retrospectivo, que organiza o conteúdo dos parágrafos 2, 3, 4 e 5, arrolando situações ligadas a vários países: Equador, Peru, Argentina, Colômbia, respectivamente. Vê-se, pois, que além de trazer as informações, o rótulo encapsula o dizer, permitindo a progressão textual e relevando o propósito argumentativo do autor.

O rótulo “os fatos” abre espaço para o que será apresentado nos parágrafos seguintes (2,3,4 e 5) e o rótulo “a lista” resume esses parágrafos, mas também abre um novo tópico no texto, que se integra ao que foi apresentado nos parágrafos citados, de modo que ambos funcionam como palavras-chave das idéias ali apresentadas.

Além de serem centrais na apresentação das idéias do texto, rótulos como “o movimento” (§2,L, 19), “o episódio” (§3,L,31) e “desse processo de desagregação da elite corrupta”( §3,L,33-34) cumprem um importante papel coesivo. A organização do texto por meio destes rótulos permite construir o seguinte tópico: os fatos implicam movimentos que resultam de um processo de desagregação de elite corrupta. Note-se que, a partir destes nódulos, é pinçada uma linha discursiva que corresponde a uma síntese das idéias apresentadas.

O autor prossegue na sua argumentação, utilizando-se de rotulações como “Na esteira da escalada repressiva” (§11,L, 120), “Esse processo” (§12,L, 143), “desse quadro” (§14,L,158) e “desse desafio”( §14,L,166) que, no texto, procuram sustentar os argumentos sobre os fatos listados. Verifica-se nestes rótulos que há um teor de avaliação maior nas escolhas lexicais, como é o caso de “Na esteira da escalada repressiva” e “desse desafio”: trata-se de rótulos retrospectivos avaliativos, diferentes de “esse processo” e “esse quadro” que, embora retrospectivos, não têm força avaliativa.

Chama-se atenção, deste modo, para a contribuição dos rótulos para sintetizar as idéias do texto, por meio da identificação de uma espinha dorsal do “projeto de dizer” do autor. Por esta razão, detectar a natureza discursiva dos rótulos auxilia na compreensão dos textos em geral. Este mecanismo não é comum a todos os textos escritos, pois está atrelado a uma escrita mais elaborada, que exige maior habilidade no uso das estratégias lingüísticas. Há, conforme se verificou nesta pesquisa, uma forte presença de rótulos em textos opinativos. Assim, uma das hipóteses que se confirmou é que o produtor, dada a necessidade não só de se fazer entender, mas também de que o outro partilhe das idéias apresentadas, aceitando-as como válidas, é conduzido a operar, por meio dos rótulos, uma costura dos argumentos, para defender o seu propósito comunicativo. Trata-se de uma manobra do produtor com o objetivo de controlar, de alguma forma, o modo como o seu texto será compreendido.

## Capítulo VI: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Com o objetivo de assinalar observações a partir do que se verificou no estudo da rotulação, serão apresentadas, a seguir, algumas conclusões sobre a natureza textual-discursiva dos rótulos, conforme a sua disposição nos textos (Anexo A).

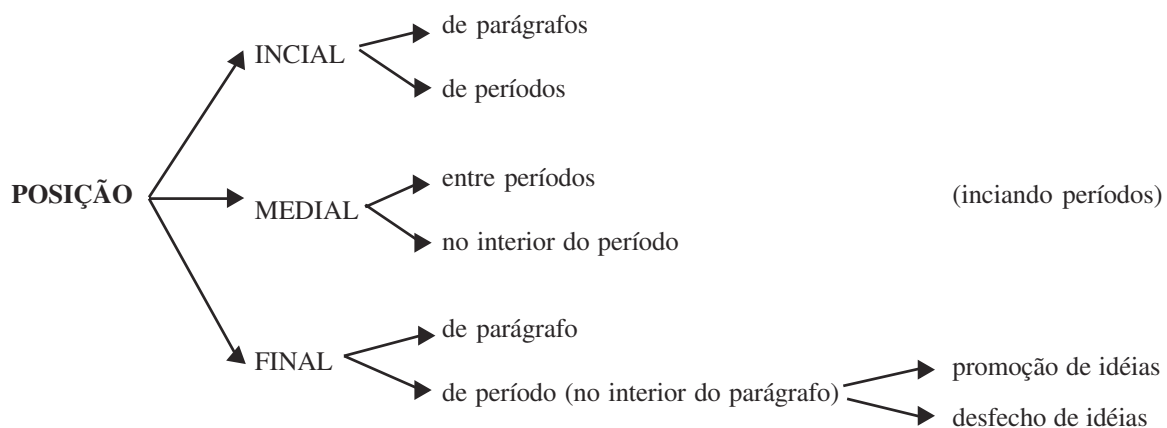
Organiza-se em quadros (Anexo C) a distribuição dos rótulos sob o ponto de vista da sua posição e natureza lingüístico-discursiva no texto, perspectivas abordadas no capítulo V da tese. Neles evidencia-se que é possível estabelecer características específicas deste recurso lingüístico, que se configura como um importante organizador do discurso, responsável pela progressão do texto. Por esta razão, os rótulos constituem estratégias discursivas explicitadoras de sentidos, em geral de valor axiológico, capazes de encaminhar de modo eficiente o projeto de dizer de produtores de textos escritos.

### 6.1. MAPEAMENTO DOS RÓTULOS

Neste trabalho, embora se admitam ressalvas a classificações aqui sugeridas para certos fenômenos lingüísticos, por questões práticas na verificação das ocorrências dos rótulos nos textos, optou-se por mapeá-los de acordo com a seguinte distribuição: (a) a partir do seu funcionamento (retrospectivo, prospectivo, retrospectivo e prospectivo); (b) do seu teor avaliativo e não-avaliativo na sumarização das proposições textuais; (c) do seu posicionamento no texto: inicial, medial e final. (Anexo C)

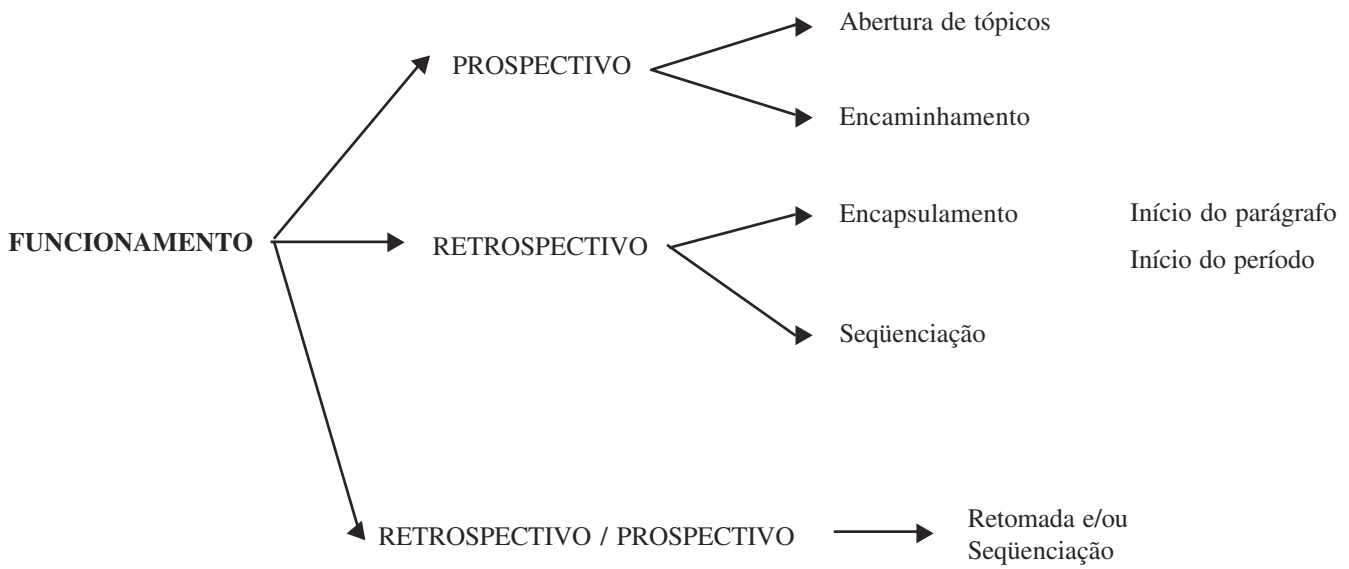
O estabelecimento desta organização para os rótulos se deu, num primeiro momento, conforme a sua posição nos textos:

**Esquema 1: quanto à posição dos rótulos no texto**



O funcionamento dos rótulos no texto foi analisado de acordo com as qualidades que lhes são atribuídas neste estudo: a) recategorizar referentes; b) avaliar proposições; c) abrir tópicos, compactar e retomar; d) operar argumentativamente no texto. Este funcionamento foi observado, também, segundo os movimentos textuais e a natureza do rótulo:

### Esquema 2: O comportamento organizacional do rótulo nos textos:



## 6.2. O ESTABELECIMENTO DE CRITÉRIOS PARA A ORGANIZAÇÃO DOS RÓTULOS

### 6.2.1. Quanto às posições do rótulo no texto

Ao considerar o texto em seu todo, tomam-se as posições inicial, medial e final do seguinte modo:

- Inicial de período e de parágrafo;
- Medial de períodos e parágrafos;
- Final de período e de parágrafo.

### 6.2.2. Quanto à organização textual-discursiva dos rótulos

Essas posições foram observadas, conforme Anexo (C), levando-se em conta a organização textual-discursiva<sup>80</sup> para os rótulos, exposta a seguir. Para ilustração, exemplificam-se trechos integrantes do corpus (Anexo A).

<sup>80</sup> A função textual-discursiva bem como a posição dos rótulos no texto, entendidos como aspectos a serem observados na dinâmica textual-interativa, foram abordados no capítulo V desta tese. Os exemplos apresentados neste capítulo ilustram posicionamentos desse fenômeno lingüístico observados na análise. Para uma verificação completa, encaminha-se o leitor aos textos que compõem o corpus da tese (Anexo A).

1. Introduzem o tópico por meio dos movimentos de retrospectão e de prospecção no meio do texto;

(1a) (24) Malvadeza caiu; e o PT? (José Arbex Jr.)

O momento é propício a uma grande ofensiva política em defesa dos interesses nacionais e populares

(...).

Gritos histéricos sempre foram sintoma de impotência, tanto quanto o cinismo de um governo que, confrontado aos resultados de sua própria política aventureira, só sabe responder com bravatas – como fez, por exemplo, David Zylbersztajn, diretor geral da Agência Nacional de Petróleo e, por acaso, casado com a filha de FHC. Ao se referir às medidas na Justiça contra as medidas previstas pelo “pacote do apagão”, o primeiro-genro declarou que “quem vencer na Justiça vai ganhar de presente o apagão”. Mauro Arce, secretário de Energia do Estado de São Paulo, replicou no mesmo tom: “Vamos colocar banda de música na porta do cara e cortar a luz”. (*Istoé* nº 1.652, página 40). Aproveitando a “deixa” das citações históricas feitas por Jereissati, talvez seja útil lembrar a esses arrogantes *yuppies* do tucanato que, certa vez, uma rainha recomendou aos seus súditos famintos que, à falta de pão, comessem brioques; eles deveriam refletir sobre o destino da moça.

**Outro episódio da maior relevância (rótulo retrospectivo/prospectivo avaliativo)** para revelar a profundidade da crise na cúpula, mas pouco valorizado pelos “especialistas” de plantão, foi a derrota sofrida por ACM na tentativa de desmoralizar a senadora Heloísa Helena, uma das mais destacadas e combativas militantes do PT. É um fato inédito na história do Brasil: pela primeira vez, um coronel da pior estirpe, um chefe de capitania, é moralmente derrotado por alguém do povo. Pior ainda: por uma mulher. E ainda mais: não branca. E é derrotado não na arena do quilombo, não na rua — que é o território do povo —, mas sim no coração da Casa-Grande, no seu próprio terreno. Não houve tempo, ainda, para que a nação sentisse plenamente os efeitos morais revitalizados dessa extraordinária vitória simbólica.

2. Introduzem o tópico por meio do movimento de prospecção no início do texto ou no meio do texto;

(2a) Texto: 1 A revolução (gen) ética – (Frei Betto)

*“Patentear o material genético de uma índia panamenha é transformar seres humanos em cobaias”*

Imaginemos **estes cenários de futuro (rótulo prospectivo não-avaliativo)**: a engenharia genética localiza o gene da corrupção e a lei eleitoral exige que todo político seja submetido, antes da posse, à microcirurgia que extrai a molécula nociva. O gene de um mestre na arte de ganhar dinheiro é inoculado em seu filho, assegurando-lhe um futuro promissor. O gene da velhice é extirpado, tornando o astronauta apto a enfrentar uma longa viagem rumo ao coração da Via Láctea. Um ditador obriga as maternidades a extraírem dos bebês os genes do senso

crítico e da indignação, de modo a contar com uma população dócil a seus caprichos – algo semelhante ao que demonstra *Metrópolis*, o clássico cinematográfico de Fritz Lang.(...)

(2b) Texto 24: Malvadeza caiu; e o PT? (José Arbex Jr.)

O momento é propício a uma grande ofensiva política em defesa dos interesses nacionais e populares

(...).

**Uma boa medida (rótulo prospectivo avaliativo)** foi dada por Tasso Jereissati, “quadro” do PSDB, chefe da capitania do Ceará e candidato à presidência do país, em entrevista à *Folha de São Paulo* (27/5, página A-8). Jereissati admitiu que o desgaste do governo é “enorme” e que, se a eleição fosse hoje, a chance de FHC fazer o seu sucessor seria “mínima”. Mas o mais significativo da entrevista não foram tanto as declarações, e sim o tom – estridente, nervoso, histérico, chantagista — com que o tucano ameaçou a nação. Exatamente como dissera FHC dias antes, Jereissati denunciou o “clima fascista”, segundo ele, imperante no Brasil. Claro que ele não estava se referindo à brutalidade policial, à medida provisória do apagão – equiparada, por juristas, aos atos institucionais da ditadura —, à arrogância renitente de um governo cada vez mais divorciado da nação: o “fascismo” é daqueles que denunciamos falcatruas e pilantragens. E esse “fascismo”, disse Jereissati, ainda ecoando o príncipe da Sorbonne, poderia provocar um golpe militar ou coisa pior: “É só olhar a Santa Inquisição, a Revolução Francesa e a própria revolução de 1964 no Brasil. Carlos Lacerda começou acusando e acabou cassado”. Não poderia ser mais explícito.(...)

(2c) Texto: 22 Um projeto à frente dois passos atrás

(...)

Para os servidores técnico-administrativos, **as notícias (rótulo prospectivo não-avaliativo)** não são melhores. Assim como os professores, eles terão sua aposentadoria transferida para o regime Geral da Previdência com teto máximo de dez salários mínimos. Além disso, o anteprojeto define somente em um plano de emprego os postos que irão existir, sem qualquer perspectiva de desenvolvimento profissional “isso é a velha idéia de que técnico-administrativo é acessório descartável. Qualquer organização, seja ela pública ou privada, tem ou não plano de carreira a partir da importância que dá a seus empregados”, protesta Carlos Maldonado, do grupo de trabalho sobre carreira da Federação das Associações de Servidores das Universidades do Brasil (Fasubra). E ainda: o projeto não estabelece nenhum posto de trabalho para o pessoal de apoio, o que inevitavelmente leva à terceirização completa de serviços como limpeza e vigilância. (...)

### 3. Introduzem o tópico por meio do movimento de retrospecção no meio do texto;

(3a) Texto 19: A Privatização da Ciência (Lalo Watanabe Minto)

(...)



**Essa relação (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** se transfigura de forma inédita e a privatização nada mais é do que a maneira pela qual o capital assume o controle sobre a produção das mercadorias básicas, da ciência, e da sua aplicação na prática, a tecnologia. Os discursos dos tecnocratas do governo brasileiro sempre apontam para a idéia da ‘racionalização’ da universidade brasileira, supostamente custosa e ineficiente, pressupondo que a ação ‘neutra’ das forças do mercado seja a melhor forma de torná-la adequada aos interesses da sociedade, na verdade, os da produção capitalista. Do ponto de vista da academia, a mercantilização do saber implica a amputação de seu potencial transformador e libertador, uma vez que predomina a busca pela ciência ‘prática’, que pode ser vendida e que serve aos interesses da produção capitalista em detrimento daquela voltada aos interesses da humanidade, e não posta a serviço da dominação e da exploração.

**Nesse contexto, (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** a universidade tende a se transformar em um fim em si mesma, em vez de funcionar como um meio para diversos outros fins de interesse coletivo. Os relatos sobre a atuação de muitos alunos da Unesp de Araraquara, no último Congresso de Iniciação Científica, em São José do Rio Preto, SP, são um claro exemplo da atitude individualista dos nossos futuros cientistas. Seus trabalhos parecem voltados apenas para os próprios umbigos e, no máximo, interessados em obter bolsas das instituições de fomento à pesquisa. (...)

4. Promovem a seqüenciação das idéias no meio do texto, entre períodos, por meio do movimento de prospecção;

(4a) Texto 13: Liberalizar sem deixar vestígios (*Le Monde diplomatique* – Susan George e Ellen Gould) Tradução Ângela Mendes de Almeida

A portas fechadas planejam-se a tomada, pelas multinacionais, dos novos setores da economia e a transformação dos serviços públicos em mercadoria. Tudo o que havia sido derrotado em Seattle está de volta.

(...)

Será que querem nos fazer crer que a União Européia poderia ter acesso aos “mercados” da saúde, da educação, do meio ambiente e da cultura em outros países, sem que igualmente abra suas próprias fronteiras nesse campo? **A resposta (rótulo prospectivo metadiscursivo cognitivo-discursivo não-avaliativo)** foi dada pelo próprio Pascal Lamy diante do U.S.Council for International Business (OSCIB): “Se queremos melhorar nosso próprio acesso aos mercados estrangeiros, não podemos excluir nossos setores protegidos. É preciso estarmos prontos para negociá-los se queremos ter com que negociar num acordo global (*big deal*). Tanto para os Estados Unidos como para a União Européia, isso implica algumas perdas em certos setores, mas ganhos em muitos outros, e creio que sabemos, de uma parte e de outra, que será necessário consentir em sacrifícios para obter, mais adiante, o que queremos”.(...)

5. Promovem a seqüenciação das idéias no início do período por meio do movimento de retrospecção entre períodos no parágrafo;

(5a) Texto 5: Cabritos ou carneiros? (J. W. Bautista Vidal).

(...)

Nem de longe a frase que lhe é atribuída, “Esqueçam o que escrevi”, é verdadeira. Trata-se de mais uma mentira desse contumaz mentiroso. Esses livros refletem com precisão o modo como o autor pensa deveria o Brasil se inserir no chamado mundo globalizado, vale dizer, o *modus faciendi* de nossa destruição como nação autônoma. Eles indicam os caminhos como deveria se dar essa inserção subordinada ao mercado internacional – cedendo em tudo pela anulação de essenciais e prudentes proteções –, ao facilitar os objetivos imperiais dos países hegemônicos, mantidos à custa de nossos vitais interesses de sobrevivência. Para esse fim, o autor usa um bestialógico de incongruente palavrório, sem nexos com a realidade e carência de sentido prático, evitando aprofundar conceitos, sempre fugindo de casos concretos. Termina perdendo-se em trivialidades genéricas não explicadas, sob o fraco argumento de se tratar de enfoque sociológico, embora sem qualquer fundamentação na velha dialética de causa e efeito da ciência. Vejamos trechos do autor: “Precisamente, o conceito de dependência pretende outorgar significado a uma série de fatos e situações que aparecem conjuntamente em um momento dado e busca-se estabelecer, por seu intermédio, as relações que tornam inteligíveis as situações empíricas em função do modo de conexão entre os componentes estruturais internos e externos” (Cardoso e Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, 1981, página 23)... “ao considerar a situação de dependência, na análise de desenvolvimento da América Latina, o que se pretende ressaltar é que o modo de integração das economias nacionais no mercado mundial supõe formas definidas e distintas de inter-relação dos grupos sociais de cada país, entre si e com os grupos externos”(idem, página 30). **Um amontoado de generalidades, (rótulo retrospectivo avaliativo)** sem qualquer sentido ou realidade. Difícil encontrar algo mais vazio... Por **esse caminho (rótulo metaenunciativo retrospectivo não-avaliativo)** o autor chega à conclusão, que aparenta ser apenas idiota, para dizer o mínimo: o caminho do desenvolvimento é a dependência ou a subordinação às nações imperiais em processo que ganhou a designação de globalização, palavra mais moderna para enganar mentecaptos. Em nenhum momento porém, é definido o que é, na verdade, desenvolvimento, confundido de modo bisonho e permanente com crescimento financeiro. Se olhado, porém, à luz dos resultados, após toda uma gestão presidencial de exercício de poder, chega-se à conclusão de que o objetivo, na realidade, foi o de destruir o Estado nacional e os principais fundamentos estruturais da nação brasileira. **Questões fundamentais e cruciais do poder mundial (rótulo retrospectivo avaliativo)** não são consideradas, por exemplo: a natureza e o controle pelos hegemônicos dos pacotes tecnológicos, base das estruturas produtivas de poder e razão central de uma nova e perversa divisão internacional do trabalho; o colapso dos combustíveis fósseis, que decreta o fim de uma era que permitiu a existência de umas poucas sociedades ditas de consumo – consumo desenfreado e suicida – e as perigosas carências de matérias-primas escassas e estratégicas. Em nenhum momento é levado em consideração o que somos do ponto de vista dos patrimônios naturais que fundamentam a riqueza das nações e cujas carências comprometem de modo irremediável o futuro dos hegemônicos. Seus efeitos comparativos criam condições de extrema vulnerabilidade para os hegemônicos, o que o autor adrede ignora, chamando-os, porém, de países avançados, em atitude de servil inferioridade, como se fosse possível construir o futuro sem esses patrimônios.(...)

6. Promovem a seqüenciação das idéias iniciando período por meio dos movimentos de retrospectoção e de prospecção;

(6a) Texto 17: O rei está nu. E agora? (José Arbex Jr.)

Sob o impacto da crise e dos golpes desfechados pelos movimentos nacionais e populares, o edifício do neoliberalismo desaba na América Latina. O que fará a esquerda brasileira?

(...).

No Peru, acabou a ditadura de Ernesto Fujimori, fundada mediante o “autogolpe” de abril de 1992, com o fechamento do Congresso Nacional e a concentração de todos os poderes na figura do presidente. A fraude eleitoral que lhe garantiria um terceiro mandato presidencial foi derrotada por um processo agudo de mobilização de massas, que aprofundou a um ponto insuportável as fissuras existentes no governo (apesar do apoio assegurado por FHC). **O episódio (rótulo retrospectivo e prospectivo não-avaliativo)** que mostrou o envolvimento de Vladimir Montesinos, homem forte de Fujimori, com o narcotráfico, foi apenas o resultado mais visível desse processo de desagregação da elite corrupta. (...)

7. Encaminham o desfecho das idéias de parágrafos no meio do texto por meio de movimento de retrospecção.

(7a) Texto 5: Cabritos ou carneiros? (J. W. Bautista Vidal)

Um velho amigo chamou-me a atenção para o modo diverso como os animais se comportam em determinadas circunstâncias. Não são poucos os pensadores que se inspiram **nessas atitudes instintivas dos animais (rótulo retrospectivo avaliativo)** para tirar ilações sobre o comportamento humano.

Perguntou-me esse amigo se eu tinha reparado na reação dos cabritos em comparação à dos carneiros no ato do sacrifício. Lembrei da cena da imolação de um cabrito: balidos dilacerantes, choro desesperado, como se criança fosse, esforço muscular titânico para se livrar da faca assassina. É como se o animal pressentisse o fim de seus dias e lutasse em desespero para continuar vivo. “Imaginem um bode adulto, com sua enorme força física”. Em contrapartida, o carneiro deixa-se matar sem um balido sequer.(...)

8. Encaminham o desfecho da idéia de um parágrafo promovendo a abertura de um novo tópico ou um deslizamento do tópico anterior, sob os movimentos de retrospecção ou de prospecção;

(8a) Texto 16: QUINHENTOS ANOS DE INIQUIDADES? (J. W. Bautista Vidal)

*A “comemoração” dos quinhentos anos da chegada de Cabral ao Brasil terminou transformando-se em feio espetáculo. A imagem que nossos inimigos querem para nós.*

Constrangeu-nos o envolvimento de indígenas que, quinhentos anos depois, ainda existem em estágio selvagem ou vivendo em “reservas”. **O quadro criado (rótulo retrospectivo e prospectivo avaliativo)** foi pungente e lastimável.

É incrível manter seres humanos vivendo na “idade da pedra”, sem condições de sobrevivência nas agressivas situações atuais, e ainda expô-los ao mundo humilhados, sujeitos à violência e vítimas da manipulação de organizações estrangei-

ras interessada em nos denegrir ante o mundo. Estas, a serviço de potências estrangeiras, utilizam esses primitivos seres como álibi para se apoderar de parcelas riquíssimas do nosso território. Sob o argumento de defenderem suas primitivas culturas, querem mantê-los no tempo das cavernas. Só serve para nos denegrir a atrocidade de manter seres humanos no estágio primitivo que vivem, em vez de merecerem toda a atenção do Estado para superar imediatamente essa desumana situação. (...).

9. Encaminham o desfecho da idéia do parágrafo sob o movimento de prospecção;

(9a) Texto 17: O rei está nu. E agora? (José Arbex Jr.)

*Sob o impacto da crise e dos golpes desfechados pelos movimentos nacionais e populares, o edifício do neoliberalismo desaba na América Latina. O que fará a esquerda brasileira?*

Os acontecimentos monumentais do ano que se encerra completaram o processo de destruição política da nefasta ficção que se convencionou chamar “ordem neoliberal” na América Latina. Economicamente debilitado pelas sucessivas crises financeiras, a partir de 1997, o edifício neoliberal começou a ser politicamente destruído com a vitória de Hugo Chávez, na Venezuela (final de 1998) e pela greve de um ano da Universidade Autônoma do México (Unam), a maior universidade pública da América Latina, realizada entre abril de 1999 e fevereiro de 2000. Em toda a América Latina, incluindo o Brasil, multiplicaram-se os movimentos nacionais e populares de resistência, alguns de grande amplitude. Isso tudo permite prever um novo período de intensa agitação política. Vamos **aos fatos: (rótulo prospectivo não-avaliativo)**

No Equador, os indígenas, que somam quase 50 por cento da população, chegaram a ocupar o Palácio Presidencial, em janeiro. Foi uma verdadeira revolução, feita em aliança com trabalhadores e um amplo setor das Forças Armadas, liderado pelo coronel Lucio Gutiérrez. O movimento refluíu sem ter sido derrotado, mas sem que nenhuma de suas reivindicações fosse atendida, particularmente aquelas que se referem à punição dos corruptos e à melhoria da distribuição da renda nacional. (...)

10. Encaminham o desfecho da idéia do período sob o movimento de retrospecção;

(10a) Texto: 3 Mexendo com a imaginação (Gabriel Priolli)

“Os austríacos conseguiram transportar um fóton...”.

(...)

É por isso que eu acho que a teleportação deve ser entregue, o mais rápido possível, aos cirurgiões plásticos. Sob comando do campeão Ivo Pitanguy, eles poderão criar o maior centro de fusão molecular do planeta, gerando empregos e divisas ao país. De repente, fecham um acordo com o Brad Pitt, ou, mais modestamente, com o Rodrigo Santoro, e colocam fios de cabelo dos dois lindões dentro

das cápsulas de teletransporte. Se a coisa der certo, você, meu amigo, que é feio de doer, poderá desembarcar em Paris com cara de galã, chovendo gatas francesas na sua horta. Que tal? E você, minha amiga desprovida de bons atributos físicos, que poderá se transformar numa Sharon Stone, ou numa Vera Fisher, num piscar de olhos? Esticar a cara ou reduzir o nariz, diante **dessa possibilidade (rótulo retrospectivo não-avaliativo)**, perderá totalmente a graça e a eficácia.

Bem-vindos, pois, o teletransporte e suas fabulosas perspectivas. O Brasil está pronto a contribuir para a nova tecnologia, com aquele célebre “jeitinho” que é a sua marca nacional. Pode ser que não dê para competir com austríacos, americanos, alemães e japoneses no **novo campo. (rótulo retrospectivo avaliativo)** Mas, com a gente em campo, certamente os zoológicos nunca mais serão os mesmos.(...).

### 6.3. ALGUMAS ANOTAÇÕES QUANTO AO FUNCIONAMENTO DOS RÓTULOS

#### 6.3.1 Posição Inicial

- Conforme a verificação dos dados, não é muito freqüente a utilização de rótulos prospectivos em início de parágrafos, seja na abertura do tópico ou no seu encaminhamento, embora, em poucas ocorrências, eles apareçam no corpus observado;
- Quando introdutórios, os rótulos prospectivos, em geral, são constituídos por expressões nominais antecidas por artigos, definidos ou indefinidos, e pronomes indefinidos, com maior ocorrência de artigos indefinidos.
- Em posição inicial os rótulos apareceram, também, instaurando movimentos textuais de retrospectão e de prospecção. Destacaram-se nesta posição rótulos avaliativos introduzidos por pronomes indefinidos, especificamente o pronome “outro”, e artigos definidos e indefinidos, destacando uma ocorrência marcante para o artigo indefinido;
- Embora a composição dos rótulos por meio de uma expressão nominal seja a mais comum, destaca-se no corpus uma ocorrência de rótulo prospectivo composto apenas pelo núcleo nominal.
- Em relação à introdução das idéias no parágrafo, há maior ocorrência de rótulos retrospectivos como já postulara Francis (1994/2003), que retomam o tópico anterior, promovendo a coesão entre as idéias apresentadas e dando continuidade ao tópico discursivo; ou seja, conforme Conte (1996/2003) “funciona como um princípio organizador na estrutura discursiva”. E, nesses casos de retomada, não se destacam os determinantes artigos definidos, indefinidos ou pronomes indefinidos, sendo marcante o uso de demonstrativos e, em alguns casos, de sintagmas preposicionais (SPs) introduzidos por estes.

#### 6.3.2. Posição Medial

- Pode-se observar que os rótulos que se encontram intermediando os argumentos de um período, e cuja saturação vem na seqüência do texto (prospecção), constituem-se de expressões nominais introduzidas por pronomes indefinidos e por artigos. Destaca-se uma freqüência significativa dos

artigos definidos e indefinidos, em relação aos pronomes indefinidos; ainda que aqueles se encontrem acompanhados de preposição (SPs), o que aconteceu em apenas uma ocorrência, eles têm maior incidência.

- Em se tratando de rótulos prospectivos que iniciam o período dentro de um mesmo parágrafo, apresentando uma informação nova ou dando continuidade ao período anterior, no corpus foram identificadas expressões rotuladoras introduzidas por artigos (definidos/indefinidos) e pronomes indefinidos, com uma maior ocorrência de introdutores artigos. De um modo geral, o rótulo prospectivo como recurso coesivo entre períodos não é muito utilizado.
- Os rótulos que dão seqüência às idéias no período por meio de retrospecção e de prospecção não são muito frequentes nos textos. Identificaram-se ocorrências com expressões introduzidas por artigos definidos e o pronome indefinido “outro”.
- Rótulos que introduzem períodos e são construídos por retrospecção e prospecção são raros no corpus e, quando se apresentam, constituem-se em expressões introduzidas por artigos definidos.
- Destaca-se a presença de rótulos retrospectivos iniciando períodos dentro do parágrafo. Eles se apresentam variados em relação aos planos composicional, semântico (avaliativo, não-avaliativo) e discursivo (metadiscursivos). Assim, enumeram-se rótulos introduzidos por pronomes demonstrativos, acompanhados ou não de preposição, pronomes indefinidos e artigos e, ainda, alguns rótulos sem determinantes, mas acompanhados de modificadores. Em maior número, têm-se os rótulos introduzidos pelo pronome demonstrativo, alguns acompanhados por preposições. Apon-ta-se uma ocorrência de rótulo introduzido por pronome indefinido, embora sua presença não seja significativa se comparada à presença do artigo definido como introdutor da expressão rotuladora.
- A utilização do rótulo no encadeamento das idéias do parágrafo, no cerne dos períodos que o constituem, é recorrente, o que valida a afirmação de que o rótulo é um importante recurso coesivo e, portanto, responsável pela progressão das idéias no texto, bem como sinalizador de posicionamentos argumentativos, no caso de rótulos avaliativos que se apresentam em funções variadas no corpus analisado. Neste funcionamento do rótulo, destaca-se uma presença constante de rótulos introduzidos por pronomes demonstrativos, acompanhados ou não de preposição, e também de artigos definidos.
- Em se tratando de rótulos retrospectivos que intermedeiam argumentos, promovendo um encadeamento das informações em períodos de um mesmo parágrafo do texto, conclui-se que, por se tratar de uma informação já apresentada ao leitor, tem-se a utilização da expressão rotuladora introduzida por artigos definidos e pronomes demonstrativos, acompanhados ou não de preposições.

### 6.3.3. Posição final

- Rótulos retrospectivos que encaminham o desfecho da idéia do parágrafo e se inserem no núcleo-informacional de um período não são verificados em alta frequência no corpus e, quando aparecem,

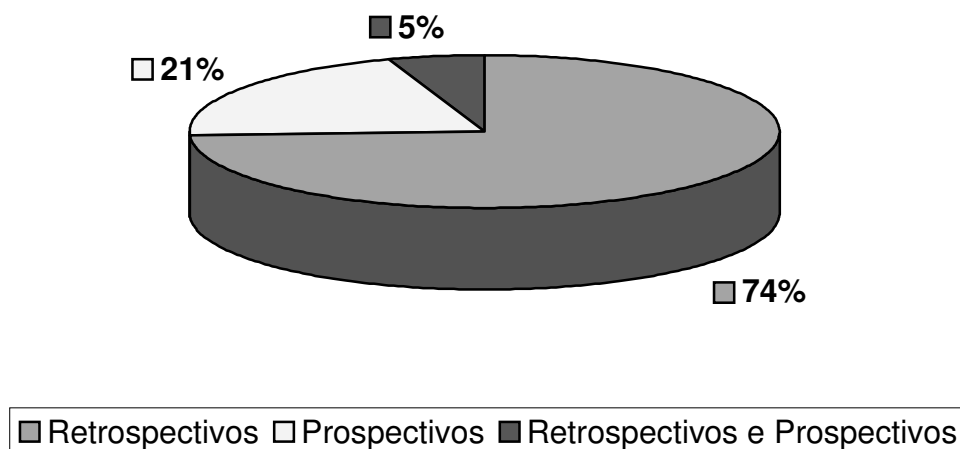
se destacam na forma de uma expressão nominal não-avaliativa, introduzida por pronomes demonstrativos, em sua grande maioria, e artigos definidos. Há possibilidade de um rótulo concluir as idéias do período e, ao mesmo tempo, sinalizar o tópico do período seguinte, fazendo o movimento de retrospecção/prospecção; neste caso, foram destacadas poucas ocorrências, sem a presença de determinantes ou com determinantes demonstrativos, mais preposição, e artigos definidos.

- Os rótulos prospectivos podem vir no final do parágrafo, promovendo a idéia para o parágrafo seguinte, mas não são recorrentes no corpus verificado. Aparecem introduzidos por artigos indefinidos.
- De acordo com os dados, é mais comum a presença de rótulos retrospectivos encerrando o período, fazendo um resumo e avaliando o que se disse; daí o destaque para rótulos avaliativos.
- Os movimentos de retrospecção/prospecção, na identificação dos rótulos, não são muito comuns, mas quando ocorrem, em geral, trata-se de rótulos não-avaliativos.

#### 6.4. A FREQUÊNCIA DOS RÓTULOS NO CORPUS

Os resultados expostos neste item dizem respeito aos destaques relativos à frequência dos rótulos nos textos analisados. Esses resultados podem ser acompanhados em gráficos e tabelas apresentados em anexo. Para facilitar a exposição, listam-se a seguir gráficos que correspondem à frequência do fenômeno em tela.

**Gráfico 1: Frequência da posição dos rótulos nos textos:**



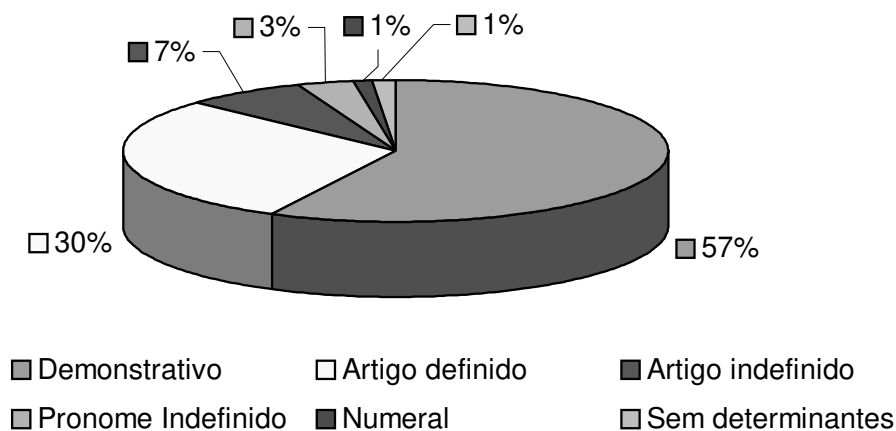
O gráfico demonstra que, em relação à progressão das idéias, o movimento de retrospecção é mais utilizado na construção do(s) sentido(s). É importante assinalar que, em alguns textos, o movimento de prospecção aparece de modo exclusivo ou predominante; por esta razão, supõe-se tratar-se de uma marca de estilo do produtor do texto. Para uma afirmação mais legítima é necessário que se investigue essa relação entre os movimentos de rotulação e a inscrição de um estilo do produtor.

**Gráfico 2: Indicação de pontos de vista: rótulos avaliativos e não-avaliativos**

Na observação de subconjuntos de rótulos, destaca-se a qualificação avaliativa como, por exemplo, a incidência de rótulos retrospectivos avaliativos que encaminham o desfecho de idéias no parágrafo, sumariando e avaliando o que se apresentou.

Em razão da natureza opinativa do gênero estudado, pode-se afirmar que tal propósito justifica uma maior frequência de expressões rotuladoras avaliativas; mas isto não significa que essa característica do grupo nominal tipifique este gênero. É preciso um exame aprofundado em que se analisem as características textuais deste gênero e se reflita sobre as relações entre a organização textual e o funcionamento que esses grupos nominais exercem no desenvolvimento discursivo, para se poder atrelar tal escolha lingüística ao gênero discursivo.

Pode-se afirmar a partir do que se observou nos textos, que nem todas as expressões nominais rotuladoras funcionam como tópico para o discurso seguinte. E que, embora haja uma incidência da introdução dessas expressões pelo demonstrativo, indicador de um movimento de retroação, por meio do qual se recuperam as informações do cotexto à esquerda, e sinalizador de um estágio seguinte da argumentação, o que serviria como um indício para a frequência de tais expressões em início de parágrafo, identificaram-se, nos dados observados, os rótulos como importantes nódulos intermediários nos argumentos do texto. Veja-se no gráfico a seguir a predominância do introdutor demonstrativo nas expressões nominais rotuladoras em comparação aos demais determinantes:

**Gráfico 3: A presença de determinantes nas expressões rotuladoras**



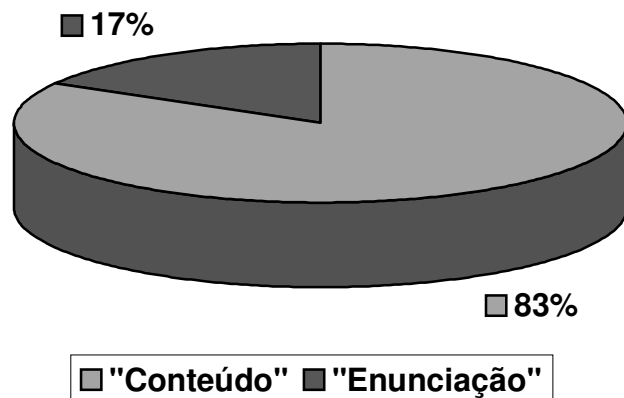
Outra observação importante diz respeito ao fato de que a retroação e a progressão não se dão, necessariamente, em início de parágrafos, mas também em início de períodos, no corpo do parágrafo ou entre argumentos do período no parágrafo. Tal fato evidencia o funcionamento coesivo deste recurso como elo entre tópicos e subtópicos, sancionando o estudo de Francis (1994/2003), ao mesmo tempo em que se destaca a propriedade de preservar o conteúdo apresentado e apontar para novos tópicos discursivos, promovendo a progressão textual.

Uma menção a se fazer, ainda, quanto ao posicionamento do rótulo no início de parágrafo, é a de que o movimento de prospecção é mais utilizado. Os rótulos que assim se apresentam são introduzidos por artigos definidos e indefinidos, sendo mais freqüente a presença do artigo definido. Apesar desta constatação, é necessária uma maior investigação, pois é possível, também, embora mais raro, encontrar rótulos introduzidos por demonstrativos funcionarem como abertura para o tópico discursivo.

Comparada à freqüência de rótulos de “conteúdo”, a freqüência de rótulos metadiscursivos, aqui tomados como de “enunciação”, não é expressiva nos textos observados, conforme se verifica no gráfico a seguir. Pode-se afirmar, ainda, a maioria dos rótulos encontrados destaca a atitude reflexiva do produtor do texto, constituindo rótulos cognitivo-discursivos.

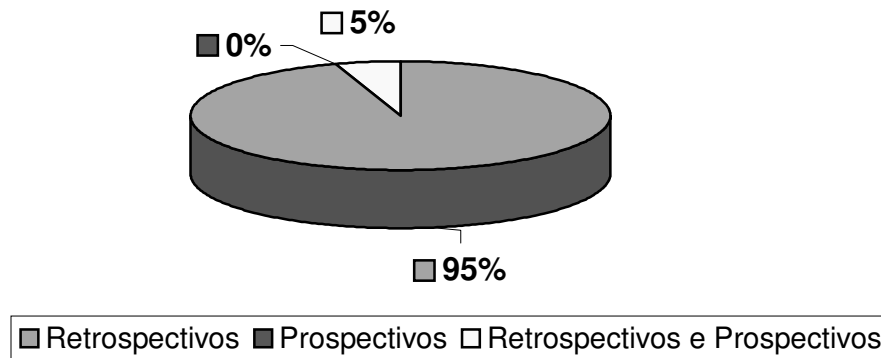
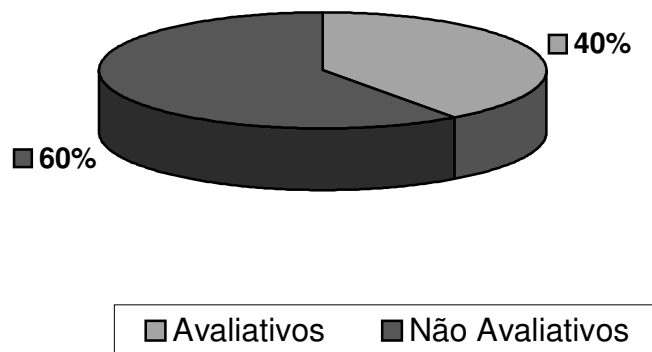
**Gráfico 4:**

**Total de Rótulos ("Conteúdo" e "Enunciação")**



A outra freqüência a destacar-se, embora não tão significativa quanto a categoria cognitivo-discursiva, é a dos rótulos metalingüísticos que podem, algumas vezes, funcionar como recategorizadores de rotulações do texto.

Dentre os rótulos que marcam uma atitude reflexiva do produtor, isto é, operam de forma metaenunciativa, verifica-se uma freqüência significativa de rótulos retrospectivos, o que se explica em razão do desdobramento que o produtor realiza em relação à língua, à enunciação ou ao discurso. A freqüência de rótulos metaenunciativos no corpus é destacada nos gráficos a seguir:

**Gráfico 5: Quanto ao posicionamento dos rótulos metaenunciativos:****Gráfico 6: Quanto às configurações avaliativa e não-avaliativa:**

A frequência de rótulos metaenunciativos nos corpus total não é expressiva, mas observando o seu subconjunto é possível fazer algumas constatações, depreendidas dos gráficos a seguir:

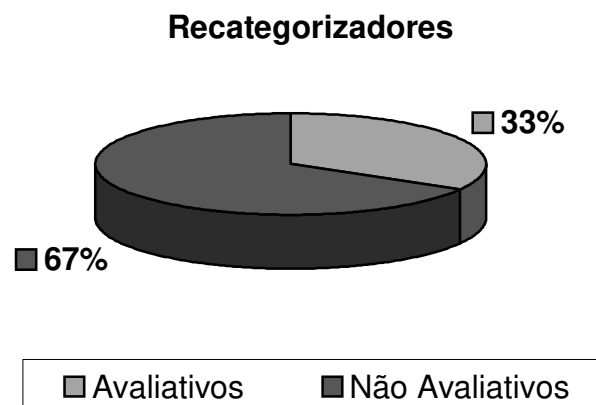
**Gráfico 7:**

Gráfico 8:



A partir do estudo feito, pode-se afirmar sobre os rótulos metaenunciativos, aqui analisados, que:

- a) em sua maioria constituem rótulos retrospectivos não-avaliativos.
- b) apresentam-se introduzidos por determinantes demonstrativos e artigos definidos;
- c) podem realizar movimentos de retrospectão e de retrospectão/prospecção na construção de sentidos.
- d) operam a retomada de rotulações por meio de recategorizações, em que o mesmo rótulo é repetido (“segunda-mão” – parafrástico) ou substituído por uma nova lexia.
- e) a frequência de rótulos de “segunda-mão”, comparados ao outro tipo recategorizador, não é expressivo no corpus. Quando eles repetem rótulos não-avaliativos, algumas vezes, apresentam alterações que os tornam avaliativos.

De um modo geral, em se tratando de rótulos metadiscursivos, pode-se dizer que, quando introdutores do tópico, este tipo aparece introduzido por artigos, sendo mais comum a introdução por artigo indefinido.

Pode-se postular, ainda, que é mais comum aos rótulos metadiscursivos o movimento de retroação na construção de sentidos, o que se pode justificar pelo fato de este tipo de rótulo desdobrar-se sobre o próprio dizer no texto.

## CONCLUSÃO

Desconheço liberdade maior e mais duradoura do que esta do leitor ceder-se à escrita do outro, inscrevendo-se entre as suas palavras e os seus silêncios. Texto e leitor ultrapassam a solidão individual para se enlaçarem pelas interações. Este abraço a partir do texto é soma das diferenças, movida pela emoção, estabelecendo um encontro fraterno e possível entre leitor e escritor. Cabe ao escritor estirar sua fantasia para, assim, o leitor projetar seus sonhos.

As palavras são portas e janelas. Se debruçamos e reparamos, nos inscrevemos na paisagem. Se destrancamos as portas, o enredo do universo nos visita. Ler é somar-se ao mundo, é iluminar-se com a claridade do já decifrado. Escrever é dividir-se.

Cada palavra descortina um horizonte, cada frase anuncia outra estação. E os olhos, tomando as rédeas, abrem caminhos, entre linhas, para as viagens do pensamento (...).

Bartolomeu Campos Queirós

Neste estudo, realizou-se uma análise qualitativa do funcionamento dos grupos nominais rotuladores a partir do exame de textos opinativos escritos, pertencentes ao gênero jornalístico, publicados na revista *Caros Amigos*. A pesquisa apresenta a rotulação como um processo de coesão lexical influente na argumentatividade do texto e na condução de sentidos. Explorou-se o funcionamento discursivo dos rótulos, realçando suas particularidades e aprofundando algumas constatações como, por exemplo, a incidência de introdutores demonstrativos nas expressões nominais rotuladoras apontando para o cotexto, e, ainda, o papel sumarizador atribuído a este recurso, não só em relação às idéias de parágrafos e períodos, mas ainda no texto como um todo.

Foi possível caracterizar a rotulação como uma estratégia argumentativa responsável pela negociação dos sentidos nas práticas de linguagem, tomando por base os trabalhos de autores como Francis (1994) e Conte (1996) os quais compõem a fundamentação teórica. A contribuição e o diferencial de abordagem, contudo, está na observação do funcionamento discursivo dos rótulos para: (a) sumarizar, (b) recategorizar, (c) conduzir e (d) avaliar, constituindo-se, assim, em estratégias discursivas balizadoras do projeto de dizer do autor e, por esta razão, deflagradoras de pontos de vista e organizadoras do discurso.

O produtor do texto, como criador e gerenciador de idéias, tem um projeto de dizer. E, por esta proposta de sentidos, ele possui responsabilidades na apresentação do seu discurso, oferecendo ao leitor pistas que melhor encaminhem sentidos possíveis para a mensagem veiculada. No projeto de dizer, além de apresentar uma enunciação particular, o produtor apresenta a voz de outros enunciadores, emitindo opiniões que podem ratificar ou trazer novos argumentos, mas que, de algum modo, se aproximam do sentido esperado. Assim, o outro influencia e interfere no processo de criação e de inteligência. A forma como o autor faz isto leva à expectativa de um determinado leitor para o seu texto: quanto mais referên-

cias o autor fizer em seu texto, mais conta com a cooperação, pois o produtor sempre aposta no ato referencial a ser realizado pelo leitor. Por esta razão, sumarizar conteúdos do texto orienta o leitor em relação a sua proposta e assegura a aposta de sentidos inerente ao processamento argumentativo.

Como se verificou na análise dos textos apresentados, a cooperação entre autor, texto e leitor sugere uma atividade argumentativa oriunda de um projeto de dizer que se instaura na persuasão e na produção de sentidos, que descortinam pontos de vista. E um dos meios de identificação dos pontos de vista é a utilização dos grupos nominais rotuladores, recurso por meio do qual o produtor organiza e orienta seu discurso. Por esta razão, relacionam-se referência e argumentação, conforme se postulou no decorrer da tese.

Em suma, tal fenômeno lingüístico é importante na condução e na apresentação dos pontos de vista, na medida em que traça uma orientação argumentativa para o texto. A escolha do rótulo acentua uma perspectiva de apreensão do real, a qual encaminha a construção discursiva dos referentes. Isto é, como os objetos-de-discurso são criados e recriados no texto em particular. Através do mecanismo de rotulação lingüística, pode-se verificar como o autor do texto veicula determinadas idéias e os efeitos de sentidos esperados. Deste modo, o percurso argumentativo é orientado por um “querer-dizer/querer-fazer”, revelado pelo encadeamento referencial, que engloba não somente a rotulação discursiva, mas também outros recursos lingüísticos importantes na construção do ponto de vista, que não são alvo de abordagem na tese.

Cabe lembrar que, como a linguagem é trabalho resultante de um processo que envolve atividades humanas, sócio-históricas, os rótulos, assim como os recursos lingüísticos em geral, constituem-se em meios que assinalam posicionamentos discursivos do produtor da mensagem. Por isto, as escolhas lexicais não são gratuitas, prendem-se ao propósito comunicativo do elaborador do texto.

Enfatiza-se, mais uma vez, que a argumentação se funda na natureza da linguagem como atividade construtiva e persuasiva. Reconhece-se, portanto, a argumentação não só nos gêneros tidos como argumentativos, mas em todo e qualquer discurso em que se pretenda interferir, de algum modo, nas crenças, opiniões e julgamentos dos enunciadores. A argumentação, assim, se constitui como atividade fundamental no uso da língua, resultante da interação e da negociação de sentidos. À luz destes pressupostos, tomam-se os textos aqui analisados como opinativos.

Em razão disto, destacam-se as relações estabelecidas entre os objetos-de-discurso e o meio pelo qual o produtor os condensa na dinâmica discursiva, sublinhando o seu projeto de dizer.

Os rótulos evidenciam intervenções realizadas pelo produtor do texto, que operam um encadeamento textual retrospectivo, prospectivo, retrospectivo/ prospectivo, o que concorre para a progressão do texto e, por extensão, para a construção do ponto de vista. Por isto, o teor argumentativo se destaca e o modo como os rótulos dão conta do funcionamento discursivo no texto é revelador de instâncias enunciativas e de perspectivas de interpretação. Prefere-se falar em perspectivas de interpretação, pois os sentidos pretendidos pelo produtor de textos podem ser formulados e reformulados pelo leitor, o que pode levar a uma interpretação não pretendida ou planejada pelo produtor.

Sob uma análise integrada do funcionamento dos rótulos nos textos (língua, enunciação e discurso), evidenciou-se o caráter multifuncional deste recurso, ou seja, é possível depreender um estatuto que o rótulo adquire conforme suas qualidades cognitivo-discursivas. Este caráter multifuncional se deve ao fato de o rótulo poder funcionar direcionando pontos de vista, do que se deduz que tal recurso é um meio de explicitação de sentidos, assumindo um papel organizador e sumarizador do discurso que encaminha a argumentatividade do texto e, conseqüentemente, incrementa a coesão lexical. E, como o texto é visto como uma ação-construção conjunta entre sujeitos sociais em constante interação, este processo multifuncional implica a subjetividade inscrita, também, nas estratégias utilizadas pelo produtor do texto e pelas quais um estilo emerge. Neste sentido, o gênero é entendido como uma categoria sócio-histórica dinâmica e interativa que, por esta razão, se sujeita a constantes alterações.

Esta pesquisa aponta para a ampliação de estudos em que as diversas formas de referenciação textual sejam analisadas sob uma perspectiva que leve em conta as funções cognitivas, semânticas, pragmáticas e interativas na construção dos sentidos. Espera-se, assim, que a proposta aqui apresentada promova estudos mais aprofundados sobre o fenômeno da rotulação, bem como análises mais ampliadas.

De todo modo, salientam-se campos de observação que merecem novas investigações, entre eles: a imbricação entre o funcionamento discursivo dos rótulos e a natureza do gênero em que eles se apresentam; a relação entre as qualidades lingüístico-discursivas deste fenômeno e a questão do estilo e, por extensão, da autoria; e, ainda, o estatuto lingüístico deste recurso de acordo com a sua particularização na condução de tópicos discursivos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES FILHO, Francisco. (2005) *A autoria nas colunas de opinião assinadas da Folha S. Paulo / Francisco Alves Filho*. - Tese de Doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: [s.n.].
- APOTHÉLOZ, Denis. (1995a), *Role et fonctionnement de l'anaphore dans la dynamique textuelle*. Genève: Droz.
- , & REICHLER-BÉGUELIN, Maria-José (1995b), "Construction de la référence et stratégies de désignation", In: BERRENDONNER, A. & REICHLER-BÉGUELIN, M-J. (ed.). *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. Neuchâtsh: Université de Neuchâtsh, p. 227-271.
- , & CHANET, C. (1997). Définit et démonstratif dans les nominalizations, In: DE MULDER, Walter e Carl Vetters (ed.) *Relations anaphoriques et (in)coherence*. Amsterdam: Rodopi, p. 159-86.
- AUSTIN, John L. (1962) *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press.
- AUTHIER-RÉVUZ, J. (1982) Hétérogeneité montrée et hétérogeneité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours, *DRLAV*, 26, Paris: 91-151.
- , (1981) Paroles tenues à distance. *Materialités discursives*. Presses Universitaires de Lille.
- BAKHTIN, M., *Marxismo e filosofia da linguagem*. [1929 (original russo) / 1977] (2002) Trad. Brasileira, 9 ed., São Paulo: HUCITEC.
- , [1953] (2000). Os gêneros do discurso. In: ———, *Estética da criação verbal*, [trad. Francês. Maria Ermantina Galvão; revisão, Marina Appenzeller], 3 ed., São Paulo: Martins Fontes, p. 279-287.
- , [1929] (1997) *Problemas da poética de Dostoiévsky*, 2 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- BARZOTTO, V. H. (org.) (1999), *Estado de leitura*, Campinas: Mercado de Letras, Associação de leitura do Brasil.
- BAZERMAN, Charles. (2005) *Gêneros textuais, tipificação e interação*; Ângela Paiva Dionísio, Judith Chambliss Hoffnagel (organizadoras); tradução e adaptação de Judith Chambiss Hoffnagel. revisão técnica Ana Regina Vieira, et. al, São Paulo: Cortez.
- BEAUGRANDE, Robert de. (1980) *Text, Discours, and Process*. London, Longman.
- BÉGUELIN, M. J. (1998) L'usage des SN démonstratifs dans les Fables de La Fontaine. In: *Langue Française*. Paris: Larousse, n. 120, p. 95-109.
- BENVENISTE, E. [1958] (1995), Da subjetividade na linguagem. In: ———, *Problemas de Lingüística geral*, v. 1, Trad. de Maria da Glória Novak e Luiza Néri, revisão do Prof. Isaac Nicolau Salum, 4 ed., Campinas, SP: Pontes.

- BERRENDONNER, A. & REICHLER-BÉGUELIN, M. J. (ed.) (1995), *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. Neuchâtel: Université de Neuchâtel.
- BHATIA, Vijay K. (1997), *Genre analysis today*. Revue Belge de Philologie et d'Histoire, Bruxelles: 75, p. 629-652.
- BLIKSTEIN, I. [1985], (2003) *Kaspar Hauser ou a Fabricação da Realidade*, 9 ed., São Paulo: Cultrix.
- CARDOSO, Silvia Helena Barbi. (2003), *A questão da referência: das teorias clássicas à dispersão de discursos*. Campinas, SP: Autores Associados, cap. I e II. p. 7-64.
- CAVALCANTE, Mônica M. Traços lexicais das rotulações, (2004) IN: — & BRITTO, Mariza A. P. (org.) *Gêneros textuais e referenciação*, Prottexto, Fortaleza: UFC, CD-ROM.
- , & RODRIGUES, Bernadete Biasi, CIULLA, Alena (org) (2003), *Referenciação*. São Paulo: Contexto, (Coleção Clássicos da Lingüística).
- , (2001a), As nomeações em diferentes gêneros textuais, In: *Caderno de Estudos lingüísticos* 41, Campinas: Julho/Dezembro, p 127-39.
- , (2001b) Expressões referenciais – uma proposta classificatória, In: *Caderno de Estudos lingüísticos*, 41, Campinas: Julho/Dezembro, p 105-117.
- , (2001c) *Subtipos de nomeação*. Conferência apresentada por ocasião da 53ª Reunião anual da SBPC, Salvador: UFBA. Mimeografado.
- , (2001d) *Demonstrativos – uma condição de saliência*. Trabalho apresentado por ocasião do II Congresso Internacional da ABRALIN, Fortaleza.
- CHAROLLES, Michel. (1989), Coherence as a Principle in the Regulation of Discursive Production. In: W. Heydrich, F. Neubauer, J. Petöfi & E. Sözer (ed.). *Connexity and Coherence*. Berlin: De Gruyter.
- CLARK, Herbert. (1992), *Arenas of Language Use*. Chicago: University Press.
- CONTE, Maria-Elizabeth. [1996] (2003). Anaphoric encapsulation. *Belgian Journal of Linguistics*, 10, p. 1-10. Trad. Mônica Cavalcante; revisão de Alena Ciulla. In: CAVALCANTE, M. et. al. (org.) *Referenciação*, São Paulo: Contexto, 2003, p. 171-190, Coleção Clássicos da Lingüística.
- CORTEZ, Suzana Leite. (2003) *Referenciação e construção do Ponto de vista*, Dissertação de Mestrado, Campinas: IEL/UNICAMP.
- CRUZ, Fernanda Miranda da. (2004) *Uma perspectiva enunciativa das relações entre linguagem e memória no campo da Neurolingüística*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IEL/Unicamp.
- DASCAL, M. [s.l; s.n.] *Dez maneiras de ser incompreendido e algumas sugestões para evitá-las*. Mimeografado.
- , (1992) *Models of Interpretation*, Tel Aviv University. Mimeografado.
- DUBOIS, Jean et al. (1973). *Dictionnaire de Linguistique*, Paris, Larousse.
- FRANCHI, C. (1992) Linguagem – atividade constitutiva, *Caderno de Estudos Lingüísticos*, 22, Campinas: Jan./Jun, p. 9-39.



- FRANCIS, Gill. [1994] (2003) Labeling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. In: COULTHARD, Malcolm (9ed.), *Advances in written text analysis*. Londres: Routledge, p.83-101. Trad. Monica M. Cavalcante et. al.; revisão de Alena Ciulla. In: CAVALCANTE, M. et. al. (org.) *Referenciação*, São Paulo: Contexto, p. 191-228, 2003.
- , (1986). *Anaforic Nouns*. University of Birmingham: English Language Research.
- GERALDI, J. W. (1997), *Portos de passagem*, 4 ed., São Paulo: Martins Fontes.
- , (1996), *Linguagem e ensino. Exercícios de militância e divulgação*, Campinas, São Paulo: Mercado de Letras.
- JUBRAN, Clélia C. A. S. (2005) Especificidades da referenciação metadiscursiva. In: KOCH, I. V. et. al. (org.), *Referenciação e discurso*, São Paulo: Contexto, p. 219-241.
- , (2003), O discurso como objeto-de-discurso em expressões nominais anafóricas. In: *Caderno de Estudos Lingüísticos*, 44 (Homenagem a Ingedore Koch), organizado por Edwiges Maria Morato, Anna Christina Bentes e Maria Luiza Cunha Lima, Campinas: Jan. /jun., p.93-103.
- HALLIDAY, M. A.K. and R. Hasan (1976), *Cohesion in English*, London: Longman.
- KOCH, Ingedore G. V., (2005) Referenciação e orientação argumentativa, In: ——— & MORATO, E. M., BENTES, Anna Christina, (org.), *Referenciação e discurso*, São Paulo: Contexto.
- , & CUNHA-LIMA, Maria Luiza.(2004a) Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: *Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos*, vol. 3. Fernanda Mussalim, Anna Christina Bentes (org.). São Paulo: Cortez, p. 251-299.
- , (2004b) Sobre a seleção do núcleo das formas nominais anafóricas na progressão referencial. In: NEGRI, L., FOLTRAN, J., OLIVEIRA, R.Pires de. (org.) *Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari*, São Paulo: Contexto, p. 244-62.
- , (2004c) *Introdução à Lingüística Textual: trajetória e grandes temas*, São Paulo: Martins Fontes.
- , [1984], (2002a), *Argumentação e linguagem*, 7 ed., São Paulo, Cortez.
- , (2002b) *Desvendando os segredos do texto*, São Paulo: Contexto.
- , (2001) A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional, In: *Caderno de Estudos lingüísticos*, 41, Campinas: Julho/Dezembro, p 75-89.
- , [1992], (2000), *A inter-ação pela linguagem*, 5 ed., São Paulo, Contexto.
- , (1999a) *A referenciação textual por meio de formas nominais e suas funções na compreensão e produção de textos*, [s. l.], Mimeografado.
- , (1999b) *Contribuições da lingüística textual para o ensino de língua portuguesa na escola média: a análise de textos*. [s. l.], Mimeografado.
- , (1999c) A referenciação textual como estratégia cognitivo-interacional. In: BARROS, K. S. M. (org.) *Produção textual: interação, processamento, variação*. Natal: EDUFURN, p. 69-80.

- , (1999d) Expressões referenciais definidas e sua função textual. In: DUARTE, Lélia Parreira (org.) *Para sempre em mim: homenagem a Ângela Vaz Leão*. Belo Horizonte: CESPUC, p. 138-50.
- , (1999e) *Referenciação: construção discursiva*. Ensaio apresentado por ocasião do concurso para titular em Análise do Discurso do IEL/UNICAMP, Campinas: dezembro.
- , & MARCUSCHI, L. A. (1998) Processos de referenciação na produção discursiva, *DELTA*, 14, p.169-190 (número especial).
- , (1997) *O texto e a construção dos sentidos*, SP: Contexto.
- , (1996a) *Formas lingüísticas e construção do sentido*. [s. l.], Mimeografado.
- , (1996b) *Cognição e processamento textual*. *Revista da ANPOLL*, 2, p. 35-44.
- , [1990] (1995) *A coerência textual*, 6 ed., São Paulo: Contexto.
- , [1989] (1994) *A coesão textual*, 7 ed., São Paulo: Contexto.
- , (1993a) A atividade de produção textual, *Caderno de Estudos Lingüísticos*, 24, Campinas: IEL/UNICAMP, p. 65-74.
- , (1993b) A produção de inferências e sua contribuição na construção do sentido, *DELTA*, v.9, especial, São Paulo: Educ.
- LEES, Robert B. (1960). *The grammar of English nominalizations*, Haia, Mouton.
- LIMA, Maria Luiza C. (2004) *Indefinido, Anáfora e Construção textual da Referência*, Tese de Doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- LIMA, Rocha. [?] (1992) *Gramática normativa da língua portuguesa*, 31 ed., Rio de Janeiro: José Olympio.
- MARCUSCHI, L. A., (2005) Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras, In: KOCH, I. V. et. al. (org.) *Referenciação e discurso*, São Paulo: Contexto, p. 53-101.
- , (2004) O léxico: lista, rede ou cognição social?, In: NEGRI, L., FOLTRAN, J., OLIVEIRA, R.Pires de. (org.) *Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari*, São Paulo: Contexto, p. 263-84.
- , (2003), *Perplexidades e perspectivas da Lingüística na virada do milênio*. Trabalho apresentado na VI Semana de Letras da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa: 10-12 de fevereiro.
- , (2002), Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa. In: *VEREDAS – revista de estudos lingüísticos*, Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 6, n. 1, jan./jun., Juiz de Fora: Editora UFJF, p. 43-62.
- , (2001a) *Atividades de referenciação no processo de produção textual e ensino de língua*. Trabalho apresentado no I ENCONTRO NACIONAL DO GELCO, Campo Grande: de 10 a 13 de outubro.
- , (2001b) Atos de referenciação na interação face a face. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, 41, Campinas: jul. /dez., p. 37-54.
- , (2001c) *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*, São Paulo: Cortez.

- , (1998) Aspectos lingüísticos, sociais e cognitivos na produção de sentido, Texto apresentado por ocasião do GELNE, 2-4 de setembro. Mimeografado.
- MARSLEN-WILSON, W.E. & L.K.TYLER (1982), Producing interpretable discourse: the establishment and maintenance of reference, In: JARVELLA & KLEIN: *Speech, Place and Action*. John Wiley and Sons.
- MENDONÇA, Marina Célia. (1995) *Silenciamentos produzidos em questões de Leitura*, Dissertação de Mestrado, Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas.
- MONDADA, Lorenza, (1997) Processus de catégorisation et construction discursive des catégories. In: BRAISBY, N. et alii. *Catégorisation et cognition: de la perception au discours*, Paris: Kimé, cap. XIII.
- , & DUBOIS, Danièle. [1995], (2003) Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: Referenciação. Mônica Magalhães Cavalcante, Bernadete Biasi Rodrigues, Alena Ciulla (org.). São Paulo, Contexto, p. 17-52. (Coleção Clássicos da Lingüística).
- , (1994) Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir. Approche linguistique de la construction des objets de discours. Lausanne – Université de Lausanne, Faculté de Lettres. Thèse pour obtenir le grade de docteus en lettres.
- MORATO, Edwiges Maria, (2005) Metalinguagem e referenciação: reflexividade enunciativa nas práticas referenciais, In: ———, et. al. (org.) *Referenciação e discurso*, São Paulo: Contexto, p. 243-263.
- , (2004). O interacionismo no campo lingüístico. In: *Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos*, vol. 3. Fernanda Mussalim, Anna Christina Bentes (org.). São Paulo: Cortez, p. 311-352;
- , & KOCH, (2003), Linguagem e cognição: os (des) encontros entre a Lingüística e as Ciências Cognitivas. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, 44, Campinas: jan. /jun., p. 85-91.
- , (2001) (In)determinação e subjetividade na linguagem de afásicos: a inclinação anti-referencialista dos processos enunciativos. IN: *Caderno de Estudos lingüísticos* 41, Campinas, Julho/Dezembro, 2001, p. 57.
- , (2000) Vygotsky e a perspectiva enunciativa na relação entre linguagem, cognição e mundo social. In: *Educação & Sociedade*, ano XXI, nº 71, p. 149-65.
- , (1996) *Linguagem e cognição: as reflexões de L.S. Vygotsky sobre a ação reguladora da linguagem*, São Paulo: Plexus.
- MOIRAND, Sophie. (1975) Lê role anaphorique de la nominalisation dans la presse écrite, Université de Paris-III, In: *Textes et discours non littéraires, Description – Enseignement*: dezembro, p.60-78.
- NYSTRAND, Martin, WIEMELT, Jeffrey, (1991), *When is a text explicit?* Formalist and dialogical conceptions, *Text*, n. 11, p. 25-41.
- POSSENTI, S. (2002) O sujeito e a distância de si e do discurso. In: —, *Os limites do discurso ensaios sobre discurso e sujeito*. Curitiba: Criar Edições, p. 123-135.
- , Índcios de autoria, *Revista Perspectiva*, Florianópolis, v.20, nº01, p. 105-124, jan/jun. 2002.
- , Sobre a leitura: o que diz a análise do discurso? In: MARINHO, Marildes (org.) *Ler e navegar espaços e percursos da leitura*, Campinas, São Paulo, Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil, ALB, 2001, p. 19-30.

- , [1988], (2001), *Discurso, estilo e subjetividade*, 2 ed., São Paulo: Martins Fontes.
- , A leitura errada existe. In: BARZOTTO, Valdir Heitor. (org.), *Estado de leitura*, Campinas, São Paulo, Mercado de Letras, 1999, p. 169-178.
- SALOMÃO, Maria Margarida Martins. “Razão, realismo e verdade: o que nos ensina o estudo sociocognitivo da referência”. In: *Caderno de Estudos Lingüísticos* 44 (Homenagem a Ingedore Koch), organizado por Edwiges Maria Morato, Anna Christina Bentes e Maria Luiza Cunha Lima, Campinas: Jan. /jun., 2003, pp. 71-83.
- , A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. In: *VEREDAS* - revista de estudos lingüísticos, Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 3, n.1, jan./jun., p. 61-79.
- SCHWARZ, M. (2000), *Indirekte Anaphern in Texten*, Tübingen: Niemeyer.
- TAYLOR, Talbot J., *Você Entende? Critérios da compreensão na Interação Verbal - [...]*, Campinas: Pontes, 1992.
- TOMASELLO, Michael. [1999] (2003). *Origens Culturais da Aquisição do Conhecimento Humano*. São Paulo: Martins Fontes.
- VARELLA, F.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. (1992). *The embodied mind. Cognitive science and human experience*. Cambridge: MIT Press.
- VYGOTSKY, Lev S. [?], (1984) *A formação social da mente*, São Paulo, Martins Fontes, 1984.
- ZAMPONI, Graziela, (2002), *Processos de Referenciação: Anáforas Associativas Nominalizações*, Tese de Doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- , (2001), O determinante demonstrativo em sintagmas nominais. In: *Caderno de Estudos lingüísticos* 41, Campinas: Julho/Dezembro, 2001, p 141-47.

## Anexo A

### APRESENTAÇÃO DOS TEXTOS

<b>Edição</b>	<b>Mês/Ano</b>	<b>Textos</b>	<b>Temática predominante nos textos selecionados</b>	<b>Delimitação</b>
10	Janeiro 1998	(1) A revolução (gen) ética (2) Gauguin, quem diria, já sabia do Brasil. (3) Mexendo com a imaginação	(1) Ciência (2) Política; (3) Ciência	(1) Pesquisas científicas; (mundo). (2) Desenvolvimento do país; (país). (3) Pesquisas e avanços científicos; (mundo).
32	Novembro 1999	(4) A ditadura militar no cárcere (5) Cabritos ou carneiros? (6) Inflação, privatizações, genocídio	(4) História e Política; (5) Economia e Política (6) Economia e Política	(4) Ditadura militar (país) (5) Subordinação e dependência política e econômica; (país) (6) Dívida externa e privatizações de estatais;(país)
35	Fevereiro 2000	(7) Reflexões	(7) Sociedade - Comportamento	(7) Indiferença diante de acontecimentos no mundo; (mundo)
36	Março 2000	(8) O general escapou. E agora? (9) (Má) notícia de jornal.	(8) Política (9) Política e Meio Ambiente	(8) Autoritarismo e violação dos direitos humanos; (mundo) (9) Destruição ambiental e políticas públicas. (país)
40	Julho 2000	(10) Droga (11) Efeitos do pensamento único (12) Fim do neoliberalismo, a virada (13) Liberalizar sem deixar vestígios	(10) Sociedade (11) Sociedade (12) Economia e Política; (13) Economia;	(10) Violência urbana (país) (11) A Crise da/na modernidade; (mundo) (12) Mudanças políticas e econômicas no mundo; (mundo) (13) Crescimento econômico e indústrias (mundo);

<b>Edição</b>	<b>Mês/Ano</b>	<b>Textos</b>	<b>Temática predominante nos textos selecionados</b>	<b>Delimitação</b>
		(14) O avesso do Pelô (15) Quantos diamantes valem os mortos do Congo (16) Quinhentos anos de iniquidades	(14) Cultura; (15) Sociedade – guerra civil (16) Sociedade – racismo	(14) Indústria cultural, destruição de patrimônio da humanidade e ausência de responsabilidade social; (país) (15) Diferenças étnicas, guerra civil e mortalidade; (mundo). (16) Ocupação territorial e desmonte cultural (país)
46	Janeiro 2001	(17) O rei está nu. E agora? (18) A escolha	17) Política (18) Sociedade - Violência	(17) A destruição política na América Latina; (mundo) (18) Indústria bélica, narcotráfico, violência; (mundo)
47	Fevereiro 2001	(19) A Privatização da Ciência (20) Israelianos promovem limpeza étnica (21) Requebros endiabrados (22) Um projeto à frente, dois passos atrás	(19) Educação (20) Sociedade – etnia (21) Sociedade – Comportamento (22) Sociedade – Direito e Educação	(19) Mercantilização do saber e ausência de autonomia nacional (país); (20) Os massacres raciais: israelianos e palestinos (mundo) (21) Comportamento da mídia e pasteurização cultural (país) (22) Relações de trabalho e políticas salariais; (país)
51	Junho 2001	(23) Krepúzculo dos ydiotas (24) Malvadeza caiu; e o PT?	(23) Economia (24) Política	(23) Indústria elétrica e investimento político-econômico; (país) (24) Política partidária e governo (país);
54	Setembro 2001	(25) Democracia defunta (26) Eu e o mundo (27) O profeta da Fome	(25) Política (26) Sociedade – Comportamento (27) Política e Economia	(25) Capitalismo e institucionalização democrática; (mundo) (26) O sistema capitalista e a subordinação do indivíduo ao mercado (mundo) (27) A Produção literária e a sua contribuição social (país)

Edição	Mês/Ano	Textos	Temática predominante nos textos selecionados	Delimitação
59	Fevereiro 2002	(28) Poliana Amedrontada	(28) Sociedade – Violência	(28) Ausência de segurança pública e a hipocrisia das autoridades (país)
86	Maio 2004	(29) Legalizar as drogas (30) O BNDES e a mídia (31) O dia do professor (32) Pelo começo (33) Vôo cego	(29) Sociedade – Violência (30) Economia (31) Educação (32) Política (33) História e Cultura	(29) Legalização e descriminalização das drogas. (mundo) (30) Crise econômica nas indústrias da comunicação; (país) (31) O progresso e a desvalorização da figura do professor; (país). (32) A desilusão política no país e a vitória de Lula. (país) (33) A representação ideológica da sociedade brasileira e seu desmonte cultural (país);
95	Fevereiro 2005	(34) A Sociologia do Petucanismo ou a gênese da criminalidade acadêmica; (35) “Cardiume” de tragédias; (36) Dilemas da política econômica; (37) Emancipação versus des emancipação; (38) O fantasma da liberdade; (39) O grande blefe; (40) Tirem as patas do meu torresmo	(34) Política (35) Sociedade (36) Economia (37) Política (38) Política (39) Política - mundo (40) Sociedade - Comportamento	(34) O jogo ideológico de uma elite corrupta no poder e a criminalidade acadêmica. (país) (35) Tragédias provocadas por fenômenos da natureza; (mundo) (36) A economia neoliberal e as desigualdades sociais; (país) (37) As políticas neoliberais e a superioridade econômica das potências capitalistas; (mundo) (38) O discurso libertário do presidente Bush e suas contradições; (mundo) (39) As eleições no Iraque e as perspectivas de mudança. (mundo) (40) Cerceamento da liberdade através da definição do que é “politicamente correto”. (país)

## Anexo A

### Janeiro - 1998

#### (1) A REVOLUÇÃO (GEN) ÉTICA

Frei Betto

CAROS AMIGOS, ano 1, nº 10, janeiro, 1998, p. 36

*“Patentear o material genético de uma índia panamenha é transformar seres humanos em cobaias”*

Imaginemos **estes cenários de futuro (rótulo prospectivo não-avaliativo)**: a engenharia genética localiza o gene da corrupção e a lei eleitoral exige que todo político seja submetido, antes da posse, à microcirurgia que extrai a molécula nociva. O gene de um mestre na arte de ganhar dinheiro é inoculado em seu filho, assegurando-lhe um futuro promissor. O gene da velhice é extirpado, tornando o astronauta apto a enfrentar uma longa viagem rumo ao coração da Via Láctea. Um ditador obriga as maternidades a extraírem dos bebês os genes do senso crítico e da indignação, de modo a contar com uma população dócil a seus caprichos – algo semelhante ao que demonstra *Metrópolis*, o clássico cinematográfico de Fritz Lang.

**Tais cenários (retrospectivo metaenunciativo não-avaliativo – “segunda-mão)** são, por enquanto, matéria de ficção científica, embora os interessados já possam perpetuar seus próprios genes. Em Seattle, nos EUA, a empresa Millennium Research anuncia ser capaz de conservar por 10.000 anos, ao custo de 35 dólares, os genes de quem sonha ter, no futuro, um clone de si mesmo. Basta esfregar na boca uma gaze esterilizada e remetê-la, junto com o cheque, a Seattle, onde o DNA será fixado numa placa de alumínio. Depois, é só aguardar que alguém tenha interesse em clonar você.

Para os nossos avós, também era matéria de ficção os filmes seriados de Flash Gordon, com suas naves espaciais, telas de TV e aparelhos digitais. Poder-se-ia objetar que a evolução de artefatos tecnológicos não fere a ética, como na hipótese da ditadura que programa as pessoas. Ora, a história está repleta de inovações que, em sua época, não só foram encaradas como antiéticas, mas também como contrárias à fé e a Deus. Que o diga Galileu Galilei. Como a Terra pode girar, se a Bíblia descreve Josué parando o Sol? Se parou é porque se movimenta. E os nossos olhos não enganam: todos os dias o astro-rei faz uma evolução sobre as nossas cabeças. Ao rodar por baixo da Terra, a noite desce sobre o mundo...

Malgrado as aparências, Galileu tinha razão. Em 1980, o papa João Paulo II viu-se obrigado a pedir desculpas à comunidade científica e à humanidade. Mais uma vez ficou comprovado que a verdade não é filha da autoridade.

Quando ocorreu o primeiro transplante de coração, causou impacto o Dr. Christiaan Barnard transplantar o coração de um negro para o peito de um branco – na África do Sul, o país mais racista do mundo! Muitos protestaram em nome da ética: como é possível transferir o coração de uma pessoa à outra? Não é ali que residem a alma, as emoções e os sentimentos? Os transplantes provaram que não.



Em 1978, pela primeira vez uma criança, Louise Brown, foi concedida *in vitro*. A bioética, uma ciência recente, ficou assustada. Em 1986, na França, o Dr. J. Testard deu-nos o primeiro bebê de proveta. Temeroso diante de suas próprias descobertas, o cientista trocou os embriões humanos por embriões animais e, mais tarde, abandonou-os também. Porém, estava aberta a porta para gerar um ser humano fora do método convencional inventado pelo Criador: a relação sexual entre um homem e uma mulher.

Em 1997, o Dr. Ian Wilmut, do Instituto Roslin, de Edimburgo, na Escócia, apresentou ao mundo a ovelha Dolly o primeiro clone de um animal adulto. A bioética entrou em pânico. A realidade aproxima-se da ficção. Se da célula mamária de uma ovelha é possível gerar outro animal idêntico, por que não um ser humano clonado? Inúmeros governos, a começar pelo dos EUA, trataram de proibir a clonagem de seres humanos.

Vivesse hoje, Josef Mengele poderia deixar as páginas do romance *Meninos do Brasil*, de Ira Levin, e clonar Hitler a partir de células que havia guardado no Führer.

A biotecnologia ganhou impulso nos anos 90, com o mapeamento dos genes, as moléculas do DNA, arquivo da programação genética contida nos 3 trilhões de células de nosso corpo. Para saber qual a seqüência dos genes no DNA, foi criado o Projeto Genoma Humano, também conhecido por Hugo (Human Genoma Organization). Desde 1992, cerca de 3 bilhões de dólares já foram investidos nessa pesquisa, na qual estão envolvidos cientistas do mundo inteiro.

Genoma é o conjunto de informações genéticas contidas em nosso organismo. Cada ser humano possui cerca de 100.000 genes, que formam aproximadamente 3 bilhões de pares. **O desafio (rótulo prospectivo avaliativo)** é decifrar a árvore genealógica desses genes dentro do DNA, de modo a identificar aqueles que são responsáveis por doenças hereditárias, pela síndrome de Down, pelo cólera ou tuberculose etc. A poderosa indústria farmacêutica tem todo interesse nesse mapeamento, de olho na propriedade das patentes dos novos medicamentos genéticos.

O Projeto Genoma Humano, previsto para terminar em 2005, pode antecipar-se, graças ao computador capaz de realizar 1 trilhão de operações por segundo, inventado em 1997. O mapeamento genético de uma pessoa permitirá que se localize, numa mulher, o gene defeituoso causador do câncer de mama e, em seguida, sua substituição por um gene sadio. Do mesmo modo, os bebês poderão ficar preventivamente livres de genes portadores de doenças e defeitos.

**A questão levantada pela bioética (rótulo não-avaliativo prospectivo)** é: qual o limite entre a preservação da saúde e a manipulação genética? No fundo, a mesma questão da energia nuclear, um avanço capaz de iluminar cidades inteiras e, no entanto, aplicada à guerra de genocídio, como em Hiroxima e Nagasaki.

A bioética receia que, assim como a cirurgia plástica que, hoje, se dedica também a caprichos estéticos da vaidade humana, a manipulação genética venha a servir para programar bebês, de modo que, a gosto dos pais, tenham olhos pretos ou azuis, altura mediana, tom de voz grave, etc.

**Uma pergunta** ainda não está satisfatoriamente respondida (**rótulo metadiscursivo (denominação metalingüística – prospectivo – não-avaliativo)**): nossas características são todas endogenéticas ou

também filogenéticas? Ou seja, há um gene do mestre da pintura, da tendência ao crime, do exercício do poder, da bondade, ou esses são aspectos que adquirimos segundo a educação que recebemos? Em que medida o meio ambiente e a cultura que respiramos influem em nossa maneira de ser? A velhice resulta de mera degeneração genética ou depende de fatores psicológicos? É possível ao ser humano atingir a imortalidade biológica, como o personagem de Simone de Beauvoir em *Todos os Homens são Mortais*?

No início do século 20 propagou-se a teoria de que filhos de criminosos nasciam com tendência ao crime. Isso provocou a segregação de inúmeras crianças, até que o tempo demonstrou que a teoria não tinha nenhum fundamento. Adultas, aquelas crianças responderam positivamente à boa educação que receberam de parentes e professores.

Para a bioética, clonar seres humanos e, portanto, brincar de Deus é crime pelo simples fato de não existir gênio humano que faça um colibri mais perfeito que um colibri. Se o Parlamento Europeu proíbe o consumo de milho fabricado em laboratório e a Áustria veta a comercialização de todo alimento geneticamente modificado, o que não dizer de um ser humano? Haveria o grave risco de introduzir mudanças genéticas que prolongariam ainda mais as desigualdades entre os nossos semelhantes, exatamente no momento em que tomamos consciência da urgência de superar as desigualdades raciais e sociais.

Entre a vida e o avanço da ciência, a bioética prefere a vida. O ser humano não é como um carro, uma máquina a ser aperfeiçoada na oficina. Na sua origem deve, em princípio, haver um ato de amor. Esse ato, bem como a vida uterina e o relacionamento dos pais, influem decisivamente no seu futuro. O próprio Criador infundiu-nos uma liberdade e uma consciência que nos permitem até renegá-Lo. Por que fazer cópias de nós mesmos se há tanta grandeza na singularidade de cada ser humano?

A bioética não pretende evitar que o ser humano interfira em sua própria natureza. Se assim fosse, proibiria o uso de óculos, os antibióticos, as próteses em deficientes físicos. **A questão em jogo (rótulo prospectivo não-avaliativo)** é o limite dessa interferência. Nada contra uma boa feijoada sem colesterol ou um bolo de chocolate tão saudável à saúde como um prato de verduras. Mas pretender patentear o material genético de uma índia panamenha, que cientistas americanos supunham imune à leucemia, é transformar seres humanos em cobaias sob propriedade alheia.

A humanidade já provocou demasiados danos à natureza para, agora, ignorar a população dos rios, dos mares e do ar. Indignada, ela reage às provas nucleares. Por que haveria de aceitar, em nome do avanço científico, **o risco (rótulo retrospectivo e prospectivo avaliativo)** apontado em *Blade Runner*; *o Caçador de Andróides*, filme de Ridley Scott? Seriam os nossos replicantes sensatos como nos julgamos ou agiriam segundo perversas intenções de seus manipuladores genéticos?

Deus nos criou “à Sua imagem e semelhança” e, ainda assim, estamos muito aquém do protótipo Dele: Jesus de Nazaré. Por que haveríamos de fabricar criaturas melhores do que somos?

## Anexo A

### Janeiro - 1998

#### (2) GAUGUIN, QUEM DIRIA, JÁ SABIA DO BRASIL

Enio Squeff

CAROS AMIGOS, ano 1, nº 10, janeiro, 1998, p. 18

*“Todos sentimos no ar do país um certo pesar, mas não é o que diz a grande imprensa oficial”.*

*Antes e Depois* (LP&M Editores) é o título do único livro que Paul Gauguin escreveu. Nele, o pintor se refere ao brasileiro Santos Dumont como uma espécie de unanimidade da sua época, conta alguns episódios de sua vida pessoal – muito poucos, por sinal —, mas se trai no que parece ser a tônica de todos os livros minimamente sérios depois do *Dom Quixote* de Cervantes: seu profundo pessimismo em relação ao gênero humano. Gauguin esteve uma única vez no Brasil. A crer no que contou a Van Gogh, gostou. Não deveria ter uma idéia muito lisonjeira do que viu por aqui além da natureza: éramos um país escravagista e Gauguin era libertário demais para aceitar o fato.

Talvez por isso mesmo conte pouco do Brasil; mas da França fala o suficiente para que o imaginemos num juízo mais amplo do Brasil ou, quem sabe, de nosso futuro. Não haveria de ter menos reservas em relação ao nosso país do que um José Saramago, que, aliás, professa um profundo sentimento de frustração não apenas sobre o Brasil, mas quanto ao mundo. Um vale de lágrimas?

Certa vez, alguém disse a Schubert que sua música era muito triste. O compositor não se acabrunhou: concordou, mas jogou a seu interlocutor que toda a grande música não deixava afinal de ser triste. Schubert não avançou que essa é a condição de toda grande obra de arte, mas poderia tê-lo feito.

Esse talvez o aspecto intrigante não apenas das obras de arte, mas da consideração que podemos fazer do Brasil. Todos sentimos no ar do país um certo pesar como se só nos restassem agora as ilusões perdidas. No entanto, não é o que dizem os jornais, a TV – a grande imprensa oficial que manda no Brasil e que obviamente reflete o otimismo governista; e de que os sorrisos do presidente FHC são a manifestação mais evidente. **A questão (rótulo retrospectivo e prospectivo não-avaliativo)** tem obviamente a ver com o que o sistema quer do Brasil. Quanto mais o presidente reafirma que é fácil governar o Brasil, tanto menos se concede à possibilidade de que sobrevenha alguma mudança. A começar pela possibilidade real de uma vitória da oposição. Não há uma só das reformas propostas pelo governo que acene para os benefícios concretos à nação. A educação não promete acabar com o analfabetismo, na previdência só se acena com o fim das aposentadorias especiais (e nada a favor da maior parte das aposentadorias); na saúde vai tudo mal – até o presidente admite isso —, no transporte não se fala, a reforma agrária é uma impostura, e por aí vai. Mesmo assim, lendo os jornais, assistindo à TV, está tudo bem.

Há os cronistas oficiais, claro. É aqui que entra a questão proposta por Gauguin e por Schubert quanto a isso de ser ou não ser pessimista. Para a esmagadora maioria dos jornalistas ditos “econômicos”

—a nata mais bem paga desses cronistas oficiais —, o Brasil se resolveria segundo as fórmulas que desafiam inclusive o Juiz Final. Acontece que, como se sabe, a realidade de um mundo desabando teima em não se adequar às fórmulas. E, se é certo que a boçalidade e a arrogância do poder têm pés de barro, o fundamental – que é esse pessimismo larvar que nos atinge a todos —, esse não apenas persiste; avulta como o que de mais renitente hoje existe no nosso inconsciente coletivo.

Tome-se o glorioso povo brasileiro. É certo que, como povo, temos valores positivos; que, apesar de tudo, resistimos. Mas, se examinarmos o fundo da alma brasileira hoje, o que resta é muito pior do que o pessimismo positivo de que falaria Saramago. As eleições que vêm por aí são altamente esclarecedoras quanto a **esse aspecto (rótulo retrospectivo não-avaliativo)**: já a população, por não ter esperanças, pretende votar “no menos pior” – mas isso se um dos possíveis candidatos não prometer o que todos esperam e que é o que comanda atualmente o gosto de nosso glorioso povo, que é a democratização da miséria.

Lembram do Collor? Ele não convenceu por prometer fartura – mas por ter dito que acabaria com os marajás incrustados no Estado. Ele não prometeu a universalização do bem, mas a ampliação do mal para um grupo da população – os marajás do serviço público. E eis, então, que os brasileiros não apenas votaram nele, como vão votar em FHC. Fizeram e fazem porque passaram a se pautar pelo pessimismo autodestrutivo – não pelo que estaria na raiz do pessimismo redentor de artistas como Gauguin, Schubert ou José Saramago, mas pelo que ficaria de seu pessimismo vingativo, sem esperanças. É tanta a situação de penúria em que vivemos, que a palma nós damos ao promotor da vingança, não ao possível defensor da justiça. Foi assim com Collor, será assim com Fernando Henrique. Neste, as reformas se baseiam não no que ele vai construí, mas com o que ele vai acabar. Pois essa, afinal, a grande lição, a derradeira do neoliberalismo: num mundo do salve-se-quem-puder, a contagem positiva é a dos mortos. Sobraram menos para as disputadíssimas migalhas concedidas pelo poder.

Em seu *Antes e Depois*, Gauguin não ousa fazer previsões. Mas deixa claro que o paraíso que ele buscou no Taiti, para sua pintura (e para a sua pintura se tratava realmente da busca do paraíso), não podia ser encontrado num país como a França, onde o capitalismo se preparava para seu grande triunfo. E que, afinal, é o que temos, triunfalmente predador para todo um povo no Brasil. E que, por isso mesmo, já não tem mais esperança de nada – a não ser na morte do outro. Hélas.

## Anexo A

### Janeiro - 1998

#### (3) MEXENDO COM A IMAGINAÇÃO

Gabriel Priolli

CAROS AMIGOS, ano 1, nº 10, janeiro, 1998, p. 8.

*“Os austríacos conseguiram transportar um fóton...”.*

Acompanhei com “vivo interesse”, como se diz, a notícia de que pesquisadores da Universidade de Innsbruck, na Áustria, comprovaram experimentalmente a possibilidade do “teletransporte”, isto é, a dissolução da matéria num ponto, a sua conversão em energia e a sua transmissão a longa distância, para ser recomposta no ponto de destino exatamente nas mesmas condições físicas que tinha na partida. Essa universidade austríaca é danada de boa, é lá que está aquele tal “Homem das Neves”, o ser pré-histórico encontrado congelado nos Alpes, cujo estudo está adiantando em muito os estudos arqueológicos. Mas a credibilidade dos pesquisadores, no caso, é detalhe. O teletransporte – ou teleportação – é um velho fetiche da ficção científica e a simples idéia de que ele seja possível já é suficiente para incendiar a imaginação de qualquer um, quanto mais deste escriba que nasceu e cresceu lendo Júlio Verne.

Os austríacos conseguiram transportar um fóton, partícula atômica de proporções penelhesimais. O talzinho foi batizado de “Capitão kirk”, em honra do explorador espacial que tanto se utiliza da teleportação no seriado *Jornada nas Estrelas*, mas ainda estamos a anos-luz de realizar **a experiência (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** com um ser vivo. De qualquer forma, **a coisa (rótulo metaenunciativo retrospectivo não-avaliativo)** é como a clonagem daquela ovelha Dolly: começou, não pára mais. Dentro de alguns anos, ou décadas, haverá algum bicho, talvez humano, virando notícia, porque foi teletransportado e saiu vivo da cápsula. Assim sendo, cumpre especular desde já sobre as perspectivas **desse incrível avanço científico, (rótulo metaenunciativo retrospectivo avaliativo)** no cotidiano de nossos meios de transporte.

Fico imaginando o que será de nós, passageiros, quando as nossas companhias aéreas trocarem a obsoleta tecnologia dos aviões pela teleportação. Do jeito que ainda perdem a nossa bagagem, não será improvável que errem também o destino dos viajantes e que a gente se descubra materializado, por exemplo, numa estação científica o pólo sul, quando partiu em direção aos parques temáticos de Orlando. Fico pensando também na cara dos passageiros, quando estiverem pegando um “vôo” da TAM, num teleportador fabricado pela Fokker. Vai ser a mesma de quem entra numa câmara de gás, com pretexto de tomar um banho de chuveiro. Teleportadores terão reverso nas turbinas? As situações de emergência serão eficientemente indicadas no painel de controle dos pilotos? Se algum maluco levar uma bomba para bordo, ela explodirá na desintegração? **Dúvidas atroztes (rótulo retrospectivo avaliativo)**, sem dúvida, que devem dar uma boa sobrevida aos bons e velhos aviões.

Especulo também sobre o que será da teleportação, entregue no Brasil à treinadíssima mão-de-obra que nos atende no ramo dos serviços. Já imaginou aquele capiau da Rondônia, chegado a São Paulo,

outro dia, pilotando a botoneira do painel de um teleportador? Esse povo que mal sabe andar de escada rolante e que é incapaz de programar um videocassete saberá operar tão sofisticada engenhoca? Como é muito arriscado responder positivamente a **essa questão (rótulo retrospectivo metadiscursivo [denominação metalingüística] - não-avaliativo)**, e como é certo que as condições de limpeza das cápsulas de teletransporte serão iguais às dos nossos atuais aviões ou ônibus, já prevejo que a terra natal de Santos Dumont será mundialmente conhecida num ramo derivado da nova tecnologia: a produção de seres mutantes, desintegrados juntos e fundidos na recomposição da matéria.

Você assistiu ao filme *A Mosca* e sabe do que estou falando. O protagonista, inventor de uma máquina de teleportação, entra na cápsula que deveria ser hermética e totalmente asséptica, mas há ali um daqueles desagradáveis insetos. O fulano e a mosca são desintegrados e sua estrutura molecular é combinada, resultando num monstro que devora toneladas de açúcar e causa asco à namorada lindinha. Já imaginou que fauna inacreditável ofereceremos ao mundo, quando começarmos a operar o teletransporte? Nordestinos em forma de calango gigante, caiçaras do litoral paulista em corpo de borrachudo, gaúchos com chifre de boi. Aquele boteco cheio de criaturas polimórficas, que a gente viu em *Guerra nas Estrelas*, vai parecer o programa do Ratinho, perto do que o Patropi está por criar em termos de aberração humanóides.

É por isso que eu acho que a teleportação deve ser entregue, o mais rápido possível, aos cirurgiões plásticos. Sob comando do campeão Ivo Pitanguy, eles poderão criar o maior centro de fusão molecular do planeta, gerando empregos e divisas ao país. De repente, fecham um acordo com o Brad Pitt, ou, mais modestamente, com o Rodrigo Santoro, e colocam fios de cabelo dos dois lindões dentro das cápsulas de teletransporte. Se **a coisa (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** der certo, você, meu amigo, que é feio de doer, poderá desembarcar em Paris com cara de galã, chovendo gatas francesas na sua horta. Que tal? E você, minha amiga desprovida de bons atributos físicos, que poderá se transformar numa Sharon Stone, ou numa Vera Fisher, num piscar de olhos? Esticar a cara ou reduzir o nariz, diante **dessa possibilidade (rótulo retrospectivo não-avaliativo)**, perderá totalmente a graça e a eficácia.

Bem-vindos, pois, o teletransporte e suas fabulosas perspectivas. O Brasil está pronto a contribuir para a nova tecnologia, com aquele célebre “jeitinho” que é a sua marca nacional. Pode ser que não dê para competir com austríacos, americanos, alemães e japoneses no **novo campo. (rótulo retrospectivo avaliativo)** Mas, com a gente em campo, certamente os zoológicos nunca mais serão os mesmos.

## Anexo A

### Novembro - 1999

#### (4) A DITADURA MILITAR NO CÁRCERE

Octavio Ianni

CAROS AMIGOS, nº 32, novembro, 1999, pp.10-11.

A memória é o segredo da história. É pela memória que se puxam os fios da história. Ela envolve a lembrança e o esquecimento, a obsessão e a amnésia, o sofrimento e o deslumbramento. De repente, um gesto, fala, som, cor, ritmo ou entonação desvendam o que estava escondido no passado, próximo ou remoto. O que se havia encoberto de névoa e sombra, fragmentado e disperso na paisagem pretérita, num instante explode em toda a sua vivacidade, como se fosse um milagre da criação artística.

Sim, a memória é o segredo da história, do modo pelo qual se articulam o presente e o passado, o indivíduo e a coletividade. Aos poucos, revelam-se os fios da história. O que parecia esquecido e perdido logo se revela presente, vivo, indispensável. Na memória escondem-se segredos e significados inócuos e indispensáveis, prosaicos e memoráveis, aterradores e deslumbrantes.

*Lembrar É Resistir*: este é um magnífico e alucinado mergulho na memória e na história. Com um mínimo de elementos, resgata praticamente o acontecido. O que estava perdido ou proibido, encoberto pelo esquecimento, logo se revela vivo, tenso, contundente. Diz respeito ao indivíduo e à coletividade, à biografia e à história. Amarra o presente ao passado, pela audácia da imaginação e pelo talento da criação. Revela a estrada percorrida; alerta sobre a estrada que se percorre; prenuncia a lonjura da estrada seguindo lá longe.<sup>1</sup>

O cárcere pode ser uma encruzilhada. Aí todos os destinos se cruzam. Os presentes e os ausentes, as vítimas e os algozes, os comprometidos e os indiferentes, todos estão referidos ao cárcere político. Aí germinam a solidão e a tortura, a carência e a ausência, a convicção e a obsessão, o desespero e a loucura. No cárcere revela-se muito o que há de dramático e épico na vida do indivíduo e da coletividade. O que nem sempre se percebe lá fora de repente explode brutal na fala do carcereiro, na brutalidade da tortura; assim como na solidão e desespero do confinamento.

Tudo isso vemos, ouvimos, sentimos e vivemos em *Lembrar É Resistir*. Num instante, todos se mesclam, confundem e tensionam: atores e espectadores, vítimas e algozes, presentes e ausentes. Logo ressoam os gestos e as falas dos que se foram, jogados na brutalidade da chantagem, mentira, tortura, mutilação, assassínio.

“Choques elétricos (principalmente nos órgãos genitais), interrogatórios intensos com as vítimas nuas, suspensão pelos pés ou pelas mãos, afogamento por

<sup>1</sup> Anely Alvarez e Izaías Almada, *Lembrar É Resistir*. Direção de Silnei Siqueira. Elenco: Mauro de Almeida, Emerson Caperbat, Pedro Pianzo, Renato Modesto, Norival Rizzo, Ia Santos, Nilda Maria, Lourdes de Moraes, Tânia Sekler, Luiz Serra, Luti Angelelli, tin Urbinatti, Renato Musa e Fábio Grabaz. Música: Murilo Alvarenga. Iluminação: Nezito Reis. Produção: Annita Maluf e Efrén Colombani. Supervisão: Anely Alvarez.

imersão da cabeça na água, roleta-russa, privação de alimentos, de sono e de água, golpes, mordidas de cães, detenção prolongada em celas sem luz, ameaça de morte e longa espera de pé (até 48 horas) em paredes de fuzilamento, com olhos vendados, para provocar o pavor da execução iminente, eram alguns dos meios de tortura aplicados...”<sup>2</sup>

Como em uma procissão expressionista, atores e espectadores, vítimas e algozes são levados nos passos de um insólito calvário. Há desespero e sofrimento, indignação e resistência. É como se aí, em espaços exíguos, isoladas do resto do mundo, as vítimas guardassem em estado puro ideais que os donos do poder não suportam. Aí, a própria dignidade da vítima ofende o algoz.

Nessa procissão soturna, uma alegoria do que muitos viveram e vivem em diferentes lugares e países, nessa procissão, logo os espectadores se transfiguram em um coro solene e despojado, tenso e indignado, atento e calado. Essa é a última expressão de coro da tragédia, quando já não há mais nada a dizer. Sobram o silêncio coletivo atravessado pelo pranto mudo.

É como se fosse uma viagem pelas catacumbas da ditadura militar. Um percurso marcado pela seqüência das brutalidades, humilhações, torturas, mutilações. Aos poucos, as vítimas tornam-se mais e mais reais, surpreendentes, impressionantes. E transfiguram-se em muitos, dos quais sabemos e dos quais não sabemos, conhecidos e desconhecidos, próximos e remotos. Tornam-se uma multidão, uma figuração de todo um povo. O que parecia um incidente individual revela-se uma tragédia coletiva. Uma tragédia na qual ressoa a grave situação do povo; o absurdo da mutilação das pessoas e seus ideais, a supremacia da violência sobre as modulações da consciência.

“Em nome da segurança nacional, milhares e milhares de seres humanos, geralmente jovens e até adolescentes, passaram a integrar uma categoria tétrica e fantasmagórica: a dos desaparecidos... Levados pela força, deixaram de ter presença civil... No que se refere à sociedade, ia enraizando-se a idéia da proteção, o obscuro temor de que qualquer um, por inocente que fosse, poderia cair **naquela infinita caça às bruxas, (rótulo retrospectivo avaliativo)** apoderando-se de uns o medo aterrador e de outros uma tendência consciente ou inconsciente a justificar o horror: ‘Por algum motivo será’, murmurava-se em voz baixa, como querendo assim propiciar aos terríveis e inescrutáveis deuses, olhando como empregados os filhos ou pais do desaparecido... **O delírio semântico, (rótulo retrospectivo avaliativo)** encaixado por qualificações tais como ‘marxismo-leninismo’, ‘apátridas’, ‘materialistas e ateus’, ‘inimigos dos valores ocidentais e cristãos’, tudo era possível: desde gente que favorecia uma revolução social até adolescentes sensíveis que iam às favelas para ajudar seus moradores. Todos caíam na rede. (...) Contam-se por milhares as vítimas que jamais tiveram qualquer vínculo com tais atividades e foram, no entanto, objeto de horrendos suplícios, por sua oposição à ditadura militar, por sua participação em lutas sindicais ou estudantis, por tratar-se de reconhecidos intelectuais que questionaram o terrorismo de Estado, ou simplesmente por vínculos familiares, de amizade; ou estarem incluídos na agenda de alguém considerado subversivo”.<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Texto da peça acusatória redigida pelo juiz espanhol Baltasar Garzón contra o ex-ditador chileno Augusto Pinochet. Citação extraída de “Apresentadas Graves Acusações contra Pinochet”, *O Estado de S. Paulo*, 28 de setembro de 1999, página A-16.

<sup>3</sup> *Nunca Mas*, informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparación de Personas, Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1985, 8ª edição. Citações das páginas 9 e 480.



Os prisioneiros são membros de uma imensa coletividade, pela qual lutam e padecem, resistem e sobrevivem. São companheiros e companheiras exilados, expulsos, banidos, perseguidos. Uns estão lá longe, fora do país. Outros dentro, confinados, escondidos, disfarçados, vivendo nas frestas, esconderijos, sombras, fímbrias. E há os que vagam solitários, despojados, escondidos dentro de si mesmos, obrigados a calar-se todo o tempo, parecendo zumbis extraviados de alguma narrativa fantástica.

O que atravessa a tragédia é a dignidade. Aí quando a vítima está reduzida aos mínimos vitais, brutalizada, **nesse extremo de despojamento e sofrimento, (rótulo retrospectivo avaliativo)** aí subsiste a dignidade. É como se ela renascesse de escombros: “Preciso urgentemente de pontos cardeais”. “Ter janela é bom”. “É bom ter um verde ao meu lado”. Os frangalhos deixados pela tortura e pela mutilação guardam e reavivam o segredo da vida, o “não” dos que agüentam. Apegam-se ao que sobra de energia, aos fragmentos do querer que os torturadores jamais alcançarão. E gravam nas paredes os passos dessa tragédia em palavras densas.

“Quem aprende a controlar as suas emoções faz um pacto consciente com a morte”.

O torturador age só. Manifesta-se em toda a sua arrogância e brutalidade. Escolhe a técnica e o momento, a forma e o desempenho. Deleita-se em reduzir a vítima a escombros. Também age pelo prêmio, a recompensa, a promoção, o dinheiro. Ganha maior visibilidade entre os comparsas. Passeia o seu delírio alucinado.

Mas defronta-se com o desafio da vítima, encarcerado, aquele que se acha reduzido a seus mínimos, pela violência, isolamento, tortura, mutilação, medo, desespero. A despeito de achar-se em frangalhos, sentir o seu corpo dissociado da sua mente, resiste. E resistir, **nesses limites, (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** é desafiar a força, o mandante, o todo-poderoso. É manter a dignidade, revelando-se superior ao outro. Vence. Sai da tortura mutilado física e psiquicamente, mas caminha por si, altivo, como se flutuasse. E diz aos companheiros, sintetizando o *pathos* que atravessa toda a história: “Eu não disse nada”.

Essa talvez seja a expressão mais extrema, absurda, inimaginável, da dialética do escravo e senhor. O subalterno, a vítima, o alienado revelam maior descortino. Descobre que o “outro” depende do “eu”. Para existir e afirmar-se, o outro carece da vítima. E, quando a vítima resiste, desafia, o algoz se desespera, brutaliza, assassina. Só consegue afirmar-se, sentir-se e localizar-se diante de si e dentre os comparsas, exercendo a violência. Torna-se prisioneiro, principalmente quando este diz “não”. Esse é o momento fugaz, anônimo, perdido nas profundas do inferno, quando a tirania começa a desmoronar.

“Quanto mais você se cala, mais eles se reduzem a nada. É isso que faz a gente agüentar. A minha morte é a vitória deles. Enquanto estou vivo, estou vencendo. Se me recuso a morrer, morrem eles. É só calar. Olhar bem nos olhos deles e pensar: vocês dependem de mim, seus filhos da puta. Vocês precisam de mim! Pra se garantir! Então... estou por cima. Não dou nada que vocês queiram... não dou. Porque, sem mim, vocês não são nada... vermes no pó... Eu os venci. Por hoje eu os venci”.<sup>4</sup>

<sup>4</sup> “O Torturado”, em *Lembra É Resistir*.

Esse é o momento extremo, do qual arranca a resistência e o protesto, a dignidade e a luta, o padecimento e a autoconsciência; o descortino. Podem suceder-se as horas e os dias, os meses e os anos. Depois de ter alcançado o fundo do abismo e reconhecido a sua cartografia, compreendo como é fabricado e quais são os que o engendram, desde esse momento reinicia-se a longa viagem em busca da liberdade.

“A tortura é uma fúria vã, nascida do medo... Violência inútil: mesmo que a vítima fale ou morra por causa dos castigos, o segredo inumerável está longe, mui longe, sempre inatingível; o verdugo converte-se num Sísifo, e, se aplica a tortura, ser-lhe-á sempre necessário recomeçar (...) É uma vítima que venceu a tortura. **Esta reviravolta (rótulo retrospectivo avaliativo)** não deixa de ter um certo humor sinistro: em nosso nome ele foi martirizado e, desta maneira, nós, por causa dele, recobramos por fim um pouco do nosso orgulho”<sup>5</sup>.

“Dormi até de madrugada. Junto com a febre desapareceram meus temores da véspera. Senti-me orgulhoso e contente por não ter cedido. Estava convencido de que, se tornasse a torturar-me, continuaria resistindo, de que lutaria até o fim; e não lhes facilitaria o trabalho suicidando-me”.<sup>6</sup>

Sim, o cárcere é uma encruzilhada, na qual se cruzam a memória e o esquecimento, a violência e a dignidade, a biografia e a história. Aí todos os caminhos se cruzam. É como se fosse o momento da verdade: desvendamento, desespero, alucinação e redenção. Aquele que aí chega jamais será o mesmo. No limite, pode ser aviltado e imolado. Mesmo esse povoará definitivamente a vida do sobrevivente. Será um emblema para os outros, presentes e pósteros. Alguns, sobreviventes ou não, povoarão as mentes e os corações de muitos, multidões em todo o mundo.

Esta é a realidade: a política, em todas as suas implicações, permeia a vida de indivíduos e coletividades. Esse é o elemento crucial, presente nas relações de uns e outros, em todos os lugares, em todo o mundo. Desde o cárcere ao Estado, da empresa à igreja, da escola à mídia, em todos os lugares as relações e atividades estão marcadas pela política. Estão em causa o poder e a luta pelo poder, a alienação e a emancipação, a inocência e a autoconsciência, a tirania e a democracia. Nesse sentido é que a política se torna um poderoso agente, personagem ou dilema, do modo pelo qual os indivíduos e as coletividades se movem pelas engrenagens da máquina do mundo.

Como disse Hegel, parafraseando um diálogo entre Napoleão e Goethe: no mundo moderno, o papel que o destino representou na tragédia grega passa a ser desempenhado pela política.

A política galvaniza grande parte das relações humanas, muitas vezes levando-as ao paroxismo, como no vendaval e no terremoto. Tudo se abala drasticamente, de cima a baixo, em todas as direções. Leva consigo as coisas, as gentes e as idéias. Envolve as mais diversas formas de poder, de luta pelo poder, de luta contra o poder. Articula o indivíduo e a coletividade, a esperança e a adversidade, a ideologia e a utopia. Enraíza-se no presente e no passado, buscando legitimar-se como continuidade ou ruptura. Vai buscar lá longe, no passado próximo ou remoto, o ideal, o mito ou a ilusão que alimentam decisivamente

<sup>5</sup> Jean-Paul Sartre, “Uma Vitória”, *L'Express*, Paris, 6 de março de 1959, reproduzido como prefácio no livro de Henri Alleg, *A Tortura*, tradução de Armando Gimenez, Edições Zumbi, São Paulo, 1959, páginas 21 e 32-33.

<sup>6</sup> Henri Alleg, *A Tortura*, citado, página 105.

o presente. Todos se debruçam sobre o passado, para reafirmá-lo ou libertar-se dele; para compreender as raízes do presente ou exorcizá-las. Essa é a estrada na qual se descortinam as possibilidades do futuro.

“Faz tempo que o mundo tem um sonho, do qual basta ter consciência para convertê-lo em realidade. É claro que não se trata de traçar uma reta do passado ao futuro, mas de realizar as idéias do passado. Veremos, finalmente, que a humanidade não se iniciará em um novo trabalho, mas que realizará, desde o princípio, conscientemente, seu trabalho antigo”.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Carta de Karl Marx a Arnold Ruge, publicada em Karl Marx e Arnold Ruge, *Los Anales Franco-Alemanes*, tradução de J. M. Bravo, Ediciones Martinez Roca, Barcelona, 1970, páginas 65-69; citação.

## Anexo A

Novembro - 1999

### (5) CABRITOS OU CARNEIROS?

J. W. Bautista Vidal

CAROS AMIGOS, nº 32, novembro, 1999, p. 19.

Um velho amigo chamou-me a atenção para o modo diverso como os animais se comportam em determinadas circunstâncias. Não são poucos os pensadores que se inspiram **nessas atitudes instintivas dos animais** (rótulo retrospectivo avaliativo) para tirar ilações sobre o comportamento humano.

Perguntou-me esse amigo se eu tinha reparado na reação dos cabritos em comparação à dos carneiros no ato do sacrifício. Lembrei da cena da imolação de um cabrito: balidos dilacerantes, choro desesperado, como se criança fosse, esforço muscular titânico para se livrar da faca assassina. É como se o animal pressentisse o fim de seus dias e lutasse em desespero para continuar vivo. “Imaginem um bode adulto, com sua enorme força física”. Em contrapartida, o carneiro deixa-se matar sem um balido sequer.

**Essas reflexões** (rótulo retrospectivo metadiscursivo cognitivo-discursivo) me vieram à mente pensando na generalização da omissão da maioria dos brasileiros ante a destruição do Estado e da nação pelo governo de FHC. Ele paga o preço da reeleição, ao ter de enfrentar de modo crescente as consequências do que plantou. Está perdido. Relendo seus dois livros, *O Empresário Industrial Brasileiro e Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, ficamos convencidos de que a destruição do Brasil foi caso pensado ou indução programada, conforme atestam as conclusões desses dois livros.

Nem de longe a frase que lhe é atribuída, “Esqueçam o que escrevi”, é verdadeira. Trata-se de mais uma mentira desse contumaz mentiroso. Esses livros refletem com precisão o modo como o autor pensa deveria o Brasil se inserir no chamado mundo globalizado, vale dizer, o *modus faciendi* de nossa destruição como nação autônoma. Eles indicam os caminhos como deveria se dar **essa inserção subordinada ao mercado internacional** (rótulo retrospectivo avaliativo) – cedendo em tudo pela anulação de essenciais e prudentes proteções –, ao facilitar os objetivos imperiais dos países hegemônicos, mantidos à custa de nossos vitais interesses de sobrevivência. Para esse fim, o autor usa um bestialógico de incongruente palavrorio, sem nexos com a realidade e carência de sentido prático, evitando aprofundar conceitos, sempre fugindo de casos concretos. Termina perdendo-se em trivialidades genéricas não explicadas, sob o fraco argumento de se tratar de enfoque sociológico, embora sem qualquer fundamentação na velha dialética de causa e efeito da ciência. Vejamos trechos do autor: “Precisamente, o conceito de dependência pretende outorgar significado a uma série de fatos e situações que aparecem conjuntamente em um momento dado e busca-se estabelecer, por seu intermédio, as relações que tornam inteligíveis as situações empíricas em função do modo de conexão entre os componentes estruturais internos e externos” (Cardoso e Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, 1981, página 23)... “ao considerar a situação de dependência, na análise de desenvolvimento da América Latina, o que se pretende ressaltar é que o modo de integração das economias nacionais no mercado mundial supõe formas definidas e distintas de inter-relação dos grupos sociais de cada país, entre si e com os grupos externos”(idem, página 30). **Um amontoado de generalidades**, (rótulo

**retrospectivo avaliativo)** sem qualquer sentido ou realidade. Difícil encontrar algo mais vazio... Por **esse caminho (rótulo metaenunciativo retrospectivo não-avaliativo)** o autor chega à conclusão, que aparenta ser apenas idiota, para dizer o mínimo: o caminho do desenvolvimento é a dependência ou a subordinação às nações imperiais em processo que ganhou a designação de globalização, palavra mais moderna para enganar mentecaptos. Em nenhum momento porém, é definido o que é, na verdade, desenvolvimento, confundido de modo bisonho e permanente com crescimento financeiro. Se olhado, porém, à luz dos resultados, após toda uma gestão presidencial de exercício de poder, chega-se à conclusão de que o objetivo, na realidade, foi o de destruir o Estado nacional e os principais fundamentos estruturais da nação brasileira. **Questões fundamentais e cruciais do poder mundial (rótulo retrospectivo avaliativo)** não são consideradas, por exemplo: a natureza e o controle pelos hegemônicos dos pacotes tecnológicos, base das estruturas produtivas de poder e razão central de uma nova e perversa divisão internacional do trabalho; o colapso dos combustíveis fósseis, que decreta o fim de uma era que permitiu a existência de umas poucas sociedades ditas de consumo – consumo desenfreado e suicida – e as perigosas carências de matérias-primas escassas e estratégicas. Em nenhum momento é levado em consideração o que somos do ponto de vista dos patrimônios naturais que fundamentam a riqueza das nações e cujas carências comprometem de modo irremediável o futuro dos hegemônicos. Seus efeitos comparativos criam condições de extrema vulnerabilidade para os hegemônicos, o que o autor adrede ignora, chamando-os, porém, de países avançados, em atitude de servil inferioridade, como se fosse possível construir o futuro sem esses patrimônios.

Ou seja, o autor parte do pressuposto colonial, já rejeitado pela dignidade nacional e já confrontado em setenta anos de nossa história, em especial, na sua primeira metade. Vivemos hoje triste fase em que o país é conduzido por agentes servis a interesses externos antinacionais.

O autor omite as razões **desse processo histórico, (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** salvo os carcomidos chavões dos avanços técnicos, sem saber de que está falando. Ou, ainda pior, argumenta com os conhecidos “caminhos inexoráveis” do capital, querendo com isso se referir às direções espúrias e delinqüentes de um sistema financeiro caindo aos pedaços pela fraude que representa sua base monetária ilegítima e falsa, de emissão sem critério e em regime de monopólio mundial.

Ou seja, nada como trabalhar dentro de um sistema abstrato de moeda de referência internacional que conforma um sistema de controle externo, tirânico e falso, que tudo simboliza sem nada representar, salvo o arbítrio e o monopólio de emissão. Nele, tudo o que é concreto esvai-se e vive-se de especulação e chantagem. **Nesse contexto (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** é impossível sobreviver. As supostas teorias desse sistema têm como única variável essa moeda que nada simboliza. Assim, ao excluir de sua estrutura a razão de todas as transformações e movimentos do mundo concreto que é a energia, e também, ao excluir o domínio do homem sobre a natureza física, conhecido como tecnologia, essas teorias excluem a possibilidade de análise e condução do processo econômico. Não são, portanto teorias, nem tratam do fato econômico.

São instrumentos de manipulação de oligarquias financeiras que dominam o mundo e o levam ao desastre. Conforme atestam seus livros e a prática de seus objetivos exercida na função de presidente da República, o governo de FHC nos encaminha para o massacre pelos mais fortes, prática corriqueira na história. O que é estarrecedor, porém, desconhecido até aqui, é que **esse sacrifício coletivo (rótulo retrospectivo avaliativo)** é recebido sem reação pela maioria dos brasileiros, principalmente por aqueles que têm tudo a perder, como se fôssemos uma manada de carneiros.

## Anexo A

Novembro - 1999

### (6) INFLAÇÃO, PRIVATIZAÇÕES, GENOCÍDIO

#### *AS HERANÇAS MALDITAS*

Aloysio Biondi

CAROS AMIGOS, nº 32, novembro, 1999, p. 9.

Dívida interna nas nuvens, com juros impossíveis de serem pagos. Dívida externa de crescimento explosivo, impulsionada pelos juros externos exigidos. Recessão. Fome. As heranças malditas que a sociedade brasileira será forçada a pagar, não param de avançar. As privatizações continuam dando sua contribuição para **esse comprometimento do futuro**. (**rótulo retrospectivo avaliativo**) Não há nenhum exagero na afirmação. Cálculos realizados para o livro *O Brasil privatizado* mostram que o valor recebido pelo governo (Estado e União) na “venda” de estatais foi inferior ao valor gasto pelo mesmo governo, para “prepará-las” para a privatização. Isso, num levantamento que focalizou as privatizações realizadas até dezembro do ano passado. De lá para cá, muitos fatos novos provocaram aumento do “rombo”, ou diferença entre o valor gasto e o valor recebido nas privatizações. Entre eles, dois merecem destaque, por representarem a perda de bilhões e bilhões de reais, anos a fio, para os cofres do governo, isto é, para a população. Primeiro fato: **a revelação (rótulo prospectivo - cognitivo-discursivo)**, por parte do secretário da Receita Federal, de que o “ágio” (diferença entre o preço pedido nos leilões e o lance vencedor do “comprador”) é devolvido pelo Tesouro, sob a forma de “abatimentos” no Imposto de Renda – isto é, “perdão” da arrecadação. A anti-reforma tributária. Segundo fato, também estarrecedor: a **“solução” (rótulo prospectivo, metadiscursivo – denominação reportada / metaenunciativo)** dada pelo governo à nova etapa de privatização do setor de energia elétrica. Agora, após a venda de grande número de hidrelétricas, como em São Paulo, chegou a hora da instalação de usinas termelétricas, isto é, movidas a gás e não pela água dos rios. Os 23 projetos existentes, basicamente, de grupos empresariais dos EUA, estavam “encalacrados”. Por quê? Com a alta dos preços mundiais do petróleo, o custo do gás também subiu, e a energia gerada com ele ficou muito cara, antieconômica. Solução do governo, anunciada solenemente? As empresas terão gás a preço abaixo dos níveis do mercado. Como assim? O governo mandou a Petrobrás assinar contratos assim, garantindo o fornecimento a baixo custo por vinte anos. A Petrobrás, o Tesouro (seu acionista), os contribuintes vão subsidiar os grupos estrangeiros, ter prejuízos para eles terem lucro. Mais uma anti-reforma. E não é só isso: se as usinas construídas não conseguirem clientes para consumir toda a energia produzida, nem assim terão lucros menores. A Eletrobrás, isto é, o Tesouro, os contribuintes, “comprarão” a “sobra de energia”... Eis um governo que massacra aposentados, trabalhadores, funcionários, agricultores a pretexto de fazer o “ajuste fiscal” definitivo, estrutural. E, com a maior cara-de-pau, esse governo subsidia, garante faturamento e lucros, constrói um rombo, uma sangria de bilhões de reais, para os próximos vinte anos... “Rombo”, genocídio, assalto ao Tesouro. Tudo às escâncaras. O governo FHC, com tanto descaramento, mostra o quanto confia na falta de reação da opinião pública, graças à vergonhosa cumplicidade dos meios de manipulação. E à total perda de dignidade de políticos que hoje estão no Congresso e nos governos estaduais.

## Anexo A

### Fevereiro - 2000

#### (7) REFLEXÕES

CAROS AMIGOS, ano III – número 35 – fevereiro de 2000 – página 35.  
(Georges Bourdoukan)

*Estaremos perdendo a sensibilidade? Querem também controlar nossos sentimentos?*

Existirá um limite para a indiferença?

Estará a humanidade sob o encanto da lira de Orfeu?

**Estas reflexões (rótulo retrospectivo metadiscursivo cognitivo-discursivo)** vêm a propósito das louvações que se fazem ao ex-dirigente russo, o coprófago Boris Yeltsin, apresentado como um bom pai de família, bonachão e piedoso, a ponto de ser homenageado pela Igreja Ortodoxa como um exemplo de virtude.

Pena que seja um genocida.

Os chechenos que o digam.

Existirá um limite para a brutalidade humana?

As atitudes e ações desse novo inquisidor diante das vítimas muçulmanas nada mais fazem do que repetir o seu mestre Belda, tendo como livro de cabeceira o *Mailleus de Sprenger*. Boris talvez quisesse passar para a história como a nova rainha Isabel, aquela que patrocinou a viagem de Colombo para as terras americanas, denominada a Piedosa talvez por que mandava queimar na fogueira, sob a acusação de feitiçaria, as mulheres que realizavam curas e as que sabiam ler e escrever.

É a história se repetindo como farsa.

Quando uma voz solitária como a da Organização Médicos Sem Fronteiras denuncia as atrocidades e mesmo assim a humanidade permanece impassível, a exemplo do que já havia acontecido durante o massacre dos muçulmanos na antiga Iugoslávia, alguma coisa está errada.

Estaremos perdendo a sensibilidade? Será essa mais uma conquista das corporações que, além de determinar o nosso comportamento e de criar uma globalização excludente, querem também controlar os nossos sentimentos? Já não lhes bastava transformar o terceiro Mundo num curral para a alegria dos parasitas que vivem dos juros?

Indignação. Onde está a Indignação? Salvo algumas vozes resistentes, nada, absolutamente nada consegue arrancar a humanidade de sua letargia.

É comum ouvir que os exageros de Yeltsin eram uma consequência de sua paixão pelo néctar dos cereais. Não por isso, Hitler não bebia, não fumava, era vegetariano e gostava de pintar. Deu no que deu.

Tanto Hitler quanto Yeltsin, e por extensão Clinton, não passavam e não passam de fantoches de grandes corporações. Os patrões de Hitler especializaram-se na morte de judeus, os de Yeltsin na de muçulmanos. Os de Clinton são mis sutis. Matam pela fome e pelas epidemias.

Mas esta já é outra história.



## ANEXO A

### Março - 2000

#### (8) O GENERAL ESCAPOU. E AGORA?

José Arbex Jr.

CAROS AMIGOS, ano III, nº 36, março 2000, p. 18.

Augusto Pinochet **está livre**, por “razões humanitárias”. Relatórios médicos mostram que ele está incapacitado de enfrentar um julgamento. É um melancólico desfecho para uma longa e extremamente significativa batalha política e judicial, iniciada em 16 de outubro de 1998, quando o general chileno foi detido, em Londres, a pedido do juiz espanhol Baltasar Garzón, sob acusação de prática de tortura, genocídio e homicídio durante sua ditadura (1973-90). Sob sua responsabilidade direta, foram assassinados, torturados e “desaparecidos” pelo menos 3.000 seres humanos. **A libertação (rótulo retrospectivo não-avaliativo; encapsulamento; nominalização)** do general encerrou esse caso específico, mas colocou **uma questão crucial para o mundo contemporâneo: (rótulo prospectivo avaliativo metadiscursivo cognitivo-discursivo)** a comunidade das nações deve ou não deve criar instrumentos para impedir o surgimento de “novos Pinochets”? Será possível conciliar a existência de um organismo internacional com o poder e legitimidade para intervir nos Estados nacionais, sem violar a soberania desses mesmos Estados?

Mesmo entre aqueles que criticam Pinochet, há vozes que condenam a sua detenção, por ter, supostamente, violado a soberania chilena. Há pelo menos um equívoco básico **nesse argumento, (rótulo retrospectivo não-avaliativo metadiscursivo cognitivo-discursivo)** Pinochet não violou apenas os direitos dos chilenos, mas sim os direitos do homem. Quando Adolfo Hitler enviou aos campos de morte milhões de judeus, comunistas e ciganos, e quando Josef Stálin e Mao Tsé-tung assassinaram dezenas de milhões de supostos “opositores” e “traidores do socialismo”, eles estavam, com certeza, atacando seus próprios povos, ao fazê-lo, porém, tornaram-se inimigos da humanidade. Esse argumento conferiu legitimidade ao Tribunal de Nurembergue, que julgou e condenou os chefes nazistas. E também inspirou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos Universais do Homem, proclamada em 10 de dezembro de 1948. Aliás, os direitos foram “proclamados” e na “decretados” ou “deliberados” porque eles dão testemunho de uma verdade por si só evidente. Dispensa demonstração.

**Essa discussão (rótulo retrospectivo metadiscursivo cognitivo-discursivo)** nada tem de “novo”. Hannah Arendt expôs brilhantemente **o problema**<sup>8</sup>, (rótulo metaenunciativo retrospectivo/prospectivo avaliativo) em seu *Eichmann em Jerusalém*. Adolf Eichmann organizou o sistema ferroviário que transportava as vítimas do nazismo para os campos de extermínio. Nos anos 60, ele foi seqüestrado por agentes israelenses, quando vivia sob falsa identidade na Argentina, e levado a Jerusalém, onde enfrentou um julgamento que resultou em sentença de morte. Arendt critica a ambigüidade dos juízes e autoridades

<sup>8</sup> O rótulo “o problema” se refere aos conteúdos das proposições precedentes e antecedentes no texto, encapsulando-as; neste caso, tem-se a sumarização do conteúdo da informação tópica e não do processamento da atividade enunciativa. Confronte, por exemplo, texto 24, primeiro parágrafo.

israelenses, que oscilavam entre caracterizar Eichmann como “inimigo do povo judeu” (argumento para legitimar o seu seqüestro e julgamento) e “inimigo da humanidade” (o que colocaria em questão a legitimidade de um tribunal apenas israelense). Arendt não deixa margem a dúvidas. Eichmann era um inimigo da humanidade inteira, e não apenas dos judeus.

Pinochet feriu os direitos do homem, e, portanto, deve uma explicação ao conjunto da humanidade. Isso seria verdade mesmo se a maioria da população chilena o apoiasse (Hitler foi eleito em 1933, por uma grande maioria dos votantes alemães). O contrário seria dizer, por exemplo, que os governos da Turquia, da Síria e do Iraque têm o direito de reprimir e assassinar os curdos, apenas porque representam, supostamente, os interesses majoritários de seus povos contra um grupo étnico minoritário. **Essa argumentação (rótulo retrospectivo metadiscursivo cognitivo-discursivo)** é tão ridícula quanto insustentável. É a defesa dos princípios universais que justifica a reação de boa parte da comunidade europeia contra a recente vitória, na Áustria, do neonazista Partido da Liberdade, liderado por Joerg Haider. O fato de ter vencido as eleições não atribui ao PL o direito de perseguir imigrantes pobres. Em síntese, os direitos universais do homem transcendem os limites nacionais.

Claro, a comunidade das nações não está dotada de mecanismos jurídicos internacionais capazes de aplicar os princípios contidos na Declaração dos Direitos da ONU. Isso não significa que esses princípios não sejam válidos, mas que, ao contrário, é urgente a criação de mecanismos que possam lhes dar força. **Essa questão (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** já vem se colocando na prática. Apenas na década de 90, o Conselho de Segurança da ONU constituiu dois tribunais especiais, um para a antiga Iugoslávia (1993), outro para Ruanda (1994). Em 17 de julho de 1998, uma conferência da ONU aprovou, em Roma, o estatuto do Tribunal Penal Internacional (TPI). O documento recebeu 120 votos favoráveis, sete contrários e 21 abstenções. O tribunal se instalará em Haia, na Holanda, nos próximos anos, quando pelo menos sessenta países aderirem ao tratado internacional. Washington votou contra, assim como os governos de Israel, China, Filipinas, Índia, Sri Lanka e Turquia.

O TPI nasce frágil, já que metade da população mundial, incluindo a superpotência americana – que é, atualmente, o principal obstáculo à sua fundação —, estará, *a priori*, fora da sua esfera de jurisdição. Mas o próprio “caso Pinochet” demonstra que o processo de formação do tribunal está em curso. Existe, hoje, uma atmosfera mundial propícia a julgar aqueles que cometem crimes contra a humanidade. Isso faz com que a construção e o fortalecimento do TPI sejam inevitáveis, a menos, é claro, que aconteça uma catastrófica desagregação da comunidade das nações. Roma, por mais forte que seja, não tem o poder de deter a história.

Norberto Bobbio já observou que os direitos do homem evoluem, em geral lentamente, e que sua aplicação responde às questões práticas colocadas pela humanidade em determinada época. A Declaração dos Direitos de Thomas Jefferson excluía os escravos, e a francesa não reconhecia os direitos das mulheres. Muitas lutas foram travadas até que esses direitos fossem reconhecidos e ampliados. Hoje, são reconhecidos também os “direitos sociais”, que beneficiam grupos minoritários, e os chamados “direitos difusos”, como os relativos ao meio ambiente, que não têm titulares precisos, mas que beneficiam a todos.

Assim, **a questão urgente, (rótulo metaenunciativo (“segunda-mão” retrospectivo avaliativo)** colocada na prática da própria atividade da ONU, é o funcionamento do TPI. Outra coisa é que sua

inexistência não pode servir de garantia de impunidade aos criminosos. A detenção de Pinochet foi justa e legítima, tanto quanto é justo e legítimo que todos os povos do mundo contestem a vitória de Haider na Áustria, e que o mundo se levante contra o massacre de qualquer minoria étnica, em qualquer parte do planeta (que o “soberano” Exército russo, por exemplo, explique a sua participação no massacre dos chechenos, como foi mostrado por um vídeo divulgado pela rede BBC de Londres, em fevereiro). O mundo tem pleno direito de pedir explicações a Pinochet, tanto quanto aos tiranos de todo o mundo que o antecederam na arte de aviltar a condição humana.

## Anexo A

Março - 2000

### (9) (MÁ) NOTÍCIA DE JORNAL

*A proposta de alteração do Código Florestal feita pela bancada ruralista prevê anistia a infratores e redução de áreas de preservação.*

CAROS AMIGOS, ano III, nº 36, março 2000, p. 11.

Roberto Pelim

Imagine a Amazônia como uma grande plantação de soja. A represa de Guarapiranga, em São Paulo, cercada por prédios, e o Cerrado coberto por *pinus*, com tocos de árvores cortadas e o rastro de tratores. **Essa situação (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** pode vir a acontecer, se a proposta de mudança do Código Florestal apresentada pela bancada ruralista for aprovada no Congresso.

Os ruralistas pretendem votar em março o projeto de conversão da medida provisória 1885-43, que altera substancialmente o Código Florestal. O relator Moacir Micheletto, do PMDB, PR, traçou uma proposta que visa reduzir sensivelmente as áreas de preservação permanente (APPs) e permitir desmatamento indiscriminado no país.

Seus principais pontos são a redução das reservas legais na Amazônia Legal, inclusive em áreas de cerrado, cultivo de plantas exóticas para recompensar a derrubada de reserva legal, em qualquer ponto do país, anistia geral a desmatadores e diminuição das áreas de preservação permanente em lagoas, reservatórios e lagos.

A proposta quase foi votada no ano passado, em um prazo recorde de tramitação. Escrito na manhã de 23 de novembro, o projeto estava na pauta de discussão ao meio dia. Uma hora antes de o presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), anunciar a apreciação da proposta, a senadora Marina Silva, do PT do Acre, ligou para o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho. A senadora queria que o ministro abortasse a votação, alegando que ela acabaria com o Código Florestal. Pressionado, Sarney Filho intercedeu e conseguiu adiar a votação.

**O acordo (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** definiu algumas datas para o desenrolar **da discussão: (rótulo prospectivo avaliativo)** os ruralistas conseguiram que o código fosse votado em março deste ano; os ambientalistas pediram a uma comissão técnica no Conselho Nacional de Meio Ambiente, Conama, um estudo sobre o Código Florestal, pois consideram que está desatualizado.

É o que defende o almirante Ibsen Câmara, membro de doze organizações não-governamentais (ONGs), entre as quais a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, (FBCN). “O código precisa passar por uma reformulação, está desatualizado”, afirma. Mas o ambiente defende que o governo federal prepare um projeto e o envie à Câmara. “É um processo que deve ser feito por técnicos, e não por parlamentares que não entendem do assunto e colocam parentes para assessorá-los”.

## PROPOSTA INCENTIVA O DESMATAMENTO

A medida provisória 1885, alvo das críticas dos ambientalistas, foi assinada em 1996 e reeditada 46 vezes desde então, sempre com alterações. A MP foi feita logo após o Ministério do Meio Ambiente ter divulgado a extensão do desmatamento na Amazônia em 1995, com base em imagens de satélite. Naquele ano, 29.000 quilômetros quadrados de florestas foram derrubadas na Amazônia, uma área equivalente ao Estado de Alagoas.

O governo federal decidiu, então, breçar a devastação, e elevou a área de reserva legal na Amazônia de 50 por cento para 80 por cento, restando 20 por cento para fins comerciais, extrativistas ou agrícolas. A mesma medida foi adotada para áreas de cerrado na Amazônia Legal, mas com valores diferentes: subiu de 20 por cento para 50 por cento do lote.

Mesmo assim, a destruição ambiental na região assusta. Nos últimos vinte anos, uma média de 50 quilômetros quadrados por dia de floresta foram cortados. O almirante Ibsen, autor do cálculo, baseou-se em dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) anualmente para obter o número. Ele critica a imprensa por não noticiar um valor tão absurdo. “Não há espaço para o meio ambiente”.

Um dos principais pontos do projeto de conversão é a anistia geral aos desmatadores de reserva legal e APPs, as áreas de preservação ambiental. Isso significa, em outras palavras, que as derrubadas de vegetação realizadas até hoje seriam “perdoadas”.

Os ruralistas querem, também, voltar aos percentuais de reserva legal válidos até 1995. Para completar, desejam que a compensação da reserva legal possa ser feita em outras propriedades e, até mesmo, em outros Estados. **Essa prática (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** é aceita pela legislação atual, desde que sejam usadas espécies vegetais do ecossistema em questão, e da mesma microbacia.

O texto do deputado Micheletto propõe o uso de plantas exóticas na recomposição de uma área, em qualquer parte do Brasil. Na prática, isso permite usar *pinus*, por exemplo, no Pantanal, ou laranja na mata atlântica. A consequência imediata **desse procedimento (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** seria desproteger fauna e flora locais. A retirada da vegetação levaria uma brutal perda de biodiversidade que poderia ser explorada pela engenharia genética.

**Outra mudança fundamental (rótulo retrospectivo e prospectivo avaliativo)** apresentada no projeto de conversão é a redução de 100 para 30 metros da APPs das margens dos rios, lagoas, reservatórios, encostas e lagos. Dessa forma, estariam liberadas as construções e atividades comerciais às margens desses pontos, muitas delas poluentes. Com a distância para **essas fontes (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** reduzidas, a chance de haver contaminação das águas seria muito maior.

Além disso, aumentaria a impermeabilização do solo, que faz com que a água corra com muito mais velocidade e não encontre onde se armazenar. Os rios não suportam a quantidade de água e transbordam. Dois exemplos recentes são as enchentes na região do Vale do Paraíba, na divisa entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e os deslizamentos de terras em Campos do Jordão, SP, em 1999. Fruto do desrespeito à lei.

## **PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE**

Durante fevereiro, foram organizadas consultas públicas em cinco cidades do país – Manaus, Natal, Curitiba, Brasília e São Paulo – antes que a Câmara Técnica do Conama instituída para apreciar **a questão (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** apresente um texto ao órgão. Elas contaram com a participação de várias ONGs e culminaram em uma nova redação para a medida provisória. Ela será levada a plenário para ser debatida junto com o projeto do deputado Moacir Micheletto. Nada garante, porém, que o texto da Câmara Técnica será levado em consideração.

Para Marcos Sorrentino, professor de política, legislação ambiental e educação ambiental da ESALQ/USP, em Piracicaba, SP, o Código Florestal precisa ser mudado, mas através de uma ampla discussão com toda a sociedade brasileira. Sorrentino repudia elaborar uma nova lei como resultado de um *lobby*, como o que aconteceu com a proposta dos ruralistas.

O almirante Ibsen cobra mais participação da população. E critica, ao mesmo tempo, a ausência de uma política ambiental no governo Fernando Henrique Cardoso: “As ações da área ambiental parecem uma nau sem rumo”.

## Anexo A

Julho - 2000

### (10) DROGA

Ricardo Vespucci

CAROS AMIGOS, ano IV, nº 40, julho, 2000, p.21.

Ônibus parado, as câmaras mostram. O seqüestrador desvairado, revólver na mão, mulheres sob tortura, gritos pela janela, letras de batom transmitindo ameaças.

O seqüestrador, capeta incansável no corredor do ônibus. “Vi-si-vel-men-te drogado”, afirma um repórter de televisão. “Vi-si-vel-men-te drogado” afirma outro repórter de televisão. E no rádio se repete **a frase** inteira (**rótulo retrospectivo metadiscursivo metalingüístico**) – frase feita em conteúdo e forma.

Que droga seria aquela? Cocaína, *crack* (que no Rio quase não há), merla, ácido, maconha, haxixe, alguma coisa da classe das anfetaminas? Ou álcool?

Certamente nenhuma delas. Não há droga psicotrópica conhecida capaz de numa só dose, ou dose prévia, produzir no drogado tanta agitação durante quatro horas; e de permitir que ele se mantenha, bem ou mal, no controle de uma situação como aquela. Pois o seqüestrador passou todo **o episódio (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** furiosamente excitado e, a seu modo, foi senhor das ações até o fim. Para que ele mantivesse **aquela nível de efervescência, (rótulo retrospectivo avaliativo)** deveria obrigatoriamente renovar as doses a cada quinze ou vinte minutos, meia hora no máximo. Mas não consta do depoimento das vítimas qualquer alusão a que ele tenha se drogado dentro do ônibus. Nem há referência a odor de álcool, inevitável se ele tivesse bebido — uma das vítimas declarou apenas que ele cheirava a suor. Então, foi droga que a gente ainda não conhece, quem sabe droga do outro mundo.

Mas como é fácil afirmar que algum bandido está “vi-si-vel-men-te drogado”. Em especial quando não se tem compromisso com os fatos, ou conhecimento de causa, e não se sente nenhum constrangimento em chutar a “informação”. Duro é que até o Cony, comentando **o caso**<sup>9</sup>, (**rótulo metaenunciativo retrospectivo não-avaliativo**) falou em droga. Para nossa esperança, porém, ainda há vozes confiáveis. Por exemplo, a do psicanalista Paulo Sternick, do Rio. Ele escreveu no *Jornal do Brasil*:

“(…) Nem todo mundo que se alucina está necessariamente drogado. A alucinação é um fenômeno psíquico atribuído a pessoas perturbadas, mas também, em escala mais ‘branda’, é comum a todos os seres humanos. (...) Em casos extremos, como no do bandido do ônibus 174, ele estava vivendo seus quinze minutos de glória macabra. (...) Ele alucinava como um personagem de filme americano (...)”.

<sup>9</sup> O grupo nominal “o caso” é uma retomada recategorizadora para o rótulo “o episódio”. Ao considerá-lo, também, como rótulo ressalta-se que esta recategorização sobreleva uma postura reflexiva do produtor do texto. O rótulo “o caso” funciona, ainda, como um mecanismo de coesão referencial.

Exclusão completa da economia; família aos pedaços; fome, desabrigo e medo em estado permanente; a cor da pele; a ausência de qualquer perspectiva social, profissional, afetiva, zero de educação; zero de cultura; nenhum discernimento ético – todas **essas drogas (rótulo retrospectivo avaliativo)** seriam detectadas numa necropsia acurada do bandido. E mais uma: seqüelas específicas da chacina da Candelária, da qual ele era sobrevivente. De forma que, pensando bem, ele estava drogado sim. E não era droga de outro mundo, não.

Mas os repórteres e o distinto público com certeza estavam pensando em cocaína, haxixe, essas coisas, não estavam?



## Anexo A

### Julho - 2000

#### (11) EFEITOS DO PENSAMENTO ÚNICO

*Somos seres marcados pela incompletude e, por isso, a nossa completude só se realiza no sonho. Temos de sonhar.*

Frei Betto.  
CAROS AMIGOS, julho 2000, p. 18.

Sentimos, hoje, mal-estar em relação aos cinco pilares da modernidade e da sociedade em que vivemos: o Estado, a família, a escola, a Igreja e o trabalho. Fernando Sabino costuma afirmar que o mineiro já nasce louco, depois piora. No interior de Minas, quando o sujeito enlouquecia, dizia-se que ele “se manifestou”. Uma pessoa que “se manifestava” era aquela que, de alguma forma, não estava adequada a um dos cinco pilares. As pessoas que estivessem sintonizadas com eles eram consideradas “normais”.

Ora, os cinco estão em crise, causando-nos um grande desconforto. Todos nós vivemos num estado de muita dúvida sobre o momento atual. O que se passa no Brasil e no mundo... e por quê?

Somos contemporâneos de **um fato absolutamente novo na história da humanidade (rótulo prospectivo avaliativo)**: a era imagética. Somos a primeira geração televisiva da história. Nossos bisavós, tataravós e “metralhavós” não conheceram isso. A minha avó jamais poderia imaginar que, sentada no sofá da casa dela, pudesse assistir a um evento do outro lado do planeta em tempo real.

Somos também contemporâneos de **um outro evento, (rótulo retrospectivo e prospectivo não-avaliativo)** que não é novidade, mas é raridade: mudança de época. Ou seja, não estamos vivendo apenas uma época de mudanças, vivemos uma mudança de época. A última vez que isso ocorreu no Ocidente foi na passagem do período medieval para o período moderno, nos séculos 15 e 16. Agora, passamos do período moderno para o período denominado pós-moderno.

Em muitos aspectos, essas mudanças de época, a do século 16 e a do século 20, se parecem. Hoje, utilizamos o nome globalização para o neocolonialismo. Prefiro ser mais explícito e chamar de *globocolonização*, na medida em que uma determinada cultura e uma determinada concepção de vida são impostas ao mundo, e não várias concepções e culturas.

Na China, entrei numa casa de discos e havia um pôster do Michael Jackson. Não tenho nada contra os chineses gostarem de Michael Jackson, mas gostaria de chegar numa casa de discos em Nova York e encontrar um pôster de um chinês... Em Manaus, moças faziam *cooper* com meia de lã até o joelho, porque havia uma novela da Globo onde as personalidades faziam *cooper* meia de lã.

Existe um modelo de sociedade hegemônico, anglo-saxônico, que nos é imposto como ideal. Não temos a possibilidade de visualizar novos métodos históricos, tamanha a hegemonia desse modelo neoliberal.

Mas podemos imaginar o que aconteceria se a população da China tivesse, hoje, o padrão de vida americano, com tantos automóveis quanto nos EUA. Significaria, no mínimo, o fim da camada de ozônio. Portanto, o esforço de pensar um novo modelo de convivência social é um desafio e uma necessidade.

A diferença entre a colonização ibérica e a globocolonização atual é pequena. Aliás, a globalização não foi inventada nem pelo capitalismo neoliberal, nem pela colonização ibérica. Foi inventada por São Paulo, no século 1. Ele foi o primeiro a romper uma determinada cultura, geografia e etnia, para propor uma mensagem universal, que adquiriu até esse nome. “Católico” significa, em grego, “universal”. Como vários povos, sem perda da sua identidade e cultura, podem abraçar uma mesma crença? Até então, todas as religiões eram confinadas às suas raças, aos seus povos, às suas etnias.

## TEMPO E HISTÓRIA

Enfrentamos, hoje, um processo de desistorização do tempo. A história que conhecemos é a história contada pelos vencedores, tanto que a rigor esses quinhentos anos de Brasil deveriam ser comemorados em Portugal, não aqui, porque foi uma vitória dos portugueses. Seria estranho, como escreveu Oded Grajew, outro dia, que a República Tcheca comemorasse cinquenta anos da invasão nazista. De qualquer forma, isso não quer dizer que não deveríamos comemorar. A palavra comemorar é exata, não a palavra celebrar. Porque comemorar significa, etimologicamente, “fazer memória”. Só que, aqui, se comemorou pelo viés equivocado. Deveríamos ter obtido *know-how* do governo francês, que, em 1989, ao comemorar os duzentos anos da Revolução Francesa, conseguiu envolver toda a nação dos segmentos mais conservadores aos mais progressistas, abrindo um leque de eventos que resgataram a memória da nação, à luz da Revolução Francesa, mas sobretudo dos desafios que se apresentam hoje no contexto europeu.

Infelizmente, não fomos buscar aquele *know-how* e deu no que deu. Ou seja, promoveu-se uma festa de aniversário para a qual a maioria da família não foi convidada. Se você exclui o seu filho de um aniversário na sua casa, é normal que ele atire pedra na vidraça, pois é a forma de ele chamar a atenção e dizer “estou excluído, mas quero participar”.

Há, hoje, um processo de desistorização do tempo. Daí a nossa dificuldade, **nessa crise da passagem da modernidade para a pós-modernidade, (rótulo retrospectivo avaliativo)** de consolidarmos valores como, por exemplo, a ética. Não existe projeção, prospecção, estratégia, sem a concepção do tempo como história. Essa seguramente foi uma das maiores aquisições do Ocidente e está sendo, no momento, uma das maiores perdas. Os gregos tinham a idéia do tempo cíclico. As coisas acontecem e se repetem. E tinham uma idéia também do destino. Há algo anterior a mim que traçou os caminhos da minha vida. E **esse poder (rótulo retrospectivo avaliativo)** é inelutável.

Os persas foram os primeiros a perceber o tempo como história. E os hebreus foram aqueles que nos passaram, através do Antigo Testamento, essa idéia forte de que tempo é história.

Entre os grandes pilares da cultura contemporânea, três trabalharam o tempo como história e os três foram judeus: Jesus, Marx e Freud. Jesus trabalhou o tempo histórico como construção do reino de Deus, e fez a ligação entre o princípio, o paraíso e o fim, a escatologia, o apocalipse, a nova vinda. A visão cristã imprime ao tempo uma historicidade, como herança da visão judaica, na qual isso é muito arraigado.

Marx ensinou que só podemos entender os vários modos de produção resgatando a história desses modos. E Freud, que só podemos entender os desequilíbrios de uma pessoa resgatando a história dessa pessoa. Indo, inclusive, aos porões do inconsciente.

Quando se tem a percepção do tempo como história, tem-se o varal onde dependurar os valores. Ou seja, a vida ganha um sentido. E esse é o bem maior que todos nós procuramos: um sentido.

Quem teve a oportunidade de assistir à entrevista do geógrafo Milton Santos ao jornalista Boris Casoy viu o professor fazer uma distinção sábia. Ele afirmou que o nosso projeto de sociedade está, hoje, ancorado em bens finitos, quando o projeto da felicidade humana deveria estar ancorado em bens infinitos. A nossa frustração é que os bens finitos são finitos, e o desejo é infinito. Quando centrado em bens finitos, o desejo não encontra satisfação.

Os bens da dignidade, da ética, da liberdade são infinitos, como a paz e o amor. Como esses bens não têm valor de mercado, não podem ser adquiridos na esquina. Até tentam nos vender simulacros. A publicidade sabe que todos nós buscamos a felicidade. E, como não pode nos oferecer a felicidade, tenta nos convencer de que a felicidade é o resultado da soma de prazeres. Tomo este guaraná, visto esta roupa, tenho conta neste banco, ando neste automóvel, viajo de férias para este paraíso, aí vou ser feliz, pois veja como as pessoas que estão lá são felizes! Todo **o projeto**<sup>10</sup> (**rótulo retrospectivo não-avaliativo**) é baseado no ter e não no ser.

Quando não temos a percepção do tempo como história, não temos o varal onde dependurar os valores e, portanto, corremos o risco de perda de sentido, entramos num vazio. Vocês devem se lembrar de que, antigamente, as pessoas namoravam, casavam, noivavam, faziam bodas de prata e, algumas, até bodas de ouro. Por quê? Porque havia um sentido, uma dinâmica de valores dentro do compromisso conjugal. Hoje, as pessoas casam, descasam, namoram, rompem, a ponto de um amigo meu – que já está no quarto casamento —, outro dia, convidar os amigos para as suas bodas de prata. Ninguém entendeu nada. Ele explicou: somei quantos anos de vida conjugal tenho desde o primeiro casamento e, por isso, vou comemorar os 25 anos”. Assim, ele deu a festa...

## A PERENIZAÇÃO DO PRESENTE

Hoje, entramos na dinâmica do pensamento único, na idéia de que este modelo de sociedade capitalista neoliberal é o ideal. Como disse Fukuyama, guru do neoliberalismo, “a história acabou”. Crer nisso é acreditar que não há futuro.

Qual é a lição que apresenta **essa perspectiva**? (**rótulo retrospectivo não-avaliativo**) A perenização do presente. Querem nos convencer de que, daqui a duzentos ou quinhentos anos, haverá *shopping center*, mercado, bolsa de valores, competitividade, porque ninguém ousa imaginar algo diferente. A menos que corra o risco de ser chamado de dinossauro ou maluco.

<sup>10</sup> O rótulo “o projeto” não é classificado, neste caso, como metadiscursivo, pois se trata de uma referência a concretude do termo, tal como distingue Rocha Lima (LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*, 31 ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1992) sobre nominalização abstrata e concreta. É o que se verifica em exemplos como “A **plantação** de cana” (plantação = nominalização abstrata) e “O incêndio destruiu a **plantação**” (plantação = nominalização concreta).

Ora, quem conhece a história sabe que Alexandre Magno sonhou que a sua conquista do mundo seria eterna. Os doze césores de Roma ambicionaram a mesma coisa.. A Igreja, no período medieval, achou que tinha chegado ao reino de Deus. Hitler até ousou chamar o seu projeto de Terceiro Reich, o reino definitivo da sua conquista, e deu no que deu. Stálin, a mesma coisa na União Soviética. Eis **uma grande bobagem**, (rótulo prospectivo avaliativo) a pretensão de que um momento histórico possa se perenizar.

O que há de grave, neste nosso momento histórico, é que não há uma proposta que se contraponha a esse modelo neoliberal da sociedade. Somos seres visceralmente vocacionados ao sonho. Somos o único animal que não pode deixar de sonhar. O único animal incompleto. Uma vaca está na sua plenitude bovina, feliz; o cachorro, na sua plenitude canina, precisa só de uma comidinha, um carinho e fala consigo ao nos fitar: “Coitado, ele ainda tem de fazer reunião, discutir política, ler jornal, enfrentar problemas familiares”. A samambaia precisa de muito pouco para ser feliz, um pouquinho de sol e água.

Nós não. Somos seres marcados pela incompletude e, por isso, a nossa completude só se realiza no sonho. Temos de sonhar. O sonho pode ser um projeto político, uma fé religiosa, um ideal profissional ou uma vocação artística. Somos seres vocacionados à transcendência. Não nos bastamos.

A perda da dimensão histórica do tempo coincide com a entrada de uma “cultura” que cada vez menos se preocupa com aquilo que é o verdadeiro caráter da cultura. Cultura é tudo aquilo que aprimora o nosso espírito e a nossa consciência. Quanto mais consciência e densidade espiritual uma pessoa tem, menos consumista ela se torna. Porém, cada vez mais a cultura é atrelada ao consumismo. Perde o seu valor como fator de humanização para virar mero entretenimento. Existe uma máquina publicitária que não está interessada em formar cidadãos, está interessada em formar consumidores. A ponto de se estender isso até à infância.

## A EROTIZAÇÃO PRECOCE

Quem chegou à idade média, como eu, sabe que, em nossa infância, não havia o fator dinheiro. Ele apareceu na nossa vida quando entramos na adolescência. Nunca tivemos a idéia de qual era a marca do calçado que usávamos, da roupa que vestíamos, e a palavra grife nem existia.

Acontece que o mercado infantil é o filé *mignon* do consumismo. Porque criança tem **duas vantagens**: (rótulo prospectivo metadiscursivo cognitivo-discursivo - avaliativo) não ter discernimento frente ao valor do produto, nem do valor de compra, nem do valor de uso, e ser capaz de insistir tanto, que os pais acabam comprando para se verem livres da chateação, mesmo sabendo que aquilo vai ser encostado em uma semana. No Brasil, o mercado infantil, movimenta, por ano, 48 bilhões de dólares — o equivalente ao faturamento mundial da Nestlé em um ano. (Fonte: Época, 5/6/2000.).

Como se faz uma criança virar consumidora? É difícil. Porque a criança é dotada de **um artifício natural que lhe serve de antídoto**: (rótulo prospectivo avaliativo) a sua fantasia. Um menino ou uma menina, de quatro ou cinco anos, brincando sozinho, é um bando.

A fórmula para transformar uma criança em consumidora é pela via da erotização precoce. Quando se consegue que uma criança de quatro ou cinco anos preste demasiada atenção ao próprio corpo, ela

entra na perspectiva do desejo de consumo. Passa a viver uma esquizofrenia, porque é biologicamente infantil e psicologicamente adulta. Um simulacro de adulto. Isso é mais ou menos admirável, porque ela consegue jogar a fantasia, tanto na sua ambição de consumo, como no mimetismo ao comportamento adulto. Acontece que, ao chegar à puberdade, ela vive uma crise, como todos nós vivemos a crise da puberdade. A puberdade é o momento de adequação da razão à realidade. É quando descobrimos que há uma inversão. A fantasia passa ao segundo lugar e a razão ao primeiro. A infância é ótima, porque a fantasia está em primeiro e a razão em segundo.

Essa criança, marcada pela perspectiva consumista, chega à puberdade numa enorme insegurança. O real é assustador. E, nesse momento, por uma perversa intuição profissional, aproxima-se dela o traficante de drogas e diz: “Não se preocupe, você vai poder continuar sonhando, só que quimicamente”.

A questão da droga está diretamente associada à eliminação da infância como espaço lúdico, de criatividade, para ceder lugar ao consumo e à babá eletrônica, que sonha pelo telespectador mirim. Na minha infância, felizmente, não havia a ditadura da televisão e a gente brincava na rua. O máximo de consumo era pedir ao pai que trouxesse, do centro da cidade, uma caixa de pregos, para montarmos os nossos brinquedos. E havia todo um exercício de sociabilidade no bando de rua.

Hoje, há uma caixa eletrônica que sonha pela criança e promove uma transferência. A família quer inculcar determinados valores, a televisão propõe antivalores. Meu pai me impedia de passar em determinadas ruas de Belo Horizonte, porque lá ficava a zona boêmia da cidade. Hoje, você não pode fazer o mesmo. Basta seu filho ligar a televisão para o bordel entrar no quarto e na sala de casa. E, se bobear, ele ainda liga para a telepornografia e estoura a conta de telefone da família.

Vivemos, pois, numa situação em que a vida volta a ter dimensão cíclica, não histórica; e dentro dessa dimensão cíclica é difícil ter um varal onde dependurar os valores. E o sonho como utopia ou projeto passa a ser quase um crime, uma anomalia. “Não, você tem de aceitar essa sociedade tal como ela se apresenta”, diz o pensamento único.

A perspectiva de perenização desse presente nos leva à síndrome da juventude eterna. Já que o presente tem de ser perenizado, também a minha juventude tem que ser perenizada. Malha-se o corpo, mas não o espírito. Hoje, ficar velho é uma falta de educação; engordar, então, nem se fala. Vale **a anedota (rótulo prospectivo não-avaliativo):**

- Como é, foi no enterro do amigo?
- Fui.
- E como ele estava?
- Olha, com tudo em cima, morreu sarado...

## Anexo A

### Julho - 2000

#### (12) FIM DO NEOLIBERALISMO, A VIRADA.

Aloysio Biondi

CAROS AMIGOS, ano IV, nº40, julho 2000, p. 11.

Houve **outra “virada” (rótulo prospectivo avaliativo - Metaenunciativo)** na própria história do planeta Terra, que a grande imprensa e analistas simplesmente ignoraram. Reunidos na capital alemã em princípios de junho, os chefes de Estado dos sete países ricos, agrupados no chamado G-7, assinaram um tratado rejeitando as políticas neoliberais. Já chamado de Consenso de Berlim, como substituto do Consenso de Washington que deu origem à onda neoliberal, o acordo chegou até a ser noticiado pelos jornais, no dia de sua assinatura — mas depois o silêncio foi total: nem uma análise, nem uma entrevista, nem uma suíte, nada de nada...No entanto, as conseqüências para os rumos da humanidade são óbvias (até a próxima “virada”, claro); são enterradas as teorias que dominaram o mundo nos últimos anos, pelas quais o Estado deveria interferir o mínimo na vida dos países, deixando que o “mercado” se incumbisse de fazer todos os ajustes na economia — inclusive quanto à criação de empregos e melhora na distribuição da renda. As questões sociais foram varridas do mapa, aceitando-se a impiedosa “exclusão de centenas de milhões de seres humanos”, em nome da “eficiência” e da “globalização” impulsionada pelo FMI e Banco Mundial, a onda neoliberal, como muitos críticos previam, no final das contas não passou de uma gigantesca gazua que os países ricos, e não apenas os EUA, mas também e principalmente a Europa, usaram para tomar de assalto os recursos naturais e depois até as fábricas de pão de queijo dos países “emergentes”, que, mui obedientemente, viraram imergentes. Mais uma vez, vai-se tentar apresentar a reviravolta como uma “surpresa”, algo surgido da noite para o dia. Na verdade, ela tem tudo a ver com outras mudanças radicais no “jogo do poder” internacional, também ignoradas nos anos recentes, e para as quais esta coluna, mais de uma vez, tentou chamar a atenção. Em síntese, o neoliberalismo está sendo enterrado como conseqüência do aumento do poderio econômico e político da Europa, que coincide com o agravamento dos problemas da economia dos EUA (mantidos na sombra por uma prosperidade com pés de barro, e pelo ensandecido *boom* nas bolsas de valores). A Europa passa a dividir, de fato, a hegemonia mundial com os EUA – e o euro passa a fazer frente ao dólar, como moeda de aceitação internacional.

#### AS MUDANÇAS POLÍTICAS

**Todas essas mudanças marcantes (rótulo retrospectivo avaliativo)** ao longo dos últimos dois anos sobretudo, foram ignoradas à direita e à esquerda. No caso da direita, o silêncio talvez tenha sido e continue a ser deliberado, já que toda a sua máquina de propaganda esteve voltada para vender a idéia de que o modelo neoliberal era o caminho certo para o nirvana da prosperidade mundial, apresentando os EUA como a melhor prova **dessa tese (rótulo retrospectivo metadiscursivo cognitivo-discursivo)** (dentro da “lavagem cerebral” neoliberal, vale lembrar a matéria de capa sórdida publicada em 1999 pela tradicionalmente respeitável revista *The Economist* prevendo “crise iminente” e terremoto social na China...). Se a direita defendia seus interesses, a esquerda, como sempre, mergulhava em discussões

intermináveis, ótimas para “seminários”, sobre a qual a chamada “via” que os partidos socialistas europeus estavam trilhando: segunda, terceira, quarta quinta? Blair é um traidor? Jospin é um burguesinho? **Esses debates intelectualóides (rótulo retrospectivo avaliativo metadiscursivo cognitivo-discursivo)** impediram que se enxergasse **outro fato histórico, (rótulo retrospectivo e prospectivo avaliativo)** certamente o nascedouro do Consenso de Berlim, ou o começo do fim do neoliberalismo. A partir do final de 1998, quando Schröder venceu as eleições na Alemanha, todos os principais países europeus passaram a ser governados por partidos de esquerda. Menos espetaculosa que a queda do muro, dez anos antes, **essa hegemonia dos partidos socialistas (rótulo retrospectivo avaliativo)**— de que “via” sejam — obviamente teria reflexos nas decisões políticas da Europa, entre as quais a rejeição às teorias neoliberais eram favas contadas. A guinada já estava em marcha. A homogeneidade de objetivos entre os governos de esquerda contribuiu para acelerar a implantação do euro, em janeiro do ano passado, com a superação de conflitos “nacionalistas” entre França e Alemanha, por exemplo.

### AS MUDANÇAS ECONÔMICAS

Em economia, a aparência frequentemente pode ser o oposto da realidade. Nos últimos anos, o noticiário sobre a “prosperidade norte-americana” assombrou o mundo. E a “fraqueza” do euro diante do dólar impressionou os incautos. Tudo aparência. Há décadas, a economia norte-americana mantém seu crescimento à sua custa de importações maciças, muito acima do valor das exportações, acumulando rombos fantásticos em sua balança comercial. Qualquer país **nessa situação deficitária (rótulo retrospectivo avaliativo)** é forçado a desvalorizar sua moeda, para encarecer (e reduzir) as importações e baratear (e aumentar) as exportações, em busca de equilíbrio, em suas trocas com o resto do mundo. Os EUA sempre fugiram à regra, simplesmente emitindo dólares para pagar suas compras — o que, já na década de 60, fazia o presidente francês De Gaulle chamar o dólar de mero “papel pintado”. Ou fez o ex-ministro americanófilo empedernido, Roberto Campos, chamar os EUA de “caloteiro mundial número um”, no ano passado. Até 1998, o déficit mensal dos EUA com outros países chegava a incríveis 15 a 18 bilhões de dólares – por mês. Em 1999, ele saltou para os 25 bilhões de dólares, e hoje está na faixa dos 30 bilhões de dólares. Por mês. Já em 1999, o BIS banco central dos bancos centrais, em seu relatório divulgado em meados do ano, dizia que a situação era insustentável, e que o dólar deveria ser desvalorizado no mínimo em 23 por cento em relação ao iene japonês. Essa, a lógica econômica. Mas aconteceu o contrário: o dólar continuou a valorizar-se, e o euro a despencar. Por trás **dessa tendência (rótulo retrospectivo avaliativo)** esteve presente **um fator (rótulo prospectivo não-avaliativo)** que o cidadão comum dificilmente consegue entender: a queda do euro interessava à União Européia, exatamente para baratear suas exportações e encarecer as importações. Isto é, uma estratégia que chegou a provocar protestos oficiais de Clinton. Na prática, o euro desvalorizado permitiu aos países da União Européia baterem recordes de exportação, manterem a economia (e o emprego) em crescimento — e acumularem um saldo positivo na faixa de 200 bilhões de dólares anuais. Enquanto isso, os EUA apresentam um “rombo” de 300 bilhões de dólares e que caminha para os 360 bilhões de dólares em doze meses. O que a Europa tem feito com **essa enxurrada de dólares? (rótulo retrospectivo avaliativo)** Basta olhar ao redor: suas multinacionais e bancos vêm comprando empresas e “concorrentes” em todo o mundo, inclusive nos próprios EUA. Enquanto os holofotes estavam concentrados na “prosperidade norte-americana”, a Europa ampliava seu poder ao redor do mundo, pela presença crescente de suas empresas também em áreas estratégicas como energia, petróleo, telecomunicações. Os EUA já não detêm a hegemonia econômica absoluta – nem a política, no mundo. A mudança se refletirá sobre o dólar, e seu poderio irreal.

Além da ascensão européia, não se podem ignorar **dois outros fenômenos (rótulo retrospectivo e prospectivo não-avaliativo)** que contribuíram para o enterro do neoliberalismo. Primeiro: os relatórios anuais do Banco Mundial e FMI, de outubro do ano passado, que mostravam o avanço da miséria em todo o mundo, simultaneamente ao aumento do fosso entre países ricos e pobres, contrariando todos os mitos das vantagens da globalização e “sabedoria do mercado”. Segundo: as gigantescas manifestações de rua, primeiramente em Seattle, contra essas mesmas conseqüências de “onda neoliberal”. Um cínico diria finalmente que, agora que “já comprou tudo”, a Europa pode dar-se o luxo de ser boazinha com suas novas colônias, como o Brasil de Ferdinand Henri...



## Anexo A

### Julho - 2000

#### (13) LIBERALIZAR SEM DEIXAR VESTÍGIOS

(Le Monde *diplomatique* – Susan George e Ellen Gould)  
Tradução Ângela Mendes de Almeida

A portas fechadas planejam-se a tomada, pelas multinacionais, dos novos setores da economia e a transformação dos serviços públicos em mercadoria. Tudo o que havia sido derrotado em Seattle está de volta.

Anunciado com grande estardalhaço, o novo ciclo de negociações comerciais multilaterais da OMC (Organização Mundial do Comércio) denominado Rodada do Milênio naufragou vergonhosamente em novembro passado em Seattle. Mas **esse fracasso (rótulo retrospectivo avaliativo)** não impediu absolutamente que ultimamente fossem retomadas as negociações sobre o comércio de serviços, em Genebra, como se nada tivesse acontecido: com efeito, elas figuravam no mandato atribuído à OMC pelos acordos de Marrakech, de 1994. Ora, o que se arquiteta atualmente, a portas fechadas, no marco do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS), é exatamente aquilo que havia sido espetacularmente recusado em Seattle: a tomada, pelas empresas multinacionais, dos novos setores e a transformação programada dos serviços públicos em mercadoria. A ponta-de-lança **dessa ofensiva (rótulo retrospectivo avaliativo)** encontra-se na Comissão Européia.

De fato, Bruxelas e o Secretariado da OMC esfalfam-se ao máximo para satisfazer os projetos das grandes empresas: seja lá a desculpa que dão, o que está em jogo são os setores da saúde, da educação, do meio ambiente e da cultura. Os meios técnicos de contornar, ou de se contrapor à vontade dos cidadãos, ou mesmo dos Estados, **nesse campo, (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** estão nos textos e já sendo postos em prática em grande medida. É suficiente visitar o *site* da Comissão Européia na Internet para se dar conta de que “a participação ativa das indústrias de serviços nas negociações é crucial para permitir alinhar nossos objetivos de negociação com as prioridades das empresas. O AGCS não é apenas um acordo entre governos. É, antes de mais nada, um instrumento para benefício dos ambientes de negócios”. Encarregado do comércio, o comissário Pascal Lamy não modificou em nada o programa do seu predecessor, o hipertatcheriano Sir Leon Brittan, conservando em sua equipe os principais colaboradores.

Assim, um deles, Robert Madelin, escreveu recentemente ao executivo do Barclays Bank, também presidente do European Services Fórum (ESF), para saber de suas prioridades (o ESF, criado pela Comissão Européia em 1988, reúne mais de oitenta empresas multinacionais de serviços). Madelin pede oficialmente que lhe indiquem os principais entraves ao comércio nos “setores da construção, da educação, do meio ambiente, da saúde, dos serviços sociais e do setor audiovisual”. E acrescenta: “É desnecessário dizer que a Comissão dispõe a fornecer especialistas idôneos e documentos preparatórios para qualquer reunião que o senhor e seus colegas desejem organizar para discussões setoriais”.

Um outro antigo membro da equipe de Brittan, Michel Servoz, sempre o principal negociador da Comissão para os serviços, havia declarado, por ocasião de um simpósio organizado em 1999, que “certos setores parecem-nos de uma importância crescente, e gostaríamos de ver aí um nível maior de comprometimento. Trata-se dos serviços ligados ao meio-ambiente, à construção, à distribuição, à saúde e à educação. Nossa lista de compras (shopping list) é totalmente similar à dos parceiros do Quadrilátero (União Européia, EUA, Canadá e Japão)”. Servoz tinha, aliás, declarado, em outra ocasião, que a saúde, a educação e o meio ambiente estavam “maduros para a liberalização”.

Será que querem nos fazer crer que a União Européia poderia ter acesso aos “mercados” da saúde, da educação, do meio ambiente e da cultura em outros países, sem que igualmente abra suas próprias fronteiras nesse campo? **A resposta (rótulo prospectivo metadiscursivo cognitivo-discursivo não-avaliativo)** foi dada pelo próprio Pascal Lamy diante do U.S.Council for International Business (OSCIB): “Se queremos melhorar nosso próprio acesso aos mercados estrangeiros, não podemos excluir nossos setores protegidos. É preciso estarmos prontos para negociá-los se queremos ter com que negociar num acordo global (*big deal*). Tanto para os Estados Unidos como para a União Européia, isso implica algumas perdas em certos setores, mas ganhos em muitos outros, e creio que sabemos, de uma parte e de outra, que será necessário consentir em sacrifícios para obter, mais adiante, o que queremos”.

O comissário não especifica em quais sacrifícios ele está disposto a consentir em nome dos europeus. Por outro lado, acrescenta que o investimento deve figurar também no *big deal*. Entretanto, previne ele ao seu auditório do USCIB, ponta-de-lança dos americanos no Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), provisoriamente “enterrado” na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE), no fim de 1998: “É uma carta a ser jogada, porém com infinitas precauções. Falando francamente, estamos tanto na época do pós-AMI como na da pós-Seattle. É preciso tirarmos as lições desses dois fracassos”. Sem dúvida, uma das lições é que esses tipos de acordo são melhor negociados longe dos olhares curiosos dos cidadãos bem informados. Não é o Secretariado da OMC que vai dizer o contrário: será difícil para ele, é evidente, proclamar publicamente, como o faz em uma nota interna, que um dos principais objetivos do AGCS é o de reduzir os salários!

Essa nota afirma, com efeito, que “as vantagens mais significativas do comércio não virão da construção e da gestão de hospitais, mas da possibilidade de aí empregar pessoal mais qualificado, mais eficaz e/ou menos custoso que o que poderia estar disponível no mercado local de trabalho”. Reduzir as remunerações é a obsessão da OMC: em certos “serviços de meio ambiente, tais como o recolhimento do lixo, existe limite ao movimento das pessoas (...) e exigências de nacionalidade no que se refere ao pessoal, que impedem as empresas de minimizar os custos do trabalho por meio de um recrutamento internacional”. O AGCS, graças ao acordo sobre o “movimento das pessoas físicas”, também permitirá importar trabalhadores ao sabor das exigências dos empregadores multinacionais, ou fazer executar o trabalho “móvel” em outro lugar. O Secretariado da OMC dá, aliás, o bom exemplo. “A OMC já nos faz economizar muito dinheiro”, diz seu diretor geral, Mike Moore, ao se dirigir aos países membros, deslocando as traduções. “Graças ao correio eletrônico, apelamos para tradutores que trabalham em domicílio em países de todo o mundo”.

Como é possível “liberalizar” os serviços sensíveis – não somente nos setores da saúde, da educação, do meio ambiente e da cultura, mas também nos correios e nos transportes – sem parecer fazê-lo e sem

chamar a atenção do bravo povo, antes que seja tarde? Existem para isso vários meios tecnicamente “legais”, desde que se faça a leitura mais “liberal” possível dos textos do AGCS. Basta entre outras coisas:

– Reclassificar categorias de serviços incluindo-as nas listas existentes, tornando-as mais estreitas e criando subcategorias. Assim assiste-se a uma verdadeira metamorfose das categorias nos setores onde os governos se “engajaram” menos e que são precisamente as mais sensíveis politicamente. Por exemplo, a análise de bases de dados de pacientes, ou de estudantes, não fará mais parte da saúde, ou da educação, mas sim do “tratamento informático”; a gestão dos hospitais ou – por que não? – a previdência social são colocadas na rubrica “administração”, “contabilidade” ou “serviços a empresas”.

– Adotar a abordagem dita “horizontal” e aplicar certas regras ao conjunto das categorias de serviços, de países e de modos de provisionamento. Uma regra aprovada, digamos, para os serviços de contabilidade seria aplicada então automaticamente ao conjunto dos 160 setores repertoriados. Abrir o mercado em um setor equivale a abri-lo em todos os outros, considerem-se ou não a saúde e a educação como “mercados”. A Comissão Europeia declarou-se explicitamente favorável a essa abordagem “horizontal”.

– Restringir drasticamente os “regulamentos internos” que um governo teria direito de estabelecer ou manter. O perigoso artigo VI, parágrafo 4, do AGCS é interpretado em seu sentido mais amplo, a fim de que o Conselho do Comércio de Serviços da OMC possa elaborar as “disciplinas necessárias” a serem impostas aos Estados-membros. O objetivo é permitir à OMC erigir-se em juiz dos regulamentos internos em todos os domínios em que os governos têm a pretensão de fixar normas, bem como poder qualificá-las de “entraves desnecessários, ao comércio”. Essas “disciplinas” seriam aplicadas, elas também, horizontalmente e a OMC decidiria sobre o que é “necessário” e o que não é para atingir tal ou qual objetivo governamental.

As “disciplinas” que se aplicariam nos serviços incluem as “medidas referentes aos procedimentos de qualificação, as normas técnicas e a concessão de patentes”, categorias particularmente amplas e elásticas. Elas serão interpretadas, como sempre, no sentido mais favorável à liberalização; seja para importar, com contratos de duração determinada (CDD), trabalhadores considerados “qualificados” pela OMC, no entanto baratos, seja para permitir a quem quer que seja abrir clínicas ou escolas, ou para anular normas consideradas como outros tantos “entraves ao comércio”.

Os dispositivos do AMI, se ele tivesse sido adotado, teriam permitido a uma empresa processar um Estado, caso ele tomasse “medidas equivalentes a uma expropriação”. Com o AGCS, tal como ele está sendo encarado, será suficiente provar que tal medida governamental é “mais rigorosa do que o necessário” para realizar este ou aquele objetivo governamental. E o artigo VI, parágrafo 4, vale até mesmo para medidas não discriminatórias em relação a outros Estados-membros da OMC. Um advogado de negócios experiente encontrará, sempre, em abstrato, o meio “menos rigoroso” que o escolhido pelo governo em questão, colocando-o assim na defensiva. Podemos confiar nas empresas multinacionais de serviços para encorajar – senão financiar – ações ante o Órgão de Regulação das Divergências (ORD) da OMC, a fim de suprimir regulamentos internos inoportunos, inclusive nos setores que um governo crê inatingíveis.

Na verdade, os governos nada sabem sobre o que lhes é preparado em Genebra e Bruxelas. O anterior diretor geral da OMC, Renato Ruggiero, deixou-o bem claro: “O AGCS fornece garantias no terreno do

direito e da regulação bem mais ampla que o Acordo Geral sobre as Tarifas Alfandegárias e o Comércio (GATT); o direito de se estabelecer (*uma empresa de serviços em um outro país*) e a obrigação de tratamento nacional em relação aos fornecedores de serviços estrangeiros estendem o campo do AGCS a setores que não tinham ainda sido reconhecidos antes, como fazendo parte da política comercial. Sinto que nem os governos nem as empresas tomaram consciência, ainda, plenamente, da extensão dessas garantias, do alcance e do valor dos compromissos existentes”.

Por todas **essas razões** (**rótulo retrospectivo metadiscursivo cognitivo-discursivo – não-avaliativo**) – e ainda por muitas outras – já é hora de os cidadãos exigirem de seus poderes públicos um compromisso sem ambigüidade: a saúde, a educação, o meio ambiente, a cultura e os serviços públicos essenciais são campos nos quais a OMC não deve ter qualquer ingerência e, portanto, onde os governos e os parlamentos devem conservar seus plenos poderes. Trata-se, ao menos quanto a **esses setores**, (**rótulo retrospectivo não-avaliativo**) de tornar a OMC definitivamente incapaz de prejudicar.

## Anexo A

Julho - 2000

### (14) O AVESSO DO PELÔ

*Nesse outro Pelourinho encontramos pessoas cheias de histórias pra contar, mas ninguém pra ouvir. O shopping tomou conta.*

Carlos Rocha

CAROS AMIGOS, ano IV, nº 40, julho 2000, p. 20.

Pelourinho é uma estrutura de pedra ou madeira, em praça ou lugar público, junto da qual se expunham e castigavam os negros escravos. O Pelourinho de Salvador, após percorrer vários logradouros da cidade, se instalou junto à Igreja do Rosário dos Pretos em 1807 e foi extinto trinta anos depois, mas o nome ficou.

Considera-se Pelourinho o trecho que vai do Terreiro de Jesus até a ladeira do Carmo, fazendo parte do Centro Histórico de Salvador. Hoje, **esses dois espaços (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** se confundem, na prática um virou sinônimo do outro. Até o início do século foi moradia da alta sociedade baiana.

Para mim, garoto-classe-média-geração-80, Pelourinho sempre foi símbolo de riqueza histórica. Lugar que se apresentava aos visitantes da cidade por possuir imponente arquitetura barroca colonial, expressão das raízes da Bahia e do Brasil. Porém, as notícias que corriam, até meados dos anos 80, eram de que no Pelourinho a prostituição e a marginalidade imperavam.

Entretanto, no final dos anos 80, uma rede cultural começou a desabrochar. A comunidade, a despeito de todos os olhares depreciativos, começava a dar uma resposta inteligente ao abandono a que estava submetida. Os próprios moradores, conscientes do seu valor e antenados com o mundo, conseguiram revitalizar o espaço.

O Pelourinho começou a ficar conhecido como o lugar da cultura, da criatividade, da explosão do Olodum, da Benção às terças-feiras, do cravinho (cravo com cachaça). A comunidade estava dando uma resposta sadia à indiferença imposta pelo Estado e reproduzida pelas elites.

A comunidade do Pelourinho seduziu até os “mauricinhos” que nos anos 90 invadiram definitivamente a área em busca de um lazer inusitado. A estética negra ganhava impulso, *black is beautiful*. O Pelourinho se firmava como o maior espaço cultural emergente da cidade. Lá, pelo menos lá, os negros assumiam o papel principal e por méritos próprios.

Mas veio então o governo do ACM para botar ordem na “bagunça”. O patrimônio da humanidade estava em risco, era preciso uma reforma. As prioridades do Governo da Bahia (1991/94) se voltaram para o Pelourinho, a partir daí o Pelourinho se transformou num parque para turista ver. A originalidade deu lugar ao *marketing* político feito à custa do povo negro. Esse é o Pelô que o Brasil inteiro conhece.

As palavras de Jorge Amado, em carta dirigida a Antônio Carlos Magalhães, são emblemáticas: “... no Pelourinho eu diria aos pessimistas: andando pelas ruas, vendo o casario, os olhos bem abertos para poder acreditar na grandeza restaurada. Eis que de repente no Pelourinho encontrei a certeza de que nem tudo está perdido, existe algo de limpo e belo, quase um prodígio”.

Mas eu queria conhecer mais o processo que substituiu a enraizada comunidade pelo Shopping do Pelô. Ouvimos e gravamos conversas com moradores e ex-moradores do Pelourinho. Eu, o também jornalista Leonardo Leão e o sociólogo Edson Valadares, com a ajuda de artistas da banda. Os Bem-Aventurados Roots Reggae e do mandato de Zilton Rocha, então vereador de Salvador. Percebemos que uma verdadeira agressão aos mais básicos direitos humanos estava sendo perturbada e decidimos, no primeiro semestre de 1998, realizar o vídeo *O Averso do Pelô*.

O que é o avesso do Pelô? Casarões lindos por fora, ruindo por dentro, comunidades inteiras escondidas por trás das fachadas do século 18, a exemplo da Rocinha: sobrados e barracos escondidos atrás da primeira Faculdade de Medicina do país, no coração do Pelourinho.

Nesse outro Pelourinho encontramos pessoas cheias de histórias pra contar, mas ninguém pra ouvir. O *shopping* tomou conta. Para os empresários de entretenimento, o governo providenciou financiamentos e isenções de impostos. Butiques como a Bee e a Benetton foram convidadas para o espaço. Mais tarde, dívidas de empresários foram anistiadas. E os antigos moradores, que fim tiveram?

O músico Antonio Luiz Santos, conhecido como Lula, morador do casarão 18 da rua Saldanha da Gama, explicou diante de nossa câmara que “o que estava ocorrendo desde a primeira etapa da reforma não foi divulgado, eles (*o IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia*) trabalhavam na calada da noite. As pessoas estavam nas suas casas, daqui a pouco recebiam a polícia jogando suas coisas pro lado de fora, era aquele deus-nos-acuda”.

A verdade é que a situação de muitos casarões era a pior possível. A promiscuidade dentro do casarão 18, morada de Lula, era de espantar. Mau cheiro, condições precárias de higiene, umidade e risco de desabamento eram o retrato do lugar. Cerca de oitenta pessoas habitavam o imóvel. A convivência conflituosa entre os moradores e as péssimas condições de vida facilitavam a ação de desocupação.

Segundo Lula, o IPAC se aproveitou da situação precária para retirar os moradores. “As pessoas não estão acostumadas a ter dinheiro. A pessoa que vê 1.000 reais, vai ter mil sonhos, vai ter sonho de comprar um som, quem é músico vai ter sonho de comprar um bom instrumento. Mas para botar onde? Debaixo do viaduto?”, indaga Lula.

E Lula continuou nos revelando **o avesso, (rótulo retrospectivo avaliativo)** “recebemos uma intimação do IPAC para que fôssemos tratar de assuntos de interesse, que somos proprietários da casa, mas só que eles não assumem para nos restituir outra casa. As pessoas não querem sair daqui principalmente por causa do trabalho. São pessoas que vendem cerveja, que vendem artesanato, que fazem berimbau, que fazem a música”.

As pessoas foram e continuam sendo expurgadas não só de suas casas, mas de sua cidadania, de sua referência de comunidade, de sua cultura sedimentada ao longo dos anos. Não houve responsabilidade

social no trato com o ser humano. Poucos sobreviveram, a maioria foi expulsa. Alguns moradores chegaram a reagir, mas fracos e desorganizados, sucumbiram à força da mídia e do poder instituído. Nenhum grito ecoou. Nenhum tambor. Na pior hora, cadê a galera do Olodum, das entidades negras? Aceitaram a lógica estatal? Estão de acordo? Perderam a voz?

Na época procuramos o IPAC, mas nos foi negada qualquer entrevista. Queríamos saber para onde foram os moradores do Pelourinho. Dispersaram-se, mas muitos ainda estavam por perto. Um ilustre morador da Rocinha, “dono” de uma vista encantadora para a baía de Todos os Santos, mestre de capoeira e tocador de berimbau, Jorge Caboclo, nos deu uma pista “Aqui dinheiro não quero, porque quem morava no Pelourinho ficou pelado, estão tudo sofrendo nas casas de papel na Baixa dos Sapateiros”. E afirmou convicto que “quem cuida do lugar é que é o dono”.

O sábio Caboclo não estava delirando. A Constituição Federal determina que os moradores que ocupam imóveis urbanos há mais de cinco anos têm direito à propriedade, é a famosa lei do usucapião. Contudo, os moradores do Pelourinho receberam apenas quantias que variaram entre 700 e 2000 reais para desocuparem os prédios da “humanidade”.

À noite fomos à Baixa dos Sapateiros conferir a informação de Jorge Caboclo. Dito e feito, estavam lá, dormindo. Nem todos eram ex-moradores do Pelourinho, mas dona Celina tinha uma história pra contar. Ela estava se preparando para dormir no seu papelão, embaixo das marquises, mas teve tempo de desabafar: “Eu não vou mentir, eu tenho que falar a verdade, eu prefiro o Pelourinho de hoje, se eu tivesse uma condição de morar n de hoje, mas hoje é muito caro, só tem lojas bacanas, não existe moradia mais, quem passa lá só vê lojas bonitas, coisas lindas, serenatas, aquelas coisas bonitas. Que condição eu tenho? Nem de chegar perto”.

Persistiam comigo contradições. Seria eu o pessimista do qual tratava Jorge Amado na sua carta? Martelava sempre na minha consciência **o argumento (rótulo prospectivo metadiscursivo cognitivo-discursivo – não-avaliativo)** de que o trabalho de reforma tinha de ser feito, afinal o patrimônio da humanidade estava se esvaindo, e sem manutenção ia acabar desaparecendo. Parecia ter muita lógica, mas a que custo social e humano?

**Uma frase (rótulo prospectivo metadiscursivo metalingüístico)** de Henry Fonda nos serviu de epígrafe para o vídeo: “Amar a humanidade é fácil, difícil é amar o próximo”.

Por trás das casinhas pintadas de um alegre colorido, uma gente relutava em ser descartada. Gey Espinheira, intelectual baiano, decretou em artigo para o jornal *A Tarde* “o Pelourinho perdeu sua alma”. Os negros, os pobres voltavam a ser molestados em praça pública. A história continua...

Agora o governo impede os negros de jogarem capoeira no Terreiro de Jesus.

Em tempo: enquanto escrevo, o Pelourinho está em festa, é palco do São João 2000 da TV Bahia, rede de televisão do senador ACM.

## Anexo A

Julho - 2000

### (15) QUANTOS DIAMANTES VALEM OS MORTOS DO CONGO?

José Arbex Jr.

CAROS AMIGOS, ano IV, nº 40, julho, 2000, p. 10.

*O PROBLEMA (rótulo prospectivo avaliativo) MAIOR É A TRAGÉDIA, O INOMINÁVEL, O INDIZÍVEL, O HORROR ABSOLUTO: 1,7 MILHÃO DE SERES HUMANOS MORTOS, APENAS NA REPÚBLICA DO CONGO, E APENAS NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS, PARA QUE WALL STREET CONTINUE FAZENDO BONS NEGÓCIOS.*

No começo de junho, o mundo foi contemplado com mais **uma notícia corriqueira da África: (rótulo prospectivo avaliativo)** a guerra civil na República Democrática do Congo (ex-Zaire) matou pelo menos 1,7 milhão de seres humanos (algo como 5 por cento da população total!), apenas nos últimos dois anos. A imensa maioria das mortes foi provocada pela fome, pestes e epidemias (malária, diarreia, meningite e pólio), que poderiam ter sido evitadas se o sistema sanitário e hospitalar não tivesse sido completamente destruído pela guerra. **Alguns dados, (rótulo prospectivo não-avaliativo)** nesse caso, falam mais do que páginas de texto: 34 por cento das mortes foram de crianças com menos de cinco anos; 47 por cento das mortes violentas foram de mulheres e crianças; os índices mais altos de mortalidade são verificados entre populações expulsas de seus lares pela guerra. Estes dados, divulgados pela organização Internacional Rescue Committee (Comitê Internacional de Socorro), podem ser encontrados na página [www.theIRC.org/mortality.cfm](http://www.theIRC.org/mortality.cfm).

Mas que guerra é essa? Que interesses estão em jogo? A resposta começa a ser dada quando constatamos que a região é riquíssima em diamante, petróleo, urânio, ouro, além de ter abundância de água, terras férteis e grande diversidade de espécies de animais. Não por acaso, participam da guerra civil pelo menos 35.000 soldados oriundos de países vizinhos (entre eles, Uganda, Ruanda, Burundi, Zâmbia, Zimbábue, Angola). Alguns são aliados aos rebeldes que querem derrubar o presidente Laurent Kabila (no poder desde maio de 1997), outros o apóiam. O outro lado da moeda também é verdadeiro: nove grupos guerrilheiros da República do Congo lutam para derrubar os governos dos países vizinhos.

O que está em questão, portanto, é o controle de imensas riquezas. Vamos ser um pouco mais específico: segundo afirmam, por exemplo, os especialistas em mercado de diamantes, as zonas de guerra na África respondem por 10 a 15 por cento da oferta mundial do produto. Em 1999, o conglomerado sul-africano De Beers, que controla dois terços dos diamantes brutos do mundo, teve um recorde de vendas de mais de 5 bilhões de dólares (mais da metade desse total foi negociado nos Estados Unidos).

A mídia internacional adora explicar que as guerras na África são consequência de diferenças étnicas, particularmente entre os grupos hutus e tutsis, majoritários na região. Aparentemente, **a explicação (ró-**



**tulo retrospectivo metadiscursivo cognitivo-discursivo, nominalização, encapsulamento - não-avaliativo)** é exata. Basta lembrar a guerra entre os grupos hutus e tutsis de Ruanda e Burundi, que matou pelo menos 1 milhão de seres humanos, entre abril de 1994 e maio de 1997, além de deixar centenas de milhares em miseráveis campos de refugiados, expostos a todo tipo de peste e desnutrição.

Essa **“explicação” étnica** (*sumariza o mesmo conteúdo do texto que é rotulado por “a explicação”; assim, retoma este rótulo; mas, na verdade, não se pode afirmar que se trata da mesma rotulação, pois as aspas indicam uma recategorização do rótulo anterior ‘explicação’.* Neste caso, *trata-se de um **rótulo metaenunciativo avaliativo** – “segunda-mão” (também indicador de um distanciamento do produtor do texto em relação à idéia de ‘explicação’ propriamente dita, que é designada na primeira menção ao termo, por isso “denominação reportada”)* Já útil, confortável e racista. Útil porque esconde aqueles que lucram com a guerra (incluindo os que vendem armas em troca de diamantes, ouro e outras riquezas); confortável porque apaga as responsabilidades históricas dos países que colonizaram e dividiram a África, exploraram o comércio de escravos, promoveram gigantescos e monstruosos genocídios e construíram, enfim, a imensa miséria daquele continente; racista porque alimenta o estereótipo do negro como um ser “atrasado” e “fanático”, imerso em lutas étnicas e religiosas.

O que os “especialistas” divulgados pela mídia adoram “esquecer”, ou simplesmente ignoram, é que as fronteiras dos Estados africanos são pura ficção, pouco ou nada têm a ver com a vida prática das nações daquele continente. Elas foram traçadas pela Conferência de Berlim de 1885, quando, encerrado o período escravagista, as potências coloniais ampliaram seu controle sobre o continente, que se tornou fonte de mistérios e matéria-prima para a então florescente indústria europeia. Como resultado da divisão imposta pela Conferência de Berlim, muitas vezes uma potência colonial mantinha unidas à força, sob o mesmo Estado ou unidade administrativa, tribos e nações que eram rivais desde tempos imemoriais. As fronteiras dos Estados e regiões africanas refletiam muito mais a divisão traçada pelos colonizadores do que a história dos povos locais.

A insuportável e humilhante exploração colonial da África estendeu-se até os anos 70, com a Revolução dos Cravos (1974), que encerrou a dominação de Portugal sobre suas colônias africanas (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe). Isso não significa que os povos africanos suportaram passivamente a dominação. Ao contrário, o continente foi palco de inúmeras e heróicas batalhas pela independência nacional. Mas — e esta é outra coisa que os “especialistas” adoram “esquecer” — **esses movimentos (rótulo retrospectivo avaliativo)** foram, não raro, instrumentalizados pelas superpotências da Guerra Fria (Estados Unidos e União Soviética), que armaram e sustentaram movimentos guerrilheiros e ditaduras.

Procurando ampliar suas influências no continente, Moscou estimulava os movimentos nacionalistas. Washington, estrategicamente, pressionou os seus aliados (França, Grã-Bretanha, Bélgica, Portugal) a concederem a independência às colônias. A Casa Branca sabia que havia chegado ao fim a era da relação de colonialismo formal, mediante a qual as metrópoles mantinham laços de dominação jurídica e institucional sobre as colônias. A estratégia da Casa Branca tinha como horizonte mudar a aparência da dominação colonial para, na verdade, não mudar nada: as novas nações manteriam o vínculo de dependência econômica, e sofreriam um certo grau de ingerência política por parte das antigas metrópoles. Eventualmente, as metrópoles apoiariam a formação de ditaduras “fiéis”. Assim, nos anos 50 e 60, a África conheceu um

processo hoje chamado de “descolonização”. Apenas no ano de 1960, dezessete colônias da França e da Inglaterra conquistaram o *status* de nações autônomas.

É impossível, portanto, compreender a tragédia africana sem levar em conta a ação das potências coloniais e o jogo de interesses durante a guerra fria. O que está acontecendo hoje na República do Congo é o resultado dessa história concreta, e não de algum obscuro sentimento “étnico” ou “religioso”. É o jogo de interesses econômicos, militares e geopolíticos que define o terrível quadro do **genocídio**. (**rótulo retrospectivo avaliativo**).

A responsabilidade, em um plano histórico mais amplo, só pode ser atribuída às potências coloniais – e **esse fato** (**rótulo retrospectivo não-avaliativo**) foi parcialmente reconhecido, em abril, pelo primeiro-ministro da Bélgica, Guy Verhofstadt, que declarou o seu país responsável pelo genocídio, em 1994, de 500.000 tutsis que viviam em Ruanda (colônia belga até 1962). Se considerarmos o período mais recente, a responsabilidade maior é de Washington, principal fornecedor de armas para os governos e os grupos que atuam na região, e o maior interessado no controle das suas riquezas naturais. Nada disso, é óbvio, isenta os grupos africanos em luta. Mas eles são apenas peças de um jogo estratégico de dimensões muito mais amplas.

Não por acaso, em março de 1998, Bill Clinton fez uma viagem de onze dias a seis países da África subsaariana (Gana, Uganda, Ruanda, Botsuana, Senegal e África do Sul). Foi a maior visita já feita ao continente por um presidente americano. Na ocasião, ele se declarou “satisfeito” com o surgimento de uma “nova geração” de líderes democráticos, que estavam ajudando os seus países a construir uma “economia vibrante” e “cheia de esperança”. Deixando de lado a absoluta – e algo cômica – distância entre a retórica de Clinton e a realidade prática (a mesma distância, aliás, que se verifica na retórica de FHC sobre a situação econômica do Brasil e a vida concreta das pessoas), a visita deu uma medida dos interesses de Washington na região. Nelson Mandela, presidente da África do Sul, deu total apoio a essa visita, apresentando-se como principal interlocutor da Casa Branca no continente (Clinton manteve no país sua estada mais longa, de três dias).

Emerge daí **um quadro muito claro** (**rótulo prospectivo avaliativo**) os Estados Unidos precisam agora “estabilizar” a situação política em uma África atravessada por guerras, para assim garantir um cenário propício aos “bons negócios”. Alguém já viu esse filme antes? **O problema** maior é a tragédia, o inominável, o indizível, o horror absoluto: (**rótulo prospectivo avaliativo**) 1,7 milhão de seres humanos mortos, apenas na República do Congo, e apenas nos últimos dois anos, para que Wall Street continue fazendo bons negócios. Diamantes, diz a canção, são para sempre; a vida humana – esta não vale nada, menos ainda quando se trata de negros de um paiseço perdido no fundo de um poço tão vasto e escuro quanto o porão de um navio negreiro.

## Anexo A

### Julho - 2000

#### (16) QUINHENTOS ANOS DE INIQUIDADES?

J. W. Bautista Vidal

CAROS AMIGOS, ano IV, nº 40, julho, 2000, p. 42.

A “comemoração” dos quinhentos anos da chegada de Cabral ao Brasil terminou transformando-se em feio espetáculo. A imagem que nossos inimigos querem para nós.

Constrangeu-nos o envolvimento de indígenas que, quinhentos anos depois, ainda existem em estágio selvagem ou vivendo em “reservas”. **O quadro criado (rótulo retrospectivo e prospectivo avaliativo)** foi pungente e lastimável.

É incrível manter seres humanos vivendo na “idade da pedra”, sem condições de sobrevivência nas agressivas situações atuais, e ainda expô-los ao mundo humilhados, sujeitos à violência e vítimas da manipulação de organizações estrangeiras interessada em nos denegrir ante o mundo. Estas, a serviço de potências estrangeiras, utilizam esses primitivos seres como álibi para se apoderar de parcelas riquíssimas do nosso território. Sob **o argumento (rótulo prospectivo metadiscursivo cognitivo-discursivo não-avaliativo)** de defenderem suas primitivas culturas, querem mantê-los no tempo das cavernas. Só serve para nos denegrir a atrocidade de manter seres humanos no estágio primitivo que vivem, em vez de merecerem toda a atenção do Estado para superar imediatamente **essa desumana situação. (rótulo retrospectivo avaliativo).**

Falam que ainda existem 350.000 indígenas; que 5 milhões deles foram exterminados, pois essa é a previsão que fazem dos que existiam em 1500; que deveriam ser hoje 160 milhões. Falam em genocídio, ao tempo em que ignoram dezenas de milhões de brasileiros miscigenados com sangue aborígine, que em certas regiões do país é predominante, representando às vezes mais de 80 por cento da população. Fosse verdadeiro **esse raciocínio bisonho, (rótulo retrospectivo avaliativo metadiscursivo cognitivo-discursivo)** de quanto teria sido o genocídio da União Européia, onde não sobrou nenhum homem primitivo? E nos EUA?

Nossa realidade é a raça cósmica que habita este país, que nos coloca meio milênio à frente dos países habitados por raças puras. Raça pura é coisa para bicho, gatos e cachorros! Devemos isso aos intrépidos portugueses que, vivendo oito colonizações externas em seu próprio território, não tinham nojo de outras raças ou de outras cores de pele. Foram os silvícolas que nos ensinaram a viver nos trópicos, nas regiões afastadas da costa. Isso é parte essencial da nossa cultura e permitiu ocupar nosso vasto continente tropical, o mais rico do planeta. A cultura indígena que falsamente querem preservar já ocupa papel muito importante na nossa culinária, principalmente a nordestina e do norte, na nossa música, nos hábitos e costumes, basta ler a monumental obra de Luiz da Câmara Cascudo. A contribuição cultural indígena nos trópicos úmidos é muito importante nas áreas medicinal e alimentícia. Isso seria acelerado transformando esses seres primitivos em botânicos, químicos e farmacêuticos. Enquanto isso, a Organização Mundial do Comércio, colateral à ONU, impõe ao Brasil a hedionda lei das patentes, que cede a propriedade do patrimônio genético amazônico.

É inaceitável que pessoas, grupos ou instituições, com vínculos externos, queiram impor que esses seres humanos sejam mantidos em seu hábitat primitivo, subordinados às necessidades da idade da pedra, que exigem grandes extensões – riquíssimos territórios — para esses infelizes, enquanto os mantêm indefesos. As quatro maiores demarcações indígenas brasileiras totalizam uma área em que cabem Uruguai, Bélgica, Dinamarca, Suíça, Áustria e Israel, onde vivem 38 milhões de indivíduos.

As nações hegemônicas, não se atrevendo a invadir com forças militares essas ricas regiões, promoveram tais demarcações e utilizaram para isso nefandas ONGs como meio de intervenção em questões internas, com a conivência ostensiva e a omissão criminosa do governo. São exemplos a WWS, que tem o filho de Roberto Marinho como representante do príncipe Philip, da colonizadora Inglaterra, ou a que é dirigida pela mulher de Mitterrand, que chegou a afirmar que a Amazônia não é brasileira, é internacional. E a Greenpeace atreveu-se a colocar navio superequipado — o *Guardian Amazon* — para defender a ecologia, em ostensivo confronto com o Estado — ele ainda existe? — e o povo brasileiro.

Essas são evidências das ações dos que estão por trás dessas demarcações, que garantiriam o sustento e a manutenção da cultura das tribos primitivas. Após programada aculturação dos indígenas por “missioneiros” provindos de nações “independentes”. Independentes de quem, cara pálida? Isso é feito sob pressão, com a opinião pública mundial condicionada pela mídia a serviço de interesses estranhos ao Brasil e sequiosos de se apoderar de nossas riquezas naturais.

Garantido isso com o apoio da ONU, dar-se-á o massacre dos ingênuos e infelizes indígenas, como já ocorreu de forma sistemática nas regiões de origem dos usurpadores travestidos de seus protetores. Em fase posterior dar-se-á a luta entre exércitos mercenários de corporações transnacionais na cobiça de se apoderarem dessas riquezas, como vem ocorrendo em Angola, Moçambique, ex-Congo etc.

Nada justifica impedir a transformação desses seres humanos primitivos em brasileiros capazes e responsáveis pela ocupação desses territórios que pertencem ao Brasil, do qual devem fazer parte como cidadãos conscientes e ultralegítimos, com todos os direitos e deveres dos demais brasileiros. A grande recompensa será para o Brasil, enriquecido pela experiência cultural dos índios nos trópicos, transformados em brasileiros como os demais.

O Brasil sempre foi generoso com os que aqui aportaram, vindo compartilhar conosco a bela aventura de construir grande e justa civilização dos trópicos – impossível sem soberania —, quer já estivessem aqui há quinhentos anos ou tenham chegado há poucos meses. Por que só admitir como legítimos os que aqui estavam antes de 1500? Trata-se, na realidade, da montagem artificial de ódios com claras conotações raciais. O mesmo vale para os negros – existe raça pura no Brasil? Na Bahia, que conheço bem, não existe mais graças a Deus são morenos, pardos o que quiserem, mas negros puros, não. **Essas novidades de separação de raças (rótulo retrospectivo avaliativo)** no Brasil estão sendo promovidas com o objetivo de nos dividir, quando necessitamos desesperadamente da união de todos – a união da família brasileira —, acabando para sempre com as injustiças que esse modelo videofinanceiro perverso nos impõe. É a velhíssima tese de dividir para reinar, clara na ações dos prepotentes que querem nos dominar.

Em tempo: sou da primeira geração de imigrantes espanhóis.

## Anexo A

### Janeiro - 2001

#### (17) O REI ESTÁ NU. E AGORA?

*Sob o impacto da crise e dos golpes desfechados pelos movimentos nacionais e populares, o edifício do neoliberalismo desaba na América Latina. O que fará a esquerda brasileira?*

José Arbex Jr.

CAROS AMIGOS, ano IV, nº 46, janeiro, 2001, p. 10.

Os acontecimentos monumentais do ano que se encerra completaram o processo de destruição política da nefasta ficção que se convencionou chamar “ordem neoliberal” na América Latina. Economicamente debilitado pelas sucessivas crises financeiras, a partir de 1997, o edifício neoliberal começou a ser politicamente destruído com a vitória de Hugo Chávez, na Venezuela (final de 1998) e pela greve de um ano da Universidade Autónoma do México (Unam), a maior universidade pública da América Latina, realizada entre abril de 1999 e fevereiro de 2000. Em toda a América Latina, incluindo o Brasil, multiplicaram-se os movimentos nacionais e populares de resistência, alguns de grande amplitude. Isso tudo permite prever um novo período de intensa agitação política. Vamos **aos fatos: (rótulo prospectivo não-avaliativo)**

No Equador, os indígenas, que somam quase 50 por cento da população, chegaram a ocupar o Palácio Presidencial, em janeiro. Foi uma verdadeira revolução, feita em aliança com trabalhadores e um amplo setor das Forças Armadas, liderado pelo coronel Lucio Gutiérrez. **O movimento (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** refluíu sem ter sido derrotado, mas sem que nenhuma de suas reivindicações fosse atendida, particularmente aquelas que se referem à punição dos corruptos e à melhoria da distribuição da renda nacional.

No Peru, acabou a ditadura de Ernesto Fujimori, fundada mediante o “autogolpe” de abril de 1992, com o fechamento do Congresso Nacional e a concentração de todos os poderes na figura do presidente. A fraude eleitoral que lhe garantiria um terceiro mandato presidencial foi derrotada por um processo agudo de mobilização de massas, que aprofundou a um ponto insuportável as fissuras existentes no governo (apesar do apoio assegurado por FHC). **O episódio (rótulo retrospectivo e prospectivo não-avaliativo)** que mostrou o envolvimento de Vladimir Montesinos, homem forte de Fujimori, com o narcotráfico, foi apenas o resultado mais visível **desse processo de desagregação da elite corrupta.** **(rótulo retrospectivo avaliativo)**

Na Argentina, os trabalhadores realizaram três greves gerais em menos de um ano da gestão do presidente Fernando de la Rúa. Isso significa que não foi concedida ao novo governante nem sequer a “trégua” que lhe permitiria “mostrar serviço”. A primeira greve geral aconteceu no dia 5 de maio, a segunda em 9 de junho, e a terceira, de 36 horas, foi iniciada em 23 de novembro. Segundo o próprio governo, a terceira greve obteve a adesão de 80 por cento dos trabalhadores (o que permite medir o seu extraordinário sucesso). Ela foi convocada contra o alto nível de desemprego, a política econômica

neoliberal de De la Rúa e contra um pacote de medidas que previa a privatização do sistema de previdência e o aumento da idade de aposentadoria das mulheres.

Na Colômbia, a guerrilha – organizada, principalmente, em torno das Farc e do ELN – trava intensos combates com as Forças Armadas e com os “esquadrões da morte” de extrema direita financiados por narcotraficantes. Controlam, atualmente, cerca de 40 por cento do território colombiano, mas já enfrentam a presença ostensiva de “especialistas” e armamentos americanos no país, no quadro do Plano Colômbia. Não foi por acaso, aliás, que Bill Clinton iniciou precisamente nessa conjuntura a operação de invasão da Colômbia: os senhores da Casa Branca já se deram conta do quadro de mobilizações que agitam incessantemente o conjunto do hemisfério latino-americano.

**A lista (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** poderia continuar: a expressiva vitória eleitoral que reconduziu Chávez à presidência, em julho de 2000, apesar das pressões de Washington e das enchentes; a mobilização da sociedade civil chilena pela punição de Augusto Pinochet; a contínua e inquebrantável resistência do Exército Zapatista de Libertação Nacional; a recuperação, ainda que lenta e gradual, da economia cubana, e a vitória moral de seu regime no “caso Elián”, ainda mais quando contrastada com o fiasco das eleições presidenciais nos Estados Unidos...

A crise agônica do neoliberalismo não é, obviamente, uma particularidade latino-americana. Basta pensar nas manifestações de Seattle, em novembro de 1999, contra a Organização Mundial do Comércio. Seattle foi o “apito da panela de pressão”: a economia mais poderosa do planeta emite sinais de esgotamento. Os especialistas falam no “desaquecimento” da economia (o ‘pouso da águia’, na metáfora de Alan Greenspan, chefe do Tesouro americano), e entram em pânico a cada oscilação do índice Nasdaq, essa bolha especulativa grávida de tragédias. O nada “esquerdista” John Kenneth Galbraith fala na “brazilianização” dos Estados Unidos, para descrever um processo de brutal concentração de renda (12 por cento da população americana passa fome).

Há, portanto, **um quadro geral, (rótulo prospectivo avaliativo)** uma tendência global (sem trocadilhos) de desabamento do edifício neoliberal. Sua coluna “doutrinária” de sustentação, o Congresso de Washington (o receituário de dez pontos para “recuperar” as economias ex-socialistas e as “emergentes”), resume-se, hoje, a uma esquelética caricatura de si mesmo. É esse quadro geral que dá pleno sentido à extraordinária vitória eleitoral da esquerda brasileira, particularmente do PT, nas eleições municipais. Ela corresponde ao sentimento generalizado da população de todo o mundo, de que não é mais possível suportar o neoliberalismo. Acabou.

No Brasil, o grande sinal do avanço do movimento nacional e popular foi, sem dúvida, a Marcha de Brasília, que levou 100.000 manifestantes à capital federal, em 1999. A realização da marcha teve um imenso significado histórico, facilmente detectado quando se lembra que Brasília foi, propositalmente, construída longe de qualquer centro urbano importante, para, entre outras coisas, evitar manifestações de massa. A Marcha dos 100.000 representou, nesse sentido, a ocupação de Brasília pela nação. Nada fica a dever à manifestação de 1 milhão pelas eleições diretas, no vale do Anhangabaú, em São Paulo, em 1984.

O ano 2000 foi repleto de manifestações populares, todas muito bem simbolizadas pelas “comemorações” dos quinhentos anos, no dia 22 de abril, na região de Porto Seguro. A violentíssima ação da Polícia

Militar e o estado de prontidão do Exército contra índios, negros, estudantes, trabalhadores urbanos e os sem-terra foram a síntese perfeita da história do país. O que se seguiu, depois disso, foi a multiplicação de atos violentos e repressivos contra os movimentos populares, incluindo a transformação da avenida Paulista em praça de guerra, no dia 18 de maio, quando a PM feriu 35 professores, funcionários públicos e estudantes.

**Na esteira da escalada repressiva, (rótulo retrospectivo avaliativo)** o governo do FHC reconstruiu o sinistro Serviço Nacional de Informações, agora rebatizado como Abin (Agência Brasileira de Inteligência), que logo se mostrou um organizador de “arapongas” a serviço de cliques em disputa de poder. E, com o resolutivo apoio da mídia, o governo lançou uma ofensiva em grande escala contra o MST, incluindo a prisão totalmente arbitrária de seis de seus militantes, em Boituva, SP, em novembro de 1999 (além da impunidade assegurada aos assassinos de outros dez integrantes do movimento, ao longo do ano 2000).

Nada disso surtiu o efeito desejado. As manifestações não refluíram. Ao contrário, o movimento universitário dá sinais de vida, após um longo período de sonolência, como mostraram a greve de cinquenta dias da Universidade de São Paulo e a das universidades federais. E foram multiplicados os movimentos e as paralisações de um sem-número de categorias de trabalhadores, de desempregados e sem-teto. Cinco milhões de brasileiros mostraram, nas urnas da consulta popular, que são contra o pagamento da dívida externa e favoráveis a uma auditoria. Essa participação de votantes foi extraordinária, ainda mais quando se considera que o plebiscito foi totalmente boicotado pela mídia. **Esse processo (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** foi coroado com esplendorosa vitória eleitoral da esquerda.

**O quadro geral (rótulo metaenunciativo avaliativo – “segunda-mão)**, portanto, está bastante claro. De um lado, a Casa Branca, ciente de que o seu edifício está em ruínas, procura tomar a iniciativa na América Latina, com o Plano Colômbia, a intervenção descarada do FMI na Argentina, as “orientações” para a “recomposição da normalidade” no Peru, a “disciplinarização” do Chile (forçado a anunciar sua ruptura com o Mercosul) etc. De outro lado, estão os movimentos nacionais e populares em todo os países latino-americanos, desfechando golpes profundos na “ordem neoliberal”.

A América Latina, em geral, e o Brasil, em particular, poderão dar um grande salto organizativo e político no próximo período. O rei está nu: as condições objetivas estão dadas. O que fará a esquerda brasileira diante **desse quadro**?(**rótulo metaenunciativo não-avaliativo – “segunda-mão”**) Vai repetir seus trágicos erros de sempre, alimentando os sectarismos, as acusações mútuas, as posturas dogmáticas? Ou, na pior vertente, vai rifar sua consciência e suas atitudes por cargos no governo? O momento exige a mais ampla unidade nacional e popular contra os planos do imperialismo, contra a barbárie, contra os agentes da ditadura militar encastelados na Abin e no governo FHC. O momento é já. Aqueles que não souberem se colocar à altura **desse desafio (rótulo retrospectivo avaliativo)** serão devidamente varridos para baixo do tapete da história.

## Anexo A

Janeiro - 2001

### (18) A ESCOLHA

Georges Bourdoukan

CAROS AMIGOS, ano IV, nº 46, janeiro, p. 26.

*A pergunta que fica é: existe força suficiente para acabar com uma indústria que movimenta 1 trilhão de dólares por ano?*

Quando o soldado de Israel dispara contra a cabeça do garoto palestino, a bala que vai matar a criança faz parte de um estoque de 250 bilhões de dólares que a indústria bélica faturou nas duas últimas décadas com a venda de armas para o Oriente Médio. Portanto, se alguém realmente quer acabar com a violência, antes de mais nada precisa acabar com a indústria bélica. Mas, acabando com a indústria bélica, acaba-se também com o narcotráfico, já que um vive umbilicalmente ligado ao outro. E aí que surge **o problema (rótulo prospectivo avaliativo)**, pois estimativas dos organismos internacionais informam que o narcotráfico movimenta por ano 1 trilhão de dólares, como produto ou através de empresas legalmente constituídas. **A pergunta (rótulo prospectivo metadiscursivo cognitivo-discursivo não-avaliativo)** que fica é: existe força suficiente para acabar com uma indústria que movimenta um trilhão de dólares por ano? Quanto à indústria bélica, o problema que se coloca é outro. Ao acabar com a indústria bélica, acaba-se com as forças armadas, cuja finalidade, aprende-se nos bancos escolares, seria defender as fronteiras. Mas, nessa época de globalização, pergunta-se, é possível falar em fronteiras? Num sistema neoliberal, em que tudo é negociável, como fica a soberania?

Por isso, quando a indignação toma conta da humanidade diante dos massacres infundáveis que as forças repressivas israelenses perpetram contra os palestinos, ou mesmo quando a Anistia Internacional menciona crimes contra a humanidade praticados pelas autoridades do Estado judaico, ou, ainda, quando uma Corte Suprema como a do Estado sionista endossa e alega razões de Estado para a prática de torturas contra os prisioneiros políticos semitas, não basta a indignação. É preciso agir.

A humanidade precisa decidir se apóia o narcotráfico e a indústria bélica ou prefere viver num mundo melhor.

Como se vê, é uma questão de escolha.



## Anexo A

### Fevereiro - 2001

#### (19) A PRIVATIZAÇÃO DA CIÊNCIA

CAROS AMIGOS, ano IV, nº 47, fevereiro, 2001, p. 39.

Lalo Watanabe Minto

“Visto de um modo desatento, o tão propalado discurso sobre a ameaça de privatização das universidades públicas brasileiras pode parecer um tanto ‘distante’ da realidade acadêmica. Isso porque talvez esteja associada ao simples ato de cobrar mensalidades, o que, de fato, ainda não se tornou prática comum. No entanto, é ilusão pensar que o fim do ensino superior público e gratuito não passa de mero exercício teórico. O paradigma capitalista torna imperativa a transformação das relações entre os núcleos produtores da ciência e da tecnologia – em que se destacam as universidades públicas – e o poder estabelecido, à luz dos interesses imediatistas da acumulação do capital.

**Essa relação (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** se transfigura de forma inédita e a privatização nada mais é do que a maneira pela qual o capital assume o controle sobre a produção das mercadorias básicas, da ciência, e da sua aplicação na prática, a tecnologia. Os discursos dos tecnocratas do governo brasileiro sempre apontam para a idéia da ‘racionalização’ da universidade brasileira, supostamente custosa e ineficiente, pressupondo que a ação ‘neutra’ das forças do mercado seja a melhor forma de torná-la adequada aos interesses da sociedade, na verdade, os da produção capitalista. Do ponto de vista da academia, a mercantilização do saber implica a amputação de seu potencial transformador e libertador, uma vez que predomina a busca pela ciência ‘prática’, que pode ser vendida e que serve aos interesses da produção capitalista em detrimento daquela voltada aos interesses da humanidade, e não posta a serviço da dominação e da exploração.

**Nesse contexto, (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** a universidade tende a se transformar em um fim em si mesma, em vez de funcionar como um meio para diversos outros fins de interesse coletivo. Os relatos sobre a atuação de muitos alunos da Unesp de Araraquara, no último Congresso de Iniciação Científica, em São José do Rio Preto, SP, são um claro exemplo da atitude individualista dos nossos futuros cientistas. Seus trabalhos parecem voltados apenas para os próprios umbigos e, no máximo, interessados em obter bolsas das instituições de fomento à pesquisa.

O mesmo vale para grande parte do corpo docente das universidades brasileiras, nas quais a expansão das fundações de direito privado dentro dos espaços públicos é marcante. Privatizam-se aos poucos a produção científica e a pesquisa, isolando e sucateando aquilo que não interessa ao setor privado, isto é, que não é potencialmente lucrativo. Predomina a cultura dos *papers*, muitas vezes, aliás, escritos em língua estrangeira, em detrimento das pesquisas voltadas aos interesses coletivos. Esses docentes se utilizam das renomadas instituições universitárias públicas do país como ‘grifes’ de seus trabalhos destinados ao mercado da pesquisa e do saber, por sua vez, cada vez mais monopolizado.

Regredimos, então, à condição colonial, com a destruição de nossos centros de produção científica e tecnológica, marca da subordinação frente aos centros do capitalismo mundial e do abandono dos projetos de autonomia nacional. Não é de estranhar que o maior desses centros, os EUA, proponha leis de patenteamento do conhecimento intelectual aos países ‘periféricos’.

As universidades, no entanto, só serão destruídas quando, de fato, se submeterem por completo ao ideal dominante. Porém, sem a cumplicidade da comunidade acadêmica, não creio que seja possível fazer da universidade apenas uma ‘empresa’ mantenedora do *status quo* e prestadora de serviços ao capital. Seu potencial é muito grande, o que não significa que será a panacéia de todos os dilemas nacionais. Resta saber se sobreviverão quadros dispostos a fazer isso”.

## Anexo A

### Fevereiro - 2001

#### (20) ISRAELIANOS PROMOVEM LIMPEZA ÉTNICA

CAROS AMIGOS, ano IV, nº 47, fevereiro, 2001, 41.  
Georges Bourdoukan

No deserto, você aprende que a humanidade é uma só e que a morte de qualquer ser leva com ela parte do universo. Mas, lamentavelmente, os dirigentes arianos de Israel, os israelianos, não pensam assim. Depois da bomba genética para acabar com os semitas palestinos, iniciam agora a segunda fase de seu projeto de limpeza étnica. Tudo isso sob as vistas de uma humanidade passiva e de uma mídia cúmplice.

Todos fazemos parte de apenas uma raça, a raça humana. Por isso não sou antiariano, como pretendem os sionistas. Eles que, através das insistentes manifestações de violência, têm revelado uma vontade feroz de exceder os ensinamentos de seus mestres nazistas. São tão cínicos que denominam de “incidentes” os massacres contra os palestinos. Termo repetido *ad nauseam* pelos insepultos discípulos do general Millán Astray.

Quando um palestino se auto-imola com uma bomba para chamar a atenção sobre o holocausto de seu povo, é acusado de terrorismo. Mas, quando Israel utiliza tanques, canhões e aviões contra a população civil, a mídia cúmplice e corrompida chama a carnificina de “incidente”. Não se deve estranhar **tal jogo de palavras, (rótulo retrospectivo avaliativo)** produto de uma cultura que tem a mesma origem. Nazistas, sionistas e mír(er)dias afins estão associados culturalmente com a estética da violência e da morte. São todos joio do mesmo saco, que tem gerado um rastro de sangue e milhões de vítimas. **Essa associação (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** também mata pela fome, pela exclusão e pelas epidemias.

Erich Fromm escreveu que, quando as leis de uma nação vão contra as leis da humanidade, a sociedade deve eleger as leis da humanidade.

Einstein provou mais uma vez que seus receios tinham fundamento. O Israel que foi criado para ter a cara de Spinoza reverencia Jabotinsky.

Trocou Maimônides por Rudolf Kastner.

No deserto, dizem que nenhum ser suporta a desumanidade total. Vê-se que não conhecem os israelianos.

Há alguns anos, recebi carta de um refugiado palestino que vivia na França. Ele e sua família, habitantes milenares da Palestina, haviam sido expulsos de sua terra por uma legião estrangeira composta por tchecos, poloneses, americanos, alemães, russos e outros arianos que comandavam o exército de ocupação israelense. Relata que foi às lágrimas ao assistir ao filme *E.T.* Principalmente quando o extraterrestre

finalmente retorna ao seu planeta, distante anos-luz da Terra. E derramou lágrimas ainda porque ele, um palestino, vivia como refugiado na França a apenas três horas da Palestina e não podia retornar para casa.

No momento, são 4 milhões de refugiados palestinos esparramados por esse mundo afora, inclusive no Brasil, que não podem retornar à Palestina, porque os israelianos não permitem.

Isso é ou não uma limpeza étnica?

Os arianos israelenses, numa demonstração de arrogância sem paralelo, afirmam que aceitam a criação de um Estado palestino, mas não aceitam que os semitas expulsos retornem a seus lares. Será que temem ter de indenizá-los? Não creio. Os palestinos são diferentes. O que se verifica ali é o choque entre duas culturas distintas. De um lado, o Ocidente, detentor do maior arsenal bélico jamais visto na história, um autêntico Golias. De outro, um povo espoliado de seus direitos que luta pela dignidade da humanidade armado de fundas, um autêntico Davi.

Enquanto isso, os israelianos prosseguem em seus massacres diários contra as crianças semitas palestinas.

Até quando?

## Anexo A

### Fevereiro - 2001

#### (21) REQUEBROS ENDIABRADOS

CAROS AMIGOS, Ano IV, nº 47, fevereiro 2001, p. 13.  
Rogério Soanzerla

(Crônica de verão do balanço do tempo)

Caros Amigos:

Nesta crônica de verão, na verdade um Atlas interior, trataremos de um importante tema dos dias de hoje, a chamada banalização dos meios de reprodução audiovisual, desde que a televisão invadiu salas, saletas e salões de palácios e cortiços de nosso país, com seus requebros endiabrados, antes mesmo que as canções caipiras perdessem a natural timidez, virassem mercadologia das mais gaiatas e o homem médio brasileiro se transformasse num trapalhão.

Basta observar a telinha, que não é tão pequena...

Trocando em miúdos – perderam a vergonha na cara, mas em compensação não produziram muito em troca, além da falta de imaginação e do conformismo do vácuo cultural.

Todos nós já tivemos a experiência de não dialogar com um *show* (raros os espetáculos) da pior quantidade, ao vivo e em cores; nos sentimos logrados, ludibriados e envergonhados. Verdadeiras provas da incompetência treinada e de inúmeras trapalhadas que corrompem todas as outras mídias nacionais. Só quem pode usar o controle absoluto de sua carreira – no caso, a televisão aberta – usa-o de forma inadequada. Os outros dependem da burocracia...

Pagamos alto preço pela mercantilização de uma moeda tão custosa, que não vale nada: afinal, por que só copiar os defeitos e nunca as qualidades dos outros?

Nos Estados Unidos, a música rural – *country* – é um fenômeno vital, nada piegas, ao contrário. Lá, também as crianças e os velhos não são tão explorados, nem erotizados precocemente, a ponto de comprometer o projeto civilizatório, sempre adiado em nome do lucro fácil.

Enfim, nada aqui se move na velocidade da luz; mas das trevas. Um conjunto de concessões mal digeridas só pode gerar o caos. E esse caos não é nada criativo, mas alimento indigesto e requentado, senão suspeito e comprometedor. Afinal, onde andam as chamadas energias de uma produção sonâmbula, inepta, pasteurizante? Não é preciso insistir na inutilidade **dessa sucessão de efeitos descartáveis**. (**rótulo retrospectivo avaliativo**)

Ali, onde a arte e a cultura não são o pão de cada dia, produzem-se brioques envenenados pela ganância e pela usura – o biscoito grosso, por oposição ao biscoito fino que, segundo eles (e por causa

deles) jamais chegará à massa, muito menos tem condições de dizer a que veio. O espectador, assim como o eleitor, tem o direito e a obrigação de não ser tão manipulado. Sintomaticamente, nesse início do ano, o palhaço antipoético cospe o vômito do isopor e crianças são incendiadas por dentro e por fora, comprometidas por um erotismo esmagador, antecipando o naufrágio de uma pretensa civilização tropical, feita de equívocos, gafes, burrice bola-fora, em vez de ginga, bossa, sexto sentido ou intuição nacional. Até quando a pasteurização cultural vai continuar impondo **tal carência de conteúdos, (rótulo retrospectivo avaliativo)** seja no *reveillon* à beira-mar (onde Dorival Caymmi deveria estar presente com suas canções praieiras, em vez do lixo habitual) ou nos requebros endiabrados de uma televisão que se diz a melhor do mundo?

Aí, eu pergunto: melhor em quê? Exploração, deturpação, mediocrização. Despasterizar o país é preciso.

Os novos tempos exigem uma resposta.

## Anexo A

### Fevereiro - 2001

#### (22) UM PROJETO À FRENTE DOIS PASSOS ATRÁS<sup>11</sup>

CAROS AMIGOS, Ano IV, nº 47, fevereiro de 2001, p. 38.

Só existe sociedade democrática onde há possibilidade de desenvolvimento de consciência crítica de questionamento de rumos e construção de alternativas. Para tanto, as universidades têm um importante papel a cumprir. Mas só o podem fazer se dotadas de uma estrutura institucional que torne possível a liberdade de ensinar e pesquisar, bem como uma autonomia que consiga garantir à comunidade universitária o livre questionamento da ciência do passado, a proposição de novas fronteiras e a ampla interação com a sociedade.

Infelizmente, o governo está trabalhando no sentido contrário à construção **desse ambiente científico democrático (rótulo retrospectivo avaliativo)** ao formular e apresentar o Anteprojeto de lei do Emprego Público para as Instituições Federais de Ensino, que propõe a mudança das relações de trabalho, nas universidades federais brasileiras **em dois aspectos (rótulo prospectivo não-avaliativo)**. O primeiro fundamental para a privatização do ensino através da criação das organizações sociais trata da regulamentação da emenda constitucional 19, que permite a coexistência de dois regimes de trabalho para o funcionário público: O Regime Jurídico Único (RJU) e a Consolidação das leis Trabalhistas (CLT), que volta ao setor público depois de passar alguns anos restrita ao setor privado. Num segundo momento, altera a carreira docente e os postos de trabalho dos servidores técnico-administrativos.

Apesar de fazer parte do projeto da reforma administrativa do atual governo, **tais propostas (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** têm raízes mais antigas. De fato, as mudanças restabelecem relações que no passado permitiam o clientelismo entre servidores e governantes. Segundo o professor Luiz Lucas, da Universidade federal de Pelotas (UFPeL), já no final da ditadura a administração pública brasileira preparava **o quadro (rótulo prospectivo não-avaliativo)** para o movimento de privatização aberta que hoje se busca implementar: “A contratação de pessoal sem concurso, a inexistência de planos de cargos e salários, a remuneração desigual para função igual eram algumas das características mais marcantes desse período”, destaca ele. Uma das conquistas que frearam **esse processo de deterioração das relações trabalhistas em órgãos estatais**<sup>12</sup> (rótulo retrospectivo avaliativo) foi a implantação, em 1991, do RJU. O novo regime estabelecia um estatuto unificado para todos os servidores públicos e acabava com o regime de trabalho previsto pela CLT. No entanto, em 1998, o Congresso aprovou a emenda constitucional 19, que significou mais do que um retrocesso para os servidores, já que caracterizou a volta a uma

<sup>11</sup> Trata-se de uma seção sob o título República cujos autores são Alexandro Nohara, Antonio Biondi, Diogo Moysés, Eduardo Amaral, João Brant, José Chrispiniano, Rafael Gioielli, Renato Cinco, Roberta Consort e Tiago Quiroga (estudantes); Beatriz Marques, Cristina Costa (jornalistas); Rodrigo Murinho (produtor editorial).

<sup>12</sup> Muitas vezes é difícil diferenciar rotulação e retomada em casos como este, mas se percebe a sumarização do conteúdo. E não se trata de um referente específico, mas de um conjunto de elementos; portanto, a expressão “esse processo de deterioração das relações trabalhistas em órgãos estatais” é um rótulo.

relação de trabalho baseada em uma legislação trabalhista precarizada em função das reformas que sofreu e vem sofrendo.

Uma das implicações dessa retomada da CLT é a substituição de um regime público de trabalho definido pela lei por um regime privado estabelecido em contrato. O funcionário perde a estabilidade no emprego, o que permite a demissão por insuficiência de desempenho sem direito à ampla defesa e a demissão em massa por excesso de despesas. Transformando chefe em patrão, cria uma relação de poder que certamente restringe a liberdade de fazer ciência. “O regime de direito público e não o regime de direito privado, é o adequado para assegurar o exercício da razão crítica, já que é capaz de tutelar os indivíduos e as minorias frente à vocação tirânica das maiorias”, afirma Rogério Viola Coelho, assessor jurídico da Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). “E isso é mais verdadeiro quando a vontade dos dirigentes da instituição – que formalmente representam a vontade das maiorias – é, na prática, submetida a uma vontade emanada das autoridades governamentais.”

Em relação à carreira docente, o anteprojeto liquida o princípio da isonomia ao consolidar as políticas que associam salário e indicadores “produtivistas”. Por meio de gratificações, permite que, em função de metodologias obscuras de avaliação, sejam atribuídos salários diferentes a professores da mesma classe e nível, instaurando assim a competição e a fragmentação do corpo docente. Um dos instrumentos utilizados para realizar **essas mudanças (rótulo retrospectivo avaliativo)** é a transformação da gratificação por Dedicção Exclusiva (DE) em prêmio por desempenho. Ou seja, o que hoje é uma opção do professor, que assume o compromisso de não ter outras atividades fora da universidade, se tornaria uma gratificação a ser conquistada e renovada a cada dois anos a partir da decisão de comissões de avaliação, que não necessariamente precisam levar em conta quando, onde e para quem foram desenvolvidos os projetos apresentados pelo professor.

Muito grave também é a forma como o anteprojeto destrói o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ao criar uma nova categoria: a do professor associado. Com regime de doze horas semanais, o associado será um docente de sala de aula que não participará de atividades de pesquisa e extensão e, mesmo tendo contrato de trabalho por tempo indeterminado, não faz parte da carreira, isto é, não será concursado e não terá direito à progressão. As atividades de pesquisa e extensão serão realizadas pelos professores com regime de quarenta horas semanais, que, além de terem perdido a DE serão desestimulados pelo aumento do tempo necessário para mudança de níveis de carreira.

Para os servidores técnico-administrativos, **as notícias (rótulo prospectivo não-avaliativo)** não são melhores. Assim como os professores, eles terão sua aposentadoria transferida para o regime Geral da Previdência com teto máximo de dez salários mínimos. Além disso, o anteprojeto define somente em um plano de emprego os postos que irão existir, sem qualquer perspectiva de desenvolvimento profissional “isso é a velha idéia de que técnico-administrativo é acessório descartável. Qualquer organização, seja ela pública ou privada, tem ou não plano de carreira a partir da importância que dá a seus empregados”, protesta Carlos Maldonado, do grupo de trabalho sobre carreira da Federação das Associações de Servidores das Universidades do Brasil (Fasubra). E ainda: o projeto não estabelece nenhum posto de trabalho para o pessoal de apoio, o que inevitavelmente leva à terceirização completa de serviços como limpeza e vigilância.



O objetivo principal do anteprojeto é reestruturar as relações de trabalho para permitir a transformação das universidades em organizações sociais que, por serem fundações de direito privado, não comportam as relações de trabalho definidas pelo RJU. **Esse novo modelo de instituição (rótulo retrospectivo avaliativo)** deverá substituir o Estado na prestação de serviços como saúde e educação. Segundo o professor Luiz Lucas, “fundações articuladas através de contratos de gestão, com ministros dotados de competência para decidir em caráter pessoal sobre o teor desses acordos e a conveniência de renová-los, significarão, na verdade, a ausência de qualquer controle verdadeiramente público sobre o fluxo de recursos nessas áreas”.

Mas nem tudo são rosas para o governo na tramitação desse anteprojeto. Para simular uma negociação que finge escutar os reitores exclui as entidades docentes, estudantis e de funcionários, o MEC já divulgou três versões que não mudam o texto em nada de essencial. Cabe lembrar que, por força da emenda constitucional que ressuscita a CLT, o governo fica obrigado a criar uma lei específica para cada setor do Estado onde queira implementar o emprego público, não podendo lançar mão de medida provisória. A longa tramitação pelo Congresso Nacional, somada ao crescente desgaste de FHC, pode dar oportunidade de reação aos movimentos sociais das universidades.

## **Anexo A**

### **Junho - 2001**

#### **(23) KREPÚZCULO DOS YDIOTAS**

Gilberto Felisberto Vasconcellos

O estripitize moral do Congresso e Câmara dos Deputados, com o indecoroso jaderarrudacm e ma-landragem feagacê, é a espuma flutuante do **fiasco hidrelétrico (rótulo prospectivo avaliativo)** treva, escuridão na terra do sol e da água abundante. Vexame total.

Energia é política.

O velho Lênin, de olho no caráter concentrador da rede elétrica, cacificada pelos bancos, extraiu daí o conceito de imperialismo financeiro. A indústria elétrica no início do século 20 é o sangue do capital financeiro.

Não é por obra do acaso que a eletricidade de início começou a iluminar os escritórios satânicos de Wall Street. Quem se deu bem com a eletricidade foi o fordismo. Para os revolucionários russos de 1917, o socialismo era identificado aos soviets e à eletricidade.

Karl Marx não conheceu a luz elétrica nem o cinema.

No Brasil, a eletricidade, concorrendo com a máquina a vapor, surge durante a República. Embora projetada por Getúlio Vargas, a primeira hidrelétrica surgirá no medíocre governo Dutra, páreo duro para os tucanetes no poder.

O povo pobre entre nós sabe o quanto demorou para chegar a luz em seus casebres. “Uma luz na escuridão” foi o mote bolado pelo governador Leonel Brizola no Rio de Janeiro favelado.

Somos um povo goetheano: queremos luz, luz, mais luz.

Luís da Câmara Cascudo, o maior brasileiro entendido em psicologia popular, refere-se ao hábito de carregar um tição nas mãos para afugentar os fantasmas. Lampião de querosene. Luz trêmula é sinal de espectro além-túmulo. Horror de casa sem fogo, lume, fogão, flama, brasa. Fogo morto é decadência, dizia José Lins do Rego.

Para o povo brasileiro, que traz Dante Alighieri na alma, o céu é permanentemente iluminado como o dia. Paraíso. Enquanto o inferno é o reino das trevas e o purgatório, penumbra. O último livro de Luís da Câmara Cascudo iria chamar-se *Antes da Noite*. Eis como Glauber dirigia seus filmes alados:

Luz.

Tupã e Xangô.

Ação.

Baseado no embuste dos eletrodomésticos baratos, o sinistro Planalto Real estourou pelo lado da energia: a luz elétrica. O Brasil no breu de FHC. Aos pobres, aconselha o cínico ministro Zé Serra: vendam os seus eletrodomésticos, vendam suas geladeiras, vendam seus chuveiros, vendam seus microondas.

O governo FHC apagou o facho de vez.

Se a oposição fizer uso sociomístico da questão energética não tem para ninguém em 2002. E **nessa parada (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** a sorte, como sói acontecer, sopra para as bandas de Itamar Franco.

Furnas, sim.

Apagão, não.

O governador mineiro dispõe dos préstimos científicos do eminente geólogo. Marcelo Guimarães, autor do lúcido livro premonitório *Energia da Biomassa: a Grande Oportunidade de Minas e do Brasil*. Nesse livro – Oxalá seja o livro de cabeceira de Itamar Franco —, o ilustre geólogo mapeia a capacidade de produção de energia elétrica em grande escala a partir da biomassa, valendo-se da energia da floresta, cujo potencial em Minas é dez vezes maior que o hidrelétrico, assim como é mais ecológica do que as termelétricas movidas a gás natural, combustível fóssil importado e poluidor da biosfera com a emissão de CO<sub>2</sub>.

Minas detém o gusa a carvão vegetal que poderia desenvolver projetos de co-geração de energia elétrica. O que está em pauta é uma política das florestas tropicais para produzir eletricidade. Segundo Marcelo Guimarães, o herdeiro de João Guimarães Rosa na geologia, a região de Minas Gerais “poderia se tornar líder na geração térmica a lenha, uma vez que teríamos apenas 30 por cento de sua área, ou seja, cerca de 17 milhões de hectares, um potencial para geração de 68.000 megawatts, mais de dez vezes a capacidade instalada pela Cemig”.

Isso é dito não por um poeta nefelibata ou um profeta delirante, mas sim por um sóbrio cientista que foi presidente da Acesita Energética durante sete anos. Tomara o apagão tucano chame a atenção da opinião pública para a necessidade de implantar um programa energético da biomassa, que é uma forma de energia limpa, renovável, pacífica, criadora de emprego, descentralizadora da população, da renda e do poder.

Aos líderes da oposição cabe a iniciativa de convocarem urgentemente o cientista J.W. Bautista Vidal, o beduíno da biomassa. Entende-se por biomassa: plantas são usinas que transformam a energia luminosa do sol em energia química. A clorofila faz o carbono interagir com a água, resultando daí a formação de sacarídeos, amiláceos, óleos vegetais e a celulose.

Do Oriente Médio detentor das últimas reservas petrolíferas, e por isso mesmo palco de intervenções bélicas, o eixo geopolítico se transladará para os trópicos vegetais e úmidos. É a mudança no objeto da cobiça do poder mundial: sai de cena Saddam e entra Kourupyra, o duende protetor das selvas tropicais e pai do saci-pererê.

O Plano Real foi a nossa Guerra do Golfo. Com o terrível agravante: aqui se consumou através das privatizações internacionais, a expropriação imperialista do território brasileiro.

**A verdade (rótulo prospectivo avaliativo)** é o seguinte: isso de central hidrelétrica gigante já era – embora a responsabilidade pelo desastroso apagão se deva à política das privatizações, desorganizando ou engessando o sistema elétrico para ser vendido. É a desestatização colonialista, ou senão a entrega de empresas brasileiras às estatais estrangeiras. Eletricité de France.

Com certeza já chegou ao conhecimento do governador Itamar Franco que o projeto nacional de desenvolvimento para 2002 estará ancorado na energia verde da biomassa ou não será desenvolvimento. Chegou a hora de mudar o modelo ou a matriz energética.

Energia é igual ao ar que se respira: a gente só se dá conta de sua importância quando nos falta. A história ensina que as mutações energéticas somente ocorrem sob pressão da penúria, do bloqueio, da ruína. Carvão mineral. Petróleo. Biomassa. Contudo, não é preciso rimar lucidez energética com desgraça catastrófica.

Aquilo que para mim era pressentimento, agora, com o apagão em clima de guerra – num país que não está acostumado à guerra —, virou clarividência: o vitorioso candidato a presidente da República em 2002 será o candidato da desalienação energética e tecnológica. **Essa guinada revolucionária (rótulo retrospectivo avaliativo)** não é feita sem enfrentar enormes dificuldades. As vozes e os interesses plutocráticos do modelo antigo e colonial são muito poderosos, porque onipresentes, dominantes, hegemônicos. Todavia, de um verdadeiro líder político o que se espera é que tenha ouvidos livres e desdogmatizados. De resto, o assunto vital da energia está na ordem do dia, de modo que o povo está em condições de entendê-lo. Basta que se lhe ofereça uma didática, a qual pode se traduzir em preferência eleitoral.

Biomassa já!

Não gostaria de encerrar este artigo sem aludir – provocação ou humor negro à parte – ao lado positivo do apagão eletrônico: é que as televisões e as telenovelas permanecerão desligadas durante quatro horas por dia. Certamente esse silêncio fará muito bem à cuca dos brasileiros.

## Anexo A

### Junho - 2001

#### (24) MALVADEZA CAIU; E O PT?

*O momento é propício a uma grande ofensiva política em defesa dos interesses nacionais e populares*

José Arbex Jr.

Certo: Malvadeza caiu; mas isso não é suficiente para autorizar qualquer “euforia democrática”. Primeiro, porque Malvadeza não caiu como resultado direto de qualquer movimento organizado de massas, mas, muito mais, como resultado de disputa de interesses entre as gangues no poder, embora a “opinião pública” tenha sido importante – dado o fato de que, em tese, haverá eleições em 2002. Segundo, porque Malvadeza continua mandando naquilo que ele considera a “sua” capitania hereditária, mesmo se sai enfraquecido de Brasília. Terceiro, porque o Planalto continua sob a ocupação de um governo autoritário apoiado pelo capital financeiro internacional, associado a oligarquias regionais e respaldado por um aparelho de “inteligência” e repressão que nada deve, em método e vocação, àquele que existia à época da ditadura. Mas, é óbvio, **a queda de ACM (rótulo retrospectivo não-avaliativo; nominalização)** assinala que algo mudou na conjuntura. É um sintoma da crise na cúpula do governo, que, nesse caso específico, é composta de muitos ingredientes explosivos – dos escândalos de corrupção ao desgaste provocado pelo “apagão”. **O problema**<sup>13</sup> (rótulo prospectivo metadiscursivo (cognitivo-discursivo - avaliativo) é avaliar a profundidade e a extensão da crise.

**Uma boa medida (rótulo prospectivo avaliativo)** foi dada por Tasso Jereissati, “quadro” do PSDB, chefe da capitania do Ceará e candidato à presidência do país, em entrevista à *Folha de São Paulo* (27/5, página A-8). Jereissati admitiu que o desgaste do governo é “enorme” e que, se a eleição fosse hoje, a chance de FHC fazer o seu sucessor seria “mínima”. Mas o mais significativo da entrevista não foram tanto as declarações, e sim o tom – estridente, nervoso, histérico, chantagista — com que o tucano ameaçou a nação. Exatamente como dissera FHC dias antes, Jereissati denunciou o “clima fascista”, segundo ele, imperante no Brasil. Claro que ele não estava se referindo à brutalidade policial, à medida provisória do apagão – equiparada, por juristas, aos atos institucionais da ditadura —, à arrogância renitente de um governo cada vez mais divorciado da nação: o “fascismo” é daqueles que denunciámos falcatruas e pilantragens. E esse “fascismo”, disse Jereissati, ainda ecoando o príncipe da Sorbonne, poderia provocar um golpe militar ou coisa pior: “É só olhar a Santa Inquisição, a Revolução Francesa e a própria revolução de 1964 no Brasil. Carlos Lacerda começou acusando e acabou cassado”. Não poderia ser mais explícito.

<sup>13</sup> O grupo nominal “o problema”, primeiro parágrafo do texto, encapsula as proposições precedentes atribuindo-lhes uma qualificação, no contexto da atividade enunciativa. Não se trata de uma sumarização do conteúdo no texto, mas, sim, de focalizar a atividade enunciativa, o fazer discursivo.

Gritos históricos sempre foram sintoma de impotência, tanto quanto o cinismo de um governo que, confrontado aos resultados de sua própria política aventureira, só sabe responder com bravatas – como fez, por exemplo, David Zylbersztajn, diretor geral da Agência Nacional de Petróleo e, por acaso, casado com a filha de FHC. Ao se referir às medidas na Justiça contra as medidas previstas pelo “pacote do apagão”, o primeiro-genro declarou que “quem vencer na Justiça vai ganhar de presente o apagão”. Mauro Arce, secretário de Energia do Estado de São Paulo, replicou no mesmo tom: “Vamos colocar banda de música na porta do cara e cortar a luz”. (*Istoé* nº 1.652, página 40). Aproveitando a “deixa” das citações históricas feitas por Jereissati, talvez seja útil lembrar a esses arrogantes *yuppies* do tucanato que, certa vez, uma rainha recomendou aos seus súditos famintos que, à falta de pão, comessem brioques; eles deveriam refletir sobre o destino da moça.

**Outro episódio da maior relevância (rótulo retrospectivo/prospectivo avaliativo)** para revelar a profundidade da crise na cúpula, mas pouco valorizado pelos “especialistas” de plantão, foi a derrota sofrida por ACM na tentativa de desmoralizar a senadora Heloísa Helena, uma das mais destacadas e combativas militantes do PT. É um fato inédito na história do Brasil: pela primeira vez, um coronel da pior estirpe, um chefe de capitania, é moralmente derrotado por alguém do povo. Pior ainda: por uma mulher. E ainda mais: não branca. E é derrotado não na arena do quilombo, não na rua — que é o território do povo —, mas sim no coração da Casa-Grande, no seu próprio terreno. Não houve tempo, ainda, para que a nação sentisse plenamente os efeitos morais revitalizados **dessa extraordinária vitória simbólica.** (rótulo retrospectivo avaliativo)

É fato: a cúpula do governo está histórica, dividida, confusa quanto aos caminhos a adotar, ainda mais porque a conjuntura internacional dá, a cada dia, novos sinais de crise – do “desaquecimento” da economia dos Estados Unidos ao espalhafatoso desabamento do edifício montado pela dupla Menem-Cavallo na Argentina. As sucessivas desvalorizações do real frente ao dólar elevam os serviços da dívida a escalas ainda mais insuportáveis e, combinadas com os efeitos do “apagão”, colocam novamente no horizonte o risco da mais cruel combinação de inflação com recessão e desemprego. O governo está acuado por uma situação objetivamente caótica: não tem nenhuma carta na manga, nenhuma medida que lhe possibilite dar o mínimo de garantia para amenizar a perplexidade e as angústias da classe média. A fracassada tentativa de cassar os direitos do consumidor, ensaiada por FHC, foi um reflexo do desespero do Planalto.

O descontentamento da classe média limita a capacidade repressiva do governo. Uma coisa é massacrar sindicalistas e militantes dos movimentos sociais em épocas de relativa estabilidade econômica e abundância (que o digam os assassinados e torturados durante o “milagre econômico” da ditadura); coisa bem diferente é ter a classe média irritada com o racionamento da energia, a ameaça do desemprego, a falta de segurança nas ruas, os escândalos de corrupção, a queda do nível de vida etc. Um bom termômetro da disposição da classe média foi a vitória das esquerdas nas eleições municipais, quando ainda não haviam estourado os mais recentes escândalos, nem se falava em “apagão”. Ou, ainda, os 5 milhões de votos (não divulgados pela mídia) a favor da moratória da dívida externa. Isso não quer dizer, é óbvio, que o governo não vá reprimir: ao contrário, basta lembrar os mais de cem feridos na avenida Paulista, no dia 20 de abril, durante as manifestações contra a ALCA, ou os assassinatos de militantes do MST. Mas quer dizer que a repressão tem um elevado custo político, ainda mais às vésperas das eleições presidenciais. O momento, portanto, é propício a uma grande ofensiva política

em defesa dos interesses nacionais e populares, mesmo porque não há, ainda, nenhum agrupamento de extrema direita com capacidade para mobilizar a classe média “em defesa da família e da liberdade”. **O problema (rótulo prospectivo avaliativo)** reside unicamente na capacidade de reação das organizações do povo. O PT, em especial, está novamente, posto diante de uma encruzilhada: ou vai se limitar aos jogos do debate institucional, apostando todas as fichas na campanha eleitoral, ou vai assumir sua responsabilidade face às necessidades imediatas de organização da nação brasileira contra as ameaças fascistas do governo. Isso significa mobilizar já, imediatamente, os trabalhadores do país, em um amplo movimento para defender a integridade nacional, a dignidade do povo e a punição imediata dos corruptos. E, se isso não for possível como FHC, então que o PT erga a bandeira de sua imediata deposição, por um governo nacional e popular.

**Anexo A**  
**Setembro - 2001**  
**(25) DEMOCRACIA DEFUNTA**

Jarbas Medeiros  
CAROS AMIGOS, ano V, nº 54, setembro, 2001, p.11.

É preciso olhar a história de frente, sem disfarces, vamos ser sinceros e autocríticos: a democracia envelheceu.

Sou daqueles que ainda acreditam, como Churchill, que “ninguém pretende que a democracia seja perfeita ou sem defeito” e que “tem-se dito que a democracia é a pior forma de governo, salvo todas as demais formas que têm sido experimentadas de tempos em tempos”. Ou como Rui Barbosa, que proclamava: “Ditadura, nem a de meu pai sobre mim”. Mas não deixo de dar razão também a Weber, que dizia que a democracia é a “ditadura baseada na exploração da massa, emocionalmente”, acrescentando: “Nas condições das democracias modernas de massa, o líder político é necessariamente um demagogo”. E quem poderia deixar de levar em conta que, muitas vezes, como dizia Lênin, a democracia “é o regime político no qual, a cada quatro anos, o povo é chamado a escolher aqueles que vão explorá-lo nos quatro anos seguintes”?

É preciso olhar a história de frente, sem disfarces, vamos ser sinceros e autocríticos: a democracia envelheceu. Há mais de um século que não se tem notícia de revoluções democráticas no mundo. Liberdade, igualdade e fraternidade – quem ainda acredita? As democracias se tornaram formas sempre renovadas, mas inexoráveis de plutocracias ou pouco mais do que isso. O capitalismo, que tem como uma de suas características mais notáveis a extrema vitalidade, dinamismo, astúcia e capacidade de renovação, apropriou-se da democracia e ganhou o direito histórico, legal e político de defini-la e realizá-la, a seu modo e conforme seus interesses, quase sempre inevitavelmente espúrios e injustos. E sempre protegidos pela mediocridade parlamentar e pela mídia quase toda cooptada.

Daí que, se tentarmos enxergar o século 20 a partir  **dessa óptica autocrítica, (rótulo retrospectivo avaliativo)** só iremos encontrar três ou quatro grandes reações importantes a  **essa democracia envelhecida, travestida, adulterada e demagógica (rótulo retrospectivo avaliativo)** que aí está, no Brasil e no mundo.

A primeira seria o socialismo, na sua versão soviética ou chinesa, que, não obstante se denominar a verdadeira “democracia popular”, democracia “de todo o povo”, acabou se convertendo em uma ditadura policialesca da *nomenklatura* burocrática e acabou implodindo. Ou dando marcha à ré, como é o caso chinês. A ambos seguiam-se os vários socialismos “populares”, de triste destino.

A segunda grande reação, essa explicitamente antidemocrática, foi naturalmente o nazi-fascismo, derrotado em sua forma histórica datada, mas, como o socialismo, ainda vivo sob várias formas larvares. A terceira reação, essa mais problemática, complexa e discutível, é o sionismo universal, um importante



movimento cultural, religioso, étnico e político, que aponto para um certo nacionalismo judaico de vocação universal, extremamente radical e de incrível capacidade mimética e mitológica, um verdadeiro milagre do ponto de vista de sobrevivência histórica e em contínua expansão. Declaro, desde logo, que não sou anti-semita, muito pelo contrário, sou um admirador distante do sionismo. E, por fim, poderíamos acrescentar o islamismo, em plena ressurgência vigorosa, tendo como vanguarda ideológica o grupo Taleban, no Afeganistão.

Aqui, as coisas começam a se complicar. O que aí vemos, dominantes, são democracias envelhecidas, ocas, injustas, muito violentas, falsificadas, sem alma e, ao que tudo indica, irrecuperáveis. Democracias que, ao institucionalizarem suas contradições e conflitos, via cooptação, sedução ou violência, anulam e matam justamente a força radical transformadora dessas contradições e conflitos, desvitalizando-os. Democracias terminais, pois. Suicidas se quiserem. Seus sonhos, ideais, palavras de ordem e práticas estão perdendo credibilidade a cada instante.

A questão que se põe para o século que se inicia é se essas “democracias<sup>14</sup>” poderão concorrer e vencer a mais do que provável revivescência das utopias libertárias ou totalitárias que já se anunciaram no século 20.

Eu ousaria dizer que o século 21 *não* será aquele da democracia, apesar das aparências e evidências em contrário do momento e atualidade.

Todas as quatro grandes ameaças à democracia iluminista, cartesiana e capitalista, antes mencionadas, aí estão, com suas energias recalçadas, reprimidas e sufocadas e, por isso mesmo, dotadas ainda de um grande potencial utópico e mitológico radical. Terremotos vulcânicos que vão mudar e transformar a geografia história, política e cultural do mundo. Brasas ardentes sob as cinzas de uma “democracia de mercado” e de um racionalismo anêmico, um tigre sem dentes, um sapato sem sola. Freud dizia que tudo aquilo que foi intensamente desejado um dia e não realizado se eterniza para sempre.

Para apaziguar os deuses, muitos sacrifícios de sangue humano ainda serão necessários. Dialeticamente, ao terror dissimulado democrático, sucederá o terror das utopias.

A sociedade comunista do futuro, o IV Reich, o reinado de Jesus por mil anos, a Terra Prometida inaugurada pelos Messias e a posse do Céu garantida pelo profeta estão à nossa frente nos próximos cem anos. Uma gigantesca catarse necessária e desejada? Provavelmente sim.

Não é sem razão que Marx dizia que ainda estamos na pré-história.

Talvez somente mais tarde, muito mais tarde, é que “os que cantam ou que beijam mais sábios que os mais cultos sejam” e que “em poesias e lendas a história do mundo então se aprenda”, como queria Novalis.

---

<sup>14</sup> Conforme Apothéloz, “democracia”, neste caso, é uma denominação reportada, mas não é um rótulo.

## Anexo A

Setembro - 2001

### (26) EU E O MUNDO

Marcelo Manzano

CAROS AMIGOS, ano V, nº 54, setembro, 2001, p.14.

*É curioso como um sistema que promete o infinito – o império da liberdade – exige de cada um de nós um tal grau de focalização, que corremos o risco de reduzir nosso vínculo social apenas e tão-somente a uma única atividade rotineira, especializada e estúpida.*

Taí uma parceria complicada. Desde muito tempo não tem sido fácil a relação entre o indivíduo e a coletividade – mas suspeito que no capitalismo de hoje **esse conflito (rótulo retrospectivo avaliativo)** é amplificado para além dos limites da tolerância.

Enquanto vende o peixe da livre escolha, seduzindo nossas almas com a possibilidade de trocarmos as notas que carregamos no bolso pelos nossos maiores sonhos de consumo, o capitalismo nos cobra o trabalho e, mais do que isso, impele a crescente especialização de nossas atividades.

É curioso como um sistema que promete o infinito — o império da liberdade – exige de cada um de nós um tal grau de focalização, que corremos o risco de reduzir nosso vínculo social apenas e tão-somente a uma única atividade rotineira, especializada e estúpida. Aliás, é bom lembrar que Marx, ao deschavar com seu agudo bisturi as mumunhas da sociedade capitalista, já apontava para **essa tendência de progressiva alienação do sujeito. (rótulo retrospectivo avaliativo)**

Com o recente furacão liberal, mais do que nunca a especialização floresce como a grande meta dos viventes. Quanto mais avança a mediação mercantil das relações sociais, mais forte é a pressão pela especialização de nossas habilidades humanas. Gregos ou troianos, freqüentemente nos vemos “planejando nossas carreiras” para que possamos nos tornar ainda mais imprescindíveis ao capital. Obedecendo aos sinais do mercado, que joga alpiste para os que se dedicam com afinco e fidelidade a alguma tarefa miúda na divisão social do trabalho, acabamos reduzindo nossa identidade à faceta mais tosca de nossa existência – a da mera reprodução material.

Evidentemente, a divisão social do trabalho, associada aos direitos de propriedade e mediada pelo dinheiro, é uma maneira um tanto engenhosa de organizar a produção. Na medida em que cada indivíduo subordina sua existência à tarefa que lhe cabe nessa gigantesca organização social chamada sociedade capitalista, é de esperar que no “conjunto da obra” **esse arranjo (rótulo retrospectivo avaliativo)** pareça bastante funcional. Não há como negar que, excluindo todas as demais dimensões da vida humana, o capitalismo é um eficiente sistema produtor de mercadorias. Não por acaso, desde Adam Smith, muita gente boa (e muito mais gente safada) tem exaltado essa deficiência como forma de alcançarmos o bem-estar geral.

Acontece que, ao contrário do que nos acostumamos a pensar, pertencer ao mundo não se resume ao estreito vínculo profissional que tanto cativamos. Saber pilotar uma mesa de operações cambiais pela manhã e não conseguir apreciar um bife no almoço pode ser até compreensível do ponto de vista da funcionalidade do sistema, mas soa quase ridículo de qualquer outro ponto de vista.

Como seres humanos, dotados de sentidos e curiosidade, somos tentados a cada instante a vasculhar, entender e participar da vida em muitas de suas dimensões, e se não o fazemos é porque talvez estejamos deixando nossa humanidade em segundo plano, para nos colocarmos cada vez mais a serviço da produção social de mercadorias.

Assim, para além de todos os problemas econômicos e sociais que decorrem do capitalismo, **essa dicotomia (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** entre um mundo de desejos que carregamos na cabeça e o barbante tênue da profissão que nos liga à sociedade é talvez uma das maiores angústias da modernidade. Curiosamente, ao mesmo tempo em que proliferam alternativas de consumo e deleite através dessa potente máquina produtora de todo e qualquer tipo de mercadoria, nossos interesses tendem a convergir para atividades cada vez mais especializadas e descoladas das outras esferas da vida. Com a vista ofuscada, dedicamos nossos dias a conquistar um horizonte de sonhos que já não sabemos como desfrutar.

Mais uma vez, o capital demonstra sua maestria na arte do ilusionismo, operando a inversão entre o que é anseio e o que é dever e fazendo-nos crer que nos libertamos quando nos sujeitamos.

## Anexo A

Setembro - 2001

### (27) O PROFETA DA FOME

Marco Frentte

CAROS AMIGOS, ano V, nº 54, setembro, 2001, p.26.

*Clássicos de Josué de Castro, ora relançados pela Civilização Brasileira após anos fora de catálogo, fazem longa incursão pela temática da fome, evidenciando a recorrente atualidade do problema no Brasil.*

O cientista Josué de Castro, intelectual de fina sensibilidade humanística, assombrava-se com o absurdo de haver no planeta milhões de pessoas escravas da angústia diária de não ter o que comer. **Essa perplexidade (rótulo retrospectivo metadiscursivo cognitivo-discursivo - avaliativo)** foi o combustível interior que o levou ao estudo sistemático e aprofundado do fenômeno da fome em seus mais diferentes aspectos. O resultado **desse enorme empenho monotemático, (rótulo retrospectivo avaliativo)** suas conclusões e decepções acumuladas por quase quatro décadas de trabalho ininterrupto foram devidamente registrados em diversos livros fundamentais, todos, inexplicavelmente, há muito tempo fora do catálogo.

Agora, dois dos mais significativos títulos de sua profícua carreira, *Geografia da Fome e Homens e Caranguejos*, são relançados pela Civilização Brasileira. São livros complementares, servindo de boa iniciação ao pensamento social, científico e político de Josué de Castro. Enquanto o primeiro trata de uma maneira metódica e ampla das causas reais da fome no Brasil, o segundo expõe, em forma de curto romance, os sentimentos profundos que o tema despertava no autor.

Josué de Castro foi um vulto de estatura pouco comum, sobretudo entre brasileiros. Admirado por gente como Sartre, Pearl S. Buck e Einstein, e duas vezes indicado para o Prêmio Nobel da Paz, esse recifense de 1908 e neto de retirantes paraibanos foi catedrático, geógrafo, médico, deputado federal de Pernambuco, embaixador do Brasil na ONU, presidente da FAO, membro de inúmeras academias e, o mais significativo, em sua época foi lido e respeitado em todo o planeta. Estudioso na mais ampla acepção do termo, Josué de Castro formou-se aos 21 anos em medicina pela Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), e apenas três anos depois, em 1932, já chefiava a equipe que realizou o inquérito Condições de Vida das Classes Operárias no Nordeste, pesquisa pioneira no país, que abrangeu quinhentas famílias em Recife, num total de 2.585 pessoas.

**Esse trabalho, (rótulo metaenunciativo retrospectivo não-avaliativo)** além de inspirar inúmeras pesquisas semelhantes em vários Estados brasileiros nas décadas de 30 e 40, evidenciou, pela primeira vez, as condições de fome crônica de grandes populações do Nordeste açucareiro. Das famílias analisadas, por exemplo, constatou-se que apenas 19 por cento consumiam leite e apenas 16 por cento comiam frutas, mesmo assim em quantidades insignificantes, que só foram computadas em respeito ao rigor científico. A quase totalidade das famílias recenseadas sobrevivia à base de uma alimentação extremamente

desequilibrada, constituída apenas por feijão, carne-seca, café, açúcar. A respeito **dessa pesquisa, (rótulo metaenunciativo retrospectivo não-avaliativo)** Josué de Castro afirmaria que a experiência desses “seres estiolados com deficiência física e mental” não se devia ao suposto mal da miscigenação, mas sim ao estômago vazio, que produzia um “mestiço débil, raquítico e anêmico”. Assim, ao estudar não famintos esqueléticos, mas gente alquebrada por uma alimentação insuficiente que impede um desenvolvimento pleno, esclarecia-se pela primeira vez – e já muito tardiamente – que sofríamos de um “mal de fome, e não de raça”.

Após **essa experiência pioneira (rótulo metaenunciativo retrospectivo avaliativo)** e sua primeira docência em fisiologia na Faculdade de Medicina de Recife, Josué de Castro mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1935, onde realizou pesquisas bioquímicas que seriam o embrião do futuro Instituto de Nutrição que fundaria na Universidade do Brasil. Mais tarde, em 1938, estagiou no Instituto Bioquímico de Roma e deu cursos nas universidades de Gênova, Nápoles e Roma. Já no ano seguinte, de volta ao país, obteve a cátedra de geografia humana da Universidade do Brasil. Dessa data até 1945, envolveu-se em diversas iniciativas governamentais visando o combate à fome, tendo sido oficialmente convidado por vários países que o queriam para estudar o problema. Nessa condição, esteve na Argentina, em 1942, nos EUA, em 1943, e no México e na República Dominicana em 1945.

**Esses anos de prática e estudos (rótulo retrospectivo avaliativo)** – nos quais publicou importantes trabalhos, como *Problema da Alimentação no Brasil, Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana e Alimentação e Raça* – forneceram-lhe a experiência necessária para engendrar, em 1946, seu famoso ensaio *Geografia da Fome*. Primeira parte de um ambicioso projeto de mapeamento da miséria alimentar em todo o planeta, **esse estudo (rótulo metaenunciativo retrospectivo não-avaliativo)** seria completado em 1951, com a publicação de *Geopolítica da Fome*, livro mais maduro, que ao estudar a fome no resto do planeta, deu mais ênfase às causas sociais e políticas do fenômeno.

Esse projeto de mapeamento mundial da fome nasceu em 1943, na Conferência de Alimentação de Hot Springs, nos Estados Unidos. Nesse evento convocado pelas Nações Unidas – o qual deu origem à FAO (Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas) —, representantes de 44 nações expuseram pela primeira vez, de maneira franca, as condições alimentares de seus respectivos países. Com o mal exposto buscaram-se soluções conjuntas que logo esbarraram na falta de um conhecimento mais amplo e aprofundado do tema. Anos depois, *Geografia da Fome* e *Geopolítica da Fome* surgiriam como competentes respostas a essas necessidades.

Partindo de um método geográfico-interpretativo preconizado por autores como Vidal de La Blanche – que em seu *Principes de Géographie Humaine*, de 1922, apontava o “estudo dos recursos alimentares regionais” como uma forma de compreender as relações do homem com o seu meio —, *Geografia da Fome* dividiu o Brasil em cinco grandes áreas alimentares (Amazônia, Nordeste açucareiro, sertão do Nordeste, centro e sul), mapeando a fome e a desnutrição em seus mais variados níveis. Concomitantemente, o estudo fez incursões desvolutas pelos campos da literatura, da fisiologia, da antropologia e da sociologia. **Essa interdisciplinaridade, (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** segundo explicações do próprio autor, procurava abordar o tema em sua “realidade total”, sem “arrebentar-lhes as raízes que o ligam subterraneamente a inúmeras outras manifestações econômicas e sociais”. Desse livro respeitado em todo o mundo e traduzido para mais de 25 idiomas, Josué de Castro também fazia questão de destacar a “natureza ecológica”, entendendo por ecologia não a mera produção ambiental seguida de simples con-

templação das belezas naturais remanescentes, mas o “estudo das ações e reações dos seres vivos diante das influências do meio”.

À época, a aplicação **desse método de estudo (rótulo metaenunciativo retrospectivo não-avaliativo)** constituiu-se em formidável novidade científica e num significativo avanço para o pensamento social, pois, a partir desse “primeiro grande mergulho de olhos abertos no emaranhado do enigma alimentar do país”, segundo inspirada definição de Homero Homem, o Brasil ganhou um entendimento conjuntural dos estragos físicos, culturais e psicológicos causados pela fome, o que nos capacitou a entender, pela primeira vez, que fome e subdesenvolvimento são a mesma coisa.

Em muitos aspectos, *Geografia da Fome* pode ser comparado a *Casa-Grande e Senzala* – esse outro livro-chave para a compreensão do Brasil. Como a obra de seu conterrâneo Gilberto Freyre, publicada treze anos antes, o estudo de Josué é escrito não em português, mas em brasileiro, com frases escorregadas que se equilibram entre o rigor informativo e a informalidade textual, dando ao ensaio um sabor especial, ao tempo em que revela ausência de preconceitos por conta da utilização das mais diversas fontes e modos de abordagem. Exemplo disso é quando ilustra a dissertação sobre os hábitos alimentares dos sertanejos citando versos do improvisador popular Antonio Batista Guedes, ou quando estabelece as conexões entre fome e adoração mística a partir da história da Idade Média e de referências a líderes religiosos como Buda, Cristo e Antônio Conselheiro. Esse cuidado em dar um contorno poético e existencial a uma obra de cunho eminentemente científico, aproximando-a da literatura, foi um dos segredos do poder de sedução da escrita de Gilberto Freyre, algo também presente, se bem que em menor grau, em *Geografia da Fome*. Nesse sentido, pode-se dizer que Josué teve em Freyre seu principal mestre estilístico, já que foi seu grande leitor, citando-o em diversos trabalhos.

Porém, como nada é perfeito, essa reedição da Civilização Brasileira – apesar de embalada em competente projeto gráfico – chega com inexplicáveis mutilações. Nela faltam prefácios e apêndices que constavam de edições anteriores, a exemplo do escrito por Alceu Amoroso Lima em 1980, o qual mensura *Geografia da Fome* em sua importância política e social dentro do contexto brasileiro de então, além de compará-lo, em termos de retrato da realidade nacional, com *Os Sertões* de Euclides da Cunha.

Também ficou de fora um apêndice à oitava edição intitulado “A contribuição da Crítica Brasileira”, interessante documento que evidencia o espírito arejado desse humanista radical convertido em profeta da fome. Nele, Josué estabelece um diálogo sem arrogância com a crítica de então, composta por intelectuais e jornalistas como Homero Homem, Nelson Werneck Sodré, Sérgio Milliet, Luiz da Câmara Cascudo e José Honório Rodrigues. Citados nominalmente, suas principais sugestões e ressalvas ao *Geografia da Fome* são devidamente enumeradas e incluídas no contexto do livro. Belo exemplo de diálogo cultural e de posicionamento intelectual democrático.

Excluíram, ainda, o material iconográfico que havia no projeto original. Era uma dúzia de imagens, trazendo fotos como a de um sertanejo fotografado por Pierre Verger; a de uma capelinha à beira de estrada, marcando o ponto em que sete pessoas morreram de fome, e a de retirantes com semblantes desesperançosos num barco, descendo o rio São Francisco. Sumiram também desenhos excelentes, como o de Percy Lau mostrando a via-crúcis de retirantes e um detalhe de quadro de Portinari retratando a cabeça de um faminto.

No entanto, **esse lamentável rosário de ausências (rótulo retrospectivo avaliativo)** não chega a comprometer seriamente *Geografia da Fome*, pois seu texto vem por inteiro – e ele, no final das contas, fala por si só. Arauto de uma realidade terrível, nele se aprende sobre desgraças tais como pragas de cascavéis e morcegos enlouquecidos pela falta do que comer, saindo à luz do dia para morder e picar sertanejos esqualidos em situação idêntica de fome; e sobre o processo fisiológico que transforma o faminto num mero feixe de nervos dotado de uma visão extremamente aguçada, como um animal de rapina a procurar uma caça inexistente ou qualquer coisa mastigável. Também há relatos contundentes de diversas secas e suas exterminações em massa, como a de 1877-1879, na qual morreram 500.000 nordestinos. Calcula-se que 150.000 foram vitimados diretamente pela fome; 180.000 pela varíola, febres biliosas, beribéri e outras doenças; e 180.000 por um cruzamento de sede, inanição e alimentação venenosa. Fortaleza, que então contava com 124.000 almas, teve quase metade de sua população dizimada: os cemitérios de São João Batista e Lagoa Funda registraram 56.791 sepultamentos.

Paralelamente a **esses relatos de sofrimento e mortandade, (rótulo retrospectivo avaliativo)** *Geografia da Fome* fala da ausência de um projeto nacional para combater a miséria e de uma secular cultura predatória, que, baseada na monocultura, transformou em desertos regiões inteiras. A novidade do quadro final foi demonstrar, de maneira cabal e didática, que a fome não tem, há muito tempo, mais a ver com fatalidades ou contingências da natureza, mas sim com interesses financeiros e políticas de Estado.

Josué de Castro criticava a “centralização absurda” no Sul de recursos e esforços governamentais, que resultava “numa filosofia do desenvolvimento brasileiro” baseada na noção de “desenvolver mais o já desenvolvido e não de integrar no sistema econômico nacional as atuais áreas marginais, tais como o Nordeste e a Amazônia”. Afirmava também que a “política de fachada da República” incentivava a prevalência de uma “política paternalista” do tipo “ajuda-teu-irmão” nas épocas calamitosas da seca”. Passado meio século e muitos governos depois, a atual campanha do Sul para arrecadação de alimento para os flagelados do Nordeste, nessa nova seca de 2001, mostra a triste atualidade **dessas constatações. (rótulo retrospectivo metadiscursivo cognitivo-discursivo não-avaliativo)**.

**A esse secular faz-de-conta governamental (rótulo retrospectivo avaliativo)** que permite o eterno retorno da fome, Josué de Castro chamou de “ciclo do caranguejo”, expressão a qual designava a peculiar miséria das populações dos mangues recifenses: “Essa gente vive da pesca de caranguejos e siris, chafurdando nesse charco onde tudo é, foi ou vai ser caranguejo, inclusive a lama e o homem que vive nela”. **Essa visão cristalizada da miséria, (rótulo retrospectivo avaliativo)** tão bem utilizada e cantada por Chico Science, foi justamente a imagem-mestra de seu único romance, *Homens e Caranguejos*. De cunho autobiográfico, essa história tem como pano de fundo a estrutura agrária e feudal do sertão nordestino, trata das lutas estomacais diárias da família de um menino chamado João Paulo.

No prefácio do livro, o autor conta como a descoberta da fome atuou poderosamente sobre sua sensibilidade em formação, marcando toda a sua obra futura como médico e cientista social. **A revelação (rótulo retrospectivo avaliativo)** se deu espontaneamente aos seus olhos de criança nos mangues do Capibaribe e nos bairros miseráveis de Recife, e aqui talvez caiba, para o leitor entender a importância dessa visão para o autor, a reprodução de suas palavras do prefácio do romance: “foi assim que eu vi e senti formigar dentro de mim a terrível descoberta da fome. Da fome de uma população inteira escravizada à angústia de encontrar o que comer. Vi os caranguejos espumando de fome à beira da água, à espera

que a correnteza lhes trouxesse um pouco de comida, um peixe morto, uma casca de fruta, um pedaço de bosta que eles arrastariam para o seco para matar a sua fome. E vi, também, os homens sentados na balaustrada do velho cais a murmurarem monossílabos, com um talo de capim enfiado na boca, chupando o suco verde do capim e deixando escorrer pelo canto da boca uma saliva esverdeada que me parecia ter a mesma origem da espuma dos caranguejos: era a baba da fome”.

*Homens e Caranguejos* é obra de um homem exilado. Cassado em seus direitos políticos durante o golpe de 1964, Josué refugiou-se em Paris, onde viveu até sua morte, em 1973. **Nessa década de desterro**, (rótulo retrospectivo avaliativo) não parou de produzir. Trabalhou em vários projetos (como a fundação e direção do Centro Internacional para o Desenvolvimento em Paris), lecionou e escreveu livros e artigos. Mas sentiu agudamente a falta do Brasil, a ponto de declarar que “não se morre apenas de enfarte ou de glomerulonefrite crônica, mas também de saudade”. Foi no segundo ano desse exílio, em 1966, que surgiu *Homens e Caranguejos*, espécie de testamento cultural sentido e emocionado, onde o autor relembra sua infância humilde para recriá-la a partir da experiência do cientista e pesquisador maduro.

Por sua importância autobiográfica e literária, esse romance que Roberto Rossellini leu encantado, a ponto de desejar filmá-lo, bem que mereceria por parte da Civilização Brasileira o cuidado de encomendar um estudo introdutório, em vez de apresentá-lo a seco para o novo público leitor. Com apenas uma edição em 1967 pela Brasiliense, esse drama ficcional escrito em linguagem coloquial e algo burocrática, mas com capítulos titulados à moda dos romances picarescos (“De como o Corpo e a Alma de João se Foram Impregnando o Suco dos Caranguejos”, “De como João Paulo Ouvindo a Tempestade dos Homens, Virou Caranguejo” etc.), tem força poética e autenticidade suficientes para ser devidamente incluído na tradição literária dos romancistas da fome, à qual pertencem brasileiros como Rodolfo Teófilo e Rachel de Queiroz, e estrangeiros como Knut Hamsun e George Fink.

Além disso, a imagem impressionante que *Homens e Caranguejos* nos dá dos pobres coitados que entram nos mangues para saírem de lá escuros de lama, alquebrados e despojados de sua condição humana, é digna da melhor literatura fantástica, fazendo do personagem de João Paulo uma espécie de Gregor Samsa nacional. Josué de Castro, bem distante de Praga e do alemão impecável de Kafka a descrever a transformação de um europeu em barata, nos deu o relato de uma metamorfose local: a do brasileiro se assemelhando não a um inseto impotente diante da modernidade, mas a um crustáceo lamacento, que como detritos, que anda para trás e se acachapa na luta por alimento. Talvez tenha sido essa síntese genial – mas nada agradável – do que ainda é a vida para parte significativa do povo brasileiro o motivo de *Homens e Caranguejos* ter sido inconscientemente ignorado pelos editores brasileiros por longos 34 anos.



## Anexo A

### Fevereiro - 2002

#### (28) POLIANA AMEDRONTADA

CAROS AMIGOS, ano V, nº 59, fevereiro de 2002, p. 41.  
(Guilherme Scalzilli)

Graças a aguerridos pesquisadores estrangeiros, descobrimos que na Febem os responsáveis pela “instrução” costumam submeter os internos a um variado *cardápio de torturas*, inclusive de caráter sexual (sem camisinha?). Então é verdade, isso não acontece apenas nas catacumbas paquistanesas. Todos acreditávamos piamente que, em nossos excelentes centros de reabilitação, os garotos recebessem aulas de geografia, dietas modernas e atividades físicas adequadas Às suas índoles (basquete para o batedor de carteira, natação para o funcionário do tráfico, futebol para o homicida), após avaliações rigorosas de uma junta especializada.

Reportagens denunciam a participação de policiais em seqüestros, assaltos e coletivos, narcotráfico, roubo de cargas, fugas de presos perigosos e extermínio de outros sob a declarada proteção do governador. Pois nem sequer a segurança pública, orgulho nacional está preservada? Cai um mito!

Diante da onipotência do banditismo sanguinário – a ponto de alguns celenterados pedirem a intervenção das Forças armadas —, esperávamos realmente que o fim do Serviço Nacional de Informação fosse originar uma agência transparente, estratégia e submetida ao Congresso, no bojo do triunfo democrático globalizado. Lemos, entretanto, que o exército mantém as técnicas de espionagem da ditadura, vigiando a UNE, o MST e o PT através de arapongas disfarçados de jornalistas (que ironia) e ensinados a tratar movimentos sociais como “forças adversas”. É mesmo um choque.

A crônica estrebucha porque certo trabalhador foi preso, apanhou uma semana para assinar a confissão, denunciou os maus servidores às autoridades e, meia hora depois, morreu com doze tiros, na porta de casa. Oh, a cidadania ameaçada!

Repetimos **as mesmas barbaridades (rótulo retrospectivo avaliativo)** há anos, forjando **essa surpresa ridiculamente gasta (rótulo retrospectivo avaliativo)** e o horrorizado “até quando?” típico de interesses temerários. Para tudo voltar ao normal no dia seguinte, basta que o cinismo estatal nos console a dolorosa sobrevivência.

E novamente lamentamos massacres de agricultores, assassinato de crianças após mutilação dos genitais e estupro, juízes federais vendendo sentenças e outras micoses no calcanhar do sistema. Tudo não passa de notícia. Ao final da lauda, ninguém dá a mínima.

Resta uma dúvida: preferimos ser ingênuos ou hipócritas?

## Anexo A

Maio - 2004

### (29) LEGALIZAR AS DROGAS

*Os chamados entorpecentes são um problema de saúde pública, não de polícia. A legalidade das drogas só serve para proteger a lavagem de dinheiro.*

José Arbex Jr.

CAROS AMIGOS, ano VIII, nº 86, maio, 2004, p. 15.

“A diferença entre droga ilegal e a legal é que uma é ilegal”, disse o ministro Nilmário Miranda (Secretaria Especial de Direitos Humanos), em Porto Alegre, no dia 22, ao defender a descriminalização do consumo de drogas no país. “Ninguém cogita colocar na cadeia o consumidor de álcool, mas a bebida também provoca a violência e crimes, tanto ou mais que as drogas ilegais. Como o consumo de álcool e de tabaco é tratado como caso de saúde pública, entendo que o consumo de drogas ilegais também deve ser tratado da mesma maneira, não como crime”, disse o ministro. **A declaração (rótulo retrospectivo metadiscursivo cognitivo-discursivo não-avaliativo)** não causou grandes repercussões, mas aponta o único caminho efetivo de combate às drogas.

O senso comum, reforçado pela mídia, diz que o narcotráfico é uma “questão de polícia”. Não é. O narcotráfico movimentava por ano, no mundo, algo em torno de 500 bilhões de dólares, quantia equivalente ao produto interno bruto (PIB) brasileiro. Esse dinheiro não está na Rocinha, mas em circulação nos meios financeiros internacionais, incluindo os bancos e as bolsas de valores. As regras de sigilo bancário e a tradição de segredo que cerca os negócios financeiros são o caldo de cultura para o florescimento dos vínculos entre as máfias e os bancos. Obviamente, é muito raro que **essas instituições (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** permitam o “vazamento” de dados estabelecendo sua conexão com o crime organizado.

### BANCOS ENVOLVIDOS

Uma **dessas ocasiões (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** aconteceu em abril de 1999, quando o banqueiro saudita Gaith Pharaon, à época um dos quinze homens mais ricos do mundo, declarou, em Buenos Aires, que todos os grandes bancos lavam narco-dólares, incluindo instituições como First Bank of Boston e o Crédit suisse. Pharaon se ressentia do fato de que apenas o seu Bank of Credit and Commerce International (que seria o estopim de um grande escândalo financeiro, em 1992), fosse citado com frequência por suas vinculações com o tráfico. Pharaon era também dono de uma cadeia de supermercados na França, acionista da rede mundial do Club Méditerranée e da rede de hotéis Hyatt.

As organizações criminais se ajustaram ao processo de globalização da economia neoliberal, o qual implica um fluxo livre de capitais através de sistemas informatizados. As organizações criminosas atuais articulam vínculos internacionais com capacidade de influir nos rumos da política financeira de um país. Nos locais em que atuam, formam “Estados dentro de Estados”, como na Colômbia e na Rússia, e agora,

evidentemente, no Brasil. Criam grupos que reconhecem apenas suas próprias leis, fortemente municiados com armas de tecnologia avançada e dinheiro suficiente para corromper juízes, políticos (eventualmente, até presidentes), além de comprar jornais, emissoras de rádio e televisão.

A evidência mais dramática do alcance das “novas máfias”, até agora, foi dada nos anos 80, pela Operação Mãos Limpas, na Itália, durante a qual a investigação levada a cabo pelo Poder Judiciário prendeu ou indiciou altas personalidades, incluindo magistrados, ministros de Estado, senadores e boa parte da cúpula política, em particular honrados senhores da Democracia Cristã. Coube ao principal expoente da operação, o juiz Giovanni Falcone propor a realização de reuniões internacionais contra o crime organizado, no quadro da ONU. **A idéia (rótulo retrospectivo metadiscursivo cognitivo-discursivo não-avaliativo)** proposta por Falcone pouco antes do seu assassinato, em maio de 1992, decorreu da percepção de que nenhum país poderia, isoladamente, combater o poder avassalador do crime organizado.

No Brasil, é impossível calcular com exatidão o impacto financeiro e político do dinheiro “sujo”. Uma das razões para isso foi explicitada, no início dos anos 90, durante o escândalo Collor-PC Farias: as autoridades não tinham, à época, o menor controle sobre a movimentação bancária. **Essa situação (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** foi agravada pelas leis aprovadas no início de 1992 pelo presidente Collor, permitindo que capitais estrangeiros – incluindo, obviamente, os narcodólares – comprassem títulos e ações nas bolsas de valores do país. Depois disso, houve um início de processo de “moralização” do sistema, principalmente no setor do Fisco, mas que não conseguiu impedir a prática de megafraudes, como a do Banestado, responsável pela exportação ilegal de bilhões de dólares. E mais: as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) sobre narcotráfico e sistema financeiro nunca chegaram às últimas conseqüências. Foram convenientemente interrompidas, quando os seus caminhos implicaram até a patente de coronel da Polícia Militar.

## DESCRIMINALIZAÇÃO

Dado **esse quadro geral, (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** um dos caminhos mais óbvios para o controle do narcotráfico é aquele apontado por Nilmário Miranda: a descriminalização das drogas, ponto de vista defendido até por intelectuais conservadores, como o economista Milton Friedman, da Escola de Chicago. A sua eventual legalização, numa etapa mais avançada, implicaria a sua taxaço pelo governo, com uma arrecadação extra que poderia construir hospitais, escolas e centros de reabilitação; permitiria o controle dos laboratórios, que teriam de garantir a pureza de seu produto; e possibilitaria a sindicalização de camponeses que, muitas vezes são obrigados a trabalhar em condições de escravidão. Mais ainda: a legalização cortaria uma das fontes de renda da rede de policiais e políticos que vivem de propinas e extorsão.

Mas a legalização, ou mesmo a descriminalização, não interessa à Casa Branca. Da boca para fora, Washington é o “inimigo número 1” das drogas; no mundo real, a CIA (serviço secreto) patrocina e promove o narcotráfico, além de usar os narcodólares para armar, treinar e financiar grupos terroristas. **Esse esquema (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** permitiu à CIA, nos anos 80, organizar a Al Qaeda de Osama bin Laden, quando interessava que fundamentalistas muçulmanos combatessem o Exército Vermelho no Afeganistão. Esse mesmo esquema armou o Exército de Libertação do Kosovo (ELK), nos anos 90, quando Bill Clinton atacou a Sérvia, tradicional aliada da Rússia na Europa Central. Em seu

recente livro *Guerra e Globalização – antes e depois de 11 de setembro de 2001* (editora Expressão Popular), o professor canadense Michel Chossudovsky produz abundância de evidências sobre isso tudo.

A “guerra ao narcotráfico” também permite aos Estados Unidos enviarem as suas tropas à Amazônia, em vasta operação militar de reconhecimento e ocupação da maior área de reserva biológica e mineral do planeta. A “guerra suja” armada pela Casa Branca na Colômbia e no Equador, conhecida como Plano Colômbia (agora, Iniciativa Andina), promove o deslocamento de nações indígenas de áreas que são de interesse das transnacionais; na Colômbia, causa **uma imensa tragédia social: (rótulo prospectivo avaliativo)** cerca de 2 milhões de camponeses expulsos de seus lares pela violência abarrotam as periferias das cidades. No Brasil, a “guerra ao tráfico” possibilita ao FBI e à DEA (agência de combate às drogas) a criação de mecanismos de controle da Polícia Federal e dos serviços de informação brasileiros, como demonstra, exaustivamente, o jornalista Bob Fernandes, na série denúncias feitas na *Carta Capital*.

## DIREITO DE OPÇÃO

Descartada a via da legalização das drogas, só resta a do controle policial e repressão. Mas cada nova medida repressiva tomada pelo Estado apenas gera novas respostas do lado das máfias, ou através de atos violentos, ou com novos “investimentos” em subornos e corrupção, ou ainda mediante a adoção de novas tecnologias (os grupos mafiosos são tão sofisticados, que já criaram a maconha transgênica, capaz de exalar um odor que engana os cães rastreadores da polícia). No meio **disso tudo**<sup>15</sup> perplexo e angustiado, está o cidadão comum. A Rocinha é um resultado **desse processo (rótulo retrospectivo não-avaliativo)**.

A alternativa é dar aos cidadãos o direito de decidir livremente sobre o uso ou não das drogas. O Estado tem obrigações de oferecer todos os meios ao seu alcance para esclarecer os cidadãos sobre as eventuais conseqüências do consumo de narcóticos, bem como oferecer meios médicos, sociais e psicológicos, se necessário, para recuperar pacientes vitimados por qualquer espécie de droga – incluindo o tabaco e o álcool. A defesa do direito individual de opção, combinada com a exigência de que o Estado cumpra com suas obrigações democráticas, remete à questão maior colocada pelo exercício da cidadania.

<sup>15</sup> Este grupo nominal encapsula segmentos anteriores do texto, mas não os rotula.

## Anexo A

### Maio - 2004

#### (30) O BNDES E A MÍDIA

Wagner Nabuco  
CAROS AMIGOS, ano VIII, nº 86, maio 2004, p.20.

A grave crise pela qual passa a indústria da comunicação no Brasil tem rendido muitos artigos e matérias, em todos os veículos, especialmente agora que existe a possibilidade de o BNDES autorizar um conjunto de linhas de crédito para ajudar a resolver **o problema**. (**rótulo retrospectivo avaliativo**) Em meu modesto entendimento, está havendo uma grande confusão na análise desses empréstimos.

Encontro em muitos artigos a expressão Promídia, utilizada para lembrar do Proer, o programa de FHC de triste memória para saneamento do sistema bancário, que não precisava **dessa ajuda**. (**rótulo retrospectivo avaliativo**) Um banco estatal de fomento precisa financiar, a custo baixo, os setores da economia estratégicos para o desenvolvimento nacional. Então, os empréstimos do BNDES a tais setores deveriam também ganhar um título, por exemplo: Proelétricas, Prometalurgia, Prosiderurgia, Propapel e Celulose. Proeletrônico, Protelecomunicações e muito mais, afinal são bilhões de reais que o BNDES emprestou e empresta a esses e outros setores. Defendo esses empréstimos, são legítimos, desde que adequados às exigências técnicas de análise dos créditos, que haja a garantia de o banco receber de volta o dinheiro público emprestado ou ter uma participação acionária nas empresas prestadoras.

O que lamento, e muito, é que os recursos do BNDES, o dinheiro mais barato do mercado, que vem do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), não chega às pequenas e médias empresas por entraves burocráticos e desconhecimento de linhas específicas de crédito que já existem. Um bom exemplo é o cartão de crédito do BNDES, que pode beneficiar as pequenas empresas com custo muito abaixo dos praticados pelos bancos.

Ocorre que o sistema bancário, que é o repassador de tais recursos, não se interessa por **essas operações**. (**rótulo retrospectivo não-avaliativo**), pois o lucro é bem menor. **A questão** (**rótulo retrospectivo não-avaliativo**) deveria ser muito mais discutida. Aliás, sugiro que o Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Unibanco, Banespa, HSBC, Boston, Real e companhia façam uma grande campanha publicitária divulgando essas linhas de financiamento. Desde já, *Caros Amigos* se candidata a ser um dos veículos programados ao módico preço de nossa tabela de publicidade.

Mas voltemos à mídia. Os grandes grupos de comunicação, em particular a Globo, a Abril e os jornalões, se endividaram fortemente em dólar no tempo da paridade e do real supervalorizado, entre 1994 e 1998. Iguais a traíras morderam rápido o anzol e morreram pela boca. Acreditaram naquilo que escreviam, no discurso oficial do governo, sem nenhum espírito crítico, na manutenção da política cambial de FHC (de sobrevalorização do real), na expansão da atividade econômica e no crescimento do poder de compra da classe média.

Em 1999, reeleito FHC, ao custo de uma explosão da dívida pública veio **a rebordosa**. (**rótulo prospectivo avaliativo**)

O valor do dólar triplicou, triplicando as dívidas, a crise econômica e o desemprego aumentaram e foram derrubadas as receitas de vendas em bancas e assinaturas (de revistas e jornais) e de publicidade (de revistas, jornais e televisão).

O custo dos insumos subiu e o custo financeiro da rolagem das dívidas explodiu. Resultado: todo mundo quebrado.

Nos marcos do sistema capitalista é legítimo que as empresas busquem capital de giro e socorro financeiro onde o custo for o menor possível. Se, no caso, a única fonte é o BNDES, é legítimo que se busque lá.

Como essa é uma operação de crédito, assim ela deve ser analisada no âmbito do BNDES com suas normas legais e no cumprimento das exigências técnicas de análise de crédito das empresas que recorrem ao empréstimo. Elas precisam demonstrar que podem pagar, apresentar as garantias de praxe e toda a documentação legal.

Neste momento, o SBT, a Rede TV e principalmente a rede Record do bispo Edir Macedo, chefe da Igreja Universal do Reino de Deus, que, como todos sabemos, é um “defensor histórico do interesse público e da nossa gente mais humilde” —que lhe paga mensalmente o dízimo —, atacam o BNDES e sua diretoria para impedir que saiam os empréstimos que favoreceriam a Globo e o seu imenso poder. Pequeno parêntese. O atual presidente do BNDES, o professor Carlos Lessa, é um brasileiro correto, um servidor público, um lutador histórico em defesa dos legítimos interesses nacionais.

De fato, elas têm interesse direto numa eventual quebra ou enfraquecimento da Globo, interesse comercial, e aproveitam para posar de paladinos do bem público. No caso, com eficácia, pois enfraquecer a Globo coincide com o desejo da sociedade de democratizar os meios de comunicação. Aí está o busílis. Acho que devemos esperar as coisas.

O empréstimo do BNDES deve ser tratado como tal: um empréstimo nos marcos do sistema capitalista, que deve cumprir todas as regras do mercado, sem privilégios.

Todas as empresas do setor, independentemente de seu tamanho, devem poder se habilitar aos empréstimos, cumpridas as exigências legais.

A questão do poder (ou quase monopólio) da Globo é de outra natureza e implica modificar a lei e normas que regulamentam o setor de comunicações.

Trata-se de uma questão essencialmente política e da correlação das forças que se expressam no Congresso. É ele o fórum competente para modificar o atual quadro de concentração de poder na mídia no país.

A lei e as normas precisam ser mudadas, profundamente mudadas, no bojo de um verdadeiro governo republicano.

Para terminar, ressaltem-se **alguns aspectos que devem ser contemplados (rótulo prospectivo avaliativo)** em uma nova lei e que o FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação), sindicatos, ONGs e parlamentares estão discutindo e encaminhando. Uma lei democrática e republicana deveria:

- Preservar o controle nacional das empresas de comunicação;
- Fixar limites à audiência de qualquer rede de televisão aberta nos mercados regionais ou nacional;
- Proibir a propriedade cruzada dos veículos em determinada base territorial; quem tem televisão não pode ter rádio e/ou mídia impressa ou qualquer outra forma de propriedade cruzada;
- Impedir, no sistema de televisão paga, o produtor de ser programador ou distribuidor;
- Determinar a obrigatoriedade de produzir e veicular, em uma parte de programação, as manifestações artísticas e culturais que valorizem a cultura nacional e preservem a diversidade e pluralidade regionais;
- Estabelecer controle público no sistema de renovação e abertura das outorgas de concessões para rádios e televisões;
- Regulamentar e dar apoio financeiro do Estado às rádios, televisões e veículos impressos das redes comunitárias;
- Tornar funcional e representativo do interesse público o Conselho Nacional de Comunicação;
- Desenvolver e implementar um sistema brasileiro de tecnologia digital das telecomunicações.

Enfim, há muito que fazer e o conhecimento do setor e a luta política, social e institucional serão fundamentais para aqueles que querem oferecer à nossa gente simples, além de condições dignas de vida, o “biscoito fino” que ela merece.

Quanto a SBT, Rede TV e Record do bispo Edir Macedo, é simples. Recorrendo ou não ao empréstimo do BNDES, ofereçam programação de qualidade, que enriqueça culturalmente os espectadores, com certeza aumentarão a audiência e a receita publicitária, e espero que já operando nos marcos de uma nova e democrática Lei das Comunicações.

## Anexo A

### Maio - 2004

#### (31) O DIA DO PROFESSOR

César Cardoso

CAROS AMIGOS, ano VIII, nº 86, maio 2004, p. 14.

Está bem próximo o dia em que não haverá mais professor e todas as escolas estarão fechadas. É a marcha do progresso e alguém aí é contra o progresso? Há quem seja, mas, como o progresso está progredindo cada vez mais, em breve ele mesmo se encarregará de acabar com essa praga.

Sim, é um grupo inútil, o dos professores. E caro, ainda por cima. As mensalidades das chamadas boas escolas custam mais do que um tênis importado. E um tênis importado, todos sabem, dura mais do que qualquer frase escrita num quadro-negro.

Sem dúvida, um grupo inútil e que não se entende entre si. A maioria se limita a reproduzir um saber que já se sabe há séculos. São papagaios. E, como os papagaios, estão em extinção. E há um outro grupo, pequeno e ativo, que vive questionando os valores mais banais da sociedade. São os criadores de desajustados. E quem precisa de criadores de desajustados?

Já estão quase extintos os professores de geografia. Óbvio, ninguém quer saber onde ficam outros povos e países. A menos que por lá haja empregos ou que seja um lugar cheio de riquezas e valha a pena invadir. Mas para **esses objetivos (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** há cadernos de classificados e exércitos, muito mais eficientes do que professores numa sala de aula apontando com suas varetas mapas já descoloridos. Você pode argumentar que há sempre um pequeno grupo de curiosos. Você gosta de argumentar, não é? Você deve ser professor. Mas eu lhe digo que, no mundo de hoje, para ser curioso é preciso ter dinheiro, muito dinheiro. Quem luta desesperadamente pela sobrevivência não tem tempo nem disposição para ter curiosidade. E quem tem dinheiro mata sua curiosidade geográfica fazendo turismo, que é muito mais interessante do que assistir a aulas.

Também não há mais necessidade de professores de línguas. Primeiro, pela absoluta inutilidade de falar francês, alemão, espanhol, vietnamita, quarenta dialetos do interior da China ou qualquer outra língua que não seja o inglês. Você vai perguntar por que, eu vou ter certeza de que você é um professor e nem vou responder. Com licença, onde eu estava mesmo? Ah, no inglês! Para aprender inglês, basta torná-lo língua oficial. Do nosso país ou mesmo do planeta todo. É o Mundo livre, livre inclusive de um amontoado de dialetos que vêm sempre acompanhados de reivindicações de liberdade e autonomia ou até de algum grupo terrorista jogando bombas. E, sendo o inglês língua oficial, será falado em todos os lares, será nossa nova língua materna, seguindo o velho ditado de que mãe é quem cria, e não haverá necessidade de nenhum professor para ensiná-lo. E, se não se ensinará o inglês, que dirá o português, que será reduzido a um gíria de guetos, falado apenas nas cadeias e por uma ou outra cantora metida a popular.



Também não precisaremos de professores de matemática, ciências, filosofia ou até educação física. Ouço alguém perguntando por que. É você de novo, não é, meu caro professor? É típico! Professores adoram perguntar. A humanidade tem pilhas de séculos de perguntas feitas por vocês. Mas agora, meu caro e inútil amigo, precisamos é de respostas. Simples, práticas, diretas. Aquelas respostas que vocês, professores, não sabem dar ou não querem, não gostam, não foram treinados para isso ou uma outra explicação que você certamente tem e quer me dar, levantando seu dedinho aflito para pedir a palavra. Sinto muito, mas pode abaixar o dedinho, seu tempo acabou, o sinal tocou, pode ir pra casa e não precisa voltar. Mas antes escute mais um pouco.

O mundo hoje é prático e lucrativo. Enquanto vocês defendem o ensino público e gratuito, o mundo deseja tudo privado e o mais caro possível, com belas embalagens e anúncios da televisão. Bilhões de pessoas lutam por isso com unhas e dentes. Você não vê diariamente essa gente toda na rua, se matando? Acha que estão se matando por quê? Para encontrar as respostas às suas perguntas?

Nós, aqui, no Terceiro Mundo, por exemplo. Somos invadidos e escravizados? Sim, é claro. E, mais do que isso, é ótimo! Porque também podemos invadir e escravizar países menores, que também encontrarão outros, minúsculos, e os invadirão. Sempre há alguém mais fraco, sempre. Essa é a nova democracia. Dinâmica, cheia de trocas, sem filosofias nem histórias. Filosofias levam muito tempo e não chegam a lugar nenhum, chegam apenas a palavras. Dignidade, ética, justiça. Isso não vende um centavo. História? Quem fica olhando o passado não constrói o futuro. Pirâmides? Nunca ouvi falar! Vejo apenas umas pilhas de pedras, que podem ser bombardeadas ou transformadas em um bom muro para evitar invasões.

Você se calou? Ora, não fique triste, as profissões terminam um dia. Ânimo, até a vida humana vai terminar um dia! Lembra dos escribas da Idade Média, que copiavam os livros gregos e romanos e detinham todo o saber do Ocidente? Gutemberg criou a imprensa e acabou com eles. Com vocês está acontecendo algo parecido. Criamos tanta tecnologia que não precisamos mais de pensamento. Precisamos de dedos, muitos dedos, dedos ágeis, firmes, sem dúvidas, para apertar botões nas fábricas e escritórios e contar dinheiro nos bancos. E dedos e botões não precisam de professor. Portanto, você pode ir pra casa contar sua história para seus netos. Eles vão rir um bocado do avô doido que têm.

## Anexo A

Maio – 2004

### (32) PELO COMEÇO

Marcelo Manzano.

CAROS AMIGOS, ano VIII, nº 86, maio, 2004, p. 18.

Dezesseis meses se passaram e o rei está nu. A frágil política econômica não resistiu a alguns poucos minutos de entrevista do senhor Greenspan. Daqui para a frente, muito pouco se poderá fazer e, mais do que nunca, a ortodoxia usará seu arsenal para sufocar de vez a nossa combatida economia. Restarão as metáforas e o tempo.

Mas, considerando o contexto em que se deu a vitória do Lula, a crise econômica parece ser apenas a gota de água de uma crise mais profunda, de aguda desilusão política no país. O eventual fracasso de um governo do PT é muito mais do que o tropeço de um partido ou de um programa econômico. Não afetará somente nossa vida daqui por diante, mas marcará drasticamente a nossa vida pretérita, nossos tantos anos de construção de uma alternativa para este país.

Como demonstra muitas vezes a história, o sentido das coisas, o rumo dos processos sociais e políticos são definidos de frente para trás. São os eventos futuros que magicamente dão sentido às trajetórias do passado e estas só podem ser plenamente compreendidas a partir do seu desfecho; sem ele, não seriam mais do que eventos fortuitos, distribuídos ao acaso, ao lado de tantos outros.

É como quando finalmente damos o primeiro beijo na namorada. Resgatando na memória, identificamos naquela festa da escola, ou naquele olhar no retrovisor, um encanto que só poderia desaguar no grande amor de hoje. Ou também no futebol, quando tabelamos desde o nosso campo de defesa numa triangulação predestinada a encher a rede, num belíssimo gol de placa. Mas quantas foram as tabelinhas desperdiçadas pelo centroavante fominha? E quantos olhares em quantos retrovisores não passaram de tentativas malsucedidas?

Para que nossa arte, nossa labuta façam algum sentido, é imprescindível que de algum jeito consigamos conectar o presente a nossas ambições de ontem. Se não para construirmos o futuro, como costumamos crer, talvez para amalgamar o passado.

Pois é como isso que o governo do PT e o presidente Lula estão lidando. Tenhamos participado mais ou menos ativamente da política nos últimos trinta anos, temos de reconhecer que o PT foi o portador da caneta que parecia predestinada a ligar os pontos de nossa história. Os chumbos da ditadura, as manifestações de rua, o Julinho de Adelaide, a luta pelas Diretas Já, os desenhos do Henfil, os esforços da Constituinte, o doutor Ulisses, o *impeachment* de Collor, o sufoco do FHC, todo **esse amontoado de vida (rótulo retrospectivo avaliativo)** só comporia um roteiro inteligível se tivéssemos finalmente desaguardo em algum mar. Aquele leitor caudaloso, expressão talvez das duras escarpas que nos acompanharam ao longo do tempo, não poderia terminar assim, absorvido pela areia da costa, empapuçando um mangue que parece não ter fim. Sem um mar não haverá rio, nem córregos, nem nascentes.

## Anexo A

Maio - 2004

### (33) VÔO CEGO

*Em certo momento de sua história, o Brasil se orgulhou de ser um povo mestiço, aberto a novas experiências. Hoje não temos mais esse orgulho. (rótulo retrospectivo não-avaliativo, encapsulador, nominalização).*

César Benjamin.

CAROS AMIGOS, ano VIII, nº 86, maio, 2004, p. 17.

Muitos motivos se somaram, ao longo de nossa história, para tornar especialmente difícil a tarefa de decifrar, mesmo imperfeitamente, o enigma brasileiro. Já independentes, continuamos a ser um animal muito estranho no zoológico das nações: sociedade recente, filha da modernidade, concebida desde o início para servir ao mercado mundial, alicerçada em um escravismo prolongado e tardio, única monarquia em um continente republicano, assentada sobre uma extensa base territorial situada nos trópicos, com um povo em processo de formação, sem um passado profundo em que pudesse ancorar sua identidade. Que futuro estaria reservado para uma nação assim?

Durante muito tempo, as tentativas feitas para compreender esse enigma e constituir uma teoria do Brasil, foram, em larga medida, infrutíferas. Não sabíamos fazer outra coisa senão copiar saberes da Europa, onde predominavam os determinismos geográfico e racial que irremediavelmente nos condenavam. Só na década de 1930, depois de mais de cem anos de vida independente, começamos a pegar o fio da nossa própria meada. Devemos ao conservador Gilberto Freyre, em 1934, com *Casa grande e Senzala*, uma revolucionária releitura do Brasil, visto a partir do complexo do açúcar, à luz da moderna antropologia cultural: abandonando o enfoque da “raça”, enfatizando a cultura, Freyre virou tudo de ponta-cabeça, com um tremendo resgate do papel civilizatório de negros e índios dentro da formação social brasileira. Devemos a Sérgio Buarque, em 1936, com *Raízes do Brasil*, um instigante ensaio – “clássico de nascença”, nas palavras de Antônio Cândido – que tentava compreender como uma sociedade rural, de raízes ibéricas, experimentaria o inevitável trânsito para a modernidade urbana e “americana” do século 20. Devemos a Caio Prado, em 1942, com *Formação do Brasil contemporâneo*, o definitivo desvendamento das nossas origens como uma empresa colonial, acompanhado da hipótese forte de que a história do Brasil tem um sentido, o da transformação dessa empresa, que fomos, em uma nação, que seremos. Devemos depois a Celso Furtado uma brilhante síntese da *Formação Econômica do Brasil*, num texto que falava de história para mostrar os desafios fundamentais da modernização brasileira no século 20.

### UM PAÍS QUE DEIXOU DE EXISTIR

Tributárias de diferentes influências – notadamente Franz Boas, Max Weber, Karl Marx e John M. Keynes, nessa ordem —, **essas quatro obras seminais (rótulo retrospectivo avaliativo)** lançaram as bases da moderna ciência social brasileira e permitiram o início de uma fecunda reinterpretação do Brasil. Como pano de fundo havia o ciclo desenvolvimentista, com a força de processos estruturais (e estruturantes)

que nos conduziam do passado (agrícola, rural e espacialmente fragmentado) ao futuro (urbano, industrial e espacialmente integrado). Sabendo falar sobre nós mesmos, com a nossa própria linguagem, tínhamos agora uma identidade em construção. Sabendo diferenciar passado e futuro tínhamos as condições de um projeto. Os impasses do império escravista e a pasmaceira da República Velha haviam ficado para trás. Na seqüência **desse processo**, (**rótulo retrospectivo não-avaliativo**) Darcy Ribeiro ousou inverter os velhos argumentos europeus contra nós, afirmando altivamente as vantagens da mestiçagem tropical diante de uma pretensa pureza temperada e fria. **A composição** (**rótulo prospectivo não-avaliativo**) ficava completa: éramos um país mulato, sensual, alegre, sentimental, culturalmente antropofágico, aberto ao outro e ao novo, cheio de oportunidades diante de si. O passado nos condenava, mas o futuro nos redimia. A figura mítica de Macunaíma e a figura real de Garrincha – figuras fora dos padrões, que faziam tudo errado, para no fim dar certos – nos divertiam e nos encorajavam.

Não importa discutir se **essa imagem** (**rótulo retrospectivo não-avaliativo**) do Brasil estava “certa” ou “errada”, pois a representação ideológica de uma sociedade sobre si mesma cumpre a função de sinalizar valores, e não de retratar fielmente “o que existe”. Em certo momento de sua história, o Brasil reconheceu-se assim e percebeu-se portador de potencialidades insuspeitadas, isso basta. Incorporada à “ideologia brasileira”, **essa construção** (**rótulo retrospectivo não-avaliativo**) permanece viva. As análises de Gilberto Freyre ganharam existência de carne e osso nos personagens de Jorge Amado, cujas obras viraram novelas e minisséries da Globo, completando o ciclo de sua transformação em senso comum.

Até que ponto **essa imagem ideológica** (**rótulo metaenunciativo retrospectivo avaliativo -“segunda-mão”**) – mesmo considerada apenas assim, como imagem ideológica – continua a vigor? Não pergunto – reparem – se ela é “verdadeira” ou não, pois isso não faria sentido. Pergunto apenas se continua a organizar o nosso imaginário coletivo, pois é nessa medida que ela se torna verdadeira. Começo a suspeitar que não, e lamento profundamente isso. Os noticiários das últimas semanas nos falam de outro país. Os inomináveis massacres que chegam aos jornais em seqüência – no Rio de Janeiro, em Rondônia, em São Paulo – são apenas a ponta espetacular de um imenso *iceberg*, pois **a grande barbárie do cotidiano** (**rótulo prospectivo avaliativo**) permanece dispersa e silenciosa. Emerge, anônima e burocrática, nos números frios do IBGE: 600.000 homicídios nos últimos dez anos. Presídios e Febens superlotados, favelas dominadas pelo tráfico, garimpos que se multiplicam e periferias gigantescas não são o hábitat de mulatos dengosos, criativos e sensuais. Não se constrói, **nesses espaços**, (**rótulo retrospectivo não-avaliativo**) futuro nenhum. A antropofagia, agora, não é mais cultural.

O esforço dos pensadores que nos antecederam deixou pontos de partida muito valiosos. Mas começo a suspeitar que eles nos falaram de um país que, pelos menos em parte, deixou de existir. O Brasil de Gilberto Freyre girava em torno da família extensa da casa-grande, um espaço integrador dentro da desigualdade; o de Sérgio Buarque apenas iniciava a aventura da urbanização; o de Caio Prado mantinha a perspectiva da libertação nacional e do socialismo; o de Celso Furtado era uma economia dinâmica, que experimentava uma acelerada modernização industrial.

## NÃO TEMOS UMA TEORIA DO PAÍS

Os elementos centrais com que todos eles trabalharam foram profundamente alterados nos últimos 25 anos. A economia mais dinâmica do mundo, que dobrou seu produto cinco vezes seguidas em cinqüen-

ta anos, caminha para experimentar a terceira década rastejante; tornou-se uma economia de baixo crescimento. Todos os mecanismos que garantiram, no século 20, alguma mobilidade social foram impiedosamente desmontados, a começar da escola pública. A urbanização acelerada concentrou multidões, enquanto a desorganização do mercado de trabalho multiplicava excluídos. Tornou-se refém do sistema financeiro, o Estado nacional deixou de cumprir funções estruturantes essenciais. A fronteira agrícola foi fechada, estabelecendo-se nas áreas de ocupação recente uma estrutura fundiária ainda mais concentrada que a das áreas de ocupação secular. **Nessa sociedade urbanizada e estagnada, (rótulo retrospectivo avaliativo)** os meios de comunicação de massas tornaram-se a principal instituição difusora de desejos e valores, inoculando diariamente, maciçamente, irresponsavelmente uma necessidade de consumo que não pode ser atendida.

Todos **esses processos (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** estão aí, a nos desafiar, exigindo de nós um esforço de análise talvez mais árduo do que aquele realizado pelas gerações dos nossos mestres. Ainda não sabemos bem até que ponto **tais processos (rótulo metaenunciativo retrospectivo não-avaliativo – “segunda-mão”)** alteraram definitivamente as condições sociológicas da nossa existência, e em que direção. Não temos uma teoria do Brasil contemporâneo. Estamos em vôo cego.

P.S: Pertence a **esse novo contexto de desmonte cultural do Brasil (rótulo retrospectivo avaliativo)** a informação de que a Universidade de Brasília começou a fotografar os candidatos, no ato de inscrição, para que uma comissão – será uma comissão acadêmica? — possa decidir quem entra e quem não entra, conforme o regime de cotas raciais. A exata gradação da cor da pele de cada um será examinada e julgada. É um arianismo às avessas, que será lembrado como uma das decisões mais vergonhosas já tomadas por uma instituição brasileira de ensino.

## Anexo A

Fevereiro - 2005

### (34) A SOCIOLOGIA DO PETUCANISMO OU A GÊNESE DA CRIMINALIDADE ACADÊMICA

Gilberto Felisberto Vasconcellos

CAROS AMIGOS, ano VIII, nº 95, fevereiro 2005, p. 23.

As ciências sociais estão sentadas nos banquinhos da criminalidade acadêmica porque sumiu entre nós a compreensão das idéias, das representações mentais, da prática política, das doutrinas partidárias em íntima conexão ou como reflexo dos interesses econômicos e da estratificação das classes sociais.

A hipótese aventada por Darcy Ribeiro, que foi sabotado como cientista social por ter sido janguista e brizolista, é que depois de 1964 se consolidou uma nova classe dominante com os estamentos das empresas multinacionais, cujos proprietários têm residência fora do Brasil, mas contam e cacifam os seus gerentes, os seus representantes, os seus feitores, os seus testas-de-ferro. São eles os mandarins e os corretores do capital estrangeiro.

O detalhe é que não há multinacional no mundo que não tenha plantada por aqui uma filial. Essa classe dominante multinacional estrangeira é a base corrupta de sustentação videofinanceira da ideologia tucana antinacional acionada por gente de classe média, professores, artistas, universitários, funcionários, executivos que subiram na vida com bolsas, propinas e benesses, mas não investindo em engajadas atividades produtivas com fazendas e indústrias. Que se observem a gênese social e a vertiginosa carreira dos ícones tucanos na política. Quase que nenhum deles se origina em berço oligárquico burguês forrado de grana.

É difícil encontrar um político tucano que tenha nascido milionário como Paulo Maluf ou Antônio Emínio de Moraes. O estilo tucanato é de origem *parvenu*, tanto os seus arautos em São Paulo como no Rio de Janeiro. Filho de milico como FHC, descendente de feirante como José Serra, de alfaiate como Bresser Pereira, de funcionário público como Aécio, Malan, Alkmin, enfim, todos os insignes tucanos de classe média se deram bem na atividade tecnoburocrática. São assessores de bancos e do capital especulativo. Fazem estágio nos Estados Unidos, moram no Morumbi ou na avenida Vieira Souto, e dão bandeira do perfil jecafona fungível em viagens internacionais, lendo a pornoprosachique da Rede Globo, ouvindo a MPBxéu, a superestrutura multinacional contratada pela mídia e pelos matrimônios interclasses e ministeriais. É esse **o fluxo psíquico hedonista e conspícuo (rótulo retrospectivo avaliativo)** que deu guarida e legitimidade à privatização das empresas mistas e estatais levada a cabo pelas abadias católicas de Montoro e Covas.

Os estamentos multinacionais converteram a burguesia nativa em coadjuvantes e associadas menores, cuja consequência é a perda de sus propriedades junto ao processo de internacionalização do território. A social democracia tucana é o instrumento ideológico através do qual foi transferido o patrimônio

biomineral do país para o controle das gangues estrangeiras. É por isso que o tucanismo como fenômeno político e cultural é uma operação essencialmente monetária, ou seja, puro valor de troca: dinheiro, dinheiro. **Nesse contexto obscuro de venda do território, (rótulo retrospectivo avaliativo)** todo príncipe necessariamente é um príncipe da moeda, com a variável compensatória da esmola e da cesta base.

A novidade é a fusão petucana porque o PT executa a prática subalterna operário-sindical das empresas multinacionais: o verso do capital é tucano e o anverso do trabalho assalariado é PT. Resulta daí que, do ponto de vista regional, o petucanismo se reveste de um caráter paulistocêntrico: o centro da decisão é São Paulo subimperializando as demais regiões. A ideologia petucana dominante é a da classe dominante das multinacionais. Isso significa que, trespassando o jogo da aparência, FHC não saiu ainda do poder com a macarronada Palocci e Meirelles. A avenida Paulista multinacional é mais forte do que o ABC sindical, cujo pecado foi ter banido o nacionalismo antiimperialista de Leonel Brizola.

A ideologia petucana paulistocêntrica não traz benefícios para o povo paulista, embora a aristocracia operária seja um fenômeno adstrito a São Paulo multinacional, que foi o túmulo do brizolismo depois de 1964. Acima da burguesia nativa, que antigamente desempenhava o papel de intermediário obrigatório entre os monopólios internacionais e a economia local, acoplou-se agora um estamento gerencial das multinacionais cuja expressão ideológica é a política tucana internacionalizada, privatizadora e entreguista.

A burguesia nativa associada às empresas multinacionais vai cada vez mais perdendo sua fisionomia política e sua propriedade, ficando apenas com os alfinetes, tal como está acontecendo com as empresas de comunicação, jornal, rádio, televisão, que logo serão compradas e ocupadas pelos executivos das multinacionais. Os proprietários nativos da mídia, fazendo o jogo ideológico da civilidade multinacional, estão dando um tiro no próprio pé num espetáculo autofágico melancólico e deprimente.

A tucanização do Brasil nos converteu em escravo ou canalha. Esse é o nosso *to be or not to be*. Abaixo da classe operária subalterna vegeta a maioria oprimida e marginal que não consegue emprego nem salário, submetida à subcultura alienante das telenovelas e dos programas de auditório, ou senão engabelada e manipulada pelas igrejas evangélicas petencostais. Esses verdadeiros aparelhos ideológicos dotados de televisão e rádios constituem um perigo terrível de videofascioevangelização. A esses pobres e oprimidos, a Teologia da Libertação não diz nada, assim como o brizolismo no Rio de Janeiro deixou de seduzi-los, perdendo esse enorme contingente eleitoral para os pastores ruidosos de grana. O que vingou no Rio de Janeiro não foram os Cieps, e sim a barbárie dos barracos evangélicos histéricos. A teoria da estratificação social mentalizada por Darcy Ribeiro lança luz na derrota eleitoral do brizolismo que foi atacado simultaneamente pela Rede Globo, pelo PT, pelas Igrejas Universais e pelo imperialismo norte-americano.

Há quem ainda deposite esperança na atuação progressista da exígua e agônica classe média para romper com a dominação petucana dominante, cuja ancoragem videofinanceira é dada pelas forças do imperialismo instaladas aqui dentro com as poderosas empresas multinacionais, que tomaram eleitoralmente conta da cidade e do Estado de São Paulo, como se a boçalidade do 32 paulista estivesse realizada com a dupla Serralkmin. **Esse raciocínio analógico** (rótulo retrospectivo avaliativo metadiscursivo cognitivo-discursivo avaliativo) corre por obra e graça da atualidade: se os EUA são o câncer da humanidade, São Paulo é o verdugo multinacional do Brasil, negando de corpo e alma tudo o pregaram os seus melhores e talentosos filhos, como Oswald de Andrade, Monteiro Lobato e Cassiano Ricardo.

## Anexo A

### Fevereiro - 2005

#### (35) “CARDIUME” DE TRAGÉDIAS

Caio Mourão

CAROS AMIGOS, ano VIII, nº 95, fevereiro 2005, p. 43.

Primeiro, explico o “cardiume”.

Logo que construí minha casa na Região dos Lagos, meus filhos fizeram amizade com um garotinho “afro-brasileiro” chamado Chico, morador das redondezas, que passou a compartilhar os almoços, lanches, praia etc. Era vivo, inteligente e acabou sendo incorporada a casa.

Num dia de verão, uma revoada de andorinhas, das grandes, importadas, começou a fazer acrobacias sobre a casa, que fica a cavaleiro de uma colina. Chico chamou todos aos gritos: “Gente, gente! Vem vê um ‘cardiume’ de andorinha”. Enquanto apreciávamos os volteios dos pássaros chilrando, nos espantava como, naquela velocidade não trombavam no meio das reviravoltas que faziam.

Disse então ao Chico: “Muito bonito mesmo, mas não é cardume de andorinha; cardume é para peixe, isto que vemos é uma revoada”. Ele me olhou muito do sério e disse: “Pode ser revoada lá no Rio: aqui é ‘cardiume’”. Daí, o “cardiume” foi adotado pela família para designar coisas em grande grupos, ou bandos. Por exemplo: “A praia não dá pé hoje, chegou um ‘cardiume’ de gente e melou tudo”.

Agora, diante das tragédias que estão afligindo o nosso sofrido planeta, apelo pro “cardiume” do Chico para tentar amenizar um pouco **essa desgraceira toda** (rótulo retrospectivo avaliativo). Este fim de ano foi bravo: o ou a *tsunami*, que eu só conhecia de gravuras japonesas, tornou-se uma trágica realidade; um incêndio doido numa discoteca em Buenos Aires matou uma garotada que só queria um pouco de diversão; ciclones no sul do nosso país mataram e destruíram casas; chuvas torrenciais por todo o mundo fizeram outro tanto; houve seca também, até no Rio Grande do Sul, tche! E Veneza sem água e gôndolas deve ser muito estranho.

Até aqui, na minha esquina, aconteceu outra tsunami na noite do reveillon: a praia de Copacabana foi invadida por uma fumaceira Argentina – sobra, talvez, do incêndio portenho – que a transformou numa Londres com cheiro de pólvora vagabunda. E a multidão, que aguardava ansiosa os fogos, não viu nada de nada; só tossiu e xingou muito. Botaram a culpa na pressão atmosférica: ventos que mudaram na hora, a pólvora que molhou (e pólvora molhada não inflama!). Em suma, **várias explicações** (rótulo retrospectivo metadiscursivo, cognitivo-discursivo – avaliativo) para não dizerem que os argentinos fizeram uma merda pirotécnica, digna de um tango. Todo ano, a pressão é a mesma, os ventos mudam e desmudam e nunca houve tanta merda.

Também, chamar argentino para uma coisa dessas é arriscar muito. Eu acho que foi pura sabotagem ao turismo carioca. Nosso evento vem crescendo todo o ano, e centenas de milhares de turistas vêm ao



Rio para vê-lo. As paradisíacas ilhas do Pacífico doravante vão ficar às moscas – e bota moscas nisso – devido a uma catástrofe natural. Devido à gracinha de uma firma incapaz e com sotaque, teremos menos visitantes no nosso próximo reveillon praiano, que levou uma boa cacetada este ano.

A fumaceira já foi dignamente abafada e não se fala mais no assunto. Estranho, não é? A próxima *tsunami* que vem por aí são os escândalos financeiros e mordomias do presidente e seus eleitos: viagem de férias de filho & amiguinhos, cartões de crédito dos preferidos, robe de algodão egípcio, avião novo, cordeiros da Patagônia, frota nova de veículos, Romanée Conti, duas ambulâncias, cigarrilhas holandesas, dobra de despesas e funcionários palacianos etc. Como disse Joãosinho Trinta: “Pobre gosta de luxo”.

Mas em matéria de frases, fico agora com a da Regina Duarte: “Eu tenho medo do PT”.

## Anexo A

### Fevereiro - 2005

#### (36) DILEMAS DA POLÍTICA ECONÔMICA

Frei Betto

CAROS AMIGOS, ano VIII, nº 95, fevereiro de 2005, p.13.

Barco à deriva ameaçado pelas ondas *tsunamis* da inflação, o Brasil atracou em 1999, no porto seguro do FMI, confiando-lhe o comando de nossa política econômica. Faz seis anos. Desde então, somos parecidos às antigas colônias do Império Romano, governadas por cónsules que as visitam de quando em vez. Volta e meia, a mídia noticia que nova missão do FMI desembarcou neste país colonial abençoado por Deus.

Desde 1999, após a intervenção cirúrgica efeemista, quando o remédio quase matou o paciente, elevando a taxa de juros para o índice estratosférico de 45 por cento ao ano, o Brasil, entregou parte de sua soberania aos cardeais protetores do mercado (entenda-se: mais remessas de lucros às nações metropolitanas) que lhe impuseram **o cinto de “gastidade” (rótulo prospectivo avaliativo- metaenunciativo)** o controle rígido das metas de inflação. Fizeram até aprovar a lei da responsabilidade fiscal (ignorando a responsabilidade social). O médico passou a exhibir os ótimos resultados dos exames, embora o paciente agonizasse...

Imaginem a alegria de um investidor estrangeiro diante de um país-cassino que lhe assegura 45 por cento de rendimento anual! A posologia exagerada punha em risco a vida do doente, mas restava o consolo de lhe salvar a alma – as contas públicas.

Assim é a lógica da economia neoliberal. As finanças do país figuram impecáveis no belo caderno de dever de casa, embora o aluno tenha fome, malgrado seu aspecto rechonchudo... de vermes! Obeso como pastel de feira.

Os rigores nas áreas fiscal e montaria, e o câmbio mais liberado que baile *funk*, fazem o Brasil ficar muito bem na foto emoldurada pelo mercado, apesar de a nação padecer brutal desigualdade e a miséria irromper, precoce e circense, em cada esquina de nossas médias e grandes cidades.

Aliás, liberada não é só a política cambial. São também os preços. Se a redução dos juros provoca a sem-vergonhice do aumento dos preços (vide o aço), como a Lei Seca nos EUA enriqueceu a máfia, por que o Ministério da Fazenda não coíbe os que atijam o dragão? Governo é para defender os interesses da maioria da população, e não fazer vista grossa diante de uma minoria que lucra quando os juros estão altos, nadando de braçada, como Tio Patinhas, nos índices da especulação financeira, e lucra também quando os juros estão baixos, desatando as correias do dragão pelo aumento abusivo dos preços.

Espelho meu, há em algum lugar no mundo superávit primário tão generoso quanto o do Brasil? Como investir em combate à fome, infra-estrutura, se tantos recursos são canalizados para amenizar a

dívida e(x)terna? E por que o capital estrangeiro, que monta o cavalo bravo da especulação, não passa pela alfândega ao entrar e sair do país? Por que o dinheiro merece uma liberdade de trânsito negada aos viajantes nacionais e estrangeiros?

Um país que pensa seriamente em se desenvolver (não um simples vô de galinha ou tucano) não pode admitir juros de mercado de 49 por cento para pessoas físicas e jurídicas. O governo Lula tem acertado no aumento de nossas exportações. Mas precisa equacionar juros e desenvolvimento: sem a queda do primeiro fica difícil haver crescimento do segundo.

O próprio governo deu de esporas na inflação em 2004 ao promover o aumento abusivo das tarifas públicas: água, luz, gás, etc. Ora, se nem ele se segura, quem haverá de segurar essa gente que põe fogo no rabo do dragão?

É estamos literalmente naquela de se ficar o bicho come, se correr o bicho pega. De um lado, o despertar do dragão sem que haja quem se disponha a domá-lo. De outro, o leão, que faz dos tributos a pedra de Sísifo que trazemos às costas. Assim fica difícil fazer do Brasil um país de todos.

## Anexo A

Fevereiro - 2005

### (37) EMANCIPAÇÃO VERSUS DESEMANCIPAÇÃO

Emir Sader

CAROS AMIGOS, ano VIII, nº 95, fevereiro 2005, p. 42.

Eleições no Afeganistão, eleições no Iraque, eleições no Haiti. Todos os países invadidos e ocupados militarmente. Que democracia é essa, como parte da “guerra infinita”?

Eleições não são garantia de democracia. Pinochet submeteu sua constituição – ainda vigente no Chile – a um país sob estado de sítio. Fujimori, depois de dissolver o Congresso e a Justiça, convocou novas eleições e nomeou outro Judiciário – incluindo juízes com capuz – e foi reconhecido pela OEA como democrático.

Agora se acrescentam a **esse arsenal (rótulo retrospectivo avaliativo)** as democracias blindadas. Quem pode imaginar o que sejam os registros eleitorais do Iraque, quando não saiba como foram feitos, quem morreu, quem está vivo, com que documento se vai votar? Mas principalmente com que clima os iraquianos enfrentarão as urnas?

Isso tudo é possível pelo esvaziamento das eleições como expressão da vontade democrática dos cidadãos – no Brasil e nos EUA, por exemplo – e pela banalização do conceito de democracia. Vivemos um processo que o filósofo italiano Domenico Losurdo chama de des emancipação ou de perda de direitos.

No momento do final da Segunda Guerra Mundial se combinam vários fatores favoráveis à extensão dos direitos: o fim dos regimes fascistas na Europa, desenvolve-se o processo de descolonização na África e na Ásia, o sufrágio universal se expande com o voto das mulheres, o Estado de bem-estar social na Europa ocidental propicia o pleno emprego, se estende o sistema educacional e de saúde pública. Losurdo considera que se trata do momento mais favorável à emancipação.

**Essa tendência (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** será revertida na virada da década de 80 do século 20, com a hegemonia do modelo neoliberal. Os efeitos cotidianos, na vida das pessoas, das políticas neoliberais se fazem sentir na perda de direitos. A educação e a saúde, de direitos se tornam serviços, compráveis por quem tem recursos. Os direitos ligados ao trabalho desaparecem, conforme a chamada “flexibilização laboral” representa de fato uma precarização, expropriando os direitos a férias, a indenização, a licença de saúde, a licença maternidade, o 13º salário, entre outros.

A estratégia do bloco das potências capitalistas é dual: utilização das guerras como forma de afirmação da sua dominação sobre o sul do mundo e das políticas de “livre comércio” para impor sua superioridade econômica. Fazem parte desse novo processo de acumulação primitiva – de que as guerras são

uma parte – a privatização, a deslocalização das empresas transnacionais para explorar mão-de-obra barata na periferia capitalista, a precarização da exploração da força de trabalho. São todas formas de expandir o campo de exploração do grande capital para novas esferas.

Em todos **esses processos (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** se atropelam direitos, se promove a dessemancipação. O Estado passou a estar no centro da luta econômica, social, política e ideológica, porque é necessário atropelar direitos garantidos pelos Estados – seja a proteção dos mercados internos e das estruturas produtivas nacionais, sejam as legislações trabalhistas, sejam as políticas sociais universalizadoras de direitos – para que se realizem plenamente os projetos do capitalismo imperial na fase histórica atual.

A luta pela emancipação humana – contra todas as formas de exploração, de dominação, de discriminação e de alienação – exige a mobilização e a consciência sociais, mas exige também que elas possam se transformar em força política, em capacidade de transformação. Para isso, essa luta tem que combinar esses fatores com a ação estatal – espaço em que se pode conquistar e garantir direitos universais, como antítese do neoliberalismo.

Na luta do nosso tempo, entre emancipação e dessemancipação, se decidem os destinos da humanidade na primeira parte do novo século.

## Anexo A

### Fevereiro - 2005

#### (38) O FANTASMA DA LIBERDADE

José Arbex Jr.

CAROS AMIGOS, ano VIII número 95, fevereiro de 2005, p. 15.

Ele evoca os povos do mundo a lutar contra a tirania e pela liberdade, a única “força na história capaz de pôr fim ao reino do ódio e do ressentimento, de expor as pretensões dos tiranos e recompensar as esperanças das pessoas decentes e tolerantes”; condena as “ideologias que alimentam o ódio”; afirma que a sobrevivência da liberdade em seu próprio país “depende cada vez mais do sucesso da liberdade em outras terras”; condiciona a possibilidade da paz no mundo à “expansão da liberdade em todo o planeta”; propõe a interlocução pacífica entre as nações, pois “a liberdade, por sua natureza, precisa ser escolhida e defendida por cidadãos e sustentada pelo domínio da lei e com plena proteção às minorias”. Em nome **desses ideais, (rótulo retrospectivo avaliativo)** “encorajaremos as reformas de outros governos deixando claro que o sucesso em nossas relações requererá tratamento decente do povo de cada país por seus governantes. A crença na dignidade humana orientará nossas políticas, mas os direitos precisam ser mais que relutantes concessões de parte dos ditadores; eles são garantidos pela liberdade de dissensão e pela participação dos governados. Em longo prazo, não existe justiça sem liberdade e não pode haver direitos humanos sem liberdade humana”.

Nem Lênin nem Che Guevara: trata-se do **discurso de posse (rótulo retrospectivo metadiscursivo cognitivo-discursivo não-avaliativo)** do segundo mandato de George Bush Júnior, proferido no último 20 de janeiro. De um total de 2.140 palavras, Bush usou 44 vezes “liberdade” e cinco vezes “tirania”. Nada falou sobre “terrorismo” nem “armas de destruição em massa”. É um discurso de alguém que se situa na vanguarda dos acontecimentos. Bush promete nada menos do que uma revolução nas relações internacionais e nada indica que esteja blefando. Muito ao contrário. Seu discurso guarda uma extraordinária coerência nos planos ideológico e estratégico, com a linha neoconservadora por ele implementada na Casa Branca, e elucida o sentido da convocação para o poder de seu círculo mais íntimo de amigos, incluindo Condolezza Rice, promovida ao cargo de secretário de Estado. Trata-se de mobilizar a opinião pública com uma retórica de força, ignorar estruturas do direito internacional construídas ao longo das últimas décadas e de dar a si próprio o poder de polícia do mundo, legitimado em palavras de ordem de valor tão genérico e universal como “viva a liberdade” e “abaixo a tirania”. É precisamente **a mesma lógica (rótulo retrospectivo e prospectivo não-avaliativo)** que determinou o bombardeio do Afeganistão e a invasão do Iraque.

Bush reivindica para si a mais radical tradição democrática de seu país, bem como reafirma a convicção de que Washington é portador do “destino manifesto” de liderar as demais nações. “Os interesses vitais dos Estados Unidos e as nossas mais profundas crenças agora se confundem. Desde o dia de nossa fundação, proclamamos que cada homem e cada mulher nesta terra é dotado de direitos e dignidade e valor sem par, porque foram feitos à imagem do criador do céu e da terra. Ao longo de muitas gerações, temos proclamado o imperativo do autogoverno, porque ninguém está apto a ser mestre e ninguém

*merece ser escravo. Levar adiante **esses ideais (rótulo metaenunciativo retrospectivo não-avaliativo “segunda-mão”)** é a missão que gerou nossa nação. É a honrosa realização de nossos ancestrais. Agora, tornou-se requisito urgente para a segurança de nossa nação e uma tarefa essencial de nossa era”. Ironicamente, nenhum outro presidente atacou tão profundamente as instituições democráticas estadunidenses. Em nome da liberdade, Bush confere poderes extraordinários à polícia, autoriza o uso da tortura, ignora as liberdades civis.*

O mesmo discurso libertário – e isso é o mais importante, do ponto de vista da política internacional – é utilizado para justificar, previamente, eventuais intervenções da Casa Branca em qualquer parte do planeta:

*Assim, é política dos Estados Unidos procurar e apoiar o crescimento dos movimentos e instituições democráticos em todos os países e cultura, com o objetivo de pôr fim à tirania em todo o mundo.*

***Essa tarefa (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** não deve ser realizada primordialmente pela força das armas, ainda que pretendamos defender nossa terra e nossos amigos com o uso de armas, quando necessário. (...) Nosso objetivo é ajudar os demais a encontrar suas vozes, conquistar sua liberdade e agir a seu modo. O grande objetivo é pôr fim à tirania é um trabalho concentrado que vai levar gerações. (...) Persistiremos em apresentar com clareza a escolha que cada governo e cada país precisa enfrentar: a escolha moral entre a opressão, que é sempre errada, e a liberdade, que é eternamente certa”.*

Em **um dos trechos mais significativos do discurso (rótulo prospectivo avaliativo)**, Bush praticamente convoca à rebelião as forças consideradas aliadas, mas em situação de oposição aos seus respectivos governos:

*“Todos os que vivem sob tirania e desespero devem saber que os Estados Unidos não ignorarão sua opressão ou perdoarão seus opressores. Quando vocês se erguerem pela liberdade, nos ergueremos com vocês. Os reformistas democráticos que enfrentam repressão, prisão ou exílio devem estar cientes: os Estados Unidos sabem quem vocês são, e os vê como futuros líderes de seus países livres. Os líderes de regimes ilegais devem saber que continuamos a acreditar no que Abraham Lincoln acreditava: ‘Aqueles que negam a liberdade aos outros não a merecem para si; e, sob o domínio de um Deus justo, não poderão mantê-la’. Os líderes de governo com antigos hábitos de controle devem saber: para servir aos seus povos, precisam aprender a confiar neles. Comecem **essa jornada de progresso e justiça, (rótulo retrospectivo avaliativo)** e os Estados Unidos caminharão ao seu lado”.*

Claro que entre os “reformistas democráticos” contam com gente como o megaempresário venezuelano Gustavo Caneros, a máfia cubana exilada em Miami, políticos e empresários do Oriente Médio e da Ásia que “colaboram” com a CIA, à espera de uma oportunidade para serem empossados em cargos de direção em seu próprio país – como aconteceu com Hamid Karzai (Afeganistão) e Iyad Alawi (Iraque). E entre os “ditadores” estão Fidel Castro, Hugo Chávez e todo e qualquer outro regime que não aceite o **mandato da cartilha protestante fundamentalista (rótulo retrospectivo avaliativo)**. Claro, também, que “liberdade” e “justiça” são, antes de mais nada, a liberdade e a justiça de mercado, em nome das quais Bush cortou ainda mais radicalmente os impostos cobrados aos ricos, acentuou as características

especulativas da economia globalizada e subordinou a sua política externa à geoeconomia do petróleo e outras fontes de energia.

Bush não apenas fala sério, como se mostra disposto a mobilizar a maior potência militar e econômica do planeta para fazer valer a sua plataforma:

*Peço que nossos cidadãos mais jovens acreditem no testemunho de seus olhos. Vocês viram o dever e o orgulho nos rostos determinados de nossos soldados (em missão no Iraque). Vocês viram que a vida é frágil, o mal é real, e a coragem triunfa. Façam a escola de servir a uma causa maior do que suas necessidades, maior do que vocês e, nos dias que vivemos, vocês não só acrescentarão valor ao seu país, mas também melhorarão seu caráter. Os Estados Unidos precisam de idealismo e coragem, porque temos tarefas essenciais a realizar em casa, o trabalho inacabado da liberdade”*

É sempre arriscado fazer previsões, ainda mais no terreno da política, mas aqui vai **uma (rótulo metadiscursivo cognitivo-discursivo – rótulo elíptico “uma previsão”)**: o discurso de posse de Bush está destinado a ser considerado um dos mais importantes entre todos os pronunciados na Casa Branca. Ele é uma plataforma estratégica de mobilização permanente, muito ao estilo de outros regimes totalitários que se enxergam como força motriz da revolução mundial, em nome de valores supostamente universais. Este é, aliás, um traço fundamental do totalitarismo, como mostra Hannah Arendt. No momento em que o mundo comemora os sessenta anos da libertação de Auschwitz, o “fantasma da liberdade” evocado por Bush anuncia futuras catástrofes.



## Anexo A

### Fevereiro - 2005

#### (39) O GRANDE BLEFE<sup>16</sup>

Gershon Knispel

Imagine se os franceses tivessem ido às urnas debaixo da ocupação nazista. E, em troca, tivessem de entregar ao invasor o general Charles de Gaulle, comandante da Resistência.

Ou se o líder dos partisanos iugoslavos (“terroristas”, na linguagem dos ocupantes), Josip Broz Tito, fosse entregue às mãos da Gestapo. Como aconteceu mais recentemente na Iugoslávia em pedaços com Milosevic. Ou, ainda no passado, na Argélia, se entregassem Ben Bella e Bumedienne, ou no Vietnã Ho Chi Minh.

Mas justamente agora, sob a ocupação anglo-americana que revoltou o mundo, estavam previstas no Iraque, como manobra de desespero, as eleições que vão legitimar o governo mafioso encabeçado por Alawi, após uma seleção cuidadosa supervisionada pelo Pentágono e pelo Serviço Secreto britânico. Eleições que contrariam as posições da ONU e até de países aliados da coalizão invasora, hoje questionada, enquanto Bagdá, Mossul, Faluja e outras cidades sofrem ataques de homens-bomba e carros-bomba, sacrificando quantidades cada vez maiores de colaboracionistas iraquianos, de fuzileiros navais americanos e de civis que não têm culpa de nada.

Daí **a pergunta (rótulo prospectivo metadiscursivo metalingüístico – não-avaliativo)**: será que as condições dos palestinos vão melhorar depois das eleições? Ou continuarão passando pelas barreiras em torno do imenso muro, em plena nua e crua ocupação israelense, ficando como que com uma corda no pescoço até que sua alma expire? O que Abu Mazem e Mahmoud Abbas tiveram para oferecer que o próprio Yasser Arafat não pôde oferecer depois que ele e Itzhak Rabin assassinaram a Paz dos Heróis em 1994? Abbas teve 20 por cento a menos de votos do que o *rais* Araft.

Será que Sharon vai deixar Abbas levar o seu povo, esmagado e derrotado pelas botas dos militares israelenses, a criar o Estado palestino soberano, livre **dessa ocupação (rótulo retrospectivo avaliativo)** que já dura 38 anos?

Sharon, o assassino dos acordos de Oslo e de seus idealizadores, Rabin e Araft, e que ateou o incêndio da Segunda Intifada, com a famosa provocação de Al Aksa, que abriu caminho para o seu governo e o esmagamento dos palestinos, despedaçou os terrenos mais férteis daquele povo ampliando os assentamentos judaicos, cercando os palestinos com esse muro terrível que separa as aldeias palestinas de seus terrenos de cultivo, deixado do lado de Israel. Se não bastasse, o jornal israelense *Haaretz* noticiou nos últimos dias que o governo de Israel aplicou secretamente uma ordem para privar de seus bens os pales-

<sup>16</sup> Este artigo foi escrito horas depois de divulgada a boca de urna nas eleições palestinas, em 9/01/2005.

tinios que não se encontravam em Jerusalém Oriental em 1967, no momento da ocupação e anexação da parte oriental da cidade santa.

Teleguiando seus mísseis para objetos vivos e transformando jovens palestinos em tochas de fogo, Sharon alimenta a sede de vingança. Os campos de refugiados se tornaram viveiros de homens-bomba que, com a perda de esperança e o desespero invencível, juram vingança para salvar o auto-respeito, e com isso semeiam o terror e mortes na população civil de Israel. Esta, sem consciência do que acontece, se torna refém de Sharon e de seus planos megalomaníacos.

A potência militar sofisticada de Sharon, apoiado incondicionalmente por Bush, deixa-o livre para as manobras mais hediondas, a ponto de se permitir afirmar publicamente: “Aceito sacrificar 6.000 colonos judeus nos assentamentos de Gaza e desmantelar os assentamentos, para manter 270.000 colonos em cidades e vilas inteiras dentro dos principais territórios palestinos na Cisjordânia e, com isso, acabar de fato com a construção de um governo palestino viável”. Seu parceiro há muito tempo, Shimon Peres, encabeçando um partido derrotado, traiu o campo da paz, que está na oposição, e entrou num governo que estava à beira da falência. Assim, Peres permite que Sharon continue no poder, sob o falso pretexto de que está ajudando a se retirar de Gaza, restabelecendo a legitimação dos ataques diurnos e dos bombardeios noturnos, que na televisão parecem espetáculos de pirotecnia, mas na realidade são um massacre. Se Peres se houvesse mantido no campo da paz, teria agora – com as dificuldades que Sharon acaba de enfrentar para manter o seu governo – uma oportunidade de assumir o poder e mudar o rumo para uma situação pacífica.

Sharon continuará a cercar e vigiar todas as cidades palestinas, a intensificar suas provocações, que são próprias de sua natureza e com legitimação mundial, porque Abu Mazem não será capaz de eliminar os “grupos terroristas” palestinos. Essa manobra de mostrar que Abu Mazem não será capaz de eliminar os “terroristas” vai se autoperpetuar num ciclo infernal, sempre radicalizando os extremistas dos dois lados. Um lado vai falar: “Toda a Palestina é minha”. A própria Faixa de Gaza continuará refém de Sharon, uma presa fácil numa panela de pressão, ameaçando explodir a qualquer minuto.

Quando não houver possibilidade nem de engolir nem de vomitar, aí então aparecerá a alternativa da solução dois Estados para dois povos. Os sociólogos israelenses estão ultimamente gozando de uma prosperidade advinda de uma alta demanda – as pesquisas se tornaram um best-seller de plantão. Suas teses visionárias estão horrorizando o público. “Em vinte anos, talvez menos, deixará de existir a maioria judaica do Estado de Israel e o Estado de Israel vai deixar de ser um Estado judeu, forçando um *apartheid* nos moldes da África do Sul”. Segundo eles, a fertilidade das famílias palestinas é alta, enquanto a taxa de natalidade de judeus diminui a cada ano. Além disso, mais e mais regiões habitadas por palestinos estão sendo anexadas ao Estado de Israel, que assim fica condenado a perder em duas décadas a sua maioria judaica: terá uma maioria árabe.

Mais ainda, segundo pesquisa do *Haaretz*, 65 por cento dos imigrantes russos que chegam a Israel não são judeus, e a maioria deles continua fazendo clandestinamente as orações da Igreja Ortodoxa, do mesmo modo que os chamados cristão-novos em Portugal, continuavam cumprindo em segredo os ritos judaicos. Um grupo extremista desses russos de Israel criou um site com propaganda anti-semita tão repulsiva que deixaria envergonhado o chefe da propaganda nazista, Goebbels.

Além disso, toda a maioria dos judeus do mundo não desejou cumprir o seu “direito de retorno”. E os ideólogos do sionismo foram, a longo prazo, derrotados. A maioria dos judeus está preferindo a diáspora, e não a volta à sua terra histórica. E o que é pior: na última década, os jovens nascidos em Israel, descendentes dos pioneiros, estão preferindo “o direito de retorno” oferecido pelos governos dos países que seus pais e avós vieram; até filhos de Ben Gurion e os netos de Rabin e Begin deixaram Israel. **Esse fenômeno (rótulo retrospectivo não-avaliativo)**, dos judeus que estão voltando aos países de origem de seus ancestrais, coloca uma questão moral pungente, pois o “direito de retorno” não é garantido aos palestinos.

Nenhuma força do mundo poderá acabar com **essa ocupação (rótulo retrospectivo avaliativo – “segunda-mão” - metaenunciativo)** – Sharon esmagou rudemente com suas botas a esperança dos dois comandantes de Oslo —, nem Abu Mazem. Talvez a consciência da maioria dos cidadãos de Israel de que a alternativa é manter a ocupação e perder o caráter judeu do Estado, possa criar as condições de o país se livrar desse governo, dismantelar todos os assentamentos e voltar para as fronteiras de 1967, com Jerusalém Ocidental capital de Israel e Jerusalém Oriental capital da Palestina.

## Anexo A

### Fevereiro - 2005

#### (40) TIREM AS PATAS DO MEU TORRESMO

Guilherme Scalzilli

CAROS AMIGOS, ano VIII, número 95, fevereiro 2005, p. 22.

Sabemos que as forças opressoras, incapazes de reinar sobre as vastidões imprevisíveis da mente humana, preferem agir em primeiro lugar sobre a vulnerabilidade física. Em suma, controlam o indivíduo através de seu corpo. Regimes de exceção costumam usar o cerceamento da liberdade e a ameaça de dores, seqüelas e humilhações, mas a ação sobre os organismos não está restrita a violências evidentes. Mesmo na simpática democracia brasileira, assistimos a exemplos de idiotia repressiva, com conseqüências similares: exames de sangue em candidatos a emprego, proibição de bebidas alcoólicas em estádios, veto ao fumo em bares e casas noturnas, toques de recolher, restrições à propaganda de diversos produtos.

Não permitam que **a discussão (rótulo retrospectivo metadiscursivo cognitivo-discursivo - avaliativo)** recaia na simplista reafirmação do malefício provocado pelas substâncias envolvidas. Tampouco abracemos o argumento (verdadeiro, porém estéril) de que grande parte dos prejuízos físicos citados é apenas estatística. Reflitamos, dessa vez, sobre as liberdades fundamentais que estão sendo soterradas em nome do “nosso próprio bem”.

Alguém pode ser proibido de utilizar qualquer substância, mesmo consciente do dano à sua saúde? Até que ponto um legislador, eleito por 5.000 ou 10.000 incautos, pode decidir o que milhões de pessoas vão fazer com seus pulmões, neurônios e fígados? Quem sabe o que é melhor para mim?

Mentem aqueles que acenam com uma inocente defesa da saúde pública. Os recentes ataques à indústria do tabaco são originados no fiasco da legislação antidrogas, inventada nos EUA, assim como a injustificável proibição da maconha havia surgido com o fim da Lei Seca. Impedir que eventos artísticos e esportivos sejam financiados pela indústria do tabaco ou do álcool é uma forma de abrir mercados a outros conglomerados igualmente poderosos. A eficácia das inúteis campanhas governamentais só é defendida pelas próprias agências de publicidade, que enriquecem com **esses contratos públicos (rótulo retrospectivo não-avaliativo)** e não conheço sequer um felizardo que parou de fumar porque os maços de cigarro estampam fotos horrorosas). Fechar bares às 10 horas é conveniente apenas para órgãos de segurança acuados, policiais corruptos e políticos dependentes do voto religioso.

Entretanto, não se trata apenas de hipocrisia, mas também de autoritarismo. Ao fracassarem no provimento de direitos civis fundamentais, as instituições desmoralizadas partem para a ingerência burra, no desespero de se provarem úteis e eficazes. Uma sociedade que reprime não conseguiu educar. Fere liberdades individuais porque as teme. Envergonhada, cria padrões irreais de comportamento. Apoiada num salvacionismo ignorante, intervém no direito do contribuinte dispor de seu próprio corpo, conviver com outros estabelecimentos comerciais, consumir os produtos que lhe apeteçam, saborear prazeres telúricos.

A utopia do Estado inexistente deu lugar à individualidade nula. É sintomático que isso ocorra no universo do “politicamente correto”, alimentando a histeria preconceituosa e suas categorias discriminatórias. Fumantes são idiotas, não-fumantes detêm a luz divina. Cof, cof. Quem bebe é fraco ou doente, quem não bebe é supimpa. Como ervas (mas não as fume) para ser bacana. Se você é gordo, coitado, morrerá de sua própria feiúra. Afinal, comer porcária é suicídio. Pega mal. E, cuidado, logo será crime.

**Anexo B****CONFIGURAÇÃO DAS EXPRESSÕES  
NOMINAIS ROTULADORAS*****Determinante: artigo indefinido***

- Artigo indefinido + pronome indefinido + nome
- Artigo indefinido + nome
- Artigo indefinido + nome + modificador (es)

**uma** pergunta (1)  
**um** amontoado de generalidades (5)  
**uma** questão crucial para o mundo contemporâneo (8)  
**um** equívoco básico (8)  
**um** fato absolutamente novo na história da humanidade (11)  
**um** outro evento (11)  
**uma** grande bobagem (11)  
**um** artifício natural que lhe serve de antídoto (11)  
**um** fator (12)  
**uma** frase (14)  
**uma** notícia corriqueira da África (15)  
**uma** boa medida (24)  
**uma** imensa tragédia social (29)  
**um** dos trechos mais significativos do discurso (38)  
**uma** (previsão)

<i>Determinante demonstrativo</i>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Demonstrativo + nome + modificador (es)</li> <li>• Demonstrativo + nome</li> <li>• Demonstrativo + modificador + nome + modificador (es)</li> <li>• Demonstrativo + numeral + nome + modificador</li> </ul>	
<p><b>estes</b> cenários de futuro (1)  <b>esse</b> aspecto (2)  <b>essa</b> questão (3)  <b>esta</b> reviravolta (4)  <b>essas</b> reflexões (5)  <b>essa</b> inserção subordinada ao mercado internacional (5)  <b>esse</b> caminho (5)  <b>esse</b> sacrifício coletivo (5)  <b>estas</b> reflexões (7)  <b>essa</b> discussão (8)  <b>essa</b> argumentação (8)  <b>essa</b> questão (8)  <b>essa</b> situação (9)  <b>essa</b> prática (9)  <b>essas</b> fontes (9)  <b>aquele</b> nível de efervescência (10)  <b>essas</b> drogas (10)  <b>esse</b> poder (11)  <b>essa</b> perspectiva (11)  <b>esses</b> debates intelectualóides (12)  <b>essa</b> hegemonia dos partidos socialistas (12)  <b>essa</b> enxurrada de dólares (12)  <b>esse</b> fracasso (13)  <b>essas</b> razões (13)  <b>esses</b> setores (13)  <b>esses</b> dois espaços (14)  <b>essa</b> “explicação” étnica (15)  <b>esses</b> movimentos (15)  <b>esse</b> fato (15)  <b>essa</b> desumana situação (16)  <b>esse</b> raciocínio bisonho (16)  <b>essa</b> novidade de separação de raças (16)  <b>esse</b> processo (17)  <b>essa</b> relação (19)  <b>essa</b> associação (20)  <b>esse</b> processo de deterioração das relações trabalhistas em órgãos <b>estatais</b> (22)  <b>essas</b> mudanças (22)  <b>esse</b> novo modelo de instituição (22)  <b>essa</b> guinada revolucionária (23)  <b>essa</b> democracia envelhecida, travestida, adulterada e demagógica (25)  <b>esse</b> conflito (26)</p>	<p><b>essa</b> tendência de progressiva alienação do sujeito (26)  <b>esse</b> arranjo (26)  <b>essa</b> dicotomia (26)  <b>essa</b> perplexidade (27)  <b>esse</b> trabalho (27)  <b>essa</b> experiência pioneira (27)  <b>esses</b> anos de prática e estudos (27)  <b>essa</b> interdisciplinaridade (27)  <b>esse</b> lamentável rosário de ausências (27)  <b>esses</b> relatos de sofrimento e mortandade (27)  <b>(a) esse</b> secular faz-de-conta governamental (27)  <b>essa</b> visão cristalizada da miséria (27)  <b>essa</b> surpresa ridiculamente gasta (28)  <b>essas</b> instituições (29)  <b>essa</b> situação (29)  <b>esse</b> quadro geral (29)  <b>esse</b> esquema (29)  <b>essas</b> operações (30)  <b>esses</b> objetivos (30)  <b>esse</b> amontoado de vida (32)  <b>essas</b> quatro obras seminais (33)  <b>essa</b> imagem (33)  <b>esses</b> processos (33)  <b>esse</b> novo contexto de desmonte cultural do brasil (33)  <b>esse</b> raciocínio analógico (34)  <b>essa</b> desgraça toda (35)  <b>esse</b> arsenal (37)  <b>essa</b> tendência (37)  <b>esses</b> ideais (38)  <b>essa</b> tarefa (38)  <b>essa</b> jornada de progresso e justiça (38)  <b>esse</b> fenômeno (39)  <b>essa</b> ocupação (39)  <b>esses</b> contratos públicos (40)  <b>tal</b> jogo de palavras (20)  <b>tal</b> carência de conteúdos (21)  <b>tais</b> propostas (22)</p>

***Determinante: demonstrativo***

- demonstrativo + nome + modificador (es)
- demonstrativo + nome
- demonstrativo + numeral + nome

**desse** incrível avanço científico (3)  
**dessa** possibilidade (3)  
**naquela** infinita caça às bruxas (4)  
**nesse** extremo de despojamento e sofrimento (4)  
**nesses** limites (4)  
**nessas** atitudes instintivas dos animais (5)  
**desse** processo histórico (5)  
**nesse** contexto (5)  
**nesse** argumento (8)  
**desse** procedimento (9)  
**nessa** crise da passagem da modernidade para a pós-modernidade (11)  
**dessa** tese (12)  
**nessa** situação deficitária (12)  
**dessa** tendência (12)  
**nesse** campo (13)  
**desse** processo de desagregação da elite corrupta (17)  
**nesse** sentido (17)  
**desse** quadro (17)  
**desse** desafio (17)  
**nesse** contexto (19)  
**dessa** sucessão de efeitos descartáveis (21)  
**desse** ambiente científico democrático (22)  
**nessa** parada (23)  
**dessa** extraordinária vitória simbólica (24)  
**dessa** óptica autocrítica (25)  
**desse** enorme empenho monotemático (27)  
**dessa** pesquisa (27)  
**desse** método de estudo (27)  
**dessas** constatações (27)  
**nessa** década de desterro (27)  
**dessas** ocasiões (29)  
**desse** processo (29)  
**dessa** ajuda (30)  
**desse** processo (33)  
**nesses** espaços (33)  
**nessa** sociedade urbanizada e estagnada (33)  
**nesse** contexto obscuro de venda do território (34)  
**desses** ideais (38)  
**dessa** ocupação (39)



<i>Determinante numeral</i>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Numeral + nome</li><li>• Numeral + pronome indefinido + nome</li></ul>
<p><b>duas</b> vantagens (11) <b>dois</b> outros fenômenos (12) em <b>dois</b> aspectos (22)</p>
<i>Sem determinante</i>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Nome + modificador (es)</li><li>• Modificador + nome</li></ul>
<p>dúvidas atrozes (3) novo campo (3) questões fundamentais e cruciais do poder mundial (5)</p>

<b>Determinante: artigo definido</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Artigo definido + nome + modificador (es)</li> <li>• Artigo definido + nome</li> <li>• Artigo definido + demonstrativo<sup>17</sup> + nome</li> </ul>	
<p>o desafio (1)  a questão levantada pela bioética (1)  a questão em jogo (1)  o risco (1)  a questão (2)  a experiência (2)  a coisa (3a)  a coisa (3b)  a ditadura militar no cárcere (4)  o delírio semântico (4)  a revelação (6)  a “solução” (6)  a libertação (8)  o problema (8)  a questão urgente (8)  o acordo (9)  a questão (9)  a frase (10)  o episódio (10)  o caso (10)  o projeto (11)  a anedota (11)  a resposta (13)  o avesso (14)  o argumento (14)  a explicação (15)  o problema (15)  o quadro criado (16)  o argumento (16)</p>	<p>os fatos (17)  o movimento (17)  o episódio (17)  a lista (17)  a escolha (18)  a pergunta (18)  o quadro (22)  as notícias (22)  a verdade (23)  a queda de ACM (24)  o problema (24a)  o problema (24b)  a revelação (27)  as mesmas barbaridades (28)  a declaração (29)  a idéia (29)  o problema (30)  a questão (30)  a rebordosa (30)  a composição (33)  a grande barbárie do cotidiano (33)  o fluxo psíquico hedonista (34)  o cinto de gastidade (36)  a mesma lógica (38)  o mandato da cartilha protestante fundamentalista (38)  a pergunta (39)  a discussão (40)</p>

<sup>17</sup> Trata-se da utilização do termo “mesmo” com valor demonstrativo se referindo a idéias expressas anteriormente, equivalendo a esse, essa, aquele, isso, aquilo.

*Determinante: artigo definido*

- artigo definido + nome + modificador (es)
- artigo definido + nome

da discussão (9)  
do genocídio (15)  
na esteira da escalada repressiva (17)  
do fiasco hidrelétrico (23)  
do discurso de posse (38)

*Determinante pronome indefinido*

- Pronome indefinido + nome
- Pronome indefinido + demonstrativo + nome
- Pronome indefinido + nome + modificador (es)

**outra** mudança fundamental (9)  
**outra** virada (12)  
**outro** fato histórico (12)  
**alguns** dados (15)  
**outro** episódio da maior relevância (24)  
**alguns** aspectos que devem ser contemplados (30)  
**várias** explicações (35)  
**todos** esses processos (33)

**Anexo C**

<b>FUNCIONAMENTO: RETROSPECTIVO</b>				
<b>Encapsulamento</b>				
<b>Parágrafo</b>		<b>Período</b>		
<i>Início</i>	<i>Final</i>	<i>Início</i>	<i>Meio</i>	<i>Final</i>
tais cenários (1) essas reflexões (5) desse processo histórico (5) estas reflexões (7) a lista (17) na esteira da escalada repressiva (17) o quadro geral (17) essa relação (19) nesse contexto (19) esse trabalho (27) essa experiência pioneira (27) esses anos de prática e estudos (27) essa interdisciplinaridade (27) esse lamentável rosário de ausências (27) esses relatos de sofrimento e mortandade (27) a esse secular faz de conta governamental (27)	nessas atitudes instintivas dos animais (5) a frase (10) o projeto (11) (d)o genocídio (15) essa desumana situação (16) dessa sucessão de efeitos descartáveis (21) essa tendência de progressiva alienação do sujeito (26) dessas constatações (27) desse processo (29) esse orgulho (33) essa jornada de progresso e justiça (38)	dúvidas atrozes (3) a coisa (3) nesses limites (4) esta reviravolta (4) um amontoado de generalidades (5) nesse contexto (5) a libertação (8) essa questão (8) essa situação (9) essa prática (9) esses debates intelectualóides (12) dessa tendência (12) esse fracasso (13) essas razões (13) esse raciocínio bisonho (16) essas novidades de separação de raças (16) o episódio (17)	esse aspecto (2) essa questão (3) naquela infinita caça às bruxas (4) essa inserção subordinada ao mercado internacional (5) esse sacrifício coletivo (5) nesse argumento (8) desse procedimento (9) essas fontes (9) a questão (9) o episódio (10) o caso (10) essas drogas (10) nessa crise da passagem da modernidade para a pós-modernidade (11) tais processos (34)	a experiência (3) desse incrível avanço científico (3) dessa possibilidade (3) novo campo (3) nesse extremo de despojamento e sofrimento (4) esse comprometimento futuro (6) esse poder (11) essa perspectiva (11) essa enxurrada de dólares (12) desse processo da elite corrupta (17) desse quadro (17) o problema (30) dessa ajuda (30)

<b>FUNCIONAMENTO: RETROSPECTIVO</b>				
<b>Encapsulamento</b>				
<b>Parágrafo</b>		<b>Período</b>		
<i>Início</i>	<i>Final</i>	<i>Início</i>	<i>Meio</i>	<i>Final</i>
as mesmas barbaridades(28) uma dessas ocasiões (29) esse quadro geral (29) esse novo contexto de desmonte cultural do Brasil (33) esses processos(33) o fluxo hedonista e conspícuo (34) essa imagem ideológica (34) esse arsenal (37) essa tendência (37) em nome desses ideais(38) essa tarefa (38) em um dos trechos mais significativos do discurso(38) a pergunta (39) a discussão (40)		esse processo (17) essa associação (20) nessa parada(23) essa guinada revolucionária (23) essa perplexidade (27) dessa pesquisa (27) nessa década de desterro(27) a declaração (29) a idéia (29) essa situação(29) esse esquema (29) a questão (30) esses objetivos(31) nessa sociedade urbanizada e estagnada (33) nesse contexto obscuro de venda do território (34) esse raciocínio analógico(34) várias explicações (34) esse fenômeno (39)	dessa tese (12) outro fato histórico(12) essas hegemonia dos partidos socialistas (12) nessa situação deficitária (12) dessa ofensiva (13) nesse campo (13) esses setores (13) a explicação (15) esses movimentos (15) esse fato (15) desse desafio(17) tal jogo de palavras(20) tal jogo de palavras(20) tal carência de conteúdos (21) desse ambiente científico democrático (22) tais propostas (22) esse processo de deterioração das relações trabalhistas em órgãos estatais. (22)	

<b>FUNCIONAMENTO: RETROSPECTIVO</b>				
<b>Encapsulamento</b>				
<b>Parágrafo</b>		<b>Período</b>		
<i>Início</i>	<i>Final</i>	<i>Início</i>	<i>Meio</i>	<i>Final</i>
			essas mudanças (22) a queda de ACM(24) dessa óptica autocrítica (25) essa democracia envelhecida, travestida, adulterada e demagógica (25) esse arranjo (26) essa dicotomia(26) dessa potente máquina produtora de todo e qualquer tipo de mercadoria(26) desse enorme empenho monotemático(27) esse estudo (27) desse método de estudo (27) essa visão cristalizada da miséria(27) essa surpresa ridiculamente gasta (28) essas instituições(29) essas operações (30) esse amontoado de vida (32)	

<b>FUNCIONAMENTO: RETROSPECTIVO</b>				
<b>Encapsulamento</b>				
<b>Parágrafo</b>		<b>Período</b>		
<i>Início</i>	<i>Final</i>	<i>Início</i>	<i>Meio</i>	<i>Final</i>
			essas quatro obras semanais (33) desse processo(33) essa imagem(33) essa construção (33) nesses espaços (33) essa desgraça toda (34) esses ideais (38) o mandato da cartilha protestante e fundamentalista (38) dessa ocupação (39) essa ocupação (39) esses contratos públicos (40)	

<b>Seqüenciação</b>		
<b>Início do período</b>	<b>Início do parágrafo</b>	<b>Intermediário</b>
o delírio semântico (4) questões fundamentais e cruciais do poder mundial (5) o movimento (17) esse modelo de instituição (22) a revelação (27) aquele nível de efervescência (10)	essa discussão (8) o acordo (9) esses dois espaços (14) essa “explicação” étnica (15)	o avesso (14) (d)o discurso de posse (38)

<b><i>FUNCIONAMENTO: PROSPECTIVO</i></b>	
<b>Encapsulamento</b>	
<b>INICIAL</b>	
<b>Parágrafo</b>	<b>Período</b>
estes cenários de futuro (1) a questão levantada pela bioética (1) uma pergunta (1) um fato absolutamente novo na história da humanidade (11) outra “virada” (12) uma frase (14) um quadro muito claro (15) a verdade (23) uma boa medida (24)	o desafio (1) a questão em jogo (1) a revelação (6) a resposta (13) o problema (15) o argumento (16) o problema (18) a pergunta (18) as notícias (22) o problema (24) é fato (24) o problema (24) a composição (33)



<b>INTERIOR</b>		
<b>Período</b>		
o argumento (14) uma notícia corriqueira da África (15) (d) o fiasco hidrelétrico (23) uma imensa tragédia social (29) alguns aspectos que devem ser contemplados (30) a grande barbárie do cotidiano (33) o cinto de “gastidade” (36) uma (previsão) (38)		
<b>FINAL</b>		
<b>Parágrafo</b>	<b>Intermediário no período</b>	<b>Final de período (seqüenciação)</b>
um certo humor sinistro (4) a anedota (11)	a “solução” (6) uma questão crucial para o mundo contemporâneo (8) (d) a discussão (9) uma grande bobagem (11) duas vantagens (11) um artifício natural que lhe serve de antídoto (11) um fator (12)	(a) os fatos (17) Em dois aspectos (22) a rebordosa (30)

<b>FUNCIONAMENTO: RETROSPECTIVO/PROSPECTIVO</b>			
<b>Retomada e/ou Seqüenciação</b>			
<b>Retomada</b>			
<i>Início</i>		<i>intermediário</i>	<i>Desfecho de idéias ou introdução de um 'novo' tópico</i>
o quadro criado (16)			a mesma lógica (38)
<b>Seqüenciação</b>			
<i>Início</i>		<i>intermediário</i>	<i>Desfecho de idéias ou introdução de um 'novo' tópico</i>
outro episódio(24)			
<b>Retomada e Seqüenciação</b>			
<i>Início</i>		<i>intermediário</i>	<i>Desfecho de idéias ou introdução de um 'novo' tópico</i>
<i>Parágrafo</i>	<i>Período</i>		
outra mudança fundamental (9) dois outros fenômenos (12)	a questão (3)	o risco (1) o problema (8)	

POSIÇÃO: inicial
DE PARÁGRAFO
<p>tais cenários (1)  estes cenários de futuro (1)  a questão levantada pela bioética (1)  uma pergunta (1)  essas reflexões (5)  desse processo histórico (5)  estas reflexões (7)  essa discussão (8)  o acordo (9)  outra mudança fundamental (9)  um fato absolutamente novo na história da humanidade (11)  um outro evento (11)  outra “virada”<sup>1</sup>(12)  uma frase (14)  essa “explicação” étnica (15)  um quadro muito claro (15)  a lista (17)  na esteira da escalada repressiva (17)  o quadro geral (17)  essa relação (19)  nesse contexto (19)  a verdade (23)</p>

<sup>1</sup> Destaca-se o fato de este rótulo ser introduzido pelo pronome indefinido “outro” que, em geral, se caracteriza por retomar conteúdo(s) do co-texto à esquerda. Pode-se justificar esse emprego em início de parágrafo contando com o conhecimento compartilhado que caracteriza a atuação cooperativa do leitor.

<b>POSIÇÃO: inicial</b>
<b>DE PARÁGRAFO</b>
<p>                     uma boa medida(24)                      outro episódio(24)                      esse trabalho(27)                      essa experiência pioneira(27)                      esses anos de prática e estudos (27)                      esse lamentável rosário de ausências (27)                      esses relatos de sofrimento e mortandade(27)                      a esse secular faz de conta governamental(27)                      as mesmas barbaridades (28)                      uma dessas ocasiões (29)                      esse quadro geral (29)                      essa imagem(33)                      nessa sociedade urbanizada e estagnada (33)                      esse novo contexto de desmonte cultural do Brasil (33)                      esses processos(33)                      o fluxo hedonista e conspícuo (34)                      essa imagem ideológica (34)                      esse arsenal (37)                      essa tendência (37)                      em nome desses ideais(38)                      essa tarefa (38)                      em um dos trechos mais significativos do discurso(38)                      a pergunta (39)                      a discussão (40)                 </p>

## DE PERÍODO

o desafio (1)  
a questão em jogo (1)  
dúvidas atrozes (3)  
a coisa (3)  
o delírio semântico (4)  
nesses limites (4)  
esta reviravolta (4)  
esse fim (5)  
um amontoado de generalidades (5)  
questões fundamentais e cruciais do poder (5)  
nesse contexto (5)  
a revelação (6)  
a libertação (8)  
nesse argumento (8)  
essa argumentação (8)  
essa situação (9)  
essa prática (9)  
esses debates intelectualóides (12)  
esse fracasso (13)  
a resposta (13)  
essas razões (13)  
esses dois espaços (14)  
o problema (15)  
o quadro criado (16)  
o argumento (16)  
essa associação (20)  
esse raciocínio bisonho (16)  
essas novidades de separação de raças (16)

## DE PERÍODO

esse processo (17)  
o movimento (17)  
o episódio (17)  
o problema(18)  
a pergunta (18)  
esse modelo de instituição (22)  
nessa parada(23)  
essa guinada revolucionária (23)  
o problema (24a)  
o problema(24b)  
essa perplexidade (27)  
dessa pesquisa (27)  
essa interdisciplinaridade(27)  
essa visão cristalizada da miséria(27)  
a revelação (27)  
nessa década de desterro(27)  
a declaração (29)  
a idéia (29)  
essa situação(29)  
esse esquema (29)  
a questão (30)  
esses objetivos(31)  
a composição (33)  
nessa sociedade urbanizada e estagnada (33)  
nesse contexto obscuro de venda do território (34)  
esse raciocínio analógico(34)  
várias explicações (34)  
esse fenômeno (39)  
essa ocupação (39)

***POSIÇÃO: medial*****Entre períodos (iniciando períodos)**

O desafio (1)  
A questão em jogo (1)  
A questão (2)  
Dúvidas atrozes (3)  
O delírio semântico (4)  
Esta reviravolta (4)  
Para esse fim (5)  
Um amontoado de generalidades(5)  
Por esse caminho(5)  
Questões fundamentais e cruciais do poder mundial(5)  
Nesse contexto(5)  
A libertação (8)  
Essa argumentação (8)  
Essa questão (8)  
Essa situação (9)  
Essa prática (9)  
Todo o projeto (11)  
Eis uma grande bobagem (11)  
Esses debates intelectualóides (12)  
Por trás dessa tendência (12)  
Mas esse fracasso (12)  
A resposta (13)  
Alguns dados (15)  
O quadro criado(16)  
Essas novidades de separação de raças (16)

***POSIÇÃO: medial***

**Entre períodos (iniciando períodos)**

- O episódio (17)
- O movimento(17)
- Esse processo (17)
- A pergunta (18)
- Essa associação (20)
- Esse novo modelo de instituição (22)
- Essa guinada revolucionária (23)
- O problema (24)
- Essa perplexidade (27)
- Essa visão cristalizada da miséria (27)
- A revelação (27)
- Nessa década de desterro (27)
- A declaração (29)
- A idéia (29)
- Essa situação (29)
- Esse esquema (29)
- A questão (30)
- A composição (33)
- Nessa sociedade urbanizada e estagnada (33)
- É esse o fluxo hedonista e conspícuo (34)
- Nesse contexto obscuro de venda do território (34)
- Esse raciocínio analógico (34)
- Tais processos (34)
- Em suma várias explicações. (35)
- Essa fenômeno (39)



**No interior do período**

o risco (1)  
esse aspecto (2)  
essa questão (3)  
naquela infinita caça às bruxas (4)  
um certo humor sinistro (4)  
essa inserção subordinada ao mercado internacional (5)  
esse sacrifício coletivo (5)  
a “solução” (6)  
uma questão crucial para o mundo contemporâneo (8)  
(d)a discussão (9)  
(d)esse procedimento (9)  
a questão (9)  
o episódio (10)  
o caso(10)  
essas drogas (10)  
nessa crise da passagem da modernidade para a pós-modernidade (11)  
uma grande bobagem (11)  
duas vantagens (11)  
um artifício natural que lhe serve de antídoto (11)  
dessa tese (12)  
outro fato histórico (12)  
essa hegemonia dos partidos socialistas (12)  
nessa situação deficitária (12)  
um fator (12)  
dois outros fenômenos (12)  
nesse campo (13)  
esses setores (13)  
o avesso (14)  
o argumento (14)

**No interior do período**

uma notícia corriqueira da África (15)  
 a explicação (15)  
 esses movimentos (15)  
 esse fato (15)  
 desse desafio(17)  
 tal jogo de palavras(20)  
 tal carência de conteúdos (21)  
 desse ambiente científico democrático (22)  
 tais propostas (22)  
 esse processo de deterioração das relações trabalhistas em órgãos estatais. (22)  
 essas mudanças (22)  
 as notícias (22)  
 (d)o fiasco hidrelétrico (23)  
 a queda de ACM(24)  
 dessa óptica autocrítica (25)  
 essa democracia envelhecida, travestida, adulterada e demagógica (25)  
 esse arranjo (26)  
 essa dicotomia(26)  
 dessa potente máquina produtora de todo e qualquer tipo de mercadoria(26)  
 desse enorme empenho monotemático(27)  
 esse estudo (27)  
 desse método de estudo (27)  
 essa surpresa ridiculamente gasta (28)  
 essas instituições(29)  
 uma imensa tragédia social (29)  
 essas operações (30)  
 alguns aspectos que devem ser contemplados (30)  
 esse amontoado de vida (32)  
 essas quatro obras semanais (33)

**No interior do período**

desse processo(33)  
essa construção (33)  
a grande barbárie do cotidiano (33)  
nesses espaços (33)  
essa desgraça toda (34)  
o cinto de “gastidade” (36)  
(d)o discurso de posse(38)  
esses ideais (38)  
o mandato da cartilha protestante e fundamentalista (38)  
uma(previsão)  
dessa ocupação (39)  
esses contratos públicos (40)

*POSIÇÃO: final*

**DE PARÁGRAFO**

nessas atitudes instintivas dos animais (5)  
a frase (10)  
o projeto (11)  
dessa ofensiva (13)  
(d)o genocídio (15)  
essa desumana situação (16)  
(a)os fatos (17)  
dessa sucessão de efeitos descartáveis (21)  
essa tendência de progressiva alienação do sujeito (26)  
esse conflito (26)  
dessas constatações (27)  
desse processo (29)  
a rebordosa (30)  
esse orgulho (33)  
a mesma lógica (38)  
essa jornada de progresso e justiça (38)

<b>DE PERÍODO (no interior do parágrafo)</b>	
<b>“Promoção” de idéias</b>	<b>“Desfecho” de idéias</b>
em dois aspectos (22)	desse incrível avanço científico (3) dessa possibilidade (3) novo campo (3) esse comprometimento futuro (6) essas fontes (9) esse poder (11) essa perspectiva (11) essa enxurrada de dólares (12) desse processo de desagregação da elite corrupta (17) desse quadro(17) dessa extraordinária vitória simbólica (24) o problema (30) dessa ajuda(30)
<b>“Seqüenciação” conteúdo do rótulo</b>	
<b>Com retomada/recategorização (ou não)</b>	<b>Sem retomada</b>
a experiência (3)	nesse extremo de despojamento e sofrimento (4)

<b>Rótulo introdutor do parágrafo (prospecção)</b>						
<b>Avaliativos</b>						
<b>Pronomes</b>		<b>Artigos</b>		<b>Numerais</b>	<b>Sem introdutores</b>	<b>Nome-núcleo</b>
<b>Demonstrativo</b>	<b>Indefinido</b>	<b>Definido</b>	<b>Indefinido</b>			
estes cenários de futuro (1)			uma boa medida (24) (em) um dos trechos mais significativos do discurso (38)			

<i>Rótulo introdutor do parágrafo (prospecção)</i>						
<i>Não-avaliativos</i>						
Pronomes		Artigos		Numerais	Sem introdutores	Nome-núcleo
Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido			
	outra “virada” (12)	a questão levantada pela bioética (1) a verdade (23)				

<i>Rótulo introdutor do parágrafo (prospecção)</i>							
<i>Metadiscursivos</i>							
Não-Avaliativos							
“Natureza” dos rótulos	Pronomes		Artigos		Numerais	Sem introdutores	Nome-núcleo
	Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido			
Cognitivo- discursivo			(da) a pergunta (39)	uma pergunta (1)			
Nomes ilocucionários							
Atributos da língua ou do texto				uma frase (14)			

\*Não há, no corpus examinado, rótulos metadiscursivos avaliativos introdutores do parágrafo por meio do movimento de prospecção.

<i>Rótulo introdutor do parágrafo, com encapsulamento das idéias do parágrafo anterior (retrospecção)</i>							
<i>Avaliativos</i>							
Pronomes		Artigos		Numerais	Preposição	Sem introdutores	Nome-núcleo
Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido				
tais cenários (1) (no entanto) esse lamentável rosário de ausências (27) (paralelamente a) esses relatos de sofrimento e mortandade; (27) esses anos de prática e estudos (27) esse novo contexto de desmonte cultural do Brasil (33) essa imagem ideológica (34)		o quadro geral (17)			(n) a esteira da escalada repressiva (17) (após) essa experiência pioneira (27) [à época, a aplicação] a esse secular faz de conta governamental (27) [em nome]desses ideais (38)		

<i>Rótulo introdutor do parágrafo, com encapsulamento das idéias do parágrafo anterior (retrospecção)</i>							
<i>Não-avaliativos</i>							
Pronomes		Artigos		Numerais	Preposição	Sem introdutores	Nome-núcleo
Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido				
essa relação(19) (dado)esse quadro geral (29) essa tendência (37) essa tarefa (38)	todos (esses) processos (33)	o acordo (9)	uma dessas ocasiões (29)		nesse contexto (19) (d) esse processo histórico (5) desse método de estudo (27)		

<i>Rótulos que apresentam informações, <u>iniciando período</u> (prospectivo)</i>							
<i>Avaliativos</i>							
Pronomes		Artigos		Numerais	Preposição	Sem introdutores	Nome-núcleo
Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido				
	alguns aspectos que devem ser contemplados (9)	o desafio (inicia) (1) o problema (15) o problema (18)	um artifício natural que lhe serve de antídoto (11) um quadro muito claro(15)				





<i>Rótulos que apresentam informações, <u>iniciando período</u> (prospectivo)</i>							
<i>Metadiscursivos</i>							
Avaliativos							
“Natureza” dos rótulos	Pronomes		Artigos		Numerais	Sem introdutores	Nome-núcleo
	Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido			
Cognitivo-discursivo			a solução (6) o problema (24)		duas vantagens (11)		
Nomes ilocucionários							
Atributos da língua ou do texto							

<i>Rótulos que dão seqüência às informações, <u>iniciando período</u> (retrospectivo/ prospectivo)</i>							
<i>Não-avaliativos</i>							
Pronomes		Artigos		Numerais	Preposição	Sem introdutores	Nome-núcleo
Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido				
		a questão (9) o episódio (17)					

\*Não há, no corpus examinado, o funcionamento de rótulos, indicadores de “conteúdo”, dando seqüência às informações, iniciando período (retrospectivo/ prospectivo), sob a configuração avaliativa. O mesmo ocorre com a categoria de rótulos metadiscursivos (retrospectivo/ prospectivo), não-avaliativos e avaliativos.

<i>Rótulo introdutor do parágrafo, com encapsulamento das idéias do parágrafo anterior (retrospecção)</i>								
<i>Metadiscursivos</i>								
Não-Avaliativos								
“Natureza” dos rótulos	Pronomes		Artigos		Numerais	Preposição	Sem introdutores	Nome-núcleo
	Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido				
Cognitivo-discursivo	estas reflexões (7) essas reflexões (5) essas razões (13)							
Nomes ilocucionários								
Atributos da língua ou do texto								

<i>Rótulo introdutor do parágrafo, com encapsulamento das idéias do parágrafo anterior (retrospecção)</i>							
<i>Metadiscursivos</i>							
Avaliativos							
“Natureza” dos rótulos	Pronomes		Artigos		Numerais	Sem introdutores	Nome-núcleo
	Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido			
Cognitivo-discursivo	essa discussão (8) essa “explicação” étnica (15)						
Nomes ilocucionários							
Atributos da língua ou do texto							

<i>Rótulo introdutor do parágrafo: retomada e o avanço (dando continuidade à idéia apresentada) retrospecção/prospecção</i>						
<i>Avaliativos</i>						
Pronomes		Artigos		Numerais	Sem introdutores	Nome-núcleo
Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido			
	outra mudança fundamental (9) outro episódio da maior relevância (24)	(repetimos) as mesmas barbaridades (28)	um fato absolutamente novo na história da humanidade (11) uma notícia corriqueira da África (15)			

<i>Rótulo introdutor do parágrafo: retomada e o avanço (dando continuidade à idéia apresentada) retrospecção/prospecção</i>						
<i>Não-avaliativos</i>						
Pronomes		Artigos		Numerais	Sem introdutores	Nome-núcleo
Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido			
		o quadro criado (16)	um outro evento (11) (recategoria 'um fato')	dois outros fenômenos (12)		

Não há, no corpus examinado, o funcionamento de rótulos metadiscursivos (avaliativos e não-avaliativos) introduzindo o parágrafo por meio de movimentos de retomada e de avanço (dando continuidade à idéia apresentada) por meio do movimento de retrospecção/prospecção.

<i>Rótulos intermediários: dão seqüência às informações e tem a sua lexicalização a seguir (prospecção)</i>							
<i>Avaliativos</i>							
Pronomes		Artigos		Numerais	Preposição	Sem introdutores	Nome-núcleo
Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido				
		o problema (8) o cinto de “gastidade” (36)	uma imensa tragédia social (29)				

<i>Rótulos intermediários: dão seqüência às informações e tem a sua lexicalização a seguir (prospecção)</i>							
<i>Não-avaliativos</i>							
Pronomes		Artigos		Numerais	Preposição	Sem introdutores	Nome-núcleo
Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido				
		o quadro (22) as notícias (22)	um fator (12)		(d) a discussão (9)		

<i>Rótulos intermediários: dão seqüência às informações e tem a sua lexicalização a seguir (prospecção)</i>								
<i>Metadiscursivos</i>								
Não-Avaliativos								
“Natureza” dos rótulos	Pronomes		Artigos		Numerais	Preposição	Sem introdutores	Nome-núcleo
	Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido				
Cognitivo-discursivo		uma (previsão)obs. rótulo elíptico (38)	o argumento (16)					
Nomes ilocucionários								
Atributos da língua ou do texto								

<i>Rótulos intermediários: dão seqüência às informações e tem a sua lexicalização a seguir (prospecção)</i>							
<i>Metadiscursivos</i>							
Avaliativos							
“Natureza” dos rótulos	Pronomes		Artigos		Numerais	Sem introdutores	Nome-núcleo
	Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido			
Cognitivo-discursivo				uma questão crucial para o mundo contemporâneo (8)			
Nomes ilocucionários							
Atributos da língua ou do texto							

<i>Rótulos que intermedeiam argumentos no mesmo período, dando seqüência às informações a partir do que se apresentou (retrospecção)</i>							
<i>Avaliativos</i>							
Pronomes		Artigos		Numerais	Preposição	Sem introdutores	Nome-núcleo
Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido				
essa inserção do mercado internacional (5) aquele nível de efervescência (10) essas drogas (10) essa hegemonia dos partidos socialistas (12) esse fracasso(13) tal jogo de palavras(20) tal carência de conteúdos(21) esse processo de deterioração das relações trabalhistas em órgãos estatais(22)	o avesso (14) a grande barbárie do cotidiano(33) o fluxo psíquico hedonista e conspícuo (34)	o mandato da cartilha protestante fundamentalista (14)			(d)esse incrível avanço científico (3)(recategorias 'a experiência') (n)aquela infinita caça às bruxas (4) (n)esse extremo de despojamento e sofrimento(4) (n)essa crise da passagem da modernidade para a pós-modernidade (11) (n)essa situação deficitária (12) (d)esse desafio(17)	novo campo (3)	

<i>Rótulos que intermedeiam argumentos no mesmo período, dando seqüência às informações a partir do que se apresentou (retrospecção)</i>							
<i>Avaliativos</i>							
Pronomes		Artigos		Numerais	Preposição	Sem introdutores	Nome-núcleo
Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido				
essas mudanças(22) essa democracia envelhecida, travestida, adulterada e demagógica(25) esse conflito (26) esse arranjo (26) essa surpresa ridiculamente gasta(28) esse amontoado de vida (32) essas quatro obras seminais (33) tais processos (34) esse arsenal(37)					(d)esse ambiente científico democrático(22) (d)essa óptica autocrítica(25) (d)esse enorme empenho monotemático (27) (d)essa ocupação (retomada de rótulo, sem recategorização) (39)		



<i>Rótulos que intermedeiam argumentos no mesmo período, dando seqüência às informações a partir do que se apresentou (retrospecção)</i>							
<i>Não-avaliativos</i>							
Pronomes		Artigos		Numerais	Preposição	Sem introdutores	Nome-núcleo
Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido				
esse aspecto (2) esses dois espaços (14) esse fato (15) tais propostas(22) essa dicotomia(26) esse estudo(27) essas operações(30) essa imagem (33) essa construção(33) esses ideais(38) esses contratos públicos(40)		a experiência (3) a coisa (recategoriza ‘a experiência’) (3) o episódio (10) o caso (10)(recategoriza ‘o episódio’) a queda de ACM (nominalização) (24) a discussão (40)			(N)esses limites (4) (d)esse procedimento (9) (N)esse campo (13) (d)esse processo (29) (n)esses espaços (33)		

<i>Rótulos que intermedeiam argumentos no mesmo período, dando seqüência às informações a partir do que se apresentou (retrospecção)</i>								
<i>Metadiscursivos</i>								
Não-Avaliativos								
“Natureza” dos rótulos	Pronomes		Artigos		Numerais	Preposição	Sem introdutores	Nome-núcleo
	Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido				
Cognitivo-discursivo	essa questão(3)		a explicação (nominalização) (15) o discurso da posse (38)			(n)esse argumento (8) (d)essa tese (12)		
Nomes ilocucionários								
Atributos da língua ou do texto								

<i>Rótulos que intermedeiam argumentos no mesmo período, dando seqüência às informações a partir do que se apresentou (retrospecção)</i>								
<i>Metadiscursivos</i>								
Avaliativos								
“Natureza” dos rótulos	Pronomes		Artigos		Numerais	Sem introdutores	Nome-núcleo	
	Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido				
Cognitivo-discursivo	Esse raciocínio bisonho; (16)							
Nomes ilocucionários								
Atributos da língua ou do texto								

<b><i>Rótulos que intermedeiam argumentos no mesmo período, dando seqüência às informações fazendo o movimento de retrospecção e de prospecção.</i></b>							
<b><i>Avaliativos</i></b>							
Pronomes		Artigos		Numerais	Preposição	Sem introdutores	Nome-núcleo
Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido				
	Outro fato histórico (12)	O problema (8) O risco (1)					

Não há, no corpus examinado, o funcionamento de rótulos (“conteúdo”) não-avaliativos que intermedeiem argumentos no mesmo período, dando seqüência às informações e fazendo os movimentos de retrospecção e de prospecção. Este funcionamento também não ocorre com os rótulos metadiscursivos (avaliativos e não-avaliativos), encontrados na pesquisa.

<b><i>Rótulos que intermedeiam períodos no mesmo parágrafo – seqüenciação -- início do período (retrospecção)</i></b>							
<b><i>Avaliativos</i></b>							
Pronomes		Artigos		Numerais	Preposição	Sem introdutores	Nome-núcleo
Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido				
esta reviravolta (4) essas novidades de separação de raças (16) esse novo modelo de instituição(22) essa guinada revolucionária (23) essa visão cristalizada da miséria (27)		o delírio semântico(4) a revelação (27)	um amontoado de generalidades (5)		(Por trás) dessa tendência (12) (N)essa década de desterro (27) (N)essa sociedade urbanizada e estagnada (33) (N)esse contexto obscuro de venda do território (34)	questões fundamentais e cruciais do poder mundial (5)	

<i>Rótulos que intermedeiam períodos no mesmo parágrafo – seqüenciação -- início do período (retrospecção)</i>							
<i>Não-avaliativos</i>							
Pronomes		Artigos		Numerais	Preposição	Sem introdutores	Nome-núcleo
Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido				
essa questão (8) essa situação (9) essa prática(9) esse processo (17) essa associação(20) esse trabalho (27) essa interdisciplinaridade(27) essa situação (29) esse esquema(29) esse fenômeno(39)		(se) a coisa (3) a libertação (nominaliza-ção) (8) o movimento (17) a lista (17) a questão(30) a composição (33)			(Por) esse caminho (5) (N)esse contexto (5) (E ) (n)essa parada(23) (A respeito) (d)essa pesquisa (27) (Mas) (para)esses objeti-vos(31)		

<i>Rótulos que intermedeiam períodos no mesmo parágrafo – seqüenciação -- início do período (retrospecção)</i>								
<i>Metadiscursivos</i>								
<i>Não-Avaliativos</i>								
“Natureza” dos rótulos	Pronomes		Artigos		Numerais	Preposição	Sem introdutores	Nome-núcleo
	Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido				
Cognitivo-discursivo	essa argumentação (20)		a declaração (29) a idéia (29)			(Sob) o argumento (14)		
Nomes ilocucionários								
Atributos da língua ou do texto								

<i>Rótulos que intermedeiam períodos no mesmo parágrafo – seqüenciação -- início do período (retrospecção)</i>							
<i>Metadiscursivos</i>							
Avaliativos							
“Natureza” dos rótulos	Pronomes		Artigos		Numerais	Sem introdutores	Nome-núcleo
	Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido			
Cognitivo-discursivo	esses debates intelectualóides (12) essa perplexidade (27) esse raciocínio analógico (34)	(Em suma) várias explicações (34)					
Nomes ilocucionários							
Atributos da língua ou do texto							

<i>Rótulos que promovem o desfecho das informações do período (retrospecção)</i>							
<i>Avaliativos</i>							
Pronomes		Artigos		Numerais	Preposição	Sem introdutores	Nome-núcleo
Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido				
esse sacrifício coletivo (5)					(n) essas atitudes instintivas dos animais (5)		

<i>Rótulos que promovem o desfecho das informações do período (retrospecção)</i>							
<i>Não-avaliativos</i>							
Pronomes		Artigos		Numerais	Preposição	Sem introdutores	Nome-núcleo
esses setores (13) esses movimentos (15) essas instituições		a questão (3)			(d) essa possibilidade (3) em dois aspectos (22)		

<i>Rótulos que promovem o desfecho das informações do período (retrospecção)</i>								
<i>Metadiscursivos</i>								
<i>Não-Avaliativos</i>								
"Natureza" dos rótulos	Pronomes		Artigos		Numerais	Preposição	Sem introdutores	Nome-núcleo
	Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido				
Cognitivo-discursivo	essas fontes (9)							
Nomes ilocucionários								
Atributos da língua ou do texto			a frase (10)					

\*Não há, no corpus examinado, o funcionamento de rótulos metadiscursivos (avaliativos e não-avaliativos) que promovam o desfecho das informações do período, por meio do movimento de retrospecção.

<i>Rótulos que promovem o desfecho das informações do período e encaminham novas informações- (retrospecção/prospecção)</i>							
<i>Avaliativos</i>							
Pronomes		Artigos		Numerais	Preposição	Sem introdutores	Nome-núcleo
Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido				
		o quadro criado (16)				dúvidas atrozes (3)	

<i>Rótulos que promovem o desfecho das informações do período e encaminham novas informações- (retrospecção /prospecção)</i>							
<i>Não-avaliativos</i>							
Pronomes		Artigos		Numerais	Preposição	Sem introdutores	Nome-núcleo
Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido				
		a anedota (3)					

\*Não há, no corpus examinado, o funcionamento de rótulos metadiscursivos (avaliativos e não-avaliativos) que promovam o desfecho das informações do período e encaminhem novas informações por meio do movimento de retrospecção /prospecção.

<i>Rótulos que promovem o desfecho da idéia do parágrafo (prospecção)</i>							
<i>Avaliativos</i>							
Pronomes		Artigos		Numerais	Preposição	Sem introdutores	Nome-núcleo
Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido				
			uma grande bobagem (11)		(d)o fiasco hidrelétrico (5)		

\*Não há, no corpus examinado, o funcionamento de rótulos (“conteúdo”) não-avaliativos que promovam o desfecho da idéia do parágrafo por meio do movimento de prospecção. Isto ocorre, também, com a categoria de rótulos metadiscursivos, tanto a configuração avaliativa como a não-avaliativa.

<i>Rótulos que promovem o desfecho das idéias no período (retrospecção)</i>							
<i>Avaliativos</i>							
Pronomes		Artigos		Numerais	Preposição	Sem introdutores	Nome-núcleo
Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido				
esse comprometimento futuro (6) esse poder (11) essa enxurrada de dólares (12) essa desumana situação (16) essa tendência de progressiva alienação do sujeito (26) essa desgraça toda (34) essa jornada de progresso e justiça (38)		o problema (30) a rebordosa (30)			(d)essa ofensiva (13) (d)o genocídio (15) (d)esse processo de desagregação da elite corrupta (17) (d)essa sucessão de efeitos descartáveis (21) (d)essa extraordinária vitória simbólica (24) (d)essa ajuda (30)		



<i>Rótulos que promovem o desfecho das idéias no período (retrospecção)</i>							
<i>Não-avaliativos</i>							
Pronomes		Artigos		Numerais	Preposição	Sem introdutores	Nome- núcleo
Demonstrativo	Indefinido	Definido	Indefinido				
essa perspectiva (11)		o projeto (11) a mesma lógica (38)			(d)esse quadro (17) (d)esse processo (17) (d)essa ocupação (39)		

\*Não há, no corpus examinado, o funcionamento de rótulos metadiscursivos (avaliativos e não-avaliativos) que promovam o desfecho das idéias no período, por meio do movimento de retrospecção.





T E X T O	Total de rótulos	CLASSIFICAÇÕES																											
		Avalia- tivos		Não- avalia- tivos		METADISCURSIVOS																							
						AVALIATIVOS												NÃO-AVALIATIVOS											
		Metalingüístico			Cognitivo -discur- sivo			Nomes ilocucio- nários			Metae- nuncia- tivos			Metalingüístico			Cognitivo -discur- sivo			Nomes ilocucio- nários			Metae- nuncia- tivos						
R	P	R/P	R	P	R/P	R	P	R/P	R	P	R/P	R	P	R/P	R	P	R/P	R	P	R/P	R	P	R/P	R	P	R/P			
23	4	1	2		1																								
24	6	1	1	2	1						1																		
25	2	2																											
26	4	3			1																								
27	16	7	1		1						1					1							1				4		
28	2	2																											
29	8		1		5																	2							
30	6	2	2		2																								
31	1				1																								
32	1	1																											
33	9	3	1		4	1																							
34	5	2									1					1											1		
35	2	1									1																		
36	1															1													

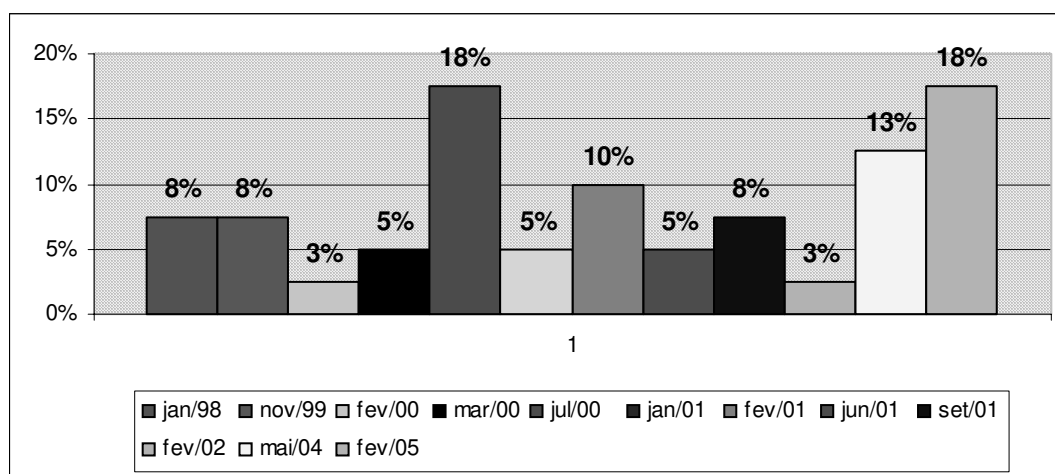
(23) Krepúzculo dos ydiotas (24) Malvadeza caiu; e o PT? (25) Democracia defunta (26) Eu e o mundo (27) O profeta da Fome (28) Poliana Amedrontada (29) Legalizar as drogas (30) O BNDES e a mídia (31) O dia do professor (32) Pelo começo (33) Vôo cego (35) A Sociologia do Petucanismo ou a gênese da criminalidade acadêmica (36) “Cardiume” de tragédias

T E X T O	Total de rótulos	CLASSIFICAÇÕES																													
		Avalia- tivos		Não- avalia- tivos					METADISCURSIVOS																						
									AVALIATIVOS										NÃO-AVALIATIVOS												
		Metalin- güístico			Cognitivo -discur- sivo			Nomes ilocucio- nários			Metae- nuncia- tivos			Metalin- güístico			Cognitivo -discur- sivo			Nomes ilocucio- nários			Metae- nuncia- tivos								
		R	P	R/ P	R	P	R/ P	R	P	R/ P	R	P	R/ P	R	P	R/ P	R	P	R/ P	R	P	R/ P	R	P	R/ P	R	P	R/ P			
37	3	1			2																										
38	9	3				1	1													2						1			1		
39	4	1			1									1						1											
40	2				1						1																				

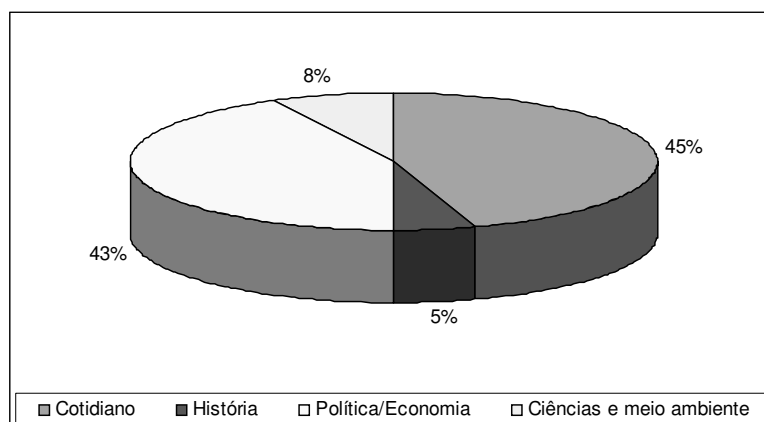
(37) Dilemas da política econômica; (38) Emancipação versus des emancipação (39) O grande blefe (40) Tirem as patas do meu torres

### TEMÁTICA DOS TEXTOS

Ano	Revista	xtos por revi:	Textos	%
jan/98	1	18	3	8%
nov/99	1	18	3	8%
fev/00	1	22	1	3%
mar/00	1	17	2	5%
jul/00	1	25	7	18%
jan/01	1	22	2	5%
fev/01	1	22	4	10%
jun/01	1	24	2	5%
set/01	1	25	3	8%
fev/02	1	22	1	3%
mai/04	1	23	5	13%
fev/05	1	30	7	18%
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>268</b>	<b>40</b>	<b>100%</b>

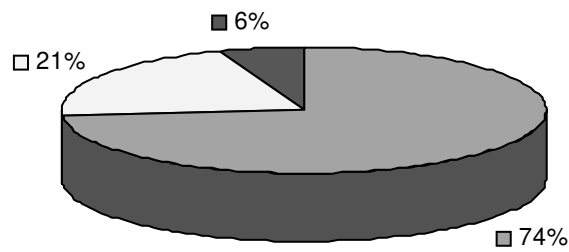


Temática dos textos analisados		
Cotidiano	18	45%
História	2	5%
Política/Economia	17	43%
Ciências e meio ambiente	3	8%
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>100,0%</b>

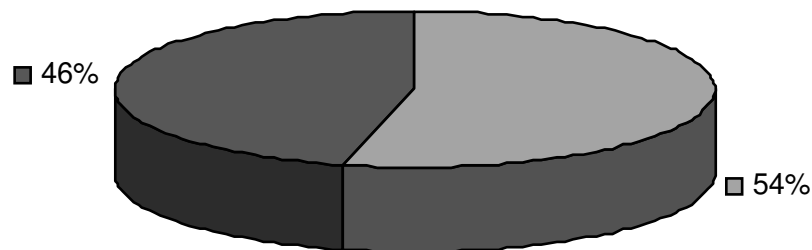


### TOTAL DE RÓTULOS

Rótulos				
	Avaliativos	Não Avaliativos	Total	Percentual
Retrospectivos	81	75	156	74%
Prospectivos	26	18	44	21%
Retrospectivos e Prospectivos	7	5	12	6%
<b>Total</b>	<b>114</b>	<b>98</b>	<b>212</b>	<b>100%</b>
<b>Percentual</b>	<b>54%</b>	<b>46%</b>	<b>100%</b>	



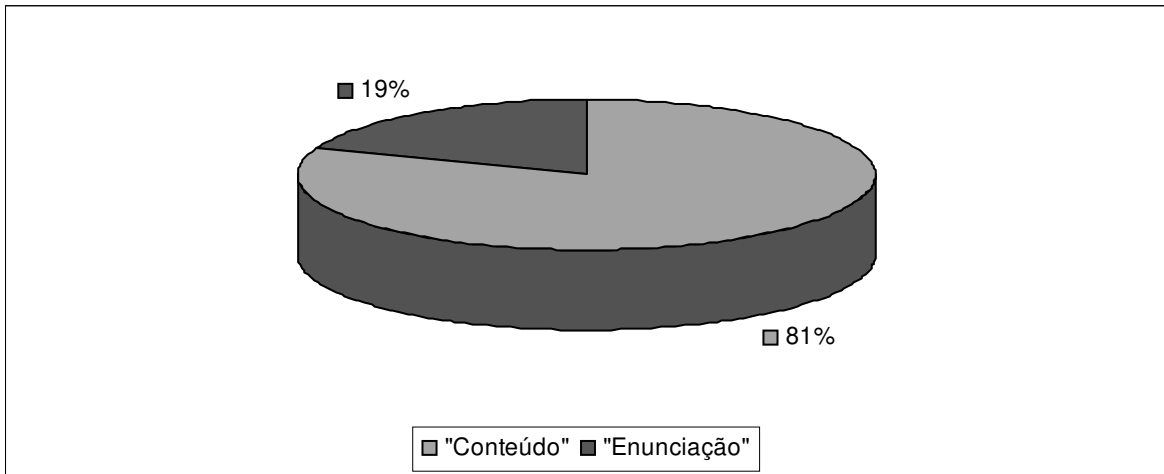
■ Retrospectivos □ Prospectivos ■ Retrospectivos e Prospectivos



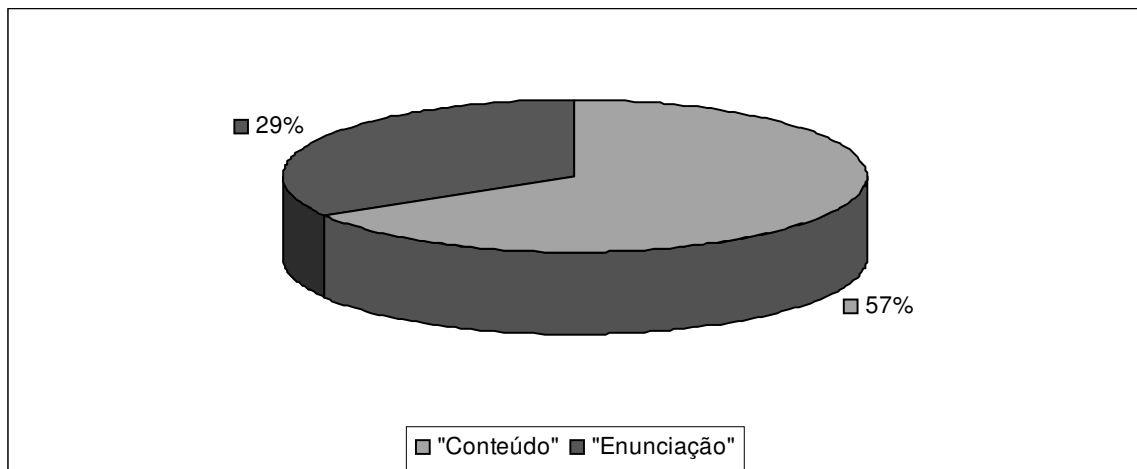
■ Avaliativos ■ Não Avaliativos

## RÓTULOS DE "CONTEÚDO" E RÓTULOS DE "ENUNCIACÃO"

Rótulos Avaliativos		
"Conteúdo"	92	81%
"Enunciação"	22	19%
<b>Total</b>	<b>114</b>	<b>100%</b>

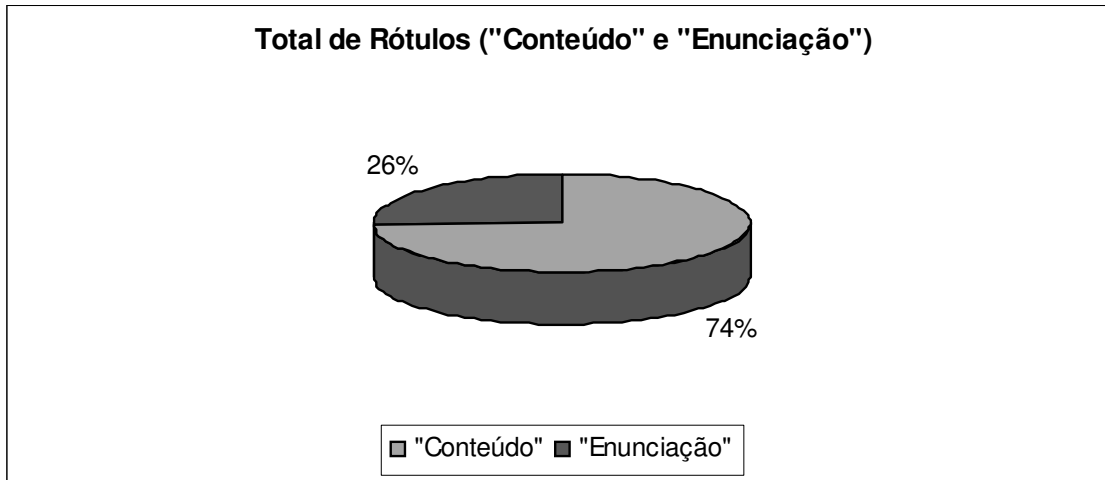


Rótulos não-avaliativos		
"Conteúdo"	65	57%
"Enunciação"	33	29%
<b>Total</b>	<b>98</b>	<b>86%</b>

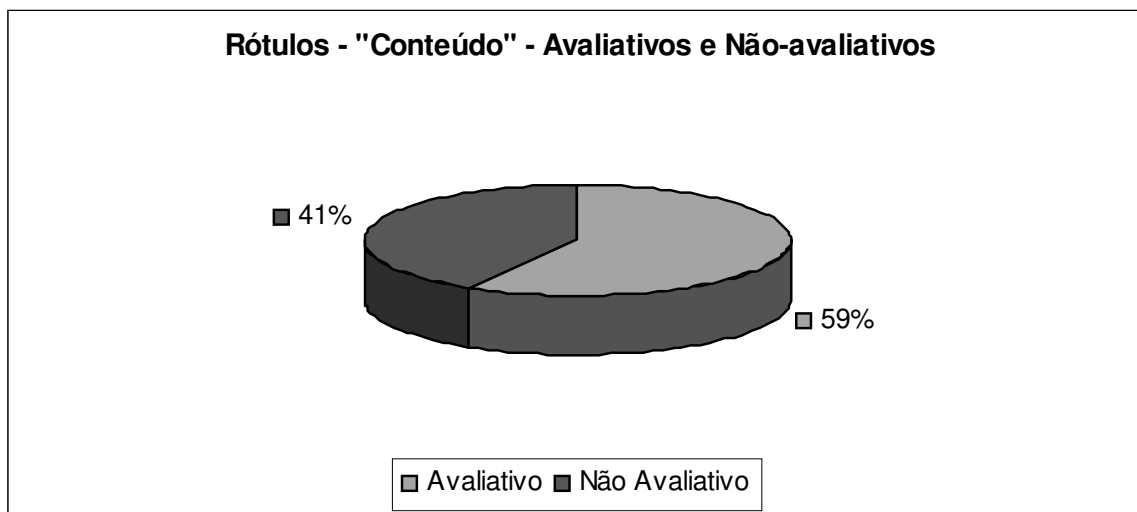




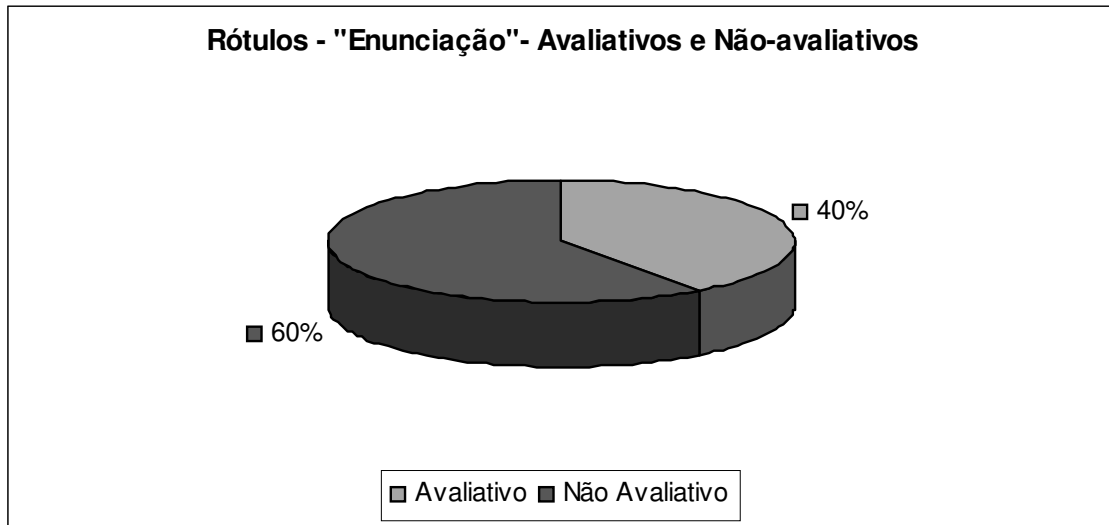
Rótulos		
"Conteúdo"	157	74%
"Enunciação"	55	26%
<b>Total</b>	<b>212</b>	<b>100%</b>



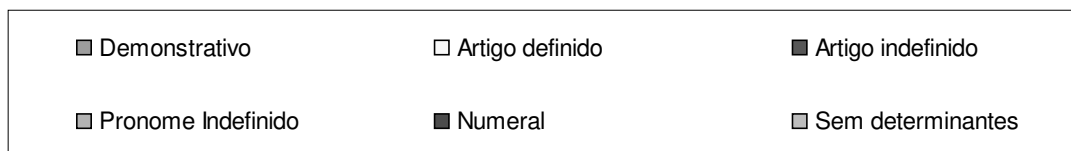
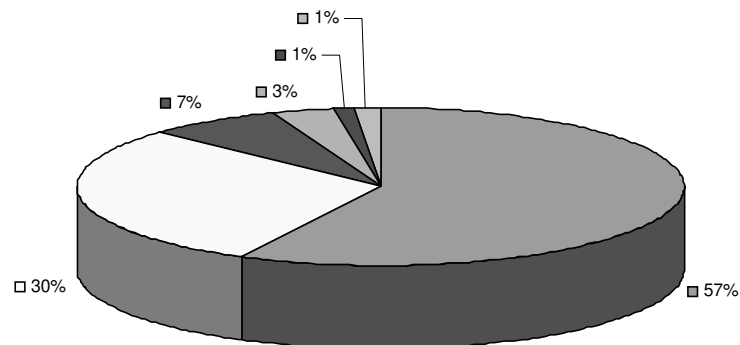
Rótulos		
Avaliativo	92	59%
Não Avaliativo	65	41%
<b>Total Conteúdo</b>	<b>157</b>	<b>100%</b>



Rótulos		
Avaliativo	22	40%
Não Avaliativo	33	60%
<b>Total Enunção</b>	<b>55</b>	<b>100%</b>

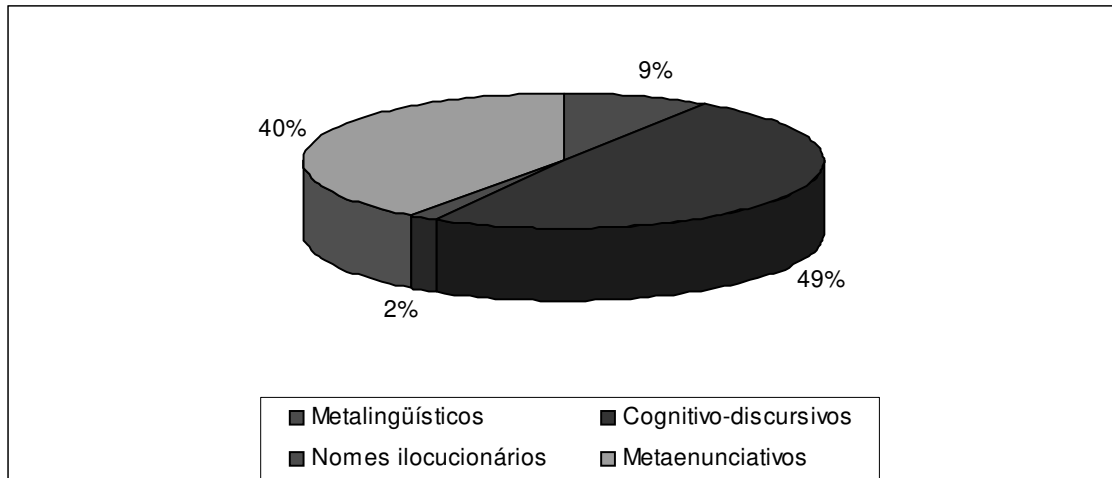


Demonstrativo	Artigo definido	Artigo indefinido	Pronome Indefinido	Numeral	Sem determinantes	Total
120	62	15	7	2	3	<b>209</b>
57%	30%	7%	3%	1%	1%	<b>100%</b>



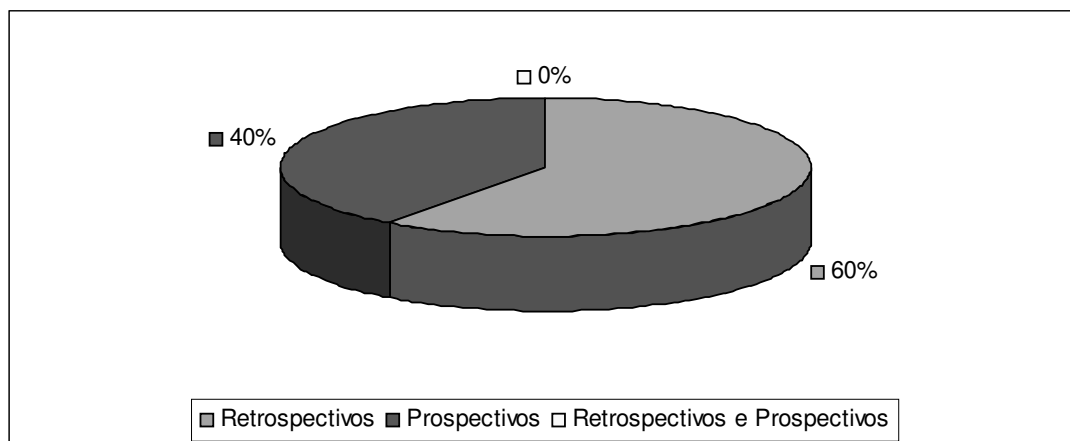
## RÓTULOS METADISCURSIVOS

Rótulos Metadiscursivos		
Metalingüísticos	5	9%
Cognitivo-discursivos	27	49%
Nomes ilocucionários	1	2%
Metaenunciativos	22	40%
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>100%</b>



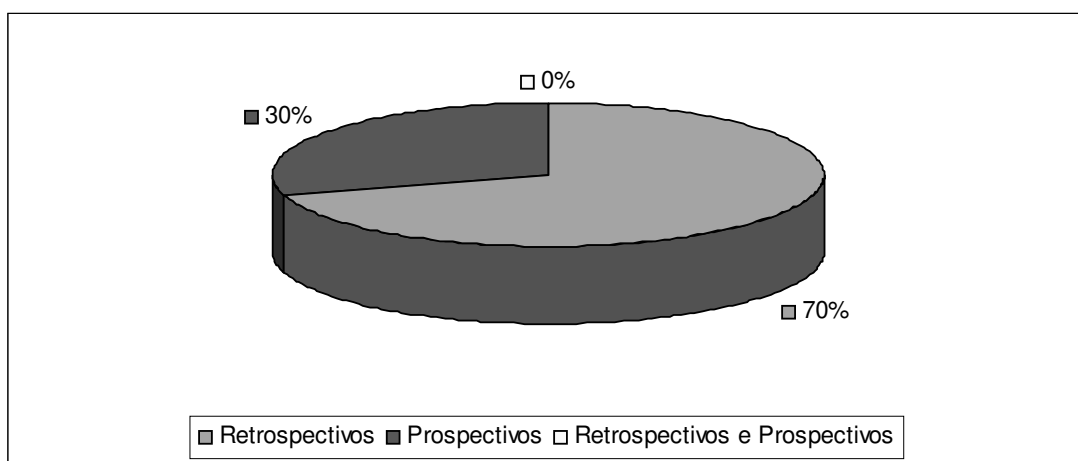
### Rótulos Metadiscursivos - Metalingüísticos

	Avaliativos	Não Avaliativos	Total	Percentual
Retrospectivos	0	3	3	60%
Prospectivos	0	2	2	40%
Retrospectivos e Prospectivos	0	0	0	0%
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>100%</b>
<b>Percentual</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	

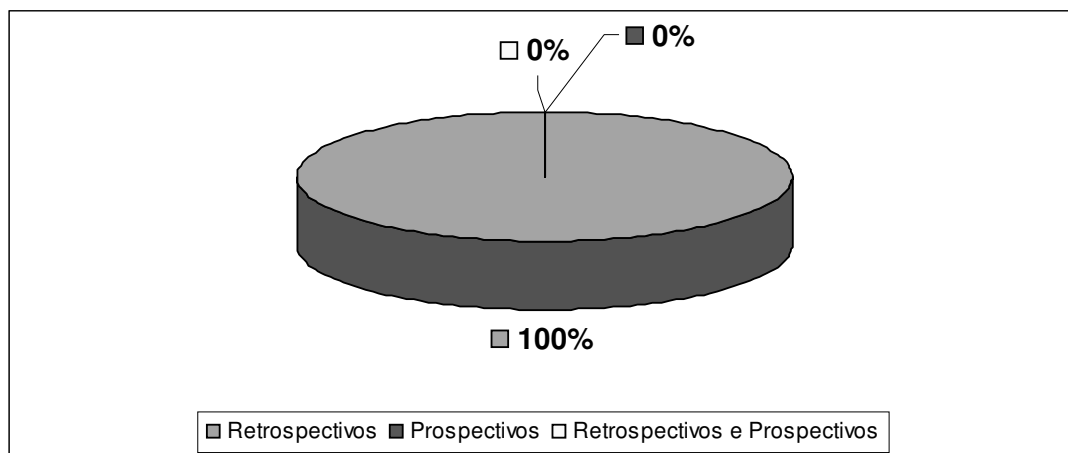


### ROTÚLOS METADISCURSIVOS

Rótulos Metadiscursivos - Cognitivo-discursivos				
	Avaliativos	Não Avaliativos	Total	Percentual
Retrospectivos	7	12	19	70%
Prospectivos	4	4	8	30%
Retrospectivos e Prospectivos	0	0	0	0%
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>16</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>
<b>Percentual</b>	<b>41%</b>	<b>59%</b>	<b>100%</b>	

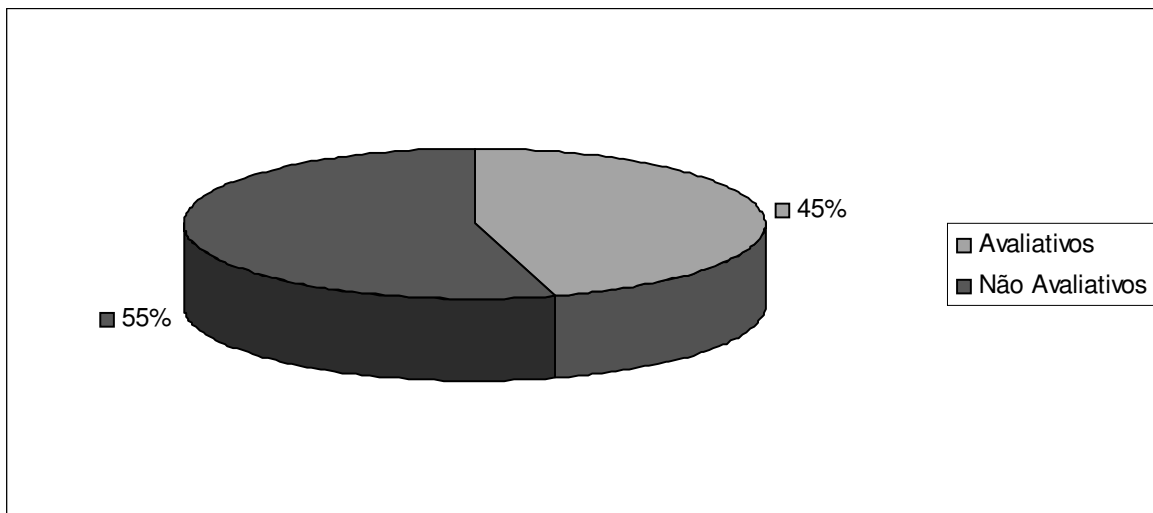
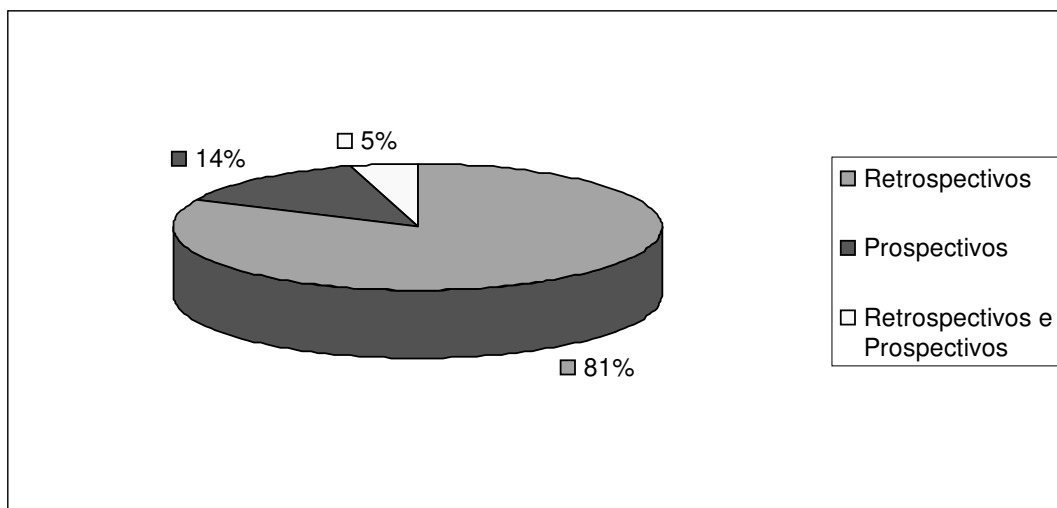


Rótulos Metadiscursivos - Nomes ilocucionários				
	Avaliativos	Não Avaliativos	Total	Percentual
Retrospectivos	0	1	1	100%
Prospectivos	0	0	0	0%
Retrospectivos e Prospectivos	0	0	0	0%
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>100%</b>
<b>Percentual</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	



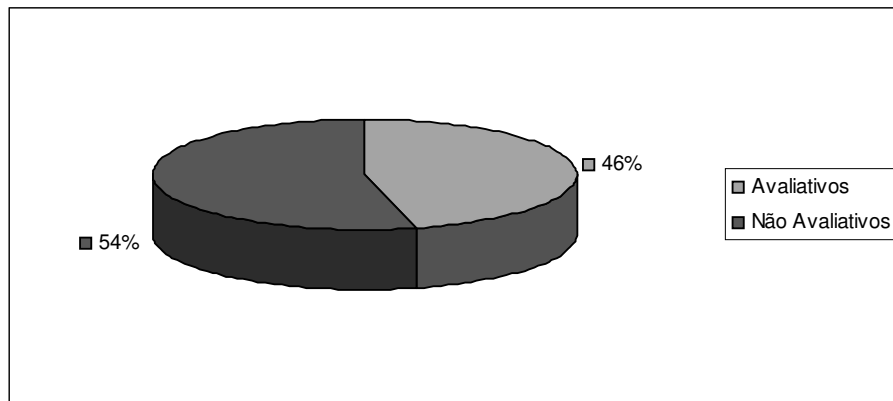
**Tabela 1:**  
**QUANTO À CONFIGURAÇÃO AVALIATIVA E NÃO-AVALIATIVA**

<b>METAENUNCIATIVOS</b>	<b>Avaliativos</b>	<b>Não Avaliativos</b>	<b>Total</b>	<b>Percentual</b>
<b>Retrospectivos</b>	6	12	18	82%
<b>Prospectivos</b>	3	0	3	14%
<b>Retrospectivos e Prospectivos</b>	1	0	1	5%
<b>Total</b>	10	12	22	100%
<b>Percentual</b>	45%	55%	100%	



<b>METAENUNCIATIVOS</b>											
<b>Recategorizadores</b>						<b>Recategorizadores – “Segunda-mão”</b>					
<b>Avaliativos</b>			<b>Não-avaliativos</b>			<b>Avaliativos</b>			<b>Não-avaliativos</b>		
[1]R	P	R/P	R	P	R/P	R	P	R/P	R	P	R/P
2	3	1	7	0	0	4	0	0	5	0	0
13						9					

<b>Recategorizadores</b>			
<b>Avaliativo</b>	6	46%	
<b>Não Avali</b>	7	54%	
<b>Total</b>	13	100%	



<b>Recategorizadores – “Segunda-mão”</b>			
<b>Avaliativos</b>	4	44%	
<b>Não Avaliativos</b>	5	56%	
<b>Total</b>	9	100%	

